

Maio 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)
12. [Covid-19](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Cresce número de crianças pedintes na zona do Zango	7
1.2 Famílias começam a receber subsídio de 8.500 Kz neste mês	7
1.3 OGE-2020 revisto deve priorizar criação de fundos para o combate à pobreza extrema	8
1.4 Transferência de 8.500 kz para famílias mais pobres arranca este mês	10
1.5 Mais de nove mil famílias vulneráveis recebem apoio	11
1.6 Mais famílias carenciadas vão receber cestas básicas	11
1.7 “Zunga” rompe a paz da Centralidade do Kilamba	12
1.8 Mil famílias começam a receber apoio financeiro	12
1.9 Moradores caçam ratos para comer	13
1.10 Moradores do Vila Kiayi clamam por socorro	14
1.11 Afinal era possível tomar conta dos pobres	15
1.12 Quantos empregos serão destruídos pela Covid-19 em 2020?	16
1.13 Combate à Pobreza abrange vários sectores	18
1.14 FAS forma agentes comunitários para apoiar famílias vulneráveis	19
1.15 Luanda: Famílias vulneráveis recebem cestas básicas	20
1.16 Quatro em cada dez angolanos em pobreza extrema	20
1.17 Cadastro Social Único vai concentrar pessoas vulneráveis	20
1.18 Poupança prejudicada pelos níveis de consumo	22
1.19 Mais famílias pobres vão receber dinheiro	23
1.20 Apoio financeiro beneficia 1.815 famílias no zaire	23
1.21 Depreciação do kwanza atira salário mínimo para a cauda da SADC	24
1.22 Preços da cesta básica continuam inflacionados nos mercados de Luanda	26
1.23 Famílias vulneráveis no Nzeto começaram a receber dinheiro	26
2. MICROFINANÇAS	28
2.1 As linhas de crédito à produção	28
2.2 Firma ilegal efectua pagamentos móveis	28
2.3 25,5 mil milhões de kwanzas para apoiar as pequenas cooperativas	29
2.4 BNI leva produto aos vendedores informais	29
2.5 Crédito mal parado não pára de subir e atinge a taxa mais alta de sempre	30
2.6 Câmara de Comércio defende maior atenção aos produtores	31
2.7 Ministro quer rigor no crédito ao empresariado	31
3. MERCADO INFORMAL	33
3.1 Romaria desenfreada ao Mercado do 30	33
3.2 Taxistas manifestam-se contra a proibição de circularem	33
3.3 Mutundo com vendedoras dedicadas no comércio e prevenção	34
3.4 A favor das famílias e do sector informal	35
3.5 Educação financeira ajuda bancarizar mercado informal	35
3.6 Medidas de prevenção marcam reabertura do “Portão do Leste”	36
3.7 Taxistas praticam preços especulativos	37
3.8 Vendedores são desalojados das barracas para limpeza do mercado	38
3.9 Armazéns em Viana encerrados por falta de higiene	38
3.10 Candongueiros coronavírus «corta» 50% dos lucros e «azeida» relações entre taxistas e patrões	39
3.11 Contrabando de combustível no Zaire	40
3.12 Motorizadas cisternas reforçam distribuição	41

3.13	Taxistas encurtam rotas e especulam o preço para garantir dinheiro do patrão	41
3.14	Um «arsenal» policial para travar «fúria» contra cerca sanitária	42
3.15	Resgatar o resgate	43
3.16	BNI leva produto aos vendedores informais	44
3.17	Comércio informal com novas regras para a prevenção da pandemia	45
3.18	Consumidores preocupados com subida do preços de bens essenciais	46
3.19	Especialistas analisam transição do mercado informal para o formal	47
3.20	Taxistas alteram preço da viagem para satisfazer exigências dos patrões	48
3.21	Vendedores e clientes aplaudem extensão do período	48
3.22	“Zungueiras” vão receber kits de higiene	49
3.23	Lubango constrói novos mercados	50
3.24	Ausência de passageiros em Luanda	50
3.25	Encerramento dos mercados arrasta vendas à Estrada de Catete	51
3.26	Venda de peixe e produtos agrícolas	51
3.27	Vendedores do mercado " Matabicho" devem respeitar as medidas de segurança	52
3.28	Subida do dólar coloca 'gap' entre taxa oficial e informal perto dos 30%	52
3.29	Taxa de câmbio mais alta de sempre nas kinguilas próxima de custo final de transferências bancárias	53
3.30	Pescar bagres e cacussos como alternativa à falta de emprego	54
3.31	Praças reforçam medidas de prevenção com requalificações	55
3.32	Rendimento familiar depende do fabrico de fogareiros a carvão	56
3.33	MASFAMU vai oferecer kits de higiene às «zungueiras»	57
3.34	Moto-taxistas no Zaire condenados por desobediência	58

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 59

4.1	A dívida interna e externa angolana ao raio-x	59
4.2	OGE-2020 revisto deve priorizar criação de fundos para o combate à pobreza extrema	59
4.3	ADRA defende discussão sobre revisão do OGE	61
4.4	Salários até 70 mil kwanzas isentos do pagamento do IRT	62
4.5	Sociedade civil defende mais fiscalização do OGE	62
4.6	Cobrança do imposto predial vai passar para os municípios	63

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 65

5.1	Autarquias podem criar associações representativas	65
5.2	Parlamentares analisam remuneração dos autarcas	66
5.3	“Eleições autárquicas sem um prazo definido”	66
5.4	Proposta de Lei do Estatuto do Provedor de Justiça foi discutida	67
5.5	Execução do PIIM aguarda disponibilidade financeira	68
5.6	João Lourenço e líderes da oposição abordam questões sobre autarquias	69
5.7	MPLA quer consensos na legislação autárquica	70
5.8	"As verbas não serão iguais para todos os municípios	71
5.9	Dois regimes para dar suporte financeiro à tesouraria das autarquias	72
5.10	Fundo de Equilíbrio vai reduzir dificuldades financeiras das autarquias mais carenciadas	74
5.11	Observador eleitoral descarta eleições autárquicas em 2020	75
5.12	Pandemia da Covid-19 atira eleições autárquicas para as "calendas gregas"	76
5.13	Cobrança do imposto predial vai passar para os municípios	76

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 78

6.1	Aumenta a prática de exercícios físicos	78
6.2	Ocupantes ilegais de casas no Capari vão ser punidos	78
6.3	Governador promete medidas contra empresas incumpridoras	79
6.4	Executivo prevê manter programa de habitação	79

6.5	Moradores terão mais tempo para pagar as novas casas	80
6.6	Realojadas mais de 15 famílias vítimas de enxurradas	81
6.7	Cobrança do imposto predial vai passar para os municípios	81
6.8	30 Anos para o pagamento de casas nas centralidades	82
6.9	Administração vai tomar medidas	83
6.10	Moradores intimados a abandonar casas construídas em zonas de risco	83
6.11	Práticas a serem desencorajadas	84
6.12	Fundo Habitacional vai responsabilizar faltosos, mas "esconde" valor da dívida	86

7. TERRA 87

7.1	Lotes de terras para acudir populares em zonas de risco no Bengo	87
7.2	Terrenos abandonados podem ser expropriados	87
7.3	Administração vai tomar medidas	88
7.4	Moradores intimados a abandonar casas construídas em zonas de risco	88
7.5	Práticas a serem desencorajadas	89

8. SERVIÇOS BÁSICOS 92

8.1	População beneficia de motorizadas-cisterna	92
8.2	EPAL Água imprópria para consumo	93
8.3	Motorizadas cisternas reforçam distribuição	93
8.4	Novo reservatório de água vai melhorar abastecimento a cerca de 10 mil pessoas	93
8.5	Distribuição de água aumenta rentabilidade	94
8.6	Malanje controla mais de 11.158 ligações domiciliare, com uma área de 30 quilómetros quadrados	94
8.7	Défice de água em Luanda	96
8.8	Moradores do Vila Kiayi clamam por socorro	96
8.9	“Nem todas as semanas recebemos água”	97
8.10	Projectos mal concebidos	97
8.11	Lavatórios inoperantes por falta de água no Distrito Urbano do Neves Bendinha	98
8.12	Ondjiva volta a receber água canalizada já hoje	98
8.13	Metade dos angolanos privados de comida e água potável em 2019	99
8.14	Água de qualidade para refugiados	99

9. GÉNERO E VIOLENCIA 100

9.1	Três grupos de marginais desmantelados	100
9.2	“Altamente perigosos” apresentados à imprensa	100
9.3	Mais um grupo de meliantes desmantelado no Talatona	101
9.4	Luta entre grupos rivais aterroriza moradores	101

10. AMBIENTE 103

10.1	Inundações em Quixala desalojam 161 famílias	103
10.2	Realojadas mais de 15 famílias vítimas de enxurradas	103
10.3	6.887 Toneladas de produtos para as vítimas da seca no Sul	104
10.4	Cruz Vermelha leva ajuda a 263 famílias vulneráveis	104
10.5	Administração vai tomar medidas	105
10.6	Fracas chuvas prejudicam produção no Virei	106
10.7	Moradores intimados a abandonar casas construídas em zonas de risco	107
10.8	Práticas a serem desencorajadas	107

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA	110
12. MIGRAÇÃO	110
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	110
13.1 Angola e China abordam cooperação	110
13.2 A dívida interna e externa angolana ao raio-x	110
13.3 Os bancos comerciais nacionais superaram a China e já são o maior credor do País	110
13.4 Cidade da China paga 300 milhões de kwanzas	111
13.5 Huawei Angola anuncia aposta em talentos nacionais	112
13.6 Angola Cables é parceira da China Telecom Global	113
13.7 Angola agradece ajuda da China	113
13.8 A existência do petróleo cegou-nos um pouco e tirou-nos do que era essencial	114
13.9 Mais 30 toneladas de biossegurança vindas da China	116
14. COVID-19	117
14.1 A liberdade de imprensa em tempos de pandemia	117
14.2 Angola mantém os 35 casos positivos de infecção	117
14.3 Executivo procura desanuviar o choque com 21 medidas concretas e imediatas	118
14.4 Os governos, a Covid-19 e o desconfinamento gradual	120
14.5 Visitas de Inspeção às empresas começam hoje	121

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Cresce número de crianças pedintes na zona do Zango

Pedro Augusto

01 De Maio de 2020

Dezenas de crianças, entre os 8 e 16 anos de idade, maioritariamente provenientes dos bairros Cajueiro e Santa Paciência, em Viana, ignorando todos os riscos que possam advir de uma possível contaminação da Covid-19, são vistas diariamente a deambularem pelos edifícios da Centralidade do Zango 5, a solicitar ajudas em bens alimentares.

Os menores percorrem diariamente mais de cinco quilómetros, entre ida e volta, em busca de algo para comer, e chegam a correr perigo de vida, pois, algumas vezes são agredidos por alguns moradores. De acordo com relatos das próprias crianças ao Jornal de Angola, vivem momentos de muita fome no seio da família, por isso são obrigadas a tamanho sacrifício no sentido de ajudarem as mães, irmãs ou tias, maioritariamente desempregadas, para que tenham algo em casa para enganar o estômago.

Geralmente debaixo de um sol abrasador, as crianças percorrem bloco a bloco, muitas vezes sem terem comido algo antes. O pequeno Lúcio, 8 anos, cassula de um grupo de quatro irmãos, chegou à Centralidade do Zango 5, por volta das 11h00 e às 16h45, de sexta-feira última, apresentava um ar de cansaço e fome. Não era para menos. Ele, segundo contou, sem ter jantado no dia anterior, comeu apenas um pedaço de pão oferecido por uma "tia", moradora no Bloco P.

"Desde de manha, só comi pão que uma tia, que mora no Bloco P, me deu. Já andámos muito hoje (sexta-feira). Há pessoas que nos ajudam, mas outros correm connosco, porque dizem que a vida está difícil para todos", disse. Na busca por alimentos para saciar a fome, as crianças em algumas ocasiões chegam a ser agredidas. O pequeno Santos, 13 anos, ficou uma semana sem marcar presença naquela zona habitacional, por ter sido agredido por um morador com uma marreta, que o deixou com o rosto e cabeça inchada. O mesmo sucedeu com Lúcio. Ele foi ferido no joelho direito com um cinto.

Apesar de certas desfeitas, o incansável Luís, que disse desconhecer o paradeiro do progenitor, dia sim, dia não, mantém a sua caminhada apartamento por

apartamento em busca de uma alma caridosa, pois, para ele, regressar a casa, sem um quilo de arroz, um pacote de massa alimentar, uma coxa de frango ou um litro de óleo, pode significar uma noite e uma manhã seguinte de fome. "Já passámos em muitas casas. Três tias nos deram arroz, massa e óleo. Assim, eu e os meus irmãos vamos conseguir comer durante dois dias", referiu o menor.

O dia-a-dia do pequeno Luís, que frequenta a 2ª classe, numa "explicação", no bairro Cajueiro, no Zango 4, bem como os seus irmãos e outras crianças dos bairros Cajueiros e Santa Paciência, resume-se em deslocações à centralidade do Zango 5, em busca de comida, ignorando o Estado de Emergência e todos os riscos de contaminação pela pandemia da Covid-19.

A situação das "crianças-pedintes", como são tratadas, é motivo de preocupação dos moradores da Centralidade do Zango 5. Por isso, pedem às estruturas administrativas do município de Viana e do Distrito Urbano Zango ajuda para as mesmas, com a entrega de cestas básicas aos seus familiares.

Na opinião de algumas pessoas, os constantes vai e vem poderão causar situações desagradáveis para essas crianças que têm um grande desejo: serem registadas para "termos nossas cédulas e bilhetes de identidade".

I.2 Famílias começam a receber subsídio de 8.500 Kz neste mês

Novo Jornal

8 De Maio de 2020

A primeira fase do Programa de Fortalecimento da Protecção Social - Transferências Sociais Monetárias, voltada às famílias mais vulneráveis, pode arrancar na segunda quinzena deste mês. Denominado "Kwenda", o programa, aprovado por decreto presidencial publicado a 4 de Maio, tem como objectivo o fortalecimento da protecção social para os mais vulneráveis, através de uma transferência de uma renda mensal fixa no valor de 8.500 kwanzas, bem como a sua inclusão em actividades geradoras de rendimento.

O Novo Jornal sabe, de uma fonte ligada ao processo, que o arranque do programa inicialmente marcado para a primeira quinzena de Maio pode ser adiado por causa de atrasos no cadastramento das famílias motivados pela Covid-19. Sendo assim, o Kwenda pode começar apenas na segunda quinzena de Maio.

"Nesta fase estão a ser criadas as condições nos municípios onde vai ser implementado o projecto. Estamos a identificar as famílias com a ajuda dos técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE)", afirma a fonte.

A primeira fase prevê contemplar cinco mil famílias dos municípios do Nzeto (Zaire), Cambundi Catembo (Malanje), Cacula (Huíla), Cuito Cuanavale (Kwando Kubango) e Ombadja (Cunene).

O Kwenda prevê tirar mais de 1,6 milhão de famílias da linha de pobreza até 2022. Está avaliado em 420 milhões de dólares (dos quais 320 milhões de um financiamento do Banco Mundial, e outros 100 mil dólares suportados pelo Tesouro Nacional).

Neste ano está previsto o apoio a 300 mil famílias. Na sequência, em 2021, o programa prevê abranger 700 mil famílias e, em 2022, o último ano da sua execução, mais de 600 mil famílias.

Recentemente Lopes Paulo, secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos, esclareceu que o programa nada tem a ver com as medidas para mitigar o impacto negativo da Covid-19. 12 Milhões de angolanos vivem com menos de 500 Kz/dia

O último relatório sobre Inquérito de Despesa e Receitas (IDR 2018-2019) divulgado em Dezembro de 2019, pelo INE, mostra que no país, pelo menos, 41 por cento da população vivem abaixo da linha da pobreza. Ou seja, cerca de 12 milhões de angolanos não têm 12.500 kwanzas por mês (equivalente a 450 kwanzas por dia), para acudir às suas despesas básicas alimentares e não alimentares.

O relatório indica que mais de cinco milhões de pobres, cerca de 30% da população, vivem em zonas urbanas e cerca de sete milhões nas áreas rurais. As zonas rurais das províncias do Cunene, Huíla, Kwando Kubango e Namibe são as mais pobres.

Teresa Fukiady

1.3 OGE-2020 revisto deve priorizar criação de fundos para o combate à pobreza extrema

Jornal de Angola

8 De Maio, 2020

Texto: Mateus Cavumbo

A revisão do Orçamento Geral do Estado do ano em curso, cuja aprovação está prevista para Junho próximo, deve priorizar os cortes nas regalias dos

detentores de cargos públicos e criar fundos para o combate à pobreza extrema, com ajuda de financiadores externos, segundo analistas e consultores económicos contactados pelo Jornal de Angola.

Fonte do Ministério das Finanças informou que os técnicos trabalham na conformação do presente OGE, a fim de o Governo submeter a proposta de revisão orçamental à Assembleia Nacional até 15 de Maio do corrente mês.

O processo de revisão do OGE 2020 terá como estimativa o preço do barril de petróleo abaixo dos 35 dólares, contra os 55 dólares/barril. Inicialmente, previa-se uma taxa de inflação de 24 por cento e um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8 por cento. O OGE 2020 prevê despesas e receitas no valor de 15, 8 biliões de kwanzas.

Enquanto decorre o processo de revisão do OGE deste ano, foram adoptadas medidas para diminuir as despesas do Estado, entre as quais a cativação de 30 por cento das despesas da categoria Bens e Serviços e suspensão de parte das despesas de capital. Além disso, restringir as novas aquisições de imóveis no país e no exterior e a redução das viagens dos membros do Executivo e a redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas.

Mexida nas despesas

Uma das medidas a adoptar na revisão do OGE 2020 é a redução dos custos estabelecidos para o pagamento do serviço da dívida por via de renegociação com os detentores dos títulos, segundo opinião do empresário Galvão Branco. O antigo vice-ministro da Indústria e Director-Geral da Cimangola considera como segunda decisão a introdução na proposta da revisão orçamental a redução dos subsídios operacionais atribuídos a empresas públicas e a eliminação de todas as formas de subvenção a preços, assim como a manutenção das despesas de capital, sobretudo direccionadas para os sectores da Saúde, Educação, Agricultura, e Infra-estruturas ligadas à mobilidade do Programa de Investimento Público (PIP).

Galvão Branco, formado em Engenharia, actualmente sócio gerente da GB Consultores Reunidos, aconselha ainda corte nas despesas administrativas das unidades orçamentais, sobretudo em viagens e outros subsídios dos órgãos da Administração Central do Estado. Por último, Galvão Branco sugeriu a inscrição de fundos para o combate à pobreza extrema, associados aos financiamentos das instituições internacionais.

Apoio à produção

Já Estefânia Gourgel, licenciada em Contabilidade e Administração, o Governo deve trabalhar com sectores privados ligados à produção nacional, reduzir os impostos a empresas de suporte ao desenvolvimento básico e empreendedorismo massivo, assim como alocar verbas para a melhoria das infra-estruturas (estradas), com vista a facilitar o escoamento da produção local. Actualmente, contabilista sénior numa Fábrica Multinacional, vocacionada à produção de Argamassas com filial em Angola, Estefânia Gourgel, apela à inserção no OGE o apoio a empresas do ramo do Comércio e olhar-se também para as questões de desenvolvimento humano, apostando na capacitação nacional a nível dos diversos sectores.

“Ao fazer-se a redução dos impostos aos empreendedores nacionais, temos de ter em atenção a baixa do preço do petróleo, para não mitigar os salários da função pública e diminuir os custos desnecessários”, opinou a Contabilista.

Urgência nacional

O economista e docente universitário Rui Malaquias entende que se deve rever a taxa de crescimento da economia que seguirá tendência depressiva internacional. Assim sendo, com o crescimento negativo o OGE, deverá prever mais endividamento ou uma redução drástica na despesa de capital, o que fará com se reduza a qualidade de absorção de investimento directo estrangeiro.

O também mestre em Finanças diz que os pressupostos do relatório de fundamentação que, apesar muita gente não dar importância ou não saber, é sobre este relatório que se fundamenta a previsão de arrecadação de receitas e a previsão de execução da despesa.

Rui Malaquias fez alusão igualmente a revisão imediata para baixo do preço do valor do barril médio de Brent. “Acreditamos ser complicado avançar com um número para o preço do barril, pois as economias estão a “desconfinar”, as fábricas vão começar a funcionar novamente, as refinarias vão poder escoar a produção e com o corte de 10 milhões de barril já em marcha, o preço do barril pode subir para patamares superiores a 50 Usd”.

O Estado deve igualmente conseguir neste OGE revisto, de acordo com a anuência dos seus credores, uma espécie de reestruturação da dívida pública externa, para reduzir a percentagem e o valor absoluto da receita destinado ao pagamento do

empréstimo, para conceder folga ao Estado e apoiar ou manter vivo o tecido empresarial privado e preparar a recuperação para 2021.

Exigência e qualidade

Para a Sandra Isabel da Costa, docente universitária, a pandemia da Covid-19 e a queda acentuada do preço do crude constituem-se nos principais desafios a serem enfrentados por Angola, “nossa medicina e economia estão num autêntico Estado de Emergência”.

Para a mestre em Contabilidade e Finanças pelo IPS-Portugal, enfatiza a suspensão das despesas de capital com imóveis no país e no exterior, pois, no contexto actual essas despesas são tidas como supérfluas, não fazem sentido, caso em situações humanitárias, além da cativação de 30% das despesas em bens e serviços com excepção a despesas com alimentação, principalmente, nos hospitais, medicamentos, forças de segurança e saneamento. Sandra da Costa, que também é analista financeira, defende no âmbito da proposta de revisão orçamental pelo Ministério das Finanças, a continuidade dos concursos públicos a nível da Saúde e Educação, mas de forma objectiva.

Deve-se criar rubricas para manter o sector privado e a iniciativa empreendedora como uma óptima alternativa à queda do desemprego que tem sido o principal “calcanhar de Aquiles” nos tempos actuais.

Fiscalização orçamental

Estanislau Domingos, advogado e consultor de empresas, diz que o problema não está na elaboração do OGE, mas sim na sua execução e fiscalização, pois exigirá um maior rigor e comprometimento por parte dos seus executores, uma vez assistirem-se algumas medidas de natureza política, como a melhoria da qualidade da despesa pública e a reforma estrutural do sistema tributário.

Para a concretização das medidas e a sua eficácia, Estanislau Domingos, que é também mestrando em Ciências Jurídico-Económicas e Desenvolvimento, será necessário ter como premissa o fundamento económico sobre as receitas e despesas. Neste contexto, o Estado deverá rever e cortar custos, quer sejam de bens ou de serviços, aquilo a que chama de “boa despesa”, assim como aumentar os créditos adicionais, dando sequência à directiva do BNA na qual orienta os bancos comerciais a concederem créditos.

“Esta acção deve ser fiscalizada para que a economia volte a funcionar, pois as medidas devem sempre

causar um maior impacto possível na melhoria das condições de vida da população”, apela.

Reforço das medidas

Sendo o orçamento uma estimativa ou provisões financeiras deve ser elaborado, em função das necessidades do Estado para satisfação das necessidades actuais, defende Manuel João Quindai, docente universitário e consultor em Contabilidade e Gestão de Empresas.

Para o recém-admitido Membro de Pleno Direito no Executivo da World Economic Fórum- WEF (Fórum Económico Mundial), com sede em Cologny (Suíça), o Governo deve fazer a manutenção da despesa pública no geral, inserir estratégias de produção nacional de bens alimentares e de medicamentos, de contingência logística, apoiando assim os micro-empresários e cooperativas agrícola, pecuárias e pescas. Além disso, aponta a inserção de estratégias na formação profissional e actualização dos profissionais de Saúde em todo o país e velar-se para as microempresas locais para o saneamento básico e meio ambiente, a fim de ajudar a combater a Covid-19. A ideia, segundo o académico, é que as medidas sirvam de modelo na saúde pública em Angola.

1.4 Transferência de 8.500 kz para famílias mais pobres arranca este mês

Jornal Expansão

8 De Maio de 2020

Texto: Faustino Diogo

A primeira fase do programa de transferências sociais monetárias, que visa a atribuir 8.500 Kz mensalmente a famílias em situação de pobreza arranca este mês, com a fase piloto a ser implementada em cinco municípios do País

Denominado "Kwenda", o programa prevê abranger 1,6 milhões de famílias em todas as províncias até 2022 vai custar 420 milhões USD, em que 320 são financiados pelo Banco Mundial. Este programa já estava acordado com o Banco Mundial desde o ano passado, tratando-se de um dos programas definidos para entrar em vigor quando o Governo pusesse fim à subsídio dos combustíveis, numa medida que visava mitigar o impacto desta medida nos mais desfavorecidos. Entretanto, o Governo já afastou a possibilidade de acabar com os subsídios, optando por avançar com este programa nesta fase em que o país está em estado de emergência devido à Covid-19.

O programa será desenvolvido em quatro fases e prevê que cada família receba um total de 102 mil Kz, repartidos em 12 prestações mensais de 8.500 Kz cada, sendo que no restante período as famílias vão receber meios que promovam a sua inserção produtiva para a dinamização da economia rural.

"Não foi um cálculo aleatório.

Se olharmos para o nível mais profundo da pobreza, este valor faz diferença e permite a promoção da economia e do comércio rural", disse Lopes Paulo, coordenador do grupo técnico de acompanhamento do projecto.

A primeira fase vai ser a de lançamento do Programa, que acontece este mês, nos municípios de Cambundi-Catembo (Malanje), Cacula (Huila), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango), Ombadja (Cunene) e Nzeto (Zaire).

De Junho a Dezembro acontece a segunda fase, que contempla a expansão do programa a outros municípios, sendo que as restantes fases estão previstas para 2021 e 2022, período em que fica concluído o "Kwenda",

Até ao final do ano, o programa de transferências sociais monetárias espera beneficiar 300 mil famílias, enquanto para 2021 prevê alcançar 700 mil e no último ano da sua execução, 2022, vai beneficiar 608 mil famílias.

Os critérios para a selecção das famílias assentam na localização geográfica, nomeadamente nos bairros mais pobres dos municípios, bem como na renda da família, tendo em conta a linha de pobreza considerada no Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola 2018-2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, que concluiu que 41% dos cidadãos vivem abaixo da linha da pobreza monetária.

No total, o programa vai ser implementado em 40 municípios das 18 províncias do País. "Há um mínimo de dois municípios por cada província para atender este número de 40 municípios. Vamos fazer o enquadramento gradual de cada um deles até ao último a ser atendido em 2022", esclareceu Lopes Paulo.

O programa tem, entre os objectivos, a implementação de um sistema de protecção social temporário às famílias vulneráveis e sua inclusão em actividades geradoras de rendimento, assim como o fortalecimento dos mecanismos de intervenção do sistema nacional de protecção social.

De acordo com o Decreto Presidencial n0125/20 de 4 de Maio, o programa de transferências sociais monetárias vai ser operacional do pelo Fundo de Apoio Social (FAS), sob coordenação do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e deverá contar também com o contributo do Banco Mundial na aplicação efectiva do mesmo e com o BFA como banco oficial,

"Pretende-se o máximo de isenção na execução do programa. Daí estarem fora disso entes públicos. O dinheiro deverá ser entregue directamente ao beneficiário por via bancária. Cada família terá um cartão multicaixa do banco seleccionado para o efeito. Lá onde não for possível, o valor deverá ser entregue directamente às famílias em numerário", explicou Lopes Paulo.

De acordo com o responsável, a verba prevista para cada família vai-se traduzir em "bem-estar" destas, porque está-se a falar de pessoas que vivem no limiar da pobreza.

1.5 Mais de nove mil famílias vulneráveis recebem apoio

Jornal de Angola
9 De Maio de 2020

Texto: Delfina Victorino

Mais de nove mil famílias vulneráveis estão cadastradas, seleccionadas e controladas ao nível de todos os municípios do Bié para beneficiarem de apoio em bens alimentares durante o Estado de Emergência.

A informação foi prestada pela directora provincial do Gabinete da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. Belvina Gonçalves acrescentou que mais de 10 crianças foram reintegradas no seio familiar. Belvina Gonçalves garantiu que 22 toneladas de bens diversos foram disponibilizadas para as nove administrações municipais da província do Bié, com objectivo de ajudar as famílias vulneráveis identificadas em várias localidades. Os alimentos, disse, são o resultado da campanha de recolha de donativos para reforçar a ajuda às famílias mais carentes nesta época de emergência.

A responsável informou ainda que 27 pessoas que sofrem de lepra, a viverem no centro de tratamento, bem como outros 65 pacientes externos, também estão a receber apoio. "A cesta básica é composta de arroz, fuba de milho, óleo, massa alimentar, açúcar, sal, detergentes e outros bens, que são distribuídos para todas administrações municipais do Bié", precisou. Belvina Gonçalves esclareceu que os

centros de acolhimento provisório de crianças na rua, o lar de idosos e a leprosaria são as instituições seleccionadas para a entrega de donativos.

Os deficientes, disse, recebem apoios integrados em listas das respectivas famílias, acontecendo o mesmo com as 30 crianças anteriormente alojadas no centro de acolhimento provisório do Cuito. Belvina Gonçalves esclareceu que, entre aquelas crianças, 16 foram entregues às respectivas famílias para melhor socialização, enquanto 14 estão sob a guarda da Direcção da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

1.6 Mais famílias carenciadas vão receber cestas básicas

Jornal de Angola
9 De Maio de 2020
Texto: Pereira Dinis

Famílias vulneráveis das províncias de Luanda, Lunda-Norte, Namibe e Bengo vão receber produtos da cesta básica, no âmbito de um programa de solidariedade social, em tempos de Covid-19, do grupo empresarial Gulkis, que tem uma fábrica de lacticínios na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, no município de Viana.

Shaukat Minsrva, gestor da fábrica detentora da marca "Gulkis" de leite condensado e líquido, disse, ontem, à imprensa, que a decisão de distribuição de produtos da cesta básica deve-se à publicação de uma reportagem pela Televisão Pública de Angola (TPA), que mostrou as dificuldades por que passam as famílias carenciadas em várias províncias do país.

Shaukat Minsrva confirmou que, numa segunda fase, as cestas básicas vão chegar a outras províncias do país, em data que não mencionou, quando falava a jornalistas na presença de bens alimentares já acondicionados em caixas para serem enviados para os locais seleccionados.

O Bengo está incluído na primeira fase, de acordo com Shaukat Minsrva, por "muitas famílias terem ficado, recentemente, sem os haveres", na sequência das últimas chuvas que caíram sobre a província vizinha de Luanda.

Uma das áreas da província do Namibe com distribuição garantida de produtos da cesta básica é o município do Virei, por haver na zona várias famílias com dificuldades em adquirir bens alimentares, uma realidade extensiva às localidades da província da Lunda-Norte. Na província de Luanda, os municípios de Viana e Cacuaco estão entre as localidades onde

há famílias vulneráveis que vão receber cestas básicas do grupo empresarial Gulkis, cuja fábrica instalada na Zona Económica Especial tem capacidade de produzir 70 mil litros de leite líquido e 70 toneladas de leite condensado por dia.

Para as três províncias foram preparadas 2.600 caixas, no interior de cada caixa estão cinco quilos de arroz, cinco quilos de fuba de milho, quatro quilos de açúcar, massa alimentar, farinha de trigo, óleo vegetal e leite condensado. Namibe vai receber 900 caixas, Lunda-Norte 900, Bengo 500 e Luanda três mil. A administradora municipal adjunta de Viana para o Sector Político, Social e Comunidades, Ginga Tuta, presente na cerimónia de entrega das doações, agradeceu o gesto do grupo empresarial Gulkis e admitiu a possibilidade de a maior parte das cestas básicas para Luanda ser distribuída a famílias vulneráveis de Viana, por a fábrica estar instalada no município e por a circunscrição ter mais de três milhões de habitantes.

“Mas, vamos procurar dividir o mal pelas aldeias”, acentuou Ginga Tuta, que anunciou, para os próximos dias, o início da distribuição das cestas básicas.

O grupo empresarial “Gulkis” tem apoiado vários centros de acolhimento de crianças na província de Luanda e o Beiral, lar da terceira idade, também localizado na capital.

1.7 “Zunga” rompe a paz da Centralidade do Kilamba

Jornal de Angola

9 De Maio de 2020

Texto: António Eugénio

Mais de duas dezenas de vendedoras ambulantes, vulgo “zungueiras”, vendem produtos alimentares no interior da Centralidade do Kilamba sem máscaras, o que é um incumprimento às medidas de biossegurança para a prevenção da Covid-19.

A venda de produtos alimentares na Centralidade estava proibida pela Administração, alegadamente, para evitar uma concorrência desleal com os comerciantes das unidades formais.

A fase de confinamento está a ser aproveitada pelas “zungueiras” para realizar o comércio informal na Centralidade. As vendedoras são vistas, amiúde, com bacias de peixe, hortícolas, frutas, às voltas pelos quarteirões.

“É carapau fresco, carapau fresco”, gritam logo pela manhã, irrompendo o silêncio. Maria Fátima é uma delas e vende sem máscara. Diz que aproveita a fase em vigor para vender o pouco que transporta. “Aqui há muitos clientes”, disse.

Maria Fátima prefere vender o peixe lambula, que, financeiramente, adapta-se a ela e à maioria dos clientes. Ela faz o negócio a escassos metros de uma cantina.

Do outro lado da rua está Maria Catarina. É outra vendedora de frutas. Passa com a sua máscara pendurada ao pescoço. “Quero algum dinheiro para comprar comida”, justifica-se, acrescentando que “alimentar a família é o nosso principal objectivo”. Ao lado está a jovem Feliciano, com uma bacia cheia de múcua. Também tem a Cidade do Kilamba como zona de eleição para zungar. Anteriormente, a sua actividade comercial era feita no seu “Povoado”, no outro lado da Centralidade.

O Kinito, proprietário da cantina, vezes sem conta fica enfurecido, chegando mesmo a pedir que as “zungueiras” se afastem do seu estabelecimento. “Pago taxa e renda ao Estado e vocês vendem à vossa maneira. Assim não funciona”, reclama.

A moradora Palmira Gaio defende, entretanto, que essas incansáveis trabalhadoras, apesar da imprudência, reduzem distâncias e a deslocação de pessoas, que iriam aos mercados. “Nesta fase de confinamento, para evitar andar, o papel das senhoras é bom. Mas, devem estar protegidas”, observou.

A presença das zungueiras é, contudo, contrariada por Joaquim Franco, que considera uma invasão e perturbação, por causa dos gritos a anunciar o produto.

“Acho que devia se evitar a entrada das ‘zungueiras’ aqui. Já temos cantinas e supermercados. Além disso, não acrescentam valor à base tributária”, sustentou.

1.8 Mil famílias começam a receber apoio financeiro

Jornal de Angola

10 De Maio de 2020

Mil famílias vulneráveis residentes no município do Nzeto, província do Zaire, vão beneficiar, a partir do final deste mês, de 8.500 Kwanzas por mês, no âmbito do programa de transferências sociais monetárias do Executivo denominado por KWENDA.

O programa tem em vista o reforço do sistema de protecção social implementado pelo Executivo. Para constatar o grau de preparação e de prontidão das condições técnicas e humanas, esteve no município do Nzeto, província do Zaire, uma delegação do Grupo Técnico das Transferências Sociais Monetárias (GT-TSM), chefiada pelo seu coordenador, o secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo, acompanhado do secretário de Estado para Acção Social, Lúcio Amaral.

Em declarações à imprensa, no final da visita, Lopes Paulo considerou “positivo” o trabalho desenvolvido pela equipa técnica na identificação e cadastramento das famílias naquela municipalidade da província do Zaire. Segundo o coordenador do Grupo Técnico das Transferências Sociais Monetárias, a fase piloto vai abranger cinco municípios, o Nzeto, na província do Zaire, Ombanja (Cunene), Cambundi Katembo (Malanje), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Caculo (Huila), perfazendo até ao final do ano 300 mil famílias.

Em todo país foram identificadas e cadastradas 1,6 milhão de famílias em situação de pobreza extrema, sendo 700 mil famílias no próximo ano e 608 mil em 2022. O Programa está orçado em 420 milhões de dólares, dos quais, 320 milhões financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões de dólares suportados pelo Tesouro Nacional.

O programa visa mitigar o risco social das famílias em situação de vulnerabilidade, identificadas no último inquérito sobre despesas e receitas das famílias, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística no período entre 2018/2019 e que traz um novo mapa de pobreza que evidencia a existência no país de Um Milhão e Seiscentas e Oito Mil famílias em situação de pobreza monetária. A cada família beneficiária do programa, receberá o valor de 8.500 kuanzas mês.

O Programa KWENDA foi aprovado em Março pela Comissão Económica e publicado no Diário da República nº 125/20, de 04 de Maio. O programa tem ainda, como objectivo, a inclusão das famílias em actividades geradoras de rendimento, bem como o fortalecimento dos mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Protecção Social, por via do apoio institucional, metodológico e financeiro. O mesmo vai ser implementado nas 18 províncias, nas áreas rurais e urbanas, durante três anos, em quatro fases.

A coordenação do programa está a cargo do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e vai ser executado pelo Fundo de Apoio

Social. A coordenação e supervisão institucional é feita pelo Grupo Técnico de Acompanhamento ao Programa de Transferências Sociais Monetárias e Fortalecimento da Protecção Social que, por sua vez, reporta ao ministro de Estado para a Coordenação Económica.

Em declarações à imprensa

O secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo, explicou, no final da reunião do Conselho de Ministros, a 30 de Março, que com o Programa de Transferência Social Monetária pretende-se promover a inserção produtiva das famílias, que poderão receber dinheiro durante um período de tempo até terem a capacidade de gerar rendimentos próprios e criar auto-sustento. A previsão, disse, é que cada família receba dinheiro durante 12 meses.

Esclareceu que a implementação será gradual e que depois da fase piloto, este mês, deve arrancar nos 40 municípios seleccionados e dispersos pelas 18 províncias. Estima-se que, das 1.608.000 famílias, 1.092.000 estejam no meio rural e apenas 516 mil nos centros urbanos. Deste total, cerca de 200 mil estão em condição de extrema pobreza, de acordo com a definição do Instituto Nacional de Estatística (INE).

As famílias com um rendimento de até 73 mil kwanzas são consideradas pobres e as de extrema pobreza são as que têm um rendimento de cerca de 24 mil kwanzas. Para a concretização do programa, foi contratada uma empresa privada para assegurar que o processo decorra de modo isento e sem favorecimento.

1.9 Moradores caçam ratos para comer

Texto: Pedro Augusto

14 De Maio de 2020

Um número considerável de moradores do bairro Santa Paciência, no Distrito Urbano do Zango, alimenta-se de ratos para atenuar a fome que os atormenta, desde que foi decretado o Estado de Emergência, em Março, por força da pandemia da Covid-19.

O Jornal de Angola constatou que muitos chefes de família, maioritariamente desempregados, algumas idosas e deficientes, estão sem condições para dar o básico aos agregados, por isso encontraram na caça de ratos, principalmente nas matas adjacentes à centralidade do Zango 5, a solução para matar a

fome. O arroz ou funje com rato grelhado passaram a ser os pratos de muitos lares da zona.

O coordenador da Comissão de Moradores, Pascoal Tiago, há sete meses no cargo, manifestou-se preocupado com a situação e lamentou o facto de a circunscção não ter sido, até agora, contemplada com cesta básica, quer de associações filantrópicas, quer de instituições governamentais ou privadas, como acontece em outras áreas do município. Para o responsável, a caça de ratos para alimentação e comercialização não constitui novidade e lembrou que a vida está difícil para os habitantes, desde que foi decretado o Estado de Emergência. Em função do quadro actual, Pascoal Tiago solicitou resposta urgente da Administração Municipal de Viana e do distrito do Zango, para acudir as 9.284 famílias da zona, sobretudo os idosos, deficientes e desempregados.

“O bairro Santa Paciência ainda não beneficiou da cestas básicas, tal como outras zonas do município. Por cá, existem idosas, pessoas portadoras de deficiência e outras que passam por grandes necessidades”, deplorou.

De acordo com Pascoal Tiago, na circunscção existem moradores que não têm famílias, idosos sem filhos e mulheres com filhos menores que não têm o que comer. Argumentou que há ainda pessoas sem possibilidades para comprar água e que sobrevivem devido a solidariedade de alguns vizinhos e da comissão de moradores que, mesmo com dificuldades, tem procurado fazer o possível para atenuar o sofrimento dos mesmos. Com 9.284 habitantes, maioritariamente jovens e crianças, distribuídos por cinco sectores, Santa Paciência carece de quase tudo: escolas, hospitais, água canalizada, largos para lazer, creches e outras infra-estruturas. É uma zona considerada de extrema pobreza, o que eleva o número de “crianças pedintes”.

I.10 Moradores do Vila Kiaxi clamam por socorro

Jornal de Angola

14 De Maio de 2020

Texto: Adalberto Ceita

O grito de socorro passou a ser constante, atendendo a precariedade a que estão votados homens, mulheres e crianças, pelas mais diversas razões. Os moradores do Vila Kiaxi enfrentam sérios problemas, desde doenças diarreicas, malária, infecção urinária, desemprego, entre outros males.

Trata-se de um apelo desesperado de uma comunidade que viu agravar as condições de vida devido ao surgimento do novo coronavírus e, por via disto, as medidas impostas pelo Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência, que já vai na sua terceira prorrogação.

Localizado nas imediações do Campus Universitário, o bairro é composto por quatro quarteirões, com acessos constituídos por ruas maioritariamente com lombas e buracos. Os espaços de passagem de água formada pela força da natureza foram transformados em depósitos de lixo. A recolha é quase uma miragem e o cheiro nauseabundo incomoda os transeuntes.

Vila Kiaxi dispõe de energia eléctrica, mas nunca beneficiou de abastecimento de água da rede pública. A água consumida, proveniente de camiões cisternas e reservatórios instalados em motorizadas de três rodas, contam os moradores, tem causado doenças diarreicas agudas e infecções urinárias, principalmente em mulheres e crianças menores de cinco anos. Se antes já era difícil fazer a higiene pessoal, com o surgimento do novo coronavírus a situação agravou-se. E, como um mal nunca vem só, a fome assentou raízes em muitas moradias.

“Estamos a passar mal com a fome. No início do mês passado prometeram que passaríamos a receber cesta básica. Já estive aqui uma carrinha da administração, mas a comida que trouxeram foi insuficiente e muitas famílias ficaram sem receber”, afirmou Isabel Basílio.

Residente no bairro Vila Kiaxi desde 2015, Isabel Basílio e o esposo dependem de pequenas vendas para dar sustento aos quatro filhos menores. Para o casal, a Covid-19 e o Estado de Emergência vieram complicar a precária condição da família, que muitas vezes depende da caridade dos vizinhos mais abastados, para alimentar-se. Descrente em relação as medidas de apoio destinadas aos mais carenciados, Isabel teme pelo futuro.

Num outro extremo do bairro, Sebastião Zenganco levanta-se da cadeira plástica branca de um total de quatro colocadas num dos cantos do quintal da sua moradia. O olhar não disfarça a tristeza com o rumo que a sua vida tomou, embora reconheça que é apenas mais um chefe de família no conjunto de outros tantos, que passam por inúmeras dificuldades decorrentes da crise financeira e do novo coronavírus.

Serralheiro de profissão, até finais de Março deste ano exerceu a actividade sem qualquer constrangimento. Impotente diante da repentina mudança, Sebastião explicou que as obras abrandaram, as dificuldades aumentaram e ficou,

praticamente, sem poupanças para fazer face as despesas. “Apesar de todo esforço que faço, há várias semanas que enfrento as consequências da falta de água potável, comida e outras”, resumiu.

Outra moradora, Eva Satula, 63 anos, comunga da opinião de Sebastião Zenganco. Franzina e de estatura baixa, a anciã contempla as crianças que pululam de um lado para o outro, à procura de algo para comerem. “Infelizmente tem sido assim quase todos os dias”, lamentou.

I.11 Afinal era possível tomar conta dos pobres

Novo Jornal

15 De Maio de 2020

A maioria do povo tem vivido, há décadas, tempos difíceis onde sempre imperou o egoísmo e a indiferença na governação, onde os que tinham mais fingiam que não viam a dor dos que não tinham sequer um país. O déficit de amor ao próximo sempre foi o maior drama da governação angolana. Todas as desculpas eram suficientes para derrotar a esperança do povo desvalido. Primeiro foi a guerra, depois foi a infância da paz e o custo da reconstrução, que, apesar de ter dado para construir um país inteiro duas vezes, nunca incluiu no banquete da primitiva distribuição da riqueza todos os filhos da pátria, não obstante os sacrifícios exigidos desde a Independência.

O mundo vive um desde Dezembro um problema comum, que afecta de forma indiscriminada todos os países, que não respeita ideologias, nem crenças, nobres, ditadores, doutores ou mendigos. O mundo fechou as portas e ninguém entra nem sai. E foi neste momento de dor e de grande expectativa que vi os pobres em Angola a terem um estatuto que não fosse desenhado para fins eleitoralistas.

A Covid-19 apontou holofotes para o drama dos meninos de rua - que, depois da saída da Dra. Eufrazina Maiato, perderam toda a generosidade - e foi encontrada forma de incluir, em Luanda, 2000 adolescentes em sítios com segurança e os mínimos olímpicos da dignidade humana, não sendo ainda as condições ideais, mas queremos que este programa se generalize a todas as províncias e que nunca mais nenhum adolescente coma do contentor do lixo ou viva num buraco. Temos que vigiar para que depois de passar a pandemia estas crianças e adolescentes nunca mais voltem para a rua e se tornem úteis em todos os sentidos, para poderem depois ser auto-suficientes.

A Covid-19 permitiu que o governo reconhecesse que afinal os pobres não têm água em suas casas e que o custo diário feito pela compra de baldes, bacias ou bidões era absolutamente revoltante depois de termos gastado "triliões" em barragens e do programa de "água para todos" ter sido afinal só para alguns, pois a maioria da população não tem acesso à água potável trazida à sua casa por uma rede canalizada. A pandemia permitiu que se distribuíssem milhões de litros todos os dias nos bairros "secos" e com isso aliviar o peso desta despesa diária. Convém lembrar que esta "água para todos" não chega às maternidades, a muitos hospitais, às escolas e aos mercados, nem a muitas centralidades. Nenhum país se desenvolve com camiões-cisterna. Devemos exigir que este seja o primeiro passo para que o programa de "água para todos" deixe de ser uma esmola e passe a ser um imperativo que um país que vende petróleo terá que honrar como uma prioridade, não estando sequer a inventar a roda, pois os romanos já tinham água canalizada e saneamento há 2000 anos.

A Covid-19 permitiu que o Governo deixasse aqueles programas defeituosos, que nunca foram sequer avaliados, pois não foram concebidos para resolver problemas mas para ganhar votos (Poupa lá, Presild., Maçaroca, Bué, entre outros de igual perda de recursos), e decidiu criar um programa de transferência directa a famílias mais pobres, os tais que vivem abaixo daquela linha de pobreza que nunca foi reconhecida e que vivem com menos de 2 USD por dia. Vamos lutar para que este mecanismo de segurança social se mantenha, se amplie e seja capaz de aumentar a sua dotação individual a estas famílias porque não podemos continuar a aceitar que todos os anos centenas de crianças morram de fome num país que desperdiça dinheiro e ninguém é responsabilizado.

A Covid-19 mostrou que a maioria da população não tem uma casa condigna, e por isso não pôde respeitar devidamente a quarentena porque o sol debaixo das chapas de zinco ou o número elevado de habitantes por metro quadrado, aliados ao facto de a maioria da população viver do mercado informal vendendo de dia para jantar, pondo o Estado de Emergência em causa. A Constituição angolana define como direito o acesso a uma habitação condigna, o que nunca foi respeitado, atendido ou sequer tomado abrangente. E não me falem nas centralidades que não incluem pobres, miseráveis, nem desempregados. Também, aqui O modelo de governação tem que ser repensado. Uma pessoa sem um tecto condigno nunca será um cidadão produtivo e nunca poderá tomar conta de si ou da sua família. Apenas sobrevive. Por isso, como Direito elementar a

questão da habitação social nunca mais deve ser tornada num negócio mafioso, mas sim ser tratada com a eficácia que é exigida para deixarmos de ter dois países.

A Covid-19 destapou uma realidade que a governação ignora, faz anos. O estado calamitoso dos hospitais, a precariedade do número de técnicos de saúde e de médicos, a falta de fábricas que produzam material hospitalar, medicamentos, entre outras exigências matando de vez a "micha" do negócio da importação de tudo o que uma unidade de saúde consome, do algodão, gaze, álcool, adesivo, medicamentos, seringas, máscaras, entre outros, para não falar de equipamentos. A maioria do povo só tem o hospital público e este tem que ser tão eficaz, tão financiado e tão respeitado como são as unidades de referência para onde se dirige quem tem dinheiro quando viaja para fazer consultas no estrangeiro por causa da insuficiência doméstica. Nunca mais nenhuma obra milionária míope e que apenas tem como objectivo enriquecer pessoas desonestas se coloque à frente da integridade, segurança e saúde do povo angolano,

A Covid-19 cortou algumas das gorduras do aparelho governativo. Não basta diminuir ministérios. É imperativo cuidar da qualidade da prestação do servidor público, das suas viagens feitas até à exaustão, dos carros, das juntas médicas, do papel de muitos membros do governo que são parte interessada em muitos negócios de Estado. É imperativo cortar despesas na Defesa e na Presidência. O que o Estado gasta na importação da cesta básica, que era possível produzir localmente, é uma vergonha. É imperativo, igualmente, que as pessoas, programas, instituições e prioridades sejam constantemente avaliadas para evitar o abuso, o despropósito, a irracionalidade e a banga.

A Covid-19 salvou o velho Beiral, esquecido no intervalo dos votos, onde vivem dezenas de mais-velhos (dos poucos que ainda nos restam) sem nenhuma dignidade, com fome, doentes, sem afectos e em instalações tão precárias que ninguém naquela idade merece. Honrar os velhos não é piedade. Honrar os velhos é um DEVER de uma sociedade sadia e agradecida, coisa que não conseguimos ser. As pessoas foram instaladas com dignidade, em camas com colchões limpos, num espaço com comodidade, o que é agradável. Devemos vigiar as obras de todos os "Beirais" deste país para que não nos fintem.

A Covid-19 trouxe a Telescola, que, não obstante alguns erros, pode ser trabalhada, melhorada e transformar-se numa solução muito eficaz para colmatar insuficiências de professores e escolas. Recorde-se que em 2017 tinham ficado de fora do sistema mais de 2 milhões de crianças. Não nos

podemos esquecer que todos os anos nascem mais de 1 milhão de novos filhos e a capacidade de intervenção do governo não tem incluído este importante facto na previsão da oferta de serviços sociais.

Podia enumerar outras boas práticas nascidas neste tempo de pandemia, mas penso que estas são suficientemente elucidativas para demonstrar o tempo que perdemos. Devemos todos exigir que nunca mais nenhuma despesa imoral seja feita enquanto os problemas básicos de todo o povo angolano não forem definitivamente resolvidos. Para isto, temos que repensar o papel das funções do Estado. Que tipo de Estado merecemos exigir? Não podemos aceitar a defesa do retorno ao Estado mínimo com a desculpa de que o povo se safa e cai sempre de pé. Não podemos continuar a perder gerações. Não podemos continuar a aceitar que as promessas não sejam devidamente cobradas. Tem que existir um limite para os erros cometidos. Depois da Covid-19, o mundo não será o mesmo e Angola também não.

O Papa Francisco disse: "Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça com desigualdade". Teremos que aproveitar esta oportunidade para construir um novo modelo de governação em que as causas inadiáveis sejam as que são em nome do povo e a política resolva de facto os problemas e não seja uma simples curta. Ficou provado que já não nos fazem falta ideologias ou novos credos. Fazem, sim, muita falta políticas construídas e implementadas com bondade, humildade e ética que sejam capazes de construir segurança alimentar, saúde e escola públicas de qualidade, eficiência, dignidade, emprego e um país onde cada um fortaleça o sentimento de pertença, patriotismo e amor pelo próximo. O nosso maior drama é que não temos problemas novos. Estamos enrolados nos velhos problemas há 40 anos. E isso comprova a falta de desenvolvimento.

I.12 Quantos empregos serão destruídos pela Covid-19 em 2020?

Jornal Expansão

15 De Maio de 2020

Texto Alves da Rocha

No estudo do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (Efeitos Económicos e Sociais da Covid-19 em Angola, deste mês) estão questionadas as medidas do Governo para diminuição dos efeitos da recessão

económica esperada para este ano e agravada pelos efeitos dos sucessivos confinamentos que não se sabe quando acabarão, uma vez que o País ainda está no início da rebentação da onda da contaminação. Medidas insuficientes, como cabalmente se demonstra, a serem complementadas e completadas por outras que aí igualmente se apontam. As economias europeias, as mais afectadas pelos efeitos da Covid-19, tirando os EUA (a que se seguirá o Brasil), prevê em ter reduções no valor nominal dos respectivos PIE de 400 a 700 milhões de euros por mês, acreditando os seus economistas que o desconfinamento regulado e regulamentado contribua para que a catástrofe não o seja, até final deste ano. Aceitando o valor mais baixo, está a falar-se numa diminuição do PIE nominal de 4.800 milhões de euros. Igualmente nestes países e não obstante a enorme quantidade de dinheiro colocada à disposição da economia para manter as empresas, o emprego e os salários, as falências têm-se sucedido em catadupa, 2.300 e 1.745 empresas em estado de insolvência durante o confinamento na Alemanha e em Portugal. Em Angola, não estão disponíveis informações sobre estas matérias, desconhecendo-se quantas unidades económicas encerrarão em 2019, quanto mais emprego será destruído, em quanto de salário o rendimento nacional será afectado. Nada AAGT só continua preocupada com a cobrança de impostos, mantendo as suas notas de rodapé nos noticiários da TPA, anunciando a forma como os contribuintes podem pagar as suas obrigações fiscais via modelos electrónicos. Com empresas a encerrar, o desemprego a aumentar, a produtividade a encolher e os salários a diminuir, quem afinal vai pagar impostos em Angola? E empresas que encerram a sua actividade raramente reabrem, ou seja, morrem completamente.

A única instituição que avançou com um estudo sobre os efeitos da Covid-19 e da presente crise foi a Universidade Católica de Angola, tendo estimado uma recessão em 2020 de cerca de 6,8%. Alguns empresários - os que, verdadeiramente, sentem o peso da economia e das dificuldades em fazer a economia acontecer em Angola - têm afirmado que as previsões do CEIC da UCAN são optimistas, colocando essa fasquia em 8%. Naturalmente que previsões não são mais do que isso, baseadas em modelos e pressupostos sempre discutíveis. Imagine-se, porém, um cenário Covid-19 com dezenas de milhares de infectados e a manutenção, agravada, dos estados de emergência? Como resolver os problemas de pobreza, com o preço do petróleo em altos e baixos em torno de 30 USD por barril? Admitindo uma recessão de 7% em 2020 e inexistência de ganhos ou perdas de produtividade, a taxa de desemprego pode aumentar no mesmo montante em

2020, ou seja, passar para 38% da população economicamente activa.

De acordo com a recente publicação, *The Macroeconomics of Epidemics*, o impacto de não se tomar qualquer medida de controlo seria: uma quebra no primeiro ano de apenas 0,7% do consumo médio agregado. Porém, as consequências seriam devastadoras a nível da saúde, com um declínio permanente de 0,3% da população e do PIE (como consequência das mortes). Esta crise é provocada, simultaneamente, por um choque do lado da oferta e do lado da procura, o que poderá criar uma espiral depressiva, gerando uma grande e persistente recessão. O efeito da oferta é causado pelo risco de contágio dos trabalhadores, fazendo com que haja uma redução da força de trabalho, significando paragem das empresas, interrupções do comércio internacional e ruturas nas cadeias de valor. No lado da procura, os efeitos são causados pelo risco de contágio das pessoas que consomem, resultando na redução súbita e violenta, quer do consumo privado, quer do investimento. A consequência resulta em fortes dificuldades de tesouraria para as empresas que, posteriormente, se poderão traduzir em problemas de solvabilidade e podendo mesmo levar ao seu encerramento. Estes problemas reflectem-se em desemprego e diminuição do rendimento disponível das famílias, os quais conduzirão a uma redução do consumo e do investimento. Um efeito circular que para ser travado exige medidas rápidas e eficazes.

A Covid-19 em Angola tem de ser encarada como um choque externo violento, semelhante à queda abrupta do preço do barril do petróleo depois de 2014. Os seus efeitos são essencialmente sobre a economia não petrolífera. O encerramento de empresas poderá ser considerado como o natural ajustamento de uma economia com muitas e significativas zonas de ineficiência (darwinismo económico)? (1) Não me parece e, por isso, há lugar a uma intervenção do Estado para atenuar as consequências negativas e criar as condições de retoma

A questão essencial a colocar e a debater é se a recuperação económica é factor suficiente para a reversão do desemprego e para a criação sustentada de emprego líquido no futuro.

Adjacente à capacidade de geração de emprego está a matéria salarial, ou, de modo mais geral, do poder de compra da sociedade: são suficientes taxas expressivas de variação anual do nível de actividade para que os salários - e outras remunerações que entram no cômputo do poder de compra geral - aumentem e as famílias vivam melhor?

A literatura económica está recheada de casos de destruição de empregos, uma vez que para as empresas o desafio é de vida ou morte. As que não aumentarem a produtividade vão à falência, sendo o custo social associado ao despedimento em massa dos trabalhadores. As que conseguirem ganhos de produtividade poderão conter uma parte da sua força de trabalho. Ou seja, até mesmo a prosperidade passa pelo desemprego.

Assinale-se que o progresso económico e social da Humanidade tem, também, sido feito pelo viés da redução do tempo de trabalho, ao que se tem associado uma elevação do nível médio dos salários (a Revolução Industrial começou com uma semana de trabalho de 70 horas, salários de subsistência e um ambiente de trabalho extenuante). Provavelmente, a sua situação final - por muitos especialistas e futuristas já antevista para o século XXII - será a da libertação total do trabalho. Ou seja, as máquinas tenderão a ser os "novos escravos" da Humanidade, capazes de produzir outras máquinas, bens e serviços diversos. Neste estágio, as máquinas libertarão as pessoas do trabalho material, para que possam dar contribuições profundas para a geração de capital social na sociedade civil. Será, então, a predominância do espírito sobre a matéria, do espiritual sobre o material, ou seja, a possibilidade de realização plena da Religião.

Parece que não existem receitas universais e muito menos infalíveis contra o desemprego, apesar de o Fundo Monetário Internacional fazer crer que a redução da presença do Estado da economia com todas as implicações e facetas conhecidas - seja a solução-milagre para o crescimento económico e a geração de empregos. No entanto, deve ser aceite que a manutenção sob controlo do gasto público é uma prática salutar, que alarga o espaço para a economia privada, aquela que, supostamente, gera maior número de empregos, sobretudo, quando o crescimento económico for puxado pelas exportações - forte concorrência no mercado internacional-, que exigem rigor e disciplina fiscal, qualidade do investimento público e baixas taxas de juro.

Seguramente que o modelo de desenvolvimento seguido ou a seguir tem muita importância para o enquadramento do problema, porquanto existem modelos mais "amigos" do emprego, do que outros. Para além disso, determinadas políticas específicas são indispensáveis para, ou estimular-se o funcionamento do mercado de emprego na perspectiva de criação de postos de trabalho líquidos, ou, então, para corrigir determinadas imperfeições dos mecanismos de oferta e procura de mão-de-obra, uma vez que se tem como certo que o mercado de trabalho funciona pior do que o mercado de bens e

serviços. Outras medidas se fazem mister para a dinamização do processo de geração de emprego com o crescimento económico, tais como: providenciar-se o acesso a activos produtivos, como terra e crédito - enquanto meio de atacar o problema da repartição do rendimento nacional a montante e que pode ter uma incidência extraordinária no combate contra a pobreza - garantir-se o acesso aos serviços sociais, essencial como forma de muscular o processo de criação do capital humano nacional, aposta forte na formação e reciclagem profissional (os conhecidos "learning by doing" e o "a life of learning"). Mas, também, essencial é o estabelecimento de um compromisso político para o emprego, uma espécie de agenda social estabelecida em torno do emprego.

1 Os apoios diversos previstos pelo Governo nos seus documentos de política económica, podem também aproveitar as unidades menos eficientes. o que sen um desperdício de recursos financeiros. Mas, num País em que política e economia empresarial andam de braço dado, é difícil introduzir discriminações positivas

1.13 Combate à Pobreza abrange vários sectores

Jornal de Angola

19 De Maio de 2020

Estácio Camassete

Cuidados primários de saúde, merenda escolar, fomento da agricultura, construção e reabilitação de infra-estruturas, entre outras actividades, fazem parte do leque de acções que visam retirar famílias da pobreza extrema, no município do Ecuinha, província do Huambo, revelou ontem ao Jornal de Angola o administrador local Hermenegildo Tchilembo. Segundo o responsável, estas as acções, que estão a ser desenvolvidas regularmente no quadro do Programa Integrado do Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza, envolvem associações de camponeses com o acompanhamento directo da Administração Municipal.

“Muitas famílias antes deste programa não tinham uma fonte de sustento, hoje já são criadoras de animais e produzem diversos produtos agrícolas, fruto do investimento que fizemos”, revelou o administrador municipal. O programa visa potenciar, na vertente agropecuária, o maior número de pessoas desfavorecidas em zonas rurais para que saíam da pobreza extrema.

Por seu lado, o administrador do município Chicala Choloanga assegurou que cerca de 25 milhões de

kwanzas foram aplicados na execução de diferentes programas, com destaque para a aquisição de caprinos, que vão ser distribuídos em cem famílias para o incentivo da criação e expansão da espécie. A finalidade é o aumento do número de criadores de gado na localidade, a melhoria da dieta alimentar, e consequentemente a promoção dos sectores da Pecuária e do Comércio.

Paulo Kundomboque avançou que, no âmbito do Combate à Pobreza, 86 mulheres vão ser formadas nos cursos de Pastelaria, Culinária, Corte e Costura, bem como serão adquiridas máquinas pulverizadoras para a processo de cuidados primários de saúde.

I.14 FAS forma agentes comunitários para apoiar famílias vulneráveis

*Texto: Nicolau Vasco
19 De Maio de 2020*

Pelo menos, 30 agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário do município do Cuito Cuanavale, província do Cuando Cubango, participam numa acção de formação que visa prosseguir com o cadastro das famílias em situação vulnerável, no âmbito do Programa das Transferências Sociais Monetárias, denominado Kwenda.

Criado através do Decreto Presidencial nº 125/20, de 4 de Maio, o Programa Kwenda destina-se, fundamentalmente, à protecção social temporária das famílias que vivem em situação precária, mediante a atribuição de uma renda mensal de 8.500 kwanzas. No Cuito Cuanavale, numa primeira fase, o processo de cadastramento vai abranger 40 aldeias da comuna sede, Baixo Longa, Longa e Lupiri.

O programa prevê, igualmente, a inclusão destas mesmas famílias em actividades geradoras de rendimento, bem como o fortalecimento dos mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Protecção Social, por via do apoio institucional, metodológico e financeiro.

Promovido pelo Fundo de Apoio Social (FAS), a acção de formação tem a duração de doze dias e conta com o suporte do governo provincial do Cuando Cubango e do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU). Nesta primeira fase, o programa abrange também os municípios do Nzeto (Zaire), Ombandja (Cunene), Cacula (Huíla) e Cambundi Catembo (Malanje).

Durante a formação os participantes serão capacitados sobre técnicas de missão, atribuição e

responsabilidades dos ADECOS, mapeamento e delimitação das áreas, prevenção contra a Covid-19, Programa Kwenda e vulnerabilidade.

Vão ainda aprender sobre o pré-cadastramento do Programa de Transferências Sociais Monetárias que consistirá no preenchimento de fichas de entrevistas e recolha de dados com “smartphone” ou outro dispositivo móvel com Android.

O curso está a ser ministrado por uma equipa de nove formadores provenientes de Luanda, integrada por membros do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e do Ministério da Saúde, face à situação actual do novo Coronavírus, e está sob a coordenação técnica do director geral do FAS, Belarmino Jelembi.

O coordenador do FAS, Fernando Cristóvão, lembrou que a nível do país, o Kwenda foi lançado oficialmente a 28 de Abril, no município do Nzeto, na província do Zaire.

No Cuito Cuanavale, após a formação, as equipas começam imediatamente a recolher dados sobre as famílias vulneráveis para serem contempladas nesta primeira fase com base nos critérios estabelecidos.

Administrador agradece

O administrador municipal do Cuito Cuanavale, Miguel Ndumba, congratulou-se com a iniciativa do Executivo e com o facto de o município ter sido escolhido para a experiência piloto na província do Cuando Cubango que, no contexto das outras localidades, e com uma população de cerca de 38.836 habitantes, enfrenta um grau de dificuldades elevado.

Para Miguel Ndumba, tendo em conta a realidade histórica de guerra que o Cuito Cuanavale viveu, existem muitas famílias em situação de vulnerabilidade extrema e acentuada.

A maior parte da população local tem um agregado familiar constituído por pessoas deficientes de guerra, ex-militares com idade acima dos 60 anos que já não praticam a agricultura de subsistência e que precisam da ajuda do Governo.

Miguel Ndumba considera que, apesar de o projecto não ser abrangente, para toda a população, a implementação, prevista para o próximo mês de Junho, representa um grande avanço, sobretudo para aquelas famílias que, devido à sua condição física, inspiram cuidados redobrados para a administração municipal, que também não sabe como ajudar por falta de meios.

I.15 Luanda: Famílias vulneráveis recebem cestas básicas

Jornal de Angola

20 De Maio de 2020

A Comissão Multisectorial de Prevenção e Combate à Covid-19 fez ontem a entrega de produtos da cesta básica, para apoiar famílias mais vulneráveis do município do Cazenga.

Foram contemplados os distritos urbanos do Cazenga (194 CB), Kalawenda (283 CB), 11 de Novembro (183 CB), Kima Kieza (197 CB), Hoji-ya-Henda (500 CB) e Tala Hady (83 CB), assim como o município de Cacuaco, propriamente dos bairros do Paraíso (2020 CB) e Molenvos (1465 CB).

Ao todo foram entregues às administrações municipais e distritais 4936 cestas básicas, para beneficiar 26.218 pessoas. A acção está enquadrada num programa do Executivo que visa apoiar as famílias mais vulneráveis, afectadas pelo impacto negativo e social da Covid-19 em Angola.

Nos próximos dias serão igualmente contempladas famílias das restantes comunas do município de Cacuaco, bem como será iniciado o processo de entrega de cestas básicas a famílias dos municípios de Viana e Quiçama.

I.16 Quatro em cada dez angolanos em pobreza extrema

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

Quatro em cada dez angolanos afirmaram ter vivido em situação de "pobreza extrema", com faltas frequentes de bens ou serviços essenciais como alimentos, água potável ou assistência médica, de acordo com um inquérito do Afrobarómetro.

Aquele que é o primeiro inquérito de opinião pública em Angola realizado por esta rede de pesquisa pan-africana, contemplou a entrevista a 2.400 angolanos entre 27 de Novembro e 27 de Dezembro 2019 e evidencia as dificuldades para obter bens de primeira necessidade no País no ano de 2018.

O relatório avança como principais conclusões que 35% dos entrevistados admitiu ter vivido em situação de "pobreza extrema", o que "significa que sofreram frequentemente com a escassez de alimentos, água potável, assistência médica e medicamentosa, combustível para cozinhar e de salário ou outros rendimentos". As situações de "pobreza extrema"

foram mais frequentes nas zonas rurais (46%), do que nas áreas urbanas (30%) e na regiões Leste (51%) e Sul (41%) do País.

Ainda segundo o estudo, dois terços dos angolanos ficaram sem comida suficiente para, pelo menos, uma vez durante o ano de 2018, incluindo um em cada cinco (21%) que ficaram "muitas vezes" ou "sempre". As dificuldades no acesso a alimentação suficiente foi mais frequente nas regiões Leste (77%) e centro Norte (70%).

Oito em cada dez angolanos ficaram sem assistência médica e medicamentosa suficiente durante o ano 2018, incluindo um terço (32%) que não tiveram atendimento médico "muitas vezes" ou "sempre". Destaca-se a região leste, com quase metade (45%) dos moradores com falta de assistência médica e medicamentosa.

De acordo com urna nota de imprensa do Afrobarómetro, o Governo e os parceiros do desenvolvimento têm como desafio nesta fase da pandemia implementar estratégias que possibilitem mitigar o impacto do cumprimento das medidas sanitárias pelas famílias mais carenciadas.

No seu primeiro inquérito de opinião pública em Angola, a equipa do Afrobarómetro, liderada pela Ovilongwa - Estudos de Opinião Pública, entrevistou 2.400 angolanos adultos, entre 27 de Novembro e 27 de Dezembro 2019. "Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +j-2pontospercentuais e um nível de confiança de 950/0", revela anota de imprensa

J.J.R.

I.17 Cadastro Social Único vai concentrar pessoas vulneráveis

Jornal de Angola

25 De Maio de 2020

Texto: Arão Martins

Um Cadastro Social Único está a ser criado para concentrar todas as pessoas em pobreza extrema e todos os programas de assistência social, para se ter uma base de dados que possa ser utilizada a qualquer momento, qualquer que seja o programa, informou ontem, em Cacula, Huíla, o secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo.

"Vai se evitar o benefício cumulativo. Quem recebe de um programa já não recebe do outro", afirmou o também coordenador do Grupo Técnico de

Acompanhamento ao Programa de Transferências Sociais Monetárias “Kwenda”.

Lopes Paulo falava à margem da visita ao município da Cacula (120 quilómetro a Leste do Lubango), um dos seleccionados para a fase piloto do Programa de Transferências Sociais Monetárias. Segundo Lopes Paulo, depois da aprovação e publicação do Programa de Transferências Sociais Monetárias, foi feito o cadastramento de cinco mil famílias, para a fase piloto, e criadas as condições para o funcionamento dos Centros de Acção Social Integrado (CASI).

Segundo Lopes Paulo, as famílias cadastradas vão constar de uma base de dados, que vai culminar no Cadastro Social Único, que está a ser construído.

Lopes Paulo garantiu que, brevemente, será publicada a lista de todas as famílias cadastradas para poderem verificar se os seus nomes constam ou não, para seguidamente ocorrer o período de reclamações.

O cadastro, informou, é feito por dispositivos electrónicos que estão ligados a uma central, em Luanda, e por uma empresa francesa que faz a selecção de forma automática. Disse que os vícios que possam ser cometidos no momento do cadastramento serão corrigidos através desse programa na central.

“Podemos colocar, por exemplo, o administrador municipal como beneficiário, mas em função do questionário que lhe é colocado, o programa vai separar por si só estas pessoas que não tenham condição de elegibilidade ao programa e ficar apenas as vulneráveis”, garantiu.

Financiamento

O secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, Lopes Paulo, garantiu estarem já disponíveis 420 milhões de dólares para o programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social (PFSNPS), denominado “Kwenda”.

O programa envolve as componentes de transferências sociais monetárias (TSM) para as famílias mais pobres.

Lopes Paulo informou que o dinheiro para o programa já está disponível. “Este programa não falhará por falta de recursos. Os recursos estão aprovados e estão disponíveis para a execução”, garantiu. Revelou que o país tem 1 milhão e 608 mil famílias em situação de pobreza extrema. Os dados, explicou, constam do mapa de pobreza que foi publicado em 2020, resultante do cadastro do Instituto Nacional de Estatística (INE) 2018/2019.

“Temos cerca de 43 por cento da população em situação de pobreza, mais um milhão e 608 mil está em situação de pobreza extrema. São aquelas que não têm mesmo dinheiro para viver”, informou.

Município piloto

Cacula é o município piloto da Huíla. Nesta fase serão beneficiadas mil famílias. Para que Cacula fosse eleito na província, segundo Lopes Paulo, cumpriu-se com o critério nacional, em função do mapa da pobreza publicado pelo INE.

A par de Cacula, na Huíla, foram seleccionados para a fase piloto, os municípios do Cuito Cuanavale (Quando Cubango), Ombandja (Cunene), Cambundi Catembo (Malanje) e Nzeto (no Zaire). Cada município participa com mil famílias.

Lopes Paulo esclareceu que, na fase de expansão, o programa vai atingir 300 mil famílias no final de 2020, em 2021 atende 700 mil famílias e em 2022 vai contemplar 608 mil famílias. “Estamos a trabalhar com uma média de 5 pessoas por agregado familiar. No final do programa são atendidos cerca de 9 milhões de angolanos”, adiantou.

O secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República explicou que decidiu-se, primeiro, estabilizar a condição de vida, através da atribuição do subsídio de 8.500 kwanzas/mês, a ser atribuído trimestralmente, de forma antecipada.

“No final do mês de Maio, cada família beneficiária vai receber 25.500 kwanzas, correspondente aos meses de Maio, Junho e Julho, por família, independentemente do agregado”, explicou.

Os valores serão entregues através de transferência bancária. “Todas as famílias vão ter uma conta bancária, sem o requisito de ter um documento”, sublinhou.

Criadas condições para o programa no município de Cambundi-Catembo

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística, Camilo Ceita, avaliou as condições para o arranque do Programa de Transferências Monetárias no município de Cambundi-Catembo, a 185 quilómetros a Sul da cidade de Malanje. O programa prevê beneficiar, entre Junho e Dezembro deste ano, 300 mil famílias em situação de vulnerabilidade.

“As condições estão basicamente criadas para apoiar as cerca de mil e oitenta famílias cadastradas, pois o objectivo para este município de Cambundi Catembo era de mil famílias e nós já ultrapassamos esta cifra”, disse.

Segundo Camilo Ceita, nesta primeira fase vão ser beneficiadas cinco mil famílias vulneráveis, sendo mil por cada um dos cinco municípios piloto seleccionados, designadamente, Cambundi- Catembo, em Malanje, Cacula (Huila), Ombandja (Cunene), Cuito Cuanavale (Quando Cubango) e Nzeto (Zaire), onde acontece o lançamento oficial do programa.

O director-geral do INE informou que, no âmbito da implementação do projecto de Transferências Monetárias, cada família vai receber 25. 500 kwanzas. A partir de 2021 e 2022, acrescentou, o programa vai abranger mais de um milhão de famílias vulneráveis, estando a ser executado pelo Fundo de Apoio Social (FAS) e que caminha a bom ritmo.

Camilo Ceita acrescentou que o programa de apoio às populações mais carenciadas, através das Transferências Monetárias, vai ser uma realidade, mas que deve ser gizado de forma paulatina.

Apelou aos potenciais beneficiários para que o dinheiro a receber seja também destinado a inclusão produtiva, mormente nos domínios da agricultura e pesca.

“Estamos a fazer de tudo para que, de forma simultânea, nos cinco municípios possa acontecer este acto, pois não é uma mera promessa, mas sim uma realidade, porque um programa como este requer um trabalho de preparação, no caso, o registo das famílias que vão beneficiar desta ajuda do Governo”, sublinhou.

Em Angola, de acordo com o director do INE, o número de famílias em situação de extrema pobreza ronda os dois milhões, e que este projecto vai cobrir cerca de 1 milhão e 600 mil famílias carenciadas quando atingir a fase de maturidade.

1.18 Poupança prejudicada pelos níveis de consumo

Jornal de Angola

24 De Maio de 2020

Texto: Ana Paulo e Natacha Roberto

A poupança das famílias, ao longo dos 60 dias de confinamento, viu-se bastante prejudicada pela alta das despesas com alimentação, bens, serviços e também telecomunicações.

Tratando-se da parte da renda que, normalmente, não é gasta no período corrente, as famílias contactadas pelo Jornal de Angola disseram ter sido difícil, quase que impossível, pensar em reservas financeiras pelo

facto de terem os filhos em casa e um consumo fora do habitual.

A professora universitária Júlia Makanga, residente na Centralidade do Kilamba, deixou de retirar neste período mínimo de 10 mil kwanzas do salário para poupança familiar, como faz habitualmente, em função do confinamento que, segundo ela, obrigou a maior consumo de alimentos. Residente num apartamento T5, a professora que vive com o marido, três filhos e uma irmã, gastava 100 mil kwanzas com alimentação antes do confinamento obrigatório.

Ao manter-se em casa, para evitar o contágio por Covid-19, Júlia Makanga chega a desembolsar 170 mil kwanzas só em alimentação para a família.

“Esperávamos que com o confinamento, pudéssemos poupar, sobretudo a despesa de combustível das viaturas, mas afinal, ficou mais difícil. Tivemos que aumentar na alimentação, uma vez que de hora em hora os miúdos querem comer”, disse a mãe de três rapazes, de oito, seis anos e o mais novo de seis meses.

Segundo ela, um orçamento mensal de 400 mil kwanzas não chega para suprir todas as necessidades. A variação diária dos preços das hortícolas impede de calcular o pouco que resta depois de ter gasto com congelados como frangos e peixes, comprados alternadamente.

A professora universitária de língua francesa chega a gastar com o consumo de água e energia 50 mil kwanzas todos os meses, gastos aos quais acresce-se o dos colégios dos filhos e a funcionária doméstica.

Já Isaura Estêvão outra residente do Kilamba, com os três filhos, mãe solteira e economista de profissão, afirma que o salário auferido não chega para custear as despesas dos filhos nesta fase de confinamento.

Do orçamento, retira 270 mil kwanzas para as despesas de casa. Os gastos com alimentação e colégios das crianças, conta, nunca ultrapassou os 100 mil kwanzas. Desde finais de Março, que se sentiu obrigada a aumentar o valor para 130 mil kwanzas só para garantir a alimentação.

“Sempre fiz compras para todo mês e os gastos permitiam-me poupar algum dinheiro, que servia de suporte para qualquer situação de emergência”, explica.

Nesta fase, Isaura Estêvão afirma ser sofrível conseguir manter na sua conta bancária 30 mil kwanzas, pois os gastos, conforme conta, acontecem por força do momento que se vive, sem que se

permita pensar em poupar, mas sim gastar para comer.

Telma Alexandre, engenheira agrónoma, vive o mesmo cenário. Casada e mãe de dois filhos, conta que as despesas estão cada vez mais altas e os salários nada compensam. Dos 300 mil kwanzas que auferia, diz ser impossível poupar com as despesas da alimentação que superam os 200 mil.

Euglénia Silva de 41 anos de idade, vive no Maculusso, e queixa-se do mesmo. Mãe de filhos menores de 12 anos, foi dispensada do trabalho efectivo. Diz que apesar de estar em casa, a situação económica em casa apertou, tendo que reforçar a dispensa com mais produtos alimentares para manter o confinamento dos filhos com tranquilidade, boa saúde e alimentação saudável.

Explica que neste período, contabiliza mais de 500 mil kwanzas gastos só em alimentação, situação que afectou as suas poupanças.

A auxiliar administrativa numa empresa pública de referência, nem com o apoio do esposo diz conseguir ter a situação controlada, porque com os filhos em casa 24/24, a rotina alimentar mudou significativamente.

Se de um lado está uma classe que o dinheiro disponível não chega, na zona do Benfica, município de Belas, encontramos dona Juliana Matias. Mãe e pai dos seus quatro rebentos, que tudo faz para com os 35 mil kwanzas que consegue, no mês, colocar o pão, que ela chama de bênção, à mesa para saciar a fome dos filhos. As vezes com uma ajuda suplementar de irmãos, admite que o sistema de sócia (comprar bens por grosso repartindo os gastos com mais duas ou três pessoas) tem sido o meio para atenuar a carência e os desafios do consumo por estes dias.

Em situação parecida a de Juliana está Teresa Cristo. Vive no Mundial e por estes dias de confinamento, despachada pelo patrão de quem era doméstica e sem os salários ainda, pois o empregador é também funcionário de um hotel e queixa-se de seus salários, Tia Tresa, usou da imaginação e meteu-se às ruas. Emprestou 25 mil kwanzas e no mercado do Mundial, comprou tomate, cebola, peixe seco cabuena (nos Ramiros) e fuba de milho branca para meter a bancada à porta de casa. Juntou massa de tomate, sal e óleo, que recebeu de kilape na cantina do Brahim, ao lado de casa, para com isso manter o seu fogão aceso, como ela mesma disse.

“O bocado é teu, o muito é dos outros”, cantou o refrão que muito se ouve pelas ruas.

1.19 Mais famílias pobres vão receber dinheiro

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

O programa de transferência monetária às famílias vulneráveis, denominado por Kwenda, criado para reforçar o combate à fome e à pobreza, vai ser lançado sábado, no município do Nzeto, província do Zaire, pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, em representação do Presidente da República.

Orçado em 420 milhões de dólares, dos quais 320 milhões financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões, pelo Tesouro Nacional, o programa Kwenda vai, igualmente, abranger as localidades de Cambundi Catembo (Malange), Cacula (Huíla), Ombanja (Cunene) e Cuito Cuanavale (Cuando Cubango).

Segundo um comunicado do Governo, mais de três milhões de pessoas que residem nas zonas rurais vão beneficiar do apoio directo do Estado, nesta fase inicial.

O programa integra três fases e tem o término previsto para 2022. O objectivo é fazer o acompanhamento às famílias em extrema pobreza, dotando-as de mecanismos para auto-sustentabilidade em meios agrícolas, educação escolar, financeira, produção e comercialização de produtos do campo.

Para a implementação e eficiência do programa, o Executivo harmonizou o Kwenda ao programa em curso da regularização jurídica de parcelas de terras de até dois hectares para cada agregado familiar nas zonas rurais, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA).

O programa prevê, igualmente, o registo de nascimento das pessoas e estratégias para combater a gravidez precoce. Cada família recebe 25 mil kwanzas por trimestre, equivalente a 8.500 kwanzas nos meses de Maio, Junho e Julho. O segundo pagamento deve ocorrer em Agosto e o terceiro em Novembro.

1.20 Apoio financeiro beneficia 1.815 famílias no zaire

Jornal de Angola

29 De maio de 2020~

Texto: José Bule

Um total de 1.815 famílias vulneráveis residentes no município do Nzeto, província do zaire, beneficia, a partir de amanhã (sábado), cada uma, de 8.500

kwanzas por mês, no âmbito do Programa de Transferências Sociais Monetárias, denominado "Kwenda", implementado pelo Executivo, anunciou, ontem, a ministra da Acção Social Família e Promoção da Mulher.

Faustina Inglês Alves, que fez a apresentação do projecto, na sala de conferências do Centro de Imprensa Aníbal de Melo, avançou que o programa destinado às famílias vulneráveis, criado para reforçar as acções de combate à fome e à pobreza no país, vai ser lançado na província do Zaire, nos próximos dias.

A ministra da Acção Social Família e Promoção da Mulher disse que, até ao final deste ano, o Programa Kwenda, orçado em 420 milhões de dólares, dos quais 320 milhões financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões de kwanzas, pelo Tesouro Nacional, vai abranger, também, as localidades de Cambundi Catembo (Malange), Cacula (Huila), Ombanja (Cunene) e Cuito Cuanavale (Cuando Cubango).

Cada família vai receber 25 mil e 500 kwanzas por trimestre, o equivalente a 8.500.00 kwanzas/mês.

As famílias foram seleccionadas com o apoio do Instituto Nacional de Estatística (INE), Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (Adecos), administrações municipais e governos provinciais.

O programa vai facilitar a inclusão das famílias beneficiárias em actividades geradoras de rendimento, possibilitando o acesso a outros serviços sociais, como a atribuição do Bilhete de Identidade, assistência médica e medicamentosa, nutrição para as crianças na fase mais crítica de desenvolvimento, alfabetização e vacinação de rotina.

Em relação aos critérios de selecção dos municípios mais pobres do país, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita, disse que a instituição que dirige realizou um inquérito de despesas e receitas, para actualizar a taxa de pobreza do país, que já vinha desde 2008.

"Primeiro, identificamos os municípios-piloto e depois fizemos a extensão com as demais localidades. As famílias mais vulneráveis identificadas estarão no cadastro Único do Ministério da Acção Social, de formas que qualquer outro programa que possa acontecer, esta famílias estejam referenciadas a partir das suas condições de habitabilidade e tamanho do agregado familiar", esdareceu, na ocasião, o director - geral do INE.

1.21 Depreciação do kwanza atira salário mínimo para a cauda da SADC

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

Texto: Joaquim José Reis

Um trabalhador do sector da agricultura que receba o salário mínimo nacional garantido único de 21.454 Kz, equivalente hoje a 37 USD, está em situação de pobreza extrema, já que, a preços de mercado, tem um rendimento abaixo dos 1,9 USD por dia definidos pelo Banco Mundial como linha que separa a pobreza.

Com a desvalorização cambial do Kwanza iniciada em 2018, equivalente a 71% face ao dólar, os mínimos do salário mínimo angolano caíram para a cauda dos salários mínimos da SADC e juntaram-se ao grupo de (agora) quatro países em que esta remuneração mantém os trabalhadores em pobreza extrema.

Em Angola estão definidos salários mínimos dos privados por sector de actividade. O mínimo na agricultura é de 21.454,1 Kz, nos transportes, serviços e indústria transformadora é de 26.817,6 Kz e no comércio e indústria extractiva é de 32.181,2 Kz. Estes valores foram actualizados em Março de 2018, tratando-se do segundo aumento desde o início da crise. Só que os aumentos nunca chegaram para compensar a queda no poder de compra provocada pela alta inflação.

Entre Julho de 2014 e Maio de 2020, o custo, de vida em Angola medido pelo Índice de Preços no Consumidor aumentou 142,2%. Já os salários aumentaram 10% (em 2017) e 30% (em 2018), o que dá um aumento global de 43%. Feitas as contas, chega-se a uma quebra de quase 41% no poder de compra dos trabalhadores com salários mínimos. Se os preços dos produtos sobem e os salários não aumentam em proporção, o efeito directo é uma quebra no consumo. Ou seja, admitindo que com o salário mínimo de Julho de 2014 um trabalhador conseguia comprar 100 pães, com o actual salário mínimo só conseguirá comprar 59 pães.

Na prática, a inflação é um imposto escondido porque os aumentos dos salários não acompanham o ritmo de crescimento dos preços, corroendo o poder de compra dos trabalhadores. Tal como o imposto

sobre os rendimentos do trabalho, a inflação acaba por reduzir o rendimento real de quem vive do salário. Assim, para repor o poder de compra terão que ser feitos aumentos salariais com base na inflação o que não deverá acontecerem breve, até porque, de acordo com o programa de assistência financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo está obrigado a "manter os aumentos salariais abaixo da inflação e concentrando as novas contratações em áreas prioritárias".

Angola passa actualmente pela quarta recessão económica consecutiva, com aumento da inflação e do desemprego o que provoca, necessariamente, uma quebra no consumo. Na prática, menor consumo representa menos crescimento e menos criação de emprego e, por sua vez, aumento da pobreza. Tudo isto num quadro em que o País não avançou com o processo de diversificação económica, em que depende em demasia das receitas petrolíferas (que têm vindo a cair), bem como das importações de bens alimentares, e em que a moeda nacional depreciou 71% face ao dólar desde 2018. É neste sentido em que ao não serem actualizados os salários nesta fase, coloca Angola muito longe da média de salários mínimos dos países da SADC, que é equivalente a 86 USD.

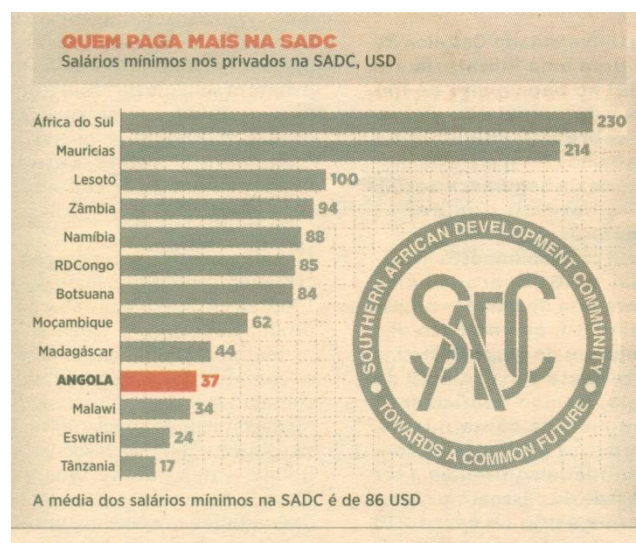
Segundo Manuel Viage, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos-Confederação Sindical (UNTA-CS), a cesta básica para uma família de 5 a 6 pessoas custa cerca de 84 mil Kz, equivalente a 146 USD. Contas feitas, os bens essenciais custam quase quatro vezes mais que o salário mínimo da agricultura, o que significa um quadro de pobreza extrema para muitas famílias angolanas. Isto, numa fase em que as empresas passam por grandes dificuldades e que estão praticamente impedidas de avançar com aumentos salariais. "Há um crescimento acelerado da situação de pobreza. Há cinco ou seis anos podíamos falar de uma classe média, em função dos rendimentos, mas hoje em dia tende a desaparecer", admite o secretário-geral da UNTA Viage admite que o desejo dos trabalhadores passa pelo aumento dos salários, mas não é possível nesta altura "Aumento de salários não é solução nesta altura porque as empresas não teriam como fazê-lo, por falta de liquidez, por falta de meios, porque elas neste momento estão a tratar de ajustarem as suas estruturas de custos, as despesas de exploração. E, vezes sem conta, a componente do emprego é incorporado nesse ajustamento das despesas de exploração. A priori pode parecer que o aumento de salário resolveria o problema, mas poderia traduzir-se numa redução da empregabilidade", admite. Por isso, refere, a "solução milagrosa" passa pelo aumento do emprego por via

da tão esperada diversificação económica: "A diversificação continua a ser a chave para todos os problemas da nossa economia", sublinha.

Em declarações ao Expansão, o 'patrão dos patrões, José Severino, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), admite ser urgente ao aumento dos salários mínimos nos privados para estimular o consumo, e admite os aumentos, mas com uma ressalva: "Em termos pragmáticos tal [aumento] teria de ser feito já, mas pelo menos até finais de Julho, comum aumento no mínimo de 30,0% pois temos reunido com centrais sindicais e não há outra opção. Mas para tal o Executivo terá de optar por adiar os pagamentos das obrigações fiscais para Setembro".

Severino sublinha que "liquidez nas empresas por via de políticas do Estado a reduzir a tributação e alargar prazos, novas fontes de tributação, emprego e produção agrícola a montante da indústria é o que precisamos e já".

Por outro lado, o economista Mateus Maquiadi, alerta que o País precisa de melhorar os índices de produtividade para se tornar mais atractivo e competitivo. "Como os salários dizem muito sobre a produtividade, então, fica subjacente à ideia de que a economia produz muito' menos do que a maior parte dos países da SADC. Sendo o país um dos mais ricos da SADC, o facto de os salários mínimos estarem abaixo da média, demonstra claramente que os modelos de redistribuição do rendimento de Angola é um dos mais desiguais da SADC e precisa ser urgentemente revisto", sublinha.



I.22 Preços da cesta básica continuam inflacionados nos mercados de Luanda

Novo Jornal

29 De Maio de 2020

O regime de preços vigiados há muito deixou de ser observado pelos comerciantes retalhistas de Luanda. O valor dos principais produtos que integram a cesta básica permanecem elevados, atirando grande maioria dos consumidores para a condição de desprovidos de poder de compra.

O NJ apurou que, nos mercados de maior frequência pública da capital angolana, que se juntam aos espaços informais de venda a retalho, os preços não pararam de subir desde o último levantamento feito por este semanário, em Março último.

Na altura, nas bancadas do mercado de S.

Paulo, o quilograma de fuba de milho era vendido a 400.00 kwanzas, está agora a ser comercializado a 500.00 kwanzas, enquanto a farinha de bombó (mandioca), comprada antes a 200.00 kwanzas, passou para 400.00. O litro de óleo vegetal no terceiro mês do ano em curso estava fixado ao preço de 900.00 Kz, passou agora para mil.

No Mercado dos Congolezes, em Março do corrente ano, o quilograma de arroz, que custava 500.00 kwanzas, é vendido agora a 600.00 e o pacote de massa alimentar de 500 gramas, que antes valia (250.00 Kz), custa agora 300.00 Kz, e o quilo de açúcar de 400.00 Kz foi actualizados para 500.00 Kz. Aqui, o litro de óleo vegetal mantém-se desde Março (1.000.00 KZ).

Em contrapartida, o Regime de Preços vigiados, estabelecido pelo Ministério das Finanças, em vigor desde finais de 2019, está longe dos actuais. Para os produtores ou importadores, o preço de referência do quilograma de açúcar é de 129,30 Kz, enquanto dos agentes grossistas está tabelado em 177,49 Kz e nos retalhistas 289,18 Kz. O quilograma de arroz nos importadores está fixado em 162,46 Kz, nos grossistas (210,07 Kz), retalhistas (329,95 Kz). A mesma quantia de feijão tem o preço de 360,89 Kz junto dos importadores, 447,97 Kz e nos grossistas está a 700,29 Kz.

O quilo de fuba de bombó e o de farinha de milho têm preços legais de 103,14 Kz e 112,30 Kz nos importadores respectivamente, enquanto sobem para a fasquia de 176,29 Kz e 177,52 Kz, no mercado grossista, e 278,71 Kz e 289.00 Kz no retalhista.

Dada a prática de preços exorbitantes nos bens essenciais, a classe retalhista, a última no segmento da distribuição antes de chegar ao consumidor final, acusa os agentes grossistas de alterarem sistematicamente o Regime de Preços Vigiados, o que a leva também a praticar preços aquém dos estipulados por lei, prejudicando, em larga medida, o imenso público consumidor. O NJ tentou contactar alguns importadores, mas sem sucesso até ao fecho desta edição. Refira-se que os órgãos de fiscalização do Comércio e da Polícia de Investigação das Actividades Económicas têm anunciado, nos últimos dias, o fecho de vários estabelecimentos comerciais, por envolvimento em alegadas práticas de preços especulativos.

I.23 Famílias vulneráveis no Nzeto começaram a receber dinheiro

Jornal de Angola

31 De Maio de 2020

Texto: Jaqueline Figueiredo

Populações em situação de grande debilidade económica e social, no município do Nzeto, começaram ontem a receber dinheiro, através do programa “Kwenda”, que prevê, igualmente, a inserção dos beneficiários em actividades produtivas geradoras de rendimentos.

O ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que procedeu ao lançamento do programa, lembrou que as transferências monetárias têm efeitos positivos no comércio e nos mercados locais, se o dinheiro, ora transferido for usado na comunidade, onde estão os beneficiários.

Reconhecidas como uma das formas mais eficazes para a redução da pobreza e usadas em várias partes do mundo, segundo Manuel Nunes Júnior, as transferências sociais monetárias às famílias vulneráveis tem, também, como meta estimular a produção agrícola e o comércio rural. “O programa de transferências sociais monetárias, associado a uma inserção dos beneficiários em actividades produtivas geradoras de rendimentos, visa com os 25.500 kwanzas, durante um ano, ao fim do qual, deverão estar inseridas em actividades geradoras de rendimento próprio”, avançou.

O programa que prevê abranger cerca de 1.608.000 famílias em todo país, cujos recursos para sua execução até 2022, segundo garantiu, estão assegurados num valor global de USD.420 milhões, dos quais, 320 milhões correspondem a um financiamento do Banco Mundial. “Um das vantagens que se aponta para este tipo de

instrumento de combate à pobreza é o facto de ser relativamente mais eficiente em termos de custos, pois comparado a outros métodos, como por exemplo, a distribuição de bens, não envolve grandes custos de transportes e de logística”, acrescentou.

Este processo, segundo o ministro de Estado para Coordenação Económica, o Ministério da Agricultura e pescas e o Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FADA), são responsáveis pela implementação da componente produtiva deste programa, garantindo o fornecimento de sementes, fertilizantes, a preparação dos solos, assim como, toda a assistência técnica, com vista ao aumento da produtividade da produção agrícola familiar.

“A inserção produtiva das famílias beneficiárias, também inclui actividades de pesca e de pecuária, por isso, com este programa não queremos que os beneficiários se acomodem e que fiquem simplesmente a espera dos recursos todos os trimestres”, apelou Manuel Nunes Júnior. Os beneficiários, como frisou, serão temporários para fazer face aos momentos mais difíceis enfrentados pelas famílias, mas posteriormente, elas deverão caminhar por si próprias, produzindo bens e serviços de modo autónomo e obtendo os seus próprios rendimentos.

“Este programa terá também uma componente de inserção social, por meio da oferta de serviços públicos, tais como o Registo e Identificação Civil dos beneficiários, assim como a sua capacitação técnico-profissional, a alfabetização, a educação em saúde comunitária e a prevenção à gravidez precoce das famílias envolvidas”, disse o ministro de Estado Manuel Júnior.

Conceição António, 85 anos, foi a primeira a receber o cartão Kwenda das mãos do ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior. Emocionada, não conseguiu exprimir o que sentia, após ter feito o primeiro levantamento monetário junto de um dos ATM da Agência Sol do Nzeto. Outra beneficiária do programa Kwenda, Emília José Francisco, também mostrou-se feliz depois de ter recebido o seu cartão. Disse que o dinheiro vai ajudar muito.

“Vou fazer um plano de negócio para ter lucros. Acho que vou vender peixe”, disse, ao mesmo tempo em que agradeceu ao Governo, ao qual apelou a continuar com o programa para ajudar mais pessoas desfavorecidas do Nzeto.

Aposta nos municípios

Manuel Nunes Júnior disse que o Kwenda, associado ao Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) em execução em todo o país, vai contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

“As políticas económicas não fazem nenhum sentido se não contribuírem para melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações. Todo o nosso Executivo a nível central e local, deve prestar uma atenção muito especial ao desenvolvimento deste programa e garantir o seu sucesso”, avançou o ministro de Estado

2. MICROFINANÇAS

2.1 As linhas de crédito à produção

Jornal de Angola
4 De Maio de 2020

O acesso ao crédito à produção tem sido um verdadeiro calcanhar de Aquiles por parte dos empresários e candidatos a tal, facto algumas vezes compreensível, outras vezes nem sequer aceitável.

É plenamente compreensível que a entidade credora, pública ou privada, nacional ou estrangeira, imponha, não apenas para salvaguardar os fins para os quais foi solicitado, mas fundamentalmente para acautelar condições de retorno dos fundos cedidos e dentro dos prazos negociados. Se a primeira condição pode até ser facultativa, da parte credora, a segunda é irremediavelmente inegociável, devendo ser precedida de vários passos, naturalmente nem sempre esperados por quem pretenda aceder aos fundos.

Às vezes, não é aceitável, sobretudo para com devedores que tenham um histórico de cumprimento e com provas dadas no sector e actividades em que se encontram, que estes enfrentem um conjunto de condições draconianas para aceder ao crédito. Há dias, o ministro da Indústria e Comércio, referindo-se aos apoios que o pelouro, em conjugação com outros ministérios, poderão proporcionar aos operadores do agronegócio, deu um exemplo simples, mas recomendável.

Disse o governante que entre ajudar, por exemplo, um distribuidor de bens agrícolas do campo para a cidade, que tenha uma carrinha por reparar, e apoiar quem pretenda começar agora a actividade que nunca fez antes, as escolhas são óbvias.

Relativamente ao crédito não podíamos ter opinião diferente e, partindo do princípio de que as entidades credoras têm informação ou privilégio que leve a tomar conhecimento do “mapa creditício” em Angola, sobre quem recebe e paga, quem recebe e paga tarde, bem como quem recebe e não paga, a burocracia pode ser significativamente minimizada.

Numa altura em que existe um conjunto de linhas de crédito a que os produtores podem aceder para dedicá-los à produção, não faz sentido que as velhas práticas burocráticas prevaleçam, sem prejuízo para os procedimentos normais e esperados.

A linha de crédito do Deutsch Bank, estimado em mil milhões de dólares, os mais de 100 milhões de dólares do BDA, bem como a garantia dos 2,5 por

cento que os bancos comerciais são obrigados a dedicá-los à concessão de empréstimos para a produção, devem ser devidamente aproveitados. Escusado é pedir para que as entidades que se encontram à frente destas iniciativas que estarão para a economia nacional o que o sangue está para o corpo humano, sejam transparentes, rigorosas, patrióticas e comprometidas com a actual procura de soluções para os problemas do contexto actual.

Há dias, o empresário e membro do Conselho da República, Carlos Cunha, defendeu, em entrevista à televisão pública, a necessidade de desburocratização do acesso ao crédito, sobretudo o dedicado à produção, numa altura em que há alguma disponibilidade de valores para aqueles fins. Os créditos e a produção devem andar como parentes gémeos, atendendo a condição de dependência que as caracteriza e que torna quase inviável a caminhada de um e de outro.

Fazemos votos que as linhas de crédito à produção disponíveis estejam abertas àqueles que realmente têm uma palavra a dizer, que deram já alguma prova no passado e que pretendem continuar a contar o apoio que merecem. Afinal, a segurança alimentar também passa por essas estratégias, que levam a produção a ganhar linhas de crédito.

2.2 Firma ilegal efectua pagamentos móveis

Jornal de Angola
4 De Maio de 2020

O Banco Nacional de Angola (BNA) denunciou, nesta segunda-feira, a presença no mercado financeiro de uma empresa denominada “TROCAKWANZAS”, que se diz vocacionada à prestação de serviços de pagamentos móveis, sem estar habilitada legalmente.

A actividade desenvolvida sob a marca “TROCAKWANZAS”, através do website: <https://www.trocakwanzas.com>, alerta o banco central, não é prosseguida por nenhuma entidade habilitada a exercer, em Angola, qualquer actividade financeira sujeita à sua supervisão. Num comunicado difundido ontem na sua página oficial na Internet, o BNA lembra que a prestação de serviços de pagamentos e de comércio de câmbios, está reservada a entidades habilitadas e autorizadas a exercê-la, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho – Lei de Bases das Instituições Financeiras. “Considerando que a referida entidade não está licenciada pelo Banco Nacional de Angola para

exercer quaisquer actividades no âmbito do sistema financeiro angolano, apelamos às instituições financeiras bancárias e ao público em geral para que se abstenham de estabelecer qualquer relação de negócio com a mesma”, lê-se.

Aos promotores do negócio, o BNA recomenda que se abstenham de continuar a praticar qualquer acto passível de ser qualificado como contravenção, prevista e punível nos termos da alínea a) do artigo 152.º da Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho.

A página no Facebook da referida firma tem endereço e contactos telefónicos de França, onde diz ter a sede.

2.3 25,5 mil milhões de kwanzas para apoiar as pequenas cooperativas

Jornal Expansão
8 De Maio de 2020

No quadro das medidas de apoio às pequenas e médias cooperativas agrícolas e piscatórias, o Ministério da Economia canalizou 25,3 mil milhões Kz para investimento directo neste sector. A primeira linha de crédito do BDA é de 8,8 mil milhões Kz, com uma taxa de 9%, maturidade até 2 anos, carência de capital que pode chegar aos 180 dias, para financiar as compras das cooperativas de produtores familiares e dos empresários agropecuários de pequena e média dimensão a fornecedores de sementes melhoradas de cereais, hortícolas e tubérculos, de fertilizantes, de pesticidas, de vacinas e de prestação de serviços de preparação e correcção de solos agrícolas.

O BDA disponibiliza uma segunda linha de crédito, de 13,5 milhões Kz, para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de um número máximo de 15 cooperativas por província, nos sectores da agricultura e das pescas, com um valor máximo de 50 milhões Kz, com uma taxa de juros de 7,5% e maturidade equivalente ao ciclo operacional.

O Fundo Activo de Capital de Risco, FACRA, disponibiliza 3 mil milhões Kz para realizar investimentos no capital próprio de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas, participando no pagamento da parcela de capital próprio exigida na concessão dos empréstimos que serão disponibilizados pelo BDA.

Junta-se um aviso do BNA, onde se orienta que os bancos comerciais com activo líquido registado no

seu balanço, a 31 de Dezembro do ano 2019, igualou superior a 1,5 biliões Kz devem financiar durante o ano 2020 um número mínimo de 50 novos créditos para cooperativas e pequenas e médias empresas na cadeia de produção de um dos 54 produtos definidos no PAC e no PRODESI. Os demais bancos comerciais devem financiar um número mínimo de 25 novos créditos para as mesmas entidades e finalidades.

O financiamento de novos créditos é descontado das reservas obrigatórias e deve ser equivalente a um mínimo de 2,5% do valor total do activo líquido do Banco. O custo do crédito não pode ser superior a 7,5%, com excepção do custo das garantias contratadas ao Fundo de Garantia de Crédito. O valor mínimo disponível para esta modalidade de financiamento é de 327 mil milhões Kz.

H.F.

2.4 BNI leva produto aos vendedores informais

Jornal de Angola
12 De Maio de 2020
Texto: Elautério Silípuleni

O Banco de Negócios Internacional (BNI) apresentou, na segunda-feira, em Ondjiva, província do Cunene, a ferramenta BNIX, que permite efectuar diversos pagamentos, transferir e levantar dinheiro, consultar saldos da conta de forma “fácil, rápida e segura”.

Para o director do BNI no Cunene, Edgar Neto Cahalo, os utilizadores do Bnix podem fazê-lo com qualquer telemóvel, pois o mesmo está disponível a qualquer pessoa, sem que necessariamente seja cliente do banco.

Disse que as operações se resumem às transferências, pagamentos e levantamentos por telemóveis que podem não estar ligados à Internet.

A simplicidade do sistema, segundo explicações do bancário consiste em o utente só precisar enviar uma mensagem ao BNIX para adesão, sendo-lhe dado um código que, de forma automática, lhe permite fazer compras, transferências ou levantamentos sem custos operacionais.

O serviço, um produto testado e validado, é parte da estratégia de participação do BNI nos desafios de bancarização, sobretudo dos agentes informais dos mercados que têm rendimentos e podem beneficiar

da cadeia de produtos de créditos e outras facilidades disponíveis no sistema financeiro.

2.5 Crédito mal parado não pára de subir e atinge a taxa mais alta de sempre

Jornal Expansão

15 De Maio de 2020

Texto: Nelson Rodrigues

A taxa do crédito malparado atingiu, em Fevereiro, o valor mais alto de sempre, ao fixar-se nos 35,7%, correspondentes a 1,8 biliões Kz do total da carteira de empréstimos concedidos pelos bancos comerciais, de acordo com as mais recentes estatísticas monetárias e financeiras do Banco Nacional de Angola (B A).

O stock de crédito concedido pela banca até Fevereiro situou-se nos 4,9 biliões Kz. Contas feitas, 37,5% desse valor, 1,8 biliões Kz, correspondia a crédito de cobrança duvidosa

Os dados do BNA não trazem explicações sobre as razões da subida da taxa do também designado crédito vencido, nem as origens por bancos, mas analistas do sector explicam ao Expansão que o "cenário não pode ser desassociado do actual contexto económico" de crise iniciado em 2014.

Aliás, foi também parte final de 2014, precisamente em Outubro, que o valor do malparado começou a sua trajetória ascendente. o período, o rácio do crédito mal parado situou-se nos 17,3%; de lá para cá, foi sempre a subir, com oscilações a meio da caminhada (ver gráfico).

O risk manager Adolfo Dombo é dos que acredita que o atraso nas amortizações do crédito por parte das empresas e particulares e a subida na taxa do crédito malparado esteja associado à conjuntura actual. "O crédito malparado em Angola é resultante daquilo que é o actual cenário macroeconómico. Ou seja, Angola vive quatro anos de recessão económica e aumento da taxa de inflação, o que tem diminuído o poder aquisitivo ou financeiro das empresas e particulares, o que reduz, em consequência, a capacidade destes de honrar compromissos", explica.

Mas a culpa não é só da conjuntura económica. Segundo Adolfo Dombo, os bancos também são responsáveis pela subida da taxa do malparado devido ao que chamou "ausência de políticas adequadas", da parte dos players da banca, no momento de concessão dos créditos, como, por exemplo, aconteceu no BPC, o banco com a maior

exposição de malparado em todo o País. "Durante um determinado período foram concedidos créditos sem projectos e estudos de viabilidades. E muito destes créditos acabaram por não entrar em execução", critica o analista de risco de crédito.

De todas as áreas de actividades, os sectores do comércio, construção e da actividade imobiliária têm sido os que mais se ressentem da crise, o que tem gerado, na opinião dos analistas, dificuldades de reembolso dos empréstimos por parte das famílias e empresas que dependem destes sectores.

A todos esses factores, somam-se a "elevada" desvalorização da moeda e a deterioração da capacidade de vários empresários em fazer negócio, segundo o economista Jaime Fortunato. Para o analista, um elevado grau de depreciação da moeda passou a exigir um elevado esforço de cola ter ai em kwanzas para honrar compromissos junto da banca, além da subida do nível de desemprego que, na visão de Jaime Fortunato, é resultado da crise económica.

"O volume de falência [das empresas], por um lado, representa a incapacidade destas honrarem compromissos, o que por sua vez também eleva a inadimplência do crédito institucional e das famílias. A combinação desses dois factores explica a explosão [do malparado] que temos vindo a assistir nos últimos tempos", enumera o também ex-secretário de Estado para o Comércio Interno.

Solução para o malparado

A saída para os bancos, sobretudo para redução da exposição de risco e do elevado grau de incumprimento da prestação do crédito, deve passar pela renegociação dos empréstimos, como analisa Jaime Fortuna. Segundo este economista, os créditos cedidos pelos bancos foram contraídos "muito antes de entrarmos num período de crise".

"O que os bancos têm de fazer inevitavelmente, para reduzir um pouco a exposição de risco e reduzir o elevado grau de inadimplência, é renegociar com os devedores a modalidades mais suaves para que eles possam honrar esses compromissos. Ou seja, reduzir a taxa de esforço por parte dos devedores e dilatar prazos sob condições mais favoráveis", aponta.

2.6 Câmara de Comércio defende maior atenção aos produtores

Jornal de Angola

17 De Maio de 2020

Texto: Victorino Joaquim

O acesso ao pacote financeiro de 488 mil milhões de kwanzas, aprovado pelo Executivo para conter os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre as micro, pequenas e médias empresas do sector produtivo, deve ter em conta as empresas produtoras dos 54 produtos eleitos no PRO- DESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações).

Em declarações ao Jornal de Angola, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA), Vicente Soares, lembrou que o pacote financeiro aprovado pelo Governo, dentro das "Medidas de Alívio do Impacto Económico provocado pela pandemia da Covid-19 sobre as Empresas, Famílias e o Sector Informal e do Sector Informal da Economia", visa garantir a manutenção mínima dos níveis de actividade das micros, pequenas e médias empresas.

O valor a conceder às empresas é resultado da contribuição do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e do Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA). Para Vicente Soares, se assim for, o país pode reactivar o ritmo do processo de diversificação da economia, mantendo os vários projectos das pequenas e médias empresas em desenvolvimento, evitando-se, assim, a tendência de uma previsível paralisação total.

Vicente Soares recordou que "a diversificação da economia é de terminante, para reduzir a dependência excessiva do país da importação de bens' serviços, bem como para aumentar as fontes de receitas em moeda estrangeira e, dessa forma, assegurar a sustentabilidade das suas contas externas".

Segundo afirmou, a descida significativa do preço do petróleo e a pandemia do novo coronavírus vêm apenas reforçar a urgência que se deve ter em alcançar esse importante objectivo. Apesar do financiamento aprovado, Vicente Soares admitiu que, "face às necessidades das empresas, os recursos financeiros são sempre escassos", ainda que tenha deixado claro que "488 mil milhões de kwanzas não é pouco dinheiro".

Capacidade das empresas Para Vicente Soares, "o que está em causa não é o valor em si, são essencialmente os segmentos e a capacidade de as empresas

aplicarem os recursos financeiro de forma positiva, isto é, fazer com que haja recuperação da actividade económica, a manutenção de empregos e a recuperação do capital aplicado".

O responsável defende que o financiamento às empresas do sector produtivo seja em função da viabilidade económica, técnica e financeira das empresas, além da capacidade de se negociar os financiamentos junto da banca comercial.

Referindo se aos constrangimentos verificados na concessão de créditos,

Vicente Soares apontou a má apresentação dos projectos por parte das empresas, bem como a falta de flexibilidade por parte da banca comercial em apadrinhar a melhor ia das apresentações dos projectos que realmente merecem um crédito.

Um outro aspecto considerado importante por Vicente Soares, é que seja urgentemente resolvido o problema da burocracia que se tem verificado na concessão de créditos. Na óptica do presidente da CCIA, alguns dos constrangimentos verificados podem ser superados, desde que haja esforços conjuntos entre o sector bancário e a CCIA.

2.7 Ministro quer rigor no crédito ao empresariado

Jornal de Angola

22 De Maio de 2020

Texto: Hélder Jeremias

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, recomendou hoje um acompanhamento rigoroso do Instituto Nacional de Apoio às Micro Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) às empresas contempladas com o crédito das linhas de financiamento do Estado, que começam a ser adjudicados no quadro da mitigação dos efeitos económicos negativos provocados pela pandemia do novo coronavírus.

A partir da próxima semana, o INAPEM, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e dois fundos - FADRA e FACRA - começam a interagir com os empresários que acabaram de assumir o compromisso com o Governo. A propósito, o ministro sublinhou que o protocolo reveste-se de relevante importância, na medida em que se esgota o problema da falta de acompanhamento que se tem verificado em outras circunstâncias, em que os empresários receberam apoios e os mesmos foram empregues para outros fins.

Sérgio Santos teceu estas considerações no acto de assinatura dos memorandos de entendimento entre o INAPEM, os operadores de comércio e distribuição e as empresas fornecedoras de insumos, realizado ontem, em Luanda, no Instituto Nacional de Estatísticas, no qual representantes de 23 empresas deram o passo que lhes permite, doravante, aceder a uma linha de crédito de 122 mil milhões de kwanzas (68 milhões de dólares).

Sérgio Santos referiu que a assinatura dos memorandos representa a materialização das medidas apresentadas pelo Executivo, sublinhando que “elas são de facto um facto”, porque, nesta altura muito difícil, as empresas e as famílias, em geral, precisam de “verdadeiras acções a acontecer, pelo que, hoje, começamos a traçar um percurso que ultrapassa a fronteira das ideias e promessas, passando para a prática”.

O dirigente destacou a importância de se controlar “para que não haja desvios” das políticas traçadas, ou seja, “o financiamento para comprar a produção nacional, este financiamento deve servir para comprar a produção nacional, se for destinado para a compra de insumos agrícolas para importação ou por compra interna, este financiamento deve servir para aquele fim”.

Por outro lado, Sérgio Santos reconheceu que na implementação de medidas existem também muitas “vicissitudes”, algumas das quais não são atribuíveis ao empresário ou ao sistema financeiro e à banca, tais como problemas no sistema, embaraços e mudanças de cenários (cambial, taxas de juros), o que torna necessário fazer um acompanhamento, pois “cada caso é um caso” e deve permitir um plano de contingências, uma vez identificados os problemas.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Romaria desenfreada ao Mercado do 30

Jornal de Angola
1 De Maio, 2020
Texto: João Pedro

Logo à entrada do mercado 30, uma enorme multidão chamava atenção de quem acabava de chegar para fazer compras. A agitação era tanta e os fiscais tudo faziam para controlar a situação. Todos queriam entrar ao mesmo tempo, sem cumprir as medidas de prevenção contra a pandemia da Covid-19. O cenário deixou no ar.

Perante tanta confusão, Luzia Manuel, que se deslocou ao mercado do 30 para fazer compras, mostrou-se arrependida por ter saído de casa. “Com esse sofrimento todo, era melhor ter ficado em casa”, disse.

As obras para melhorar as condições higiénicas, devido à pandemia, estão a ser feitas paulatinamente. O distanciamento entre as bancadas foi adoptado para que haja pouco contacto entre as vendedoras e clientes. A ansiedade de vender e comprar produtos a preços mais baixos fez com as pessoas se esquecessem da palavra mas citada este ano “Covid-19”.

Vendedora de tomate, beringela, cenoura e cebola, Esperança da Silva esperava receber o lugar para começar a vender. “Apesar de estarmos felizes com a reabertura do mercado, temos poucas horas para trabalhar. Seria melhor se fosse o dia inteiro, uma vez que temos intervalos de dias para vender. Porque assim também corremos o risco de começar a mexer do pouco que vendemos”, reclamou.

Já Maria de Jesus, também vendedora do mercado do 30, tinha uma opinião diferente. Para ela, a enchente era sinal de desorganização e um perigo para a saúde pública, em caso de contaminação comunitária da Covid-19. “Se alguém veio cá, sem saber que está contaminado, é um desastre. O país pode registar mais de mil mortos por dia e nós não queremos isso”, afirmou.

No sector dos produtos do campo, as inúmeras quantidades de repolho mostravam que os camponeses estão mesmo a produzir. As vendedoras gritavam para chamar a atenção dos clientes. “Três

repolhos 500, mas também tem de 150 e 200”, diziam. E os clientes aglomeravam-se para observar o peso e comprar.

O contacto físico entre as pessoas era evidente em todos os sectores do mercado do 30. “Com esse comportamento, o mercado do 30 é uma bomba relógio na contaminação da Covid-19”, disse Nguesa André, que chegou ao mercado às 6 horas. “Estou cansada e com medo. As pessoas não estão a respeitar o distanciamento social e há muita desorganização”, lamentou.

A área dos armazéns está mais organizada. Os clientes, antes de entrar no recinto, têm de desinfetar as mãos com álcool. Mohamede Suw, gestor de um armazém, disse que a reabertura do mercado vai evitar enormes prejuízos financeiros e garantir o pagamento do aluguer do espaço e os salários dos funcionários. “A nossa melhor defesa, é a prevenção. As pessoas estão muito assustadas, por isso querem fazer as compras num só dia, o que é prejudicial”, disse.

O camionista Pedro Domingos, proveniente da comuna da Calenga, província do Huambo, disse que há muita produção que precisa ser escoada para Luanda. “Com reabertura do Mercado do 30, os camponeses podem escoar os produtos”, referiu.

3.2 Taxistas manifestam-se contra a proibição de circularem

Jornal de Angola
3 De Maio, 2020
Texto: Matias da Costa e João Constantino

Um grupo de taxistas manifestou-se sexta-feira, na cidade do Cuito, província do Bié, contra os efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas (FAA), por estes exigirem o livre-trânsito para o transporte de passageiros.

Insatisfeitos, os taxistas tentaram impedir a circulação dos autocarros públicos e privados na estrada principal da cidade do Cuito, exigindo o direito de também trabalharem. Durante uma hora, a via ficou fechada ao trânsito rodoviário. Os agentes destacados no local disseram que foram orientados a exigir livre-trânsito aos taxistas, por ser feriado nacional. A reportagem do Jornal de Angola tentou apurar esta informação junto do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial da Polícia Nacional, mas não foi possível por falta de autorização superior.

Devido a fúria dos manifestantes, as forças de defesa e segurança foram obrigadas a fazer vários disparos para o ar, no sentido dispersa os taxistas. Os tiros não causaram vítimas humanas e materiais, mas foram detidos dez cidadãos, apontados como os mentores da manifestação, que envolveu mais de 100 pessoas.

O presidente da Associação de Taxistas do Bié, Adriano Hongole, disse que a condição imposta pelas forças de defesa e segurança não consta das medidas do Decreto Presidencial, que declara o Estado de Emergência no país. “As medidas do Estado de Emergência não exigem livre-trânsito para a actividade de táxi. Como a polícia exige isso?”, interrogou-se, acrescentando que a Associação emitiu credenciais para os associados, mas estes documentos foram considerados inválidos pela Polícia Nacional. Com esse impasse, a Associação dos Taxistas no Bié paralisou a actividade, até que a situação seja regularizada.

Moto-taxistas

A Política Nacional continua apertar o cerco aos moto-taxistas que insistem em trabalhar durante o Estado de Emergência. Todos os dias, centenas de moto-taxistas são detidos, quer com ou sem passageiros. “Ouvimos que poderíamos retornar o trabalho, deste que usássemos material de biossegurança. Mas, a Polícia continua a impedir o nosso trabalho”, desabafou o moto-taxista Osvaldo Chaximano.

Amélia Agostinho, vendedora de roupa usada, lamentou o facto de estar proibido o transporte de passageiros. “Até as motas de três rodas não estão circular. Usamos sempre este tipo de transporte, mas agora não podemos. O que vamos fazer?”, questionou-se.

3.3 Mutundo com vendedoras dedicadas no comércio e prevenção

Jornal de Angola

4 De Maio, 2020

Texto: Estanislau Costa

Quatro mil vendedores do mercado do Mutundo, situado nos arredores da cidade do Lubango, enalteceram a decisão da coordenação técnica do Covid19, que autorizou a comercialização, três vezes por semana, de produtos diversos, com realce para as hortaliças, tubérculos, cereais e outros.

Um representante do grupo de vendedores que agiliza os processos para fundação da Associação dos

Comerciantes do Mutundo, explicou que a decisão surge “em boa altura porque centenas de famílias sobrevivem dos rendimentos adquiridos da venda de produtos no recinto”.

“É neste mercado, situado a quase 10 quilómetros à norte da cidade do Lubango, que milhões de kwanzas são movimentados diariamente, face à comercialização de bens diversos, com destaque para produtos não só da Huíla, como também das províncias do Huambo, Benguela, Namibe, Cuando Cubango e Cunene”, disse.

António Cassanga e Francisco Zeferino argumentaram que o recinto “há muito que se tornou num ponto de referência obrigatória de concentração, escoamento e transformação de diversos produtos do campo”, apontando que o milho, a mandioca, verduras diversas, embora de forma arcaica, são transformados no local. Disseram que dezenas de famílias das terras da Chela têm no mercado a fonte de subsistência e, durante o período de interrupção da actividade mercantil, devido ao estado de emergência, “um número considerável de famílias quase que ficava sem alimentos por deixar de exercer a única actividade de sustento”.

Apesar de funcionar durante três dias por semana, estão à disposição dos clientes uma diversidade de animais, vestuário, bebidas, refrigerantes, hortaliças, frutas, mobiliário, electrodomésticos, acessórios de viaturas, materiais de construção civil e escolares, madeira extraída de árvores diversas, medicamentos tradicionais e convencionais.

O mercado, desenhado e erguido por uma empresa chinesa, foi inaugurado em 2011 e as infra-estruturas do imóvel ocupam uma área de 84 hectares, com capacidade para acolher mais de seis mil comerciantes, onde estão disponíveis 20 lojas, sete armazéns, bancos comerciais, serviços de telefonia móvel, administração da área, segurança, balneários e outros.

Foi também implantada uma área de abate de animais, atendimento e recreação das crianças, posto médico com condições para prestar os primeiros socorros, um refeitório para os trabalhadores, padaria, parque de estacionamento e sistema de frio para conservação de frescos.

Para corresponder à demanda, novas barracas com bancadas e cobertas com chapas de zinco foram erguidas, assim como foi criado um espaço onde estão implantados dezenas de contentores, havendo ainda a tendência de ocupação de espaços vazios pelos novos vendedores.

Máscaras e distanciamento

O uso de máscaras produzidas por alfaiates locais, com panos tradicionais africanos, figura como o sinal mais visível, a cobrir a boca e o nariz no rosto de um número considerável de vendedores, do acatamento das medidas de prevenção contra a Covid-19. Também, na maioria das barracas, é observado o distanciamento, de modo a prevenir o contágio da pandemia.

Barracas há em que também fazem uso obrigatório do álcool gel e lavagem das mãos com água e sabão como forma de prevenção. Quase que ninguém resiste ao cumprimento das normas devido à fiscalização apertada que é feita pelo pessoal da administração do mercado, técnicos sanitários e outros.

A vendedora Ngeve Cassova admitiu estar “muito preocupada com a actual pandemia. Preferia ficar apenas em casa, mas não consigo estar só em casa com as crianças, porque vivo da venda de couve no mercado, onde, com o dinheiro que adquiero, compro farinha de milho, peixe seco e outros para a refeição da família”.

Com seis filhos e marido deficiente visual por doença congénita, Ngeve Cassova disse que, se o mercado fechar, “a casa começa a enfrentar problemas de alimentos para a família e tudo fica mais complicado para os garotos que começam a deambular pelas ruas do Lubango”.

3.4 A favor das famílias e do sector informal

Jornal de Angola
5 De Maio de 2020

O Executivo adoptou, igualmente, medidas que visam proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar o processo de manutenção e criação de postos de trabalho. Assim, para melhorar o rendimento familiar proveniente dos salários, o Instituto Nacional de Segurança Social autorizou as entidades empregadoras do sector privado a transferir, para os salários dos trabalhadores, o valor do desconto para a Segurança Social (desconto de 3 por cento do salário do trabalhador), nos meses de Abril, Maio e Junho. Para assegurar o fornecimento de energia e de água aos domicílios, o Governo recomendou às empresas do sector não efectuar cortes ao fornecimento aos clientes com dificuldades de pagamento das contas durante o mês de Abril. Por outro lado, para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica a famílias mais

vulneráveis, foram disponibilizados recursos no total de 315 milhões de Kwanzas, para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que, com os Governos Provinciais, desenvolve campanhas de distribuição de bens da cesta básica para segmentos da população mais vulnerável.

Para melhorar o rendimento das famílias mais pobres afectadas pela profundidade da crise económica que o país vive, inicia, em Maio, a primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias, que vai beneficiar um milhão e seiscentas mil famílias. Já para acelerar a transição da actividade informal para o sector formal, foi, no âmbito da implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), criado um grupo de trabalho multisectorial (Ministérios da Economia e Planeamento, Finanças, Transportes, Comércio e Indústria, Administração do Território e do Ordenamento do Território e Obras Públicas), que vai elaborar e executar um plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros; Ainda como medida, no âmbito da implementação do Programa de Melhoria da Competitividade e da Produtividade, foi criado outro grupo de trabalho interministerial (Ministérios da Economia e Planeamento, Telecomunicações, tecnologias de Informação e Comunicação), que, com o Banco Nacional de Angola, vai elaborar e executar um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais, educação e inclusão financeira dos agentes económicos, bem como de promoção e apoio ao surgimento de fintechs.

3.5 Educação financeira ajuda bancarizar mercado informal

Jornal de Angola
5 De Maio de 2020

O recente anúncio público de abertura de concurso para a implementação do Sistema de Transferências Móveis e Instantâneas (STMI) por parte do Banco Nacional de Angola (BNA) é tema de actualidade económica nacional.

Catalogado como “prioridade” e “de importância relevante, pretende-se o serviço disponível em todo o território nacional e acessível a toda população, permitindo o fomento da concorrência, eficiência e segurança do mercado financeiro bem como a redução do custo dos serviços e produtos.

Logo após o banco central ter lançado o concurso, o DUBank, tecnicamente considerado o primeiro banco digital angolano, fez a correspondente demanda ao

BNA, algo que aconteceu, exactamente, a 27 de Abril, enviando carta de intenção.

Com avultados investimentos já materializados, na eventualidade de merecer a confiança das autoridades, diz-se preparado para iniciar a operação tão logo termine o concurso, em Setembro. O passo dado pelo BNA tem merecido os maiores elogios dos agentes do sector. Um deles é Sérgio Hirose, gestor do DUBank, constituído como pessoa colectiva de direito angolano há sensivelmente um ano.

“A iniciativa do Banco Central merece, obrigatoriamente, o aplauso generalizado da comunidade bancária, economistas e financistas. Deu um passo importante para a modernização do sistema financeiro angolano”, enalteceu.

Independentemente, do concurso, o DUBank tem um pedido no BNA para operar como banco digital, tendo sido o primeiro a fazê-lo.

“Se formos autorizados, conforme a nossa solicitação do processo de licenciamento junto do banco central, estamos em condições de avançar, imediatamente, com o Banco Digital”, assegurou.

Ao Jornal de Angola, Sérgio Hirose, disse que não há volta a dar, sendo o Sistema de Transferências Móveis e Instantâneas um imperativo das sociedades modernas, nas quais, cada vez mais, a vida do cliente e das instituições é facilitada sem dinheiro físico e sem transtornos.

De acordo com o responsável, qualquer pessoa que tenha um aparelho de telefone móvel celular simples ou de última geração com o mínimo de internet 2G pode fazer transacções bancárias.

“O sistema que apresentamos ao BNA está desenhado para que inclusive a vendedora ambulante, a conhecida zungueira, ou o moto-taxista possam fazer todo o tipo de pagamentos a partir do respectivo aparelho de telefone que, repito, não precisa ser de última geração. A nossa premissa está, contudo, na educação financeira que é o principal pilar do sucesso da bancarização do mercado informal”, explicou.

Acrescenta que “isto vai gerar empregabilidade e possibilitará a criação de novos modelos de negócios. Para uma percepção mais clara do que pretende com o que será o primeiro banco digital do país, Sérgio Hirose detalhou a proposta da instituição que representa.

“Se reparar toda a cadeia do mercado informal, vai encontrar pessoas que querem sair da informalidade,

mas não têm o banco tradicional, que por seu turno possui o internet banking e uma pessoa física para o atender, um gestor de conta. No DUBank não precisará sair de casa. Vamos ajudar a formalizar os seus negócios”, assume.

Por outro lado, lembra ainda que as pessoas, cada vez mais, querem melhorar a sua gestão financeira. Uma vez que estamos em época de contenção de custos, advoga, uma das soluções é optar pelo banco digital.

“Deve-se, acima de tudo, buscar conhecimento para lidar com dinheiro de forma consciente e inteligente. O DUBank vai oferecer educação financeira para todos os clientes. Antes de abrirem uma conta ensinaremos sobre a importância da educação financeira. Essa é a melhor opção para quem quer mudar completamente a maneira de gerir o seu dinheiro”.

3.6 Medidas de prevenção marcam reabertura do “Portão do Leste”

Jornal de Angola

7 De Maio de 2020

Texto: Adão Diogo

Um movimento ténue no pátio espaçoso, limpo e arrumado, com bancadas aqui e ali, preenchidas maioritariamente por produtos como peixe fumado de água doce, catato, tomate, cebola, quizaca, quiabo, rama de batata-doce, ginguba, entre outros, era sinal de que muitos desconheciam a reabertura do maior mercado da província.

Acompanhado de dois colaboradores, o administrador do mercado, Nogueira Zango, ressalta os esforços para oferecer um ambiente mais saudável no recinto, que antes exalava cheiro nauseabundo, resultante da infestação por fezes humanas e outros resíduos. “Alteração do cenário exigiu um trabalho delicado, motivo que justificou a sua reabertura posterior aos restantes”, justificou.

Esperança Catxi, que há 16 anos ganha no local o pão para as crianças, reiniciou o negócio com mel, catato e cogumelo seco, expostos na bancada. O regresso pôs fim ao risco de venda num espaço contíguo, inóspito, que designou por “praça das corridas”, onde exerceu o ofício, depois do mercado “Portão do leste” ter sido encerrado, mas sob alerta permanente para evitar o confisco dos produtos pelos fiscais, reflexo das restrições impostas pelo Estado de Emergência.

Para vendedora a Cabuta Fuliela, a reabertura do “Portão do Leste” foi uma “decisão boa”. Nota que o

distanciamento entre pessoas e uso de máscara visa salvaguardar o risco de contaminação da Covid-19, que “estamos a acompanhar, todos os dias, através da Rádio e da Televisão”. Antes de sair de casa recomenda os filhos a evitarem saídas. A higienização frequente das mãos é a tónica de todos. No termo da sua sofrida jornada, a dona de casa evita qualquer contacto físico com os filhos e o marido, antes de tomar um banho antecedido de lavagem cuidadosa das mãos.

A detenção pelas autoridades competentes, por incumprimento de normas, serviu de lição para o jovem moto taxista Domingos Eduardo, atento a uma eventual solicitação de cliente, para transportar produtos na carroça da motorizada de três rodas, estacionada junto de tantas outras. “Cobramos 100 kwanzas, por viagem, com apenas quatro passageiros contra oito que anteriormente levava”, disse o jovem, que enfrenta constrangimentos por ignorância de muitos, à exigência de uso da máscara. Acrescenta que tal postura complica a justificação, quando interpelado nos postos da Polícia montados em alguns pontos da cidade.

Requalificação

As limitações causadas pela necessidade de prevenção contra à Covid-19 propiciaram o resgate da gaveta, um projecto que visa a melhoria das condições e aumento de espaços de venda, num amplo recinto aberto, onde dezenas de famílias lutavam pelo pão quotidiano em condições que atentam à saúde pública.

O trabalho de compactação e nivelamento com latrite gizado por uma brigada do INEA, durante 11 dias, inovou a imagem da então considerada “lixreira”, devido a abundância de águas residuais, lama e outros elementos prejudiciais no local de trabalho. Segundo o director do Gabinete Provincial de Infra-estruturas, Esmeraldino Cláudio Pemessa, análises feitas na segunda fase do Estado de Emergência permitiram ao governador da Lunda-sul decidir a favor da sua reabertura, com um mínimo de condições marcadas pela definição de passagens com uma largura de três metros, instalação de mais de 1270 barracas.

A primeira fase da empreitada, que começou há 11 dias com a remoção de lixo, capim e pavimentação com latrite de qualidade acima da média, pode ser concluída hoje. Pretende oferecer dignidade à altura do nome “Portão do Leste”, dado ao mercado de referência obrigatória na região, aos nativos e visitantes.

3.7 Taxistas praticam preços especulativos

Jornal de Angola
7 De Maio de 2020

Os taxistas no Bié procederam, de forma ilegal, ao ajustamento do preço do táxi, nas rotas entre a cidade do Cuito e alguns municípios do interior da província, cobrando actualmente 2.500, 3.000 e 3.500 kwanzas por cada corrida, contra os 1.500 e 2.000 kwanzas praticados anteriormente. Segundo alguns taxistas, a orientação das autoridades sanitárias sobre a ocupação de apenas 50 por cento dos lugares das viaturas, devido ao Estado de Emergência que foi prorrogado até ao dia 10 face a pandemia da Covid-19 que está a assolar o mundo e o país, e que tem levado à interdição de determinadas vias, constitui um dos principais motivos da subida dos preços.

Assim, o transporte no percurso Cuito-Andulo custa 2.500 kwanzas, e Cuito até Nharêa 3.000 a 3.500 kwanzas. Em situação normal, o passageiro gastaria por estes percursos apenas 1.500 e 2.000 kwanzas respectivamente. A situação torna-se ainda mais complicada nas zonas suburbanas. Aliás, a falta de condições de algumas vias principais e secundárias faz com que o trajecto, que poderia ser feito entre uma e duas horas, leve quase duas a três horas. Com efeito, os taxistas aproveitam a ocasião e estipulam preços a seu bel-prazer, desde que foi autorizada a circulação intermunicipal.

Numa ronda efectuada pelo Jornal de Angola, constatámos que os taxistas começaram a aplicar esta tarifa desde 26 de Abril, sem quaisquer acordos com as autoridades reguladoras do Governo. António Chiguellesse, 33 anos, funcionário público colocado na Nharêa, disse que os taxistas subiram o preço da corrida sem consentimento das autoridades de direito. Defendeu ainda ser da responsabilidade do Governo regular a actividade dos transportes. “Este valor de dois mil kwanzas nunca foi autorizado pelo Ministério das Finanças”, rematou.

Maria Salomé, 27 anos de idade, é enfermeira colocada no Andulo e afirmou que os taxistas decidiram aumentar os custos da passagem sem autorização para pressionar e ver a reacção do Governo. “Não havendo qualquer oposição por parte das autoridades, os valores mantêm-se até hoje”, lamentou.

O presidente da Associação dos Taxistas Angolanos, no Bié, Adriano Bole, considerou oportunista o acto dos taxistas que procederam ao aumento do preço da corrida de táxi.

Segundo Adriano Bole, não há razões para alterar os preços, já que a Associação e a Direcção de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças vão negociar, a partir de hoje, um possível ajustamento dos valores do táxi. “Quando terminar este processo, o Ministério das Finanças poderá informar o público do referido ajustamento”, disse, acrescentando, por outro lado, que a Associação tem realizado trabalho de sensibilização.

3.8 Vendedores são desalojados das barracas para limpeza do mercado

Jornal de Angola

7 De Maio de 2020

Texto: José Chaves e João Constantino

Os vendedores do mercado do Tchissindo, maior mercado informal do Bié, foram intimados a desmontar as suas barracas e deixar o local e, aqueles que não o fizeram viram os tractores a derrubá-las.

No mercado, o Jornal de Angola constatou um aglomerado de pessoas a desmontar barracas e a transportá-las, violando as medidas de restrição impostas pelo Estado de Emergência. Nesta situação encontramos a senhora Verónica Ulica, de 42 anos. “Estou aqui porque os fiscais do mercado estão a desmontar as barracas e a deixar tudo desarrumado.

Sabemos que estamos em período de quarentena, mas não podemos deixar perder as nossas coisas”, lamentou, sobretudo pelo facto de não terem sido informados. Outro vendedor, Jorge Samarino, disse que montaram as barracas com autorização da Administração do mercado do Tchissindo e pagavam, por dia, uma taxa de 100 kwanzas.

“Mandaram-nos, apenas, desmontar as barracas. Não dizem para aonde vamos fazer o comércio depois do Estado de Emergência”, reclamou. A medida, tomada pela Administração do mercado do Tchissindo, para o cumprimento as orientações da Administração do Cuito, também abrangeu alguns vendedores do interior do mercado formal que comercializam bens não alimentares.

“É aqui no mercado do Tchissindo que tenho o meu ganha-pão. Não é concebível que hoje, em Estado de Emergência, é que nos chamam para virmos desmontar as barracas. Pagamos entre duzentos a

trezentos kwanzas por dia pelo lugar. Agora, não estamos a vender devido às medidas de restrição impostas pelo Governo, mas chamam-nos para vir desmontar as barracas”, desabafou o jovem Angelino Cassoma.

Entrada organizada

Agora, o mercado tem uma porta de entrada e outra de saída para evitar o ajuntamento de pessoas. Na primeira é visível a organização. Colocou-se, no local, um sistema de água, com três torneiras, para os compradores lavarem as mãos antes de entrarem. Depois da lavagem das mãos, com água corrente e sabão azul, as pessoas têm de pisar numa esponja embebida em água e lixívia para desinfectar o calçado. No interior do mercado, a maioria dos vendedores comercializa os produtos no chão. Estendem panos secos, porque as barracas, na sua maioria, estão ocupadas pelos vendedores de produtos não alimentares.

Administrador-adjunto minimiza a situação

O administrador-adjunto para o sector técnico, Adilson Watunga, afirmou que está-se a cumprir com um programa pré-estabelecido, retirando as vendedoras do mercado informal para outro local, o mercado do Cauê. O dirigente disse que não há razão para as mesmas se preocuparem, porque o novo local receberá melhorias. “Temos mantido uma conversa com a Comissão de vendedores, no sentido de alertá-los sobre a necessidade de mudarem para outro local”, disse.

O responsável afirmou que o novo mercado do Cauê, onde serão transferidos os vendedores, está a receber obras de melhoramento. “Há remoção das barracas, nesta altura, porque os vendedores insistem em vender fora do mercado formal e não podem. Estamos sob medidas de afastamento social. Queremos proteger a nossa população, evitando aglomeração de pessoas em locais impróprios”, justificou.

3.9 Armazéns em Viana encerrados por falta de higiene

Jornal de Angola

8 De Maio de 2020

Texto: Alexa Sonhi

Os armazéns grossistas da Cometa localizado no município de Viana, em Luanda, foram encerrados ontem, pela Comissão Provincial Multisectorial de Prevenção e Combate à Covid-19, por falta de

condições para a prática do comércio de produtos alimentares.

Devido às péssimas condições de higiene, o local é considerado uma fonte de contágio e propagação da Covid-19 e um atentado à saúde pública. O Administrador do distrito urbano da Estalagem, Eduardo Fernando, disse que o encerramento dos 20 armazéns surge depois dos técnicos da Comissão Provincial Multisectorial de Prevenção e Combate à Covid-19 terem realizado uma visita de constatação ao local.

Os armazéns, acrescentou, serão reabertos quando for melhorada e cumprida as medidas de prevenção contra a pandemia. Eduardo Fernando referiu que a medida não foi contestada pelos comerciantes, que há muito pediam a intervenção da Administração Municipal, no sentido de melhorar a actividade comercial.

Os moradores mostraram-se satisfeitos com a medida da Comissão Multisectorial, na medida em que a zona foi transformada numa autêntica lixeira. Mariana Sol disse que vendedores e clientes não cumpriam com as medidas de distanciamento social e de higiene. “As pessoas parecem que não acompanham as notícias e não sabem o que se passa em outros países. Todos os dias querem vender, não respeitam os moradores. Passávamos mal com moscas e ratos, por isso, gostei da decisão”, explicou.

3.10 Candongueiros coronavírus «corta» 50% dos lucros e «azeida» relações entre taxistas e patrões

Novo Jornal

8 De Maio de 2020

Texto: Dulcineia Lafua

Quatro horas da manhã de segunda-feira, 04, Alcino Francisco levanta-se da cama para mais uma jornada laboral. Antes mesmo do cantar do galo, faz-se à estrada numa viatura de marca Toyota Hiace. É taxista, e por isso olha constantemente para o relógio, pois, para ele, "tempo é kumbu". Minutos depois, quem entra para a viatura é Tony Mulato, seu companheiro de trabalho que desempenha a função de cobrador. O objectivo deles é facturar, como sempre.

A rota de actuação é Golfe/Multiperfil. Mas os dias hoje são diferentes. As ruas estão vazias. Desde 27 de Março - dia em que o país passou a observar o estado de emergência - que já não se vê tantos passageiros

nas ruas. Agora, para «facturar» tem de se ter sorte e conhecer bem as paragens que ficam "lotadas". Os estudantes estão em casa, os comerciantes têm dias para circular e grande parte dos cidadãos deixaram de trabalhar para evitar a contaminação pelo novo coronavírus. Além disso, há novas regras no "jogo". Agora, nada do habitual «emagrece aí, meu kota», do «empurra-empurra» ou de «dotar até na baúca». A Polícia está atenta. Os candongueiros só devem levar até seis passageiros por viagem, o equivalente a 50% da capacidade de lotação. E mais: as «mbayas» agora só até às 18 horas.

Alcino Francisco, que estava habituado a «facturar» mais de 20 mil kwanzas por dia, queixa-se agora de quedas nos lucros. Com a redução na lotação e no horário de trabalho, o rendimento diário passou de 20 mil para 8.500 kwanzas. Mas o patrão de Alcino não quer aceitar essa realidade.

"Depois do decreto sobre o estado de emergência, o meu boss [entenda-se patrão ou proprietário da viatura] não quis receber 8.500 kwanzas, que correspondem os 50 por cento que facturámos. Após muitas discussões, chegámos a um consenso: passar a levar para o patrão a quantia de 12 mil kwanzas", conta.

Por se tratar de uma questão de saúde pública, Alcino Francisco garante que está a respeitar as medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades sanitárias para fazer face à Covid-19.

"Só entra no candongueiro o passageiro que tiver uma máscara. Estamos a fazer um esforço fora do comum e a situação leva a que muitos colegas abram mão do horário do almoço para concluírem os valores dos patrões", explicou o automobilista.

Alcino Francisco não é o único taxista que reclama do actual contexto social. Como ele, estão outros milhares. Para se ter uma ideia, existem 40 mil taxistas em todo o país. Só em Luanda os candongueiros empregam perto de 20 mil jovens com idade entre 18 e 40 anos.

Laurindo Costa, outro taxista, faz habitualmente a rota congolenses/zamba 2. Queixa-se de, nos últimos tempos, ter estado a encontrar muitas dificuldades para circular em Luanda.

"A cada dia que passa o trabalho de táxi na cidade de Luanda torna-se mais difícil. Estamos a ter muitas dificuldades. Por conta da interdição de algumas vias e dos constantes congestionamentos, somos forçados a circular dentro dos bairros, colocando em risco as nossas vidas e próprio veículo", observa.

Laurindo Costa sublinha que, quando se termina o trabalho diário, os patrões não querem saber dos transtornos que passam na via, "só querem a conta".

Por causa das várias restrições impostas pelo decreto presidencial, alguns taxistas estão a fazer rotas curtas e a aumentar os preços das corridas dos táxis. Justificam as linhas curtas praticadas nessa fase de estado de emergência com as "barreiras" colocadas pela Polícia em algumas vias".

"Estamos a trabalhar das 6 às 18 horas, com metade dos passageiros, como é que vamos conseguir 'selar' o dinheiro do boss a 100 por cento? Isso não é justo. Estamos a trabalhar como escravos e ninguém diz nada", desabafa Mateus ruía, taxista.

ANA TA reprovava atitude dos patrões e pede intervenção do Estado

Em declarações ao NJ, o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), Geraldo Wanga, reprovava a atitude dos patrões de exigirem uma facturação diária na ordem dos 100% nessa fase em que se observa o estado de emergência.

"Infelizmente temos reclamações de colegas que foram obrigados a deixar as viaturas por não conseguirem concluir o dinheiro dos patrões", revelou.

No entender de Geraldo Wanga, o decreto sobre o estado de emergência deveria estipular os valores que os taxistas devem apresentar diariamente aos proprietários dos veículos, o que evitaria o «braço-de-ferro» a que hoje se assiste entre patrões e funcionários.

"O Estado é chamado a intervir para arbitrar essa situação. Actualmente o problema do taxista não é com a Polícia mas sim com o patrão", observou.

Quanto à especulação de preços da corrida dos táxis e as rotas curtas que se têm observado nos últimos tempos, Geraldo Wanga justifica a atitude dos seus colegas com as exigências dos patrões e com as novas restrições no horário de funcionamento (das 5 às 18 horas).

"Eles não estão de acordo com o que têm feito, mas não há outra alternativa, ou o fazem ou perdem o emprego", justifica o número 1 da ANATA.

3.11 Contrabando de combustível no Zaire

Jornal de Angola
8 De Maio de 2020

O contrabando de combustíveis da província do Zaire para o território da vizinha República Democrática do Congo (RDC) era suposto que fosse travado nesta fase, pelo menos agora, em que vivemos o Estado de Emergência.

É inaceitável que o tráfico continue e, pior do que tudo, nunca são apanhados e devidamente responsabilizados os intervenientes do lado angolano, um facto muito curioso. Na semana passada, segundo informações postas a circular pelas autoridades policiais provinciais, no Zaire, foi frustrada uma tentativa de contrabando de 11 mil litros de combustíveis, entre gasolina e gasóleo, acondicionados em 230 bidões (os conhecidos recipientes de cor amarela, de 20 a 25 litros).

Como é fácil de dar conta, não se trata de um negócio que envolve simples aldeões, quer pelas quantidades de combustível envolvido, quer pelos custos que acarretam a sua movimentação e, ainda pelas embarcações utilizadas, aparentemente artesanais, mas que usam motores potentes. De acordo com a nota da Polícia Nacional, "na sequência da operação, cinco cidadãos da RDC, supostamente proprietários do combustível, foram detidos e repatriados", facto que leva inevitavelmente às perguntas que se seguem: quem são e onde estão os responsáveis, contrabandistas homólogos, do lado de Angola?

Os "cinco cidadãos da RDC, supostos proprietários do combustível" realizaram toda a transacção sem a intervenção de nenhum angolano, desde a movimentação dos 230 bidões, à aquisição do combustível e transporte do produto até aos mangais do espaço fluvial navegável de Santo António, no Soyo, prestes a fazer a travessia? Com certeza que contaram, e têm contado ao longo de vários anos, com entidades angolanas, singulares ou colectivas, civis, militares ou policiais, ficando por saber a que nível, com que frequência e se as apreensões que são tornadas públicas não passam de simples manobras que visam iludir sobre um falso combate contra o contrabando.

Não que estejamos contra as actuais entidades, na província do Zaire, até porque o contrabando de combustível é uma prática que já vem de trás e que, se calhar, apenas com abordagens e questionamentos desta dimensão se poderá contribuir para se resolver o problema.

Seguramente, se tivéssemos os dados estatísticos do quanto Angola perde com o combustível contrabandeado para a RDC, medidas mais enérgicas teriam sido já adoptadas e o tráfico completamente eliminado. E estamos a falar apenas do contrabando de combustível, quando há igualmente informações segundo as quais, volta e meia, bens de primeira necessidade, proibidos de serem reexportados, acabam contrabandeados para a vizinha RDC. Não há dúvida de que as perdas são monumentais para a economia nacional, razão pela qual urge tomar medidas proporcionais.

Compreendemos com muita dificuldade como, ao longo de vários anos, as mudanças ao nível da estrutura governativa da província, do comando da Polícia Nacional, incluindo-se, aqui, a Polícia de Guarda Fronteira, eventualmente até ao nível da Sonangol Distribuidora local, o contrabando de combustível continua como um verdadeiro cancro. Receamos entrar para um quadro em que nos venham dizer que o problema do contrabando de combustível tem uma dimensão estrutural que nenhuma entidade, sozinha ou combinada com outras, o pode eliminar por completo. É que essas apreensões, das quais tomamos conhecimento, eventuais pontas soltas de um Iceberg monumental, são mais do que meros avisos à navegação, numa altura em que presumíamos estancado ou travado por consequência do Estado de Emergência, um desafio às autoridades porque, afinal, o contrabando não parou.

3.12 Motorizadas cisternas reforçam distribuição

Jornal de Angola
8 De Maio de 2020

A distribuição de água potável ao nível do município do Cuvango, província da Huíla, está desde, ontem, reforçada após a recepção na circunscrição, de mais sete motorizadas cisternas que vão operar em bairros das comunas sede, Galangue e Vikungo.

A recepção das motorizadas, que se juntam a um universo de outras dez, foi presenciada pelo administrador municipal-adjunto, Virgílio Baptista Pereira, que reforçou a necessidade de se utilizar os bens em benefício da população nesse período de

confinamento.

O abastecimento de água potável gratuita por motocisternas beneficia mais de 30 mil pessoas por dia naquela vila ribeirinha.

Virgílio Pereira recomendou que os quadros trabalhem em conjunto, no sentido de se dar outra dinâmica ao Cuvango, rumo ao seu desenvolvimento.

O município do Cuvango dista a 356 quilómetros a leste do Lubango, bem como na fronteira com a província do Cuando Cubango, através do município do Cushi.

3.13 Taxistas encurtam rotas e especulam o preço para garantir dinheiro do patrão

Jornal Expansão
8 De Maio de 2020
Texto: Alexandre Lourenço

Em Luanda muitos taxistas estão a especular o preço da corrida para garantir o dinheiro do patrão, que oscila entre os 18 a 20 mil kz /dia, e outros estão a encurtar as rotas devido às barreiras impostas pela polícia em vários municípios.

Embora alguns patrões tenham decidido parar as suas viaturas, outros negociaram com os seus motoristas um pagamento diário para manterem a circulação. Estes estão a exercer a actividade de táxi, especulando nos preços da corrida, uma vez que a procura é superior à oferta. O que custava 150 passou para 200 e até mesmo para 300 kz. Isto apesar de ser um preço vigiado, ser proibido fazer qualquer aumento sem a aprovação do ministério da tutela. Mas os motoristas arriscam e alguns deles acabam detidos pela polícia (ver caixa).

Os trajectos também estão mais cultos, e o transporte que se fazia numa viagem apenas obriga agora à utilização de vários táxis. Exemplo disto é a cidadã Maria Sebastião que saía da Vila de Viana até ao 10 de Maio, gastando apenas 150 kz, mas agora é obrigada a apanhar dois táxis devido às rotas curtas.

"Antes apanhava apenas um táxi, agora pego dois, ou seja, na vila apanho para a Estalagem e depois 10 de Maio, gastando 300 kz porque os senhores taxistas decidiram encurtar as rotas", lamenta a trabalhadora, acrescentando que fazia esta trajecto numa linha única antes do estado de emergência.

Eduardo Tchicuma reclama dos preços. Teve de pagar 200 kz para sair do Hoji-ya-Henda até ao

mercado do São Paulo, viagem que antes custava 150 kz.

"Esta situação está a causar muitos embaraços à nossa vida porque somos obrigados andar a pé uma longa distância para mais a frente apanhar um táxi de 150 kz. Há um elevado número de pessoas que estão a caminhar, sem qualquer distanciamento social, o que não é bom para a actual situação do País", alerta.

Taxista há mais de 10 anos, Jorge Francisco, garante ao Expansão que não está a especular os preços mas confirma que há muitos colegas que estão a mentar o preço da corrida. "É verdade que há muitos colegas a aumentarem o preço da corrida, mas isso só está acontecer porque, em função da situação actual, não renegociaram o valor com o boss e aumentam o preço para garantir o kumbu do patrão no final do dia".

Conta ainda que o aumento do preço também está relacionado com as restrições nos horários, só podem trabalhar até às 18 horas, e os mercados, que mobilizam muitos clientes, só funcionam três dias por semana,

O presidente da Associação da Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), Francisco Pa- ciência condena estas práticas, mas lembra que as rotas curtas e a especulação de preços estão acontecer porque foram colocadas muitas barreiras, e alguns agentes da polícia insistem em descarregar alguns táxis quando ultrapassam a barreira, mesmo quando estes respeitamos 50% de lotação.

"Estamos cientes do que está acontecer, mas temos de ser realista e dizer que as barreiras impostas estão a causar muitas confusões. Por exemplo, quem quer sair dos Ramiros para o Benfica, são apenas 8 quilómetros, encontra uma barreira na zona das salinas e tudo que é azul e branco não pode passar mesmo obedecendo ao distanciamento social. Por isso os motoristas preferem fazer rotas curtas para evitar atravessar a barreira policial e então os passageiros são obrigados a descer para apanhar outro transporte depois da barreira", justifica.

Quanto à especulação de preço, o presidente da associação realça que prende-se com o facto de que dada a redução de 14 para seis passageiros alguns taxistas não negociaram com os seus patrões e aumentam o preço para garantir o pagamento diário.

Diz que a associação, que controla mais de 17 mil associados, tem levado a cabo várias acções de sensibilização para que essas práticas deixem de existir. "De acordo com o Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego, Mobilidade Urbana circulam

actualmente em Luanda cerca de 40 mil veículos que exercem actividade de táxi, mas destes apenas 30 estão legalizados, dos quais 17 mil são controlados pela ANATA, ou seja, muitos dos que estão a especular não estão associados, e por isso estamos a trabalhar para o cadastramento de mais taxistas", conclui o presidente da associação.

3.14 Um «arsenal» policial para travar «fúria» contra cerca sanitária

Novo Jornal

8 De Maio de 2020

Texto: Borralho Ndomba, Eduardo Gito e Adjali Paulo

No terreno, bem no solo do posto policial do Kifangondo, uma jurisdição de Cacucaco que limita a fronteira entre as províncias de Luanda e do Bengo está um contingente policial e militar que tenta, usando muitas vezes o recurso à força, impedir que centenas de cidadãos incorram na invasão à cerca sanitária, instituída no quadro do estado de emergência que o país observa, em face da pandemia da Covid-19. Entretanto, apesar do cordão de segurança, segundo apurou a reportagem do Novo Jornal que se instalou durante 24 horas no local, as tintas às autoridades e a existência da famosa «gasosa» estão entre os retratos de quem vive diariamente aquele frenético ambiente várias pessoas aproveitam o calar da noite para atravessar a barreira montada pelas autoridades na ponte sobre o rio Zenza. A passagem às vezes é facilitada por agentes da Polícia Nacional (PN). Um maior rigor vê-se na actuação dos efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), igualmente destacados no local.

Num momento em que já se fala em uma dezena de casos de transmissão local da Covid-19 em Luanda, o epicentro da pandemia no país, centenas de pessoas, entre as quais homens e mulheres grávidas e algumas com bebés ao colo, estão há duas semanas a arriscar as suas vidas por uma travessia para a província do Bengo, que está a 60 quilómetros da capital. São poucos os que entram na capital do país.

Solange vive no Panguila e vende tomate no mercado do mesmo bairro, Jurisdição do Bengo.

A jovem conta à reportagem deste jornal que atravessou a ponte sobre o rio Zenza na madrugada de domingo, 3 de Maio, com auxílio de uns polícias. Elas e as amigas foram ao mercado do 30, em Viana, ao lado de Luanda, comprar caixas de tomate para revender na sua região.

Mas, no regresso, Solange e colegas de negócio não tiveram a mesma sorte de domingo. Com crianças ao colo, as mulheres passaram a noite debaixo da pedonal do Kifangondo.

Às 14 horas de terça-feira, 5, as jovens esperavam que o dia escurecesse para que avançassem para o Bengo.

"Quando fomos interpeladas, explicámos que íamos ao óbito de um familiar. Sabemos que não podemos sair. Mentimos só para conseguir o pão das crianças", confessa Solange.

Maria Mpemba, outra comerciante que também esperava - mais uma vez - o anoitecer para ir para casa, no Bengo, disse que Luanda é o único local onde compram os produtos do campo, por isso apela às autoridades para fazer com que os fornecedores entrem até ao Panguila.

"Queremos que enviem carros com produtos agrícolas para o Panguila para não violarmos a cerca sanitária", sugere Mpemba, que falava ao NJ à meia-noite de quarta-feira, 06, acompanhada de Solange e outras mulheres. Todas partilhando o mesmo desejo: transpor a barreira policial e fazer a travessia que as leve de volta às terras do «Jacaré sangão», onde fazem a vida vendendo produtos agrícolas comprados em Luanda. O aglomerado de gente com trouxas de todo o tamanho cresce minuto a minuto. Algumas pessoas usam máscaras e outras nem tanto. O espirro ou tosse da pessoa ao lado já não incomoda. O perigo de um possível contágio pela Covid-19, doença que reside em Luanda, há muito que perdeu a força com o constante «empurra-empurra» para transpor a cerca sanitária.

Nesta frente devem superar também, do outro lado da ponte, a barreira montada pela delegação provincial do Ministério do Interior do Bengo, que destacou no perímetro que vai até ao mercado do Panguila, efectivos da polícia de ordem pública, PIR, Polícia de Guarda Fronteira, SME e Bombeiros e também militares das FAA.

3.15 Resgatar o resgate

Jornal de Angola

11 De Maio de 2020

Texto: Adebayo Vunge

Fazia algum tempo em que ninguém ouvia falar em resgate, uma operação de resgate financeiro ou até o bacoco resgate de valores. Uma das coisas assinaláveis na extensa lista de contributos da Covid-19 é a recuperação da ideia que é preciso resgatar o resgate. Falo particularmente da “Operação Resgate”.

A autoridade do Estado estava em declínio, perdeu a sua idoneidade ética e moral ao permitir que se instalasse entre nós a cultura mobutista do “debrouillez-vous” (desenrasquem-se em bom português muitas vezes usado por Manuel Rui no seu sarcástico humor... de desenrascanço).

Este “tout est permis”, que é como quem diz... tudo nos é permitido, ficou praticamente legitimado com o reconhecimento de que ninguém vive só do seu salário, há sempre uma espécie de subsídio, seja de cabritismo ou de qualquer outros ‘ismo’, que acomoda a barriga, mas que no pós-digestão nos leva valores indispensáveis como o da dignidade e da verticalidade.

Outrossim, as medidas que o Estado tem vindo a tomar revelam que, e em primeiro lugar, é possível às instituições do Estado angolano apresentarem soluções que permitam atender algumas carências básicas que não foram anteriormente supridas, e mesmo se os bairros da periferia são recentes e sem infraestruturas de saneamento urbano, ao Estado cabe assegurar, pelo menos, o abastecimento de água e energia; e que ao Estado cabe assegurar ainda o mínimo para quem não tem realmente nada, e, neste sentido, retirar os grupos mais vulneráveis das ruas, colocando-os em centros de acolhimento, é mais do que sensato. É uma manifestação de humanismo.

Os baixos níveis de instrução e a elevada precariedade que dominam a condição de vida das nossas populações - onde o comércio informal, nas praças e não só, é um dos sinais mais evidentes -, não serve para nos resignarmos a deixar pessoas a conviverem com o lixo, águas paradas e salobras e outras formas de porcaria, passe a expressão, como vínhamos assistindo um pouco por todo o País.

Se é verdade que as instituições do Estado não têm cumprido cabalmente a sua missão, e isso não passa apenas por questões financeiras, mas por perceber o seu papel e exercer as suas tarefas, temos que não é o único a falhar, diga-se, e sem faltar à verdade, que o terceiro sector está longe de desempenhar com razoabilidade e de forma competente a sua missão. O que podemos nós fazer para fomentar a literacia financeira e uma cultura de empreendedorismo entre vendedores ambulantes, de mercados ou zungueiras? Que noções temos nós de nutrição e segurança alimentar, no sentido de encontrarmos receitas económicas, mas ricas em termos calóricos? Numa altura em que a Covid fez explodir no mundo inteiro o negócio das IT, por onde andamos nós? Os medias, as igrejas, as organizações da sociedade civil, as associações de moradores e tantas outras organizações cívicas estão pouco criativas, e isto para não falarmos do sistema financeiro adormecido mas chorudamente lucrativo. Instalou-se, infelizmente,

uma ideia de que o Estado (o Governo) vai resolver tudo.

Sejamos claros. Não estamos a desresponsabilizar o Estado. Pelo contrário. Há domínios de onde é urgente resgatar o próprio Estado, que não consegue acabar com as crianças fora do sistema de ensino, um fenómeno bem à vista de todos, ou criar as condições para que tenhamos um sistema de ensino de qualidade, havendo mesmo a necessidade de o discutirmos profundamente, um debate vital para o futuro desta Nação. Não falo apenas da aprovação de Leis.

Um outro domínio de onde é urgente resgatar o Estado, prende-se com o sistema de saúde. Sejamos ainda mais claros. Devemos aproveitar a Covid-19, como fizeram historicamente os ingleses imediatamente a seguir à II Guerra Mundial, para pensar o futuro. Em pleno conflito, em 1942, William Beveridge apresentou na Câmara dos Comuns um relatório que alterou completamente a perspectiva social do papel do Estado. Temos muito a fazer para prevenir os efeitos devastadores desta pandemia, mas temos ainda mais a fazer, para prevenir e acautelar todas as epidemias e pandemias futuras – não nos esqueçamos por exemplo que a malária é o nosso calcanhar de Aquiles, reforçando o “nosso serviço nacional de saúde” e o nosso sistema de protecção e assistência social, com foco nos grupos mais vulneráveis.

Devemos aprender com esta crise de saúde pública mundial a gerir riscos sociais, económicos e políticos. A Ministra Silvia Lutukuta tem aqui uma soberana oportunidade de fazer história – Organizar rigorosamente o sistema nacional de saúde em Angola, tornando-o funcional e eficiente.

Por agora, entre o que temos de corrigir, estão a atitude dos pastores que desafiam o Estado e organizam cultos religiosos em pleno Estado de Emergência, para não citar aqui o caso polémico do Meritíssimo do Namibe; o estado insalubre dos nossos mercados e a ausência de feiras urbanas para a venda de produtos, criando mobilidade e ordenando o pequeno comércio; as dificuldades em interditar o uso de plásticos, que se espalham como uma praga pelas estradas nacionais interprovinciais, onde vemos mais plástico do que animais; a poluição sonora das cidades; a assustadora proliferação de cantinas de venda de bebidas alcoólicas e a ausência de bibliotecas, salas de espectáculo e outro tipo de auditórios para a cultura fazendo de nós mais apreciadores da cerveja do que um bom livro, peça de teatro, filme ou quadro; a vandalização sistemática dos bens públicos, como caminhos-de-ferro, escolas, hospitais e outros equipamentos que apresentam

níveis de degradação chocantes, como é o caso, por exemplo, da escola Nzinga Mbandi, mesmo no centro de Luanda; a ausência de gestão adequada de condomínios ou de comissões de moradores capazes de contribuir para a resolução dos seus próprios problemas comunitários mais básicos porque ninguém quer contribuir e todos querem criticar.

Enfim, numa lista sem fim para chegarmos a uma só conclusão: estamos todos, individual e colectivamente, na emergência de resgatar o resgate. Pela nossa sobrevivência.

3.16 BNI leva produto aos vendedores informais

Jornal de Angola

12 De Maio de 2020

Texto: Elautério Silípuleni

O Banco de Negócios Internacional (BNI) apresentou, na segunda-feira, em Ondjiva, província do Cunene, a ferramenta BNIX, que permite efectuar diversos pagamentos, transferir e levantar dinheiro, consultar saldos da conta de forma “fácil, rápida e segura”.

Para o director do BNI no Cunene, Edgar Neto Cahalo, os utilizadores do Bnix podem fazê-lo com qualquer telemóvel, pois o mesmo está disponível a qualquer pessoa, sem que necessariamente seja cliente do banco.

Disse que as operações se resumem às transferências, pagamentos e levantamentos por telemóveis que podem não estar ligados à Internet.

A simplicidade do sistema, segundo explicações do bancário consiste em o utente só precisar enviar uma mensagem ao BNIX para adesão, sendo-lhe dado um código que, de forma automática, lhe permite fazer compras, transferências ou levantamentos sem custos operacionais.

O serviço, um produto testado e validado, é parte da estratégia de participação do BNI nos desafios de bancarização, sobretudo dos agentes informais dos mercados que têm rendimentos e podem beneficiar da cadeia de produtos de créditos e outras facilidades disponíveis no sistema financeiro.

3.17 Comércio informal com novas regras para a prevenção da pandemia

Jornal de Angola

14 De Maio de 2020

Texto: Arão Martins

Mais de 30 baldes com torneiras estão instalados em diversos pontos de entrada do mercado do Mutundo, arredores da cidade do Lubango, província da Huíla, para a lavagem das mãos com água e sabão, no âmbito da prevenção da Covid-19.

Na última terça-feira, o primeiro dia da reabertura do mercado informal do Mutundo, com capacidade para mais de seis mil vendedores, ficou marcado pelo uso massivo de máscaras faciais caseiras, lavagem das mãos e a desinfecção das viaturas.

O director Municipal de Promoção do Desenvolvimento Integrado do Lubango, João de Oliveira, informou que foram instalados quatro tanques plásticos com capacidade de armazenar entre 500 a 5 mil litros de água, para reabastecer os baldes usados na lavagem das mãos.

João de Oliveira referiu que a Administração Municipal do Lubango recebeu da Comissão Técnica Provincial de Combate à Covid-19 quantidades elevadas de sabão azul que está a ser usado na lavagem das mãos no mercado do Mutundo, onde é obrigatório a higienização das mãos, o uso de máscaras e a desinfecção das mãos.

O processo, acrescentou, está a ser fiscalizado pelos agentes da Polícia Nacional e efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), afectos ao Comando da 5ª Região Militar Sul, e fiscais da Administração Municipal do Lubango.

O mercado, com mais de 40 áreas de comes e bebes, abre de terça-feira a sábado, das 6h00 às 13h00. “Durante este período de emergência, a venda de comes e bebes, está proibida”, informou.

João de Oliveira garantiu que foram criadas equipas para desinfectar os locais de venda, pavimentos e viaturas que fazem o serviço de táxi. Acrescentou que o mesmo processo acontece nos mercados do Rio Nangombe, KM-40, Calumbiro e Municipal.

O director Municipal de Promoção do Desenvolvimento Integrado do Lubango disse que o facto dos mercados do Mutundo, KM-40 e do Calumbiro serem abertos permite a afluência desordenada de crianças, mas garantiu que tem

havido um esforço no sentido de proibir a circulação de menores no local.

Especulação

Os taxistas que fazem as rotas intermunicipais aumentaram o preço da viagem de mil e 500 para três mil kwanzas, pelo facto de apenas transportarem 50 por cento da capacidade da viatura, como determina o Estado de Emergência.

“Um Hiace, em condições normais, leva 16 pessoas. Por causa da Covid-19, transporta apenas oito pessoas. Como forma de compensar os lugares vazios, somos obrigados a pagar três mil kwanzas ao contrário dos mil e 500 anteriores”, denunciou João Kamosso, proveniente do município de Caluquembe.

Estado de Emergência

O comandante Provincial da Polícia Nacional na Huíla reconheceu ontem, na cidade do Lubango, haver melhoria no cumprimento das medidas do Estado de Emergência, decretado devido à pandemia da Covid-19.

Comissário Divaldo Martins, que discursava no encerramento da reunião com os 14 comandantes municipais, disse que se tornou habitual ver pessoas com máscaras faciais e a respeitarem o distanciamento em locais públicos.

“Acreditamos que as acções desenvolvidas, desde o início desta operação, permitiram alcançar êxitos no actual contexto”, referiu.

O comandante Provincial da Polícia Nacional na Huíla reiterou melhoria na actuação da Corporação durante o novo período de excepção, que vigora desde o dia 11 até 25 do corrente.

Nesta nova fase, destacou, a Polícia Nacional vai continuar a garantir a observância das medidas de biossegurança e o confinamento social, evitando que cidadãos circulem na via pública sem justificação.

Divaldo Martins frisou que a Polícia vai exigir o cumprimento da lei e sensibilizar a população para o cumprimento obrigatório do Estado de Emergência. Para o oficial comissário, as detenções de cidadãos que circulavam na via pública sem justificação, tiveram um efeito pedagógico, apesar da actuação da Polícia ter sido alvo de críticas de alguns sectores da sociedade huilana. “Essas detenções, os julgamentos e condenações, contribuíram na mudança de comportamento dos cidadãos”, afirmou.

Médicos cubanos já nos municípios

Os 17 médicos cubanos destacados para à Huíla, no âmbito da prevenção e combate da pandemia da Covid-19, foram distribuídos ontem pelos 14 municípios da província. A directora do Gabinete Provincial da Saúde, Luciana Guimarães, informou que a Huíla recebeu 14 médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar, uma em Estatística e dois em Nefrologia e Radiologia.

Os dois últimos, indicou, reforçaram o corpo clínico do Hospital Central do Lubango Dr. António Agostinho Neto, enquanto a especialista em Estatística foi colocada na direcção do Gabinete Provincial da Saúde. “Contamos com um médico cubano para cada município, que vão ingressar no quadro municipal para fazer actividades de formação e acompanhamento da dinâmica dos serviços de saúde localmente”, disse.

O envio de médicos cubanos à Huíla é um princípio firme e bom, reconheceu Luciana Guimarães, tendo afirmado que a presença de um especialista na gestão de cada município vai permitir criar uma cadeia positiva na discussão de casos e ter outra dinâmica na assistência médica e medicamentosa à população. “Já começaram a prestar serviço às populações”, assegurou.

O governador provincial da Huíla afirmou que a presença dos médicos cubanos vai elevar a capacidade técnica dos técnicos locais. Luís Nunes encorajou os médicos a enfrentarem os desafios com brio, tenacidade e resiliência que caracterizam o seu labor, como internacionalistas e humanistas.

O governante lembrou que Angola e Cuba são dois países que, independentemente da localização geográfica, mantêm laços de irmandade e fraternidade muito fortes. “Queremos contar com o saber dos médicos cubanos para elevar mais a capacidade técnica e de resposta do sistema de saúde a nível da nossa província e, neste momento peculiar, unir esforços para a luta contra a pandemia da Covid-19”, defendeu.

Ada Peres Rodrigues, especialista em Medicina Geral e Familiar, colocada na Humpata, já trabalhou no Mali, Bolívia, Venezuela e Brasil. Garantiu que, para os médicos cubanos, não está em causa as condições de trabalho, mas a assistência médica e medicamentosa humanizada à população.

3.18 Consumidores preocupados com subida do preços de bens essenciais

Jornal de Angola

15 De Maio de 2020

Manuel de Sousa

A alteração dos preços de alguns produtos alimentares de primeira necessidade registada nos mercados informais, armazéns e algumas lojas a retalho, neste período do estado de emergência que o país vive, preocupa os consumidores que clamam por uma fiscalização atuante.

No mercado do 5 de Abril, o maior da cidade de Moçâmedes, o quilo de açúcar está a ser comercializado a 400 kwanzas, a farinha de milho a 350, feijão 1.200, o litro de óleo alimentar 1.000 e o arroz a 350, preços que sofreram um aumento, comparativamente ao mês transacto, de acordo com a compradora Esther Jongolo.

“Os preços estão a subir cada dia que passa, isso nos preocupa muito enquanto donas de casa, principalmente neste período que somos obrigados a ficar todos em casa.” Maria Bernarda, outra consumidora interpelada pela nossa reportagem, defende uma fiscalização à altura das exigências para a regularização dos preços e desmotivar todos os vendedores que especulam, dificultando a vida de muita gente.

”As autoridades devem fazer alguma coisa e não deixar que os vendedores aproveitem-se da situação que vivemos para prejudicar o bolso do cidadão”.

A funcionária pública Judith Henda disse ser obrigada, muitas vezes, a consultar os preços dos vários mercados informais, nos bairros Eucaliptos, Mandume e Valódia, para poder comprar o que precisa a preços baixos.

“Os preços dos produtos alimentares de primeira necessidade, como arroz, massa alimentar, farinha de milho, óleo, açúcar e outros devem estar ao alcance do bolso de todos. Se os funcionários públicos têm dificuldades financeiras para adquirir estes produtos, como é que ficam aquelas pessoas que tem rendimentos baixos, principalmente nesta fase que se aconselha a ficar em casa?”, questiona a cidadã.

“Para a vendedora de farinha de milho do mercado 5 de Abril, Ana Cuiela, a subida do preço do produto que vende deve-se a dificuldades na transportação e também ao preço de compra. “Adquirimos o saco de 50 quilogramas de farinha de milho a 15 mil kwanzas, na província da Huila, para podermos ter lucros, temos que vender um quilo a 350 kwanzas”.

Com a introdução das medidas de alívio do impacto da covid-19, que permite a circulação de veículos de transporte de mercadorias e a abertura dos mercados informais e ambulantes, de terça-feira a sábado, das oito as treze horas, regista-se um aumento considerado do volume de negócios e uma maior procura dos bens alimentares provenientes do campo por parte dos consumidores.

Nos armazéns de venda a grosso, os preços não sofreram alterações, mas houve um aumento considerável na procura dos produtos da sexta básica principalmente por parte dos consumidores e retalhistas, de acordo com um Mohamed Hamed, um dos responsáveis da fornecedora Angoalissar.

“Continuamos a comercializar o saco de arroz de 25 quilos a 12.500 kwanzas, caixa de massa alimentar a 4.200 e a farinha de trigo nove mil. Não alteramos os preços; o que estamos a registar nos últimos dias é a escassez de algum produto devido a procura que aumentou consideravelmente neste altura em que as pessoas ficam em casa”.

Medidas de segurança

Na loja Laurinda Comercial, situada no centro da cidade, os produtos também não sofreram qualquer alteração, mas há pouca clientela nesta altura, segundo Clara Trindade, gestora da loja. “Continuamos a comercializar normalmente os nossos produtos, principalmente os do campo, mas a procura baixou muito”. Quanto ao cumprimento das medidas de biossegurança, o estabelecimento dispõem de álcool em gel para a desinfecção das mãos dos clientes e trabalhadores, e o uso de máscaras é obrigatório.

Kersey Costa, gerente de uma das lojas do grupo comercial Sicopal, o maior vendedor de produtos do mar, de pesca desportiva e de sementes, pesticidas e fertilizantes, disse que só se fala em alteração de preços no seu estabelecimento comercial quando a loja adquire novos produtos ou são actualizados, tendo em conta o desenvolvimento económico e financeiro da província e do país no geral.

Naquele estabelecimento comercial, o preço da caixa de caranguejo varia de três mil a cinco mil kwanzas. A caixa de peixe carapau grande custa 15 mil, de

cachucho 13 mil e sardinha vai de sete mil a 10 mil kwanzas. “A procura baixou, estávamos fechados por força do decreto presidencial sobre o estado de emergência, mas com as medidas de alívio reabrimos e os nossos clientes estão vindo aos poucos. Existe uma concorrência muito grande no mercado do peixe, mas temos clientes que apostam na nossa qualidade.”

Os 50 por centos da força de trabalho, a dispensa dos mais-velhos, o uso obrigatório de máscaras por parte dos clientes e trabalhadores e a lavagem das mãos à entrada do estabelecimento estão salvaguardadas, de acordo com Kersey Costa. As indústrias voltaram a funcionar, mas desta vez com 50 por cento da mão-de-obra, cumprindo com as orientações baixadas pela comissão multisectorial para o combate a pandemia causada pela Covid-19.

Os preços do material de construção também registaram algumas alterações nas principais lojas de venda destes bens, assim como no mercado informal. O preço do saco de cimento varia de 2.700 a 2.300 kwanzas, registando uma descida considerável comparativamente ao praticado no mês de Janeiro.

3.19 Especialistas analisam transição do mercado informal para o formal

Jornal de Angola

14 De Maio de 2020

Texto: Helder Jeremias

A organização e reorganização dos mercados constituem uma das premissas para a transição do sector da economia informal para a formal, cujo projecto de implementação até 2022 está a ser gizado pelo Ministério da Indústria e Comércio, em colaboração com o da Economia e Planeamento.

A informação foi avançada pelo técnico sénior do Ministério da Indústria e Comércio, Artur Pinheiro, durante uma vídeo-conferência realizada ontem à tarde no auditório do Centro de Imprensa Aníbal de Melo (CIAM), em que os presentes no local e internautas ficaram a saber que já decorre um estudo de viabilidade com vista a dar resposta aos principais problemas que estão na base da maior propensão de pequenos comerciantes para a informalidade.

De acordo com os especialistas, a informalidade tem origem nas difíceis condições de vida que muitas pessoas atravessam, em consequência dos problemas de vária ordem que os países apresentam, na medida em que as pessoas procuram tirar o sustento na comercialização.

3.20 Taxistas alteram preço da viagem para satisfazer exigências dos patrões

Jornal de Angola

15 Maio 2020

Texto: Alfredo Ferreira

Taxistas em Caxito, capital da província do Bengo, cobram actualmente 300 kwanzas o valor da viagem, ao contrário dos 250 pagos anteriormente. A cerca sanitária criada entre Bengo e Luanda, devido a pandemia da Covid-19, é apontada como um dos principais motivos para a subida ilegal do preço da corrida.

Em algumas paragens de táxis, a reportagem do Jornal de Angola apurou que a viagem entre a centralidade do Capari e o Panguila custa 250 kwanzas, contra os 200 anteriores. O preço da rota Caxito/Açucareira mantém-se nos 150 kwanzas. Os homens dos “azuis e brancos” não foram os únicos a alterar o preço da corrida. Os mini-autocarros também aumentaram o valor da viagem para satisfazer as exigências dos patrões.

Domingos Miguel, taxista há 16 anos, referiu que a subida do preço vai permitir acertar as contas com o patrão no final do expediente, na medida em que transportam apenas 50 por cento da capacidade total do veículo.

À reportagem deste diário, ele reconhece que alteração do preço do táxi criou constrangimentos aos passageiros, mas, acrescentou, terão de se habituar à nova realidade.

Domingos Miguel assegurou que, devido à Covid-19, ninguém sobe para o táxi sem a máscara facial, cujo uso em locais público é de carácter obrigatório. “Ninguém sobe sem a máscara facial. É obrigatório cumprir com as medidas de prevenção contra o novo coronavírus”, frisou.

Taxista há dez anos, Pedro Miguel lamentou a subida do preço e referiu que esta era a primeira alteração que não tinha como base o aumento do valor do litro de combustível. Segundo ele, a redução para metade do número de passageiros a transportar obrigou-os a aumentar o preço da viagem entre Luanda e Bengo e vice-versa.

“O autocarro tem 33 lugares, mas com o Estado de Emergência devemos levar apenas 16 passageiros, incluindo o cobrador e o motorista. Com isso, consigo apenas fazer 12 ou 15 mil kwanzas, quando antes fazia mais de 30 mil”, justificou. Manuel Joaquim, outro taxista, queixou-se da falta de

sensibilidade de muitos proprietários de viaturas, que se recusaram a reduzir o valor a apresentar no final do dia. No seu caso, contou, o patrão mostrou-se solidário com o esforço que faz para fechar os 15 mil kwanzas diários.

Passageiros são contra o aumento do preço

Para os passageiros, o aumento do preço do táxi “é inadequado”, numa altura em que o país e o mundo vivem uma situação delicada provocada pela pandemia da Covid-19.

Malabo João, um dos muitos passageiros que pretendia chegar até ao mercado do Panguila, considerou injusta a medida dos taxistas.

Visivelmente insatisfeito, exortou o Governo Provincial do Bengo a fiscalizar cada vez mais os preços estipulados por lei, na medida em que esse aumento do preço do táxi vai sufocar cada vez mais as pessoas com baixo rendimento. Por sua vez, Maria Gomes, outra passageira, defende que a pandemia não pode ser justificada para a subida dos preços dos táxis e dos bens de primeira necessidade. “As nossas autoridades devem trabalhar mais para que os aproveitadores não abusem da população. Devemos ajudar o Governo na luta contra esta pandemia da Covid-19”, enfatizou.

Rui António frisou que este é um momento de união e não de extorquir o pacato cidadão, que nem sabe onde tirar para sobreviver em tempos de pandemia. “Pedimos ao Governo do Bengo para pôr um travão nisto”, disse.

3.21 Vendedores e clientes aplaudem extensão do período

Jornal de Angola

15 De Maio de 2020

Vendedores dos mercados formais e informais, ambulantes e a população em geral da cidade do Uíge, aplaudiram a abertura dos mercados de Terça-feira à Sábado, das 6 às 13horas.

Madalena Artur disse que com a reabertura dos mercados será possível garantir a sustentabilidade das famílias e reforçar a economia da província.

Nsimba Ndombaxi, vendedora ambulante, mãe de três filhos, residente no bairro Candombe Novo, respira de alívio com esta medida, porque será possível acordar todas as manhãs para conseguir o sustento dos filhos.

Sebastião Dongola, outro munícipe, realçou que a medida vai contribuir não só no bem-estar das famílias, mas também na economia e produtividade local, mas sublinhou a importância do cumprimento das medidas de segurança e prevenção contra pandemia.

Os estabelecimentos comerciais e mercados exigem a lavagem das mãos com água e sabão, a observância do distanciamento físico e o uso da máscara antes de entrar. Muitos têm estado a cumprir com estas medidas, mas outros não, levando a vida como se nada estivesse a acontecer. Só se lembram depois da intervenção das forças de defesa e segurança em serviço.

Ernesto Rodrigues Cabembe defende o reforço das medidas de higiene nos locais de maior fluxo populacional, visto que, com o alívio das restrições, aumenta o contacto entre as pessoas, o que representa um risco enorme.

Preços da cesta básica alterados

Os produtos da cesta básica nos principais mercados e estabelecimentos comerciais da cidade do Uíge registam, todos os dias, uma ligeira subida dos preços. Teresa Soares, moradora no bairro Pedreira, arredores da cidade do Uíge, disse que, com a subida do preço dos produtos da cesta básica, o custo de vida está cada vez mais difícil. “Actualmente, nos estabelecimentos comerciais, o saco de arroz custa 13.500 kwanzas contra os dez mil anteriores, o bidão de 20 litros de óleo alimentar custa 14.300 e o de cinco litros a 4.000 kwanzas contra 1.600 anterior”, disse.

Joana Campos, de 36 anos de idade, referiu que, a situação que o país vive, torna difícil o sustento da família. “No mercado não há nada barato, tudo está caro, a caixa de peixe lambula, que antes custava seis mil, agora está no valor de 18 mil kwanzas, enquanto o frango subiu de seis para dez mil kwanzas”, lamentou.

O Jornal de Angola ouviu vendedores e responsáveis de estabelecimentos comerciais sobre as razões da subida dos preços em alguns produtos da cesta básica. Justificam que a subida do preço deve-se ao fraco reabastecimento que se tem verificado nos últimos dias, devido as restrições impostas na circulação de pessoas e bens.

O economista Domingos Maurício apelou às famílias a optarem por um novo modo de vida e a reestruturarem os planos de sustentabilidade, visto que a pandemia veio alterar a vida normal dos

cidadãos e a economia do país. “Nesta fase, no seio das famílias deve haver uma gestão racional”, disse.

A reabertura dos mercados, disse, veio aliviar a pressão económica que muitas famílias consentiram durante o primeiro e segundo período do Estado de Emergência.

“Há uma ligeira melhoria neste domínio, apenas esperamos que a população cumpra com as medidas de higiene recomendadas pelas autoridades sanitárias, o distanciamento físico e outras”, realçou.

O preço do táxi também regista uma subida em relação ao habitual. “Antes do Estado de Emergência, pagávamos 300 kwanzas do Uíge à Negage, do Uíge à Songo e vice-versa, mas agora estamos a pagar 500 kwanzas”, queixou-se Fernandes de Oliveira.

O taxista Jorge Pambala dos Santos justificou que a subida do preço da viagem deve-se ao reduzido número de cliente que agora está a ser transportado.” Levamos apenas 50%da lotação das viaturas e, para compensar o percurso, alterou-se um pouco o preço do táxi, mas de uma forma temporário”, disse.

3.22 “Zungueiras” vão receber kits de higiene

Jornal de Angola
27 De Maio de 2020

Vinte e cinco mil kits de higiene pessoal, destinados às mulheres zungueiras (vendedoras ambulantes) das 18 províncias do país, começam a ser entregues amanhã, pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), segundo uma nota de imprensa da instituição.

O donativo enquadra-se nas acções de reforço da prevenção contra a Covid-19, numa iniciativa do MASFAMU, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População.

A nota acrescenta que na província de Luanda vão ser distribuídos dois mil kits e que a cerimónia de entrega acontece às 13H30, na sede do Governo Provincial, na presença das ministras da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, da Saúde, governadora provincial e do representante da ONUSIDA. No mesmo acto, far-se-á a apresentação das linhas de força do serviço Call Center, que funciona através dos números 145 e 146, para atender as vítimas de violência doméstica e não só, bem como prestar apoio psicológico, com vista a contribuir para o equilíbrio psico-emocional.

3.23 Lubango constrói novos mercados

Jornal de Angola

19 De Maio de 2020

Texto: Arão Martins

Um novo mercado para a venda de peixe a retalho está a ser construído na cidade do Lubango, província da Huíla, desde Abril.

Orçado em mais de 198 milhões de kwanzas, a obra, que está a ser erguida na zona adjacente do Mercado Municipal do Lubango, vai acolher maia de 300 mulheres que actualmente se dedicam à "zunga".

A obra faz parte do Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM) e vai minimizar o sacrifício de centenas de mulheres que pululam pelas artérias e bairros da capital huilana, na venda de peixe.

O administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, disse que a pandemia da Covid-19 obriga traçar outras estratégias para os negócios de mulheres zungueiras.

“Queremos, por essa via, minimizar os constrangimentos que temos registado com a venda ambulante na cidade do Lubango”, disse.

Explicou que está a ser projectada a construção de um outro mercado multidisciplinar na zona do bairro Só Frio. O objectivo, acrescentou, é diminuir os constrangimentos neste período da Covid-19, na abordagem das vendedoras ambulantes.

“Traçamos formas de criar pequenos mercados pelos bairros. Queremos que todos os bairros tenham um pequeno mercado de referência, onde vai se obrigar a todas as pessoas a venderem em locais com condições e regras que poderão ser impostas”, disse.

Armando Vieira espera que em breve a vida volte ao normal, o que vai exigir um novo paradigma. “Acreditamos que com a construção destes mercados, vamos obrigar que as vendedoras se fixem nesses locais e evitar o risco de contaminação de doenças estranhas”, afirmou.

As autoridades competentes, assegurou, estão a reflectir inclusive, sobre a permissão ou não da venda nas ruas. “Estamos a analisar se devemos permitir que as vendedoras continuem a pulular pelas ruas da cidade. Queremos a colaboração de todos na abordagem da questão”, solicitou.

Garantiu que as discussões estão abertas. “Estamos a discutir e analisar, se em função da experiência que

está a ser adquirida com o surgimento da Covid-19, podemos continuar a permitir as zungueiras a pulularem pela cidade a fora, ou vamos optar por fixá-las nos mercados que vamos construir, tendo em conta todos os impactos”, disse.

Armando Vieira disse ser do conhecimento de todos as causas da venda nas ruas. “Mesmo assim, temos que organizar as zungueiras e serem cadastradas para serem colocadas em locais apropriados”, adiantou.

3.24 Ausência de passageiros em Luanda

Jornal de Angola

21 De Maio, 2020

Uma ronda efectuada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola mostrou que os serviços de táxi e moto-táxi clamam por passageiros nos principais pontos da cidade de Luanda.

Na paragem do Zango, nos deparamos com Afonso Júnior, motorista de táxi há 14 anos. Disse que o Estado de Emergência veio diminuir o número de passageiros e o custo de vida subiu significativamente. A rota que normalmente faz é da entrada do Zango até à vila de Cacucaco. O fluxo de passageiros a que estava habituado não é o mesmo. Por força do Estado de Emergência, algumas pessoas trabalham e outras não.

Afonso Júnior referiu que, antes do Estado de Emergência, conseguia fazer 17 mil kwanzas por dia. Mas agora faz apenas oito mil. Na zona do Zango 4, encontrámos o jovem José Cassoma, que faz serviço de moto-táxi há um ano. Revelou que, nesta altura, tem sido difícil conseguir clientes, por causa do controlo da Polícia Nacional.

“Sabemos que o Estado de Emergência proíbe os serviços de moto-táxis, mas é a nossa única forma de sobrevivência. Procuramos levar os passageiros com alguns cuidados, para evitar, ao máximo, o contacto. Antes, conseguíamos facturar três a quatro mil kwanzas por dia. Mas, nos últimos tempos, nem 1.500 fazemos”, lamenta o jovem.

José Cassoma acha que as pessoas também estão com medo de sair de casa para preservar a saúde. Referiu que a partir das 9 horas já não há clientes e os serviços param às 12H00. “Não adianta continuar a trabalhar sem clientes”, disse. Monteiro Caculo é trabalhador de um quiosque, em Viana, concretamente na paragem da Ponte Partida. Disse que, geralmente, chega ao local às 6H00.

Para uma paragem que, normalmente, tem muitos passageiros, nos últimos dias, o fluxo diminuiu. O jovem acredita que a população começa a levar cada vez mais a sério a doença da Covid-19 e tem feito de tudo para evitar ser contaminado.

3.25 Encerramento dos mercados arrasta vendas à Estrada de Catete

Jornal de Angola
21 De Maio de 2020
Texto: Fula Martins

Embora estejam conscientes dos riscos da atitude que adoptaram, um número não determinado de vendedores, na sua maioria mulheres, insistem em expor os produtos nos passeios ao longo da Estrada de Catete, transformando a área em ponto de venda anárquica.

Foi o que constatou há dias a reportagem deste jornal, desde a conhecida zona do Bar até ao Comando dos Bombeiros de Viana. A partir das primeiras horas da manhã, até ao meio da tarde, são visíveis dezenas de vendedores nas imediações da Robaldina, Estalagem, Cometa e Ponte Partida e outros pontos do distrito da Estalagem, criando dificuldades na circulação dos transeuntes, particularmente aqueles que caminham em direcção às agências bancárias, superfícies comerciais e outros pontos circunvizinhos, sem que se faça algo para conter tal desordem.

“A praça da Estalagem está fechada, a vida está cada vez mais difícil e não temos mercado onde vender. A luta pela sobrevivência nos obriga a estar aqui”, justificou a vendedora Maravilha Salomão, quando abordada pelo repórter. Em sentido contrário, entre os moradores, é constante a preocupação com o regresso das vendas nas ruas, depois do encerramento dos mercados do distrito, por falta de condições de higiene, saneamento e segurança, para conter a propagação do novo coronavírus.

Moradora no bairro do Seis, Natália Julião diz não perceber a apatia dos agentes da fiscalização e demais forças da ordem pública diante da ousadia dos vendedores na ocupação dos passeios, desrespeitando as medidas impostas pelo Estado de Emergência. Triste com a situação, lamentou a anarquia e os riscos que podem representar para a saúde pública, entre outros males.

Acrescentou que até perto das 15 horas ainda podem ser vistas pessoas a vender nas imediações do mercado da Estalagem. “Chegam mesmo a expor os

produtos até quase à berma da estrada, bloqueando parte da via, dificultando a passagem das viaturas”, disse. Bravo Justino é da mesma opinião. Residente há sete anos na zona, critica os constrangimentos decorrentes da venda anárquica e pede medidas enérgicas da Administração do distrito, para o fim da desordem.

“As dificuldades são mais sentidas no período da manhã e aos sábados. Enquanto moradores, gostaríamos que fossem endurecidas as medidas impostas pelo Estado de Emergência”, sugeriu.

3.26 Venda de peixe e produtos agrícolas

Jornal de Angola
21 De Maio 2020

Nem os rapazes que vendem camarão, ao longo do percurso Porto Amboim/Sumbe, são capazes de superar as meninas, que comercializam produtos agrícolas na pracinha do Puto, a poucos quilómetros da cidade. Elas vendem com ânimo e arte à mistura. São meigas. “Namoram” os clientes com alguma classe.

Quando chega uma viatura ao local, correm ao encontro dos potenciais clientes. Cada uma delas leva um ou mais sacos de cenoura, beringela, peixe bagre (seco e fumado) e outros produtos. “Tio, olha o feijão, verde, o tomate e o quiabo? Venha então comprar, meu titio. Aqui, tudo é barato. Vem comprar comida para a tua família. Os teus filhos gostam disso, compra só já, titio”, cativam.

Duas adultas. As manas Manucha e Teresa António são benévolas. Um cliente, depois de comprar algumas melancias, acidentalmente deixou-as cair ao chão. Com muita pena, as vendedoras decidiram substituir as frutas, que ficaram destruídas, por outras em melhor estado. No posto de contenção do rio Keve, muito próximo da estação de captação, no bairro Pinda, comuna do Capolo, Porto Amboim, encontramos algumas barracas de comes e bebes, e bancadas de peixe seco e fumado. Servina Serviço e Isabel Fernando disseram à reportagem do Jornal de Angola, que vendem o pescado há mais de 20 anos. Compram o negócio das mãos dos pescadores, que fazem a captura dos vertebrados aquáticos nas águas do rio Keve.

3.27 Vendedores do mercado "Matabicho" devem respeitar as medidas de segurança

Jornal de Angola
21 De Maio de 2020
Texto: Victor Pedro

Vendedores e clientes do mercado do “Matabicho”, no Sumbe, província do Cuanza-Sul, foram exortados, terça-feira, a respeitarem todas as medidas de segurança de combate contra a pandemia da Covid-19.

A campanha de sensibilização sobre as medidas de prevenção da Covid-19 foi promovida pela Assembleia Ministerial Cristã de Angola, em parceria com o Comando Provincial da Polícia Nacional, e decorreu sob o lema “Com a fé e o cumprimento das medidas de prevenção, venceremos a Covid-19”. Moisés Fonge Pedro, delegado da Assembleia Ministerial Cristã de Angola, disse que a ideia é reforçar as acções da Comissão Técnica Provincial de Combate à Pandemia, com o objectivo de salvar vidas, através da sensibilização e aconselhamento de como todos devem se comportar perante um inimigo invisível.

Sublinhou que é necessário e urgente que todos munícipes tenham a consciência da obrigação do uso das máscaras em locais públicos, manter o distanciamento social, lavar as mãos com água e sabão, bem como ficar em casa. Ele apelou à população a não desobedecer as orientações da Polícia Nacional e da Comissão Técnica Provincial de Combate à Covid-19, bem como dos técnicos de saúde, com truques de usar as máscaras apenas diante das autoridades.

Moisés Fonge Pedro mostrou-se preocupado com a superlotação no mercado do “Matabicho”, onde vendedores e clientes violam constantemente o distanciamento social, uma das medidas fundamentais para impedir o contágio da doença. Adiantou ainda que a campanha vai ser extensiva a todos mercados do Sumbe e dos restantes municípios da província.

O lançamento da campanha de comunicação sobre as medidas de prevenção da Covid-19 foi testemunhado pelo 2º comandante provincial da Polícia Nacional para Ordem e Segurança Pública, Eduardo António Nunes Diogo. O mercado do “Matabicho”, localizado nos arredores da cidade do Sumbe, possui 350 bancadas e um total de 300 vendedores.

3.28 Subida do dólar coloca 'gap' entre taxa oficial e informal perto dos 30%

Jornal Expansão
22 De Maio de 2020

O diferencial entre as taxas de câmbio do dólar no mercado formal e paralelo ficou situado, esta quarta-feira, nos 29,2%, já que comprar um dólar na rua custava 740 Kz enquanto no mercado oficial valia 572,473 Kz.

Também em relação ao euro, Kwanzas não tem parado de depreciar. Se no paralelo a taxa média esta quarta-feira era de 762,5 Kz, no oficial um euro saía ao preço 626,514 Kz. Contas feitas, o 'gap' entre as taxas do euro na rua e no oficial situou-se nos 22%.

A crise do sector petrolífero e cambial (desde 2014) é mais uma vez apontada como a principal culpada da queda do Kwanzas nos dois mercados, devido à redução da receitas em moeda estrangeira ao país, bem como da redução da actividade das empresas nacionais exportadoras que também traziam recursos em moedas estrangeira ao País.

Com isso, e face ao contexto de desvalorização da moeda nacional, quem tem dólar ou euro, tem preferido vender ou comprar fora do circuito normal, já que nas ruas as taxas "são mais atractivas" e "facilmente negociáveis" quando comparada às praticadas pelos bancos comerciais", como defendem vários analistas e operadores do mercado informal.

Já os clientes dos bancos apontam que as solicitações de moedas estrangeira no circuito normal "são muito burocráticas", mesmo depois de o Banco Nacional de Angola (BNA) determinar que as instituições bancárias passem a responder em até dois dias úteis' aos pedidos dos clientes.

O banco central também flexibilizou os procedimentos de acesso à moeda estrangeira, permitindo que os clientes possam solicitar dólar ou euro em instituições bancárias que não sejam aquelas com as quais os clientes têm relação de negócio. "Nem com todas estas imposições os bancos entraram na linha", criticou um cliente de uma instituição que continua à espera da efectivação de pedidos de transferências, compra de moeda estrangeira e de carregamento de cartão.

Estas medidas, que constam da directiva nº12/19, foram implementadas pelo BNA com a "necessidade

de se assegurar a protecção do consumidor de serviços financeiros".

3.29 Taxa de câmbio mais alta de sempre nas kinguilas próxima de custo final de transferências bancárias

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

Texto: Nelson Rodrigues

A taxa de câmbio do euro e do dólar no mercado informal atingiu esta quarta-feira, dia 20, o valor mais alto de sempre, com o preço médio da moeda da União Europeia a bater nos 762,5 Kz e o do dólar nos 740 Kz. Já o mercado oficial despachava o euro a 626,514 Kz e o dólar a 572,473 Kz.

Passados mais de dois anos desde a introdução pelo regulador do regime cambial que levou à flexibilização da moeda, e que tinha como objectivo também acabar com a comercialização de moeda estrangeira no mercado informal, certo é que as kinguilas continuam a ter clientes. Até porque, à falta de remunerações atractivas em produtos bancários, os angolanos continuam a optar por investir poupanças na compra de dólares ou euros, o que faz com que a moeda estrangeira em vez de estar 'ao serviço' da economia esteja em reservas particulares.

Acresce que as empresas também têm enveredado pela mesma prática, já que uma transferência bancária implica maior burocracia e por vezes pode demorar semanas até ser concretizada. E os 'custos' são quase os mesmos. Entre taxas e comissões, uma transferência esta quarta-feira de 1.000 euros de um dos maiores bancos angolanos para o estrangeiro ficava a 736 Kz/EUR, segundo apurou o *Expansão*. E quanto mais baixo for o valor a transferir, mais caro fica ao cliente bancário.

Assim, as taxas de câmbio recorde praticadas nas ruas de Luanda não têm afastado os potenciais clientes das kinguilas, segundo confirmaram ao *Expansão* vários operadores informais. "Os clientes dizem que não há diferença em comprar dólar /euro no banco ou na rua. Preferem vir até nós, porque, aqui, não temos constrangimentos, nem ordem de chegada; a operação é imediata", disse uma fonte do paralelo.

. À rua vão as empresas e as famílias com necessidades de moeda estrangeira. Mas nas últimas semanas, as empresas são as que mais procuram o mercado informal, segundo outra fonte que opera na avenida Comandante Valónia.

Em resposta a questões do *Expansão*, o BNA sublinha que "o mercado paralelo é hoje tido apenas como um referencial de anomalias de vária ordem na economia. É um mercado que funciona muito à base de práticas ilícitas e não pode ser uma ambição nossa tê-lo como meta. Quando iniciámos as reformas tínhamos um sistema financeiro literalmente 'asfixiado' e nem mesmo kwanzas se conseguia movimentar. Era na rua que se conseguiam as divisas e lá eram contratadas grande parte das transacções. Ora, isso levou ao diferencial de mais de 150% entre o oficial e o paralelo. Quando iniciámos as reformas, previu-se que com as medidas de normalização, o gap máximo estaria fixado em torno de 20%". O banco central refere que o denominado 'gap' já esteve abaixo desse limite, mas, actualmente, encontra-se nos 29% no dólar e 22% no euro.

Quanto ao facto de empresas e particulares continuarem a recorrer ao mercado informal, o BNA refere: "Pode dizer-se que o mercado cambial está a funcionar adequadamente. Não temos o registo de empresas que tenham de recorrer ao mercado paralelo para importar. Os clientes particulares, com mais ou menos dificuldades, fazem as suas transacções mais regulares na banca e casas de câmbio. Por outro lado, em relação à depreciação do Kwanza face às moedas internacionais, o banco central sublinha que "o valor de uma moeda está implicitamente associado à capacidade de produção", e que nesta fase em que o petróleo está em baixa entram menos divisas no País, pelo que, na lógica de mercado, quando há menos oferta que a procura, a taxa de câmbio tende a disparar, pelo que, defende o País tem que fomentar a produção nacional "a fim de reduzir a excessiva dependência" de importações de bens e serviços.

Petróleo e fraca produção na base da crise cambial

Também o consultor financeiro Galvão Branco defende que "é necessário e imperioso que se aposte na produção nacional e que as importações tenham incidência apenas nas matérias-primas e outros insumos que assegurem a produção dos bens essenciais ao consumo".

Já o ex-acionista do extinto Banco Mais, Filipe Lemos, defende que a constante desvalorização da moeda nacional é consequência de o País ter uma economia "desestruturada, não diversificada e sem nenhuma competitividade e baseada num único produto de exportação, o petróleo". "Mas isso não justifica tudo; temos que crescer a isso a burocracia nos processos para o estrangeiro e o amadorismo na aplicação desintegrada das medidas e políticas que têm sido tomadas até agora", criticou o antigo gestor bancário.

Novas notas também pressionam mercado

Entretanto, se uns criticam a fraca produção nacional como fonte das oscilações do mercado cambial, há quem entenda, entre outros, que a agenda do banco central de colocar em circulação urna nova família de Kwanzas esteja na base das distorções no câmbio.

Um deles é o economista Jaime Fortunato, que considera que os detentores de "fortunas" em moeda nacional e que as têm fora do sistema financeiro estarão pressionados com esse calendário de entrada do novo Kwanza, pelo que tendem a desfazer-se destas somas através da compra de moeda estrangeira.

"Temos que perceber que o nível de retenção de moeda [nacional] fora do circuito bancário angolano ainda é muito alto. Como há dificuldade de se desfazer desses recursos por via do mercado formal, quer com a compra de divisas, quer para depósitos, a alternativa passa a ser 'destruir' este dinheiro através do entesouramento de cambiais, que é a compra de cambiais [na rua]", aponta.

No entanto, as novas notas podem conviver com as antigas, depois de lançadas ao mercado, durante mais ou menos seis meses, à semelhança do que foi a estratégia da retirada da série de 1999 entre 1 de janeiro e 30 de Junho de 2015, como garantem fontes do mercado.

3.30 Pescar bagres e cacussos como alternativa à falta de emprego

Jornal de Angola

24 De Maio de 2020

Texto: Edvaldo Cristóvão

"Pesca no lago é uma actividade que faço para sobreviver". As palavras são do jovem Sebastião Francisco, ex-militar, que, depois de expulso da Polícia Nacional, faz de tudo para sustentar a família.

A pesca em lagoas é uma prática que tem sido feita em lugares como as imediações da Via Expresso, próximo ao Hotel Vitória Garden, do lado do Kilamba, e no KK500, em Luanda. A actividade junta vários jovens, cada um com a sua história, mas o único objectivo de lutar pela sobrevivência, num negócio clandestino e sem o mínimo de condições sanitárias exigidas.

Os peixes capturados junto ao Hotel Vitória Garden saíram de uma lagoa de criação no mesmo espaço e migraram devido às chuvas intensas. Destas

resultaram inundações que fizeram a água transbordar para lá da via expresso.

Sebastião Francisco é um dos novos integrantes do negócio da pesca, numa lagoa que oferece cacusso e bagre. O jovem, que antes fazia serviço de moto-táxi, vive com a família, na zona da Mutamba, nas proximidades da Via Expresso.

Depois de cumprir a "vida militar", Sebastião optou por fazer o curso para entrar para a Polícia Nacional. Até que sofreu uma tentativa de assalto - o alvo era a motorizada. Como estava andar armado, fez alguns disparos para dispersar os meliantes, sem causar vítimas. Mas foi interpelado em flagrante pela Polícia e acabou detido durante um mês e sete dias.

Depois de sair da cadeia, Sebastião tentou regressar ao curso da Polícia, mas foi-lhe negada a possibilidade, sob a alegação de que era "delinquente e não podia dar continuidade à formação". Mesmo tendo justificado, por escrito, aos comandantes, que agiu em situação de legítima defesa, as portas fecharam-se-lhe.

Com quatro filhos e esposa para sustentar, tinha de arranjar um jeito para alimentá-los. A única solução era fazer moto-táxi. Porém, por causa do Decreto do Estado de Emergência, devido à pandemia da Covid-19, os serviços estão suspensos há dois meses. Acabou, assim, por se juntar à pesca na lagoa.

Neves Lemos, de 18 anos, vive na zona do Calemba II, com os pais, e é outro dos pescadores da lagoa, há dois meses. Contou à reportagem do Jornal de Angola que, por dia, é capaz de pescar mais de 100 cacussos e bagres.

Neves disse que, normalmente, chega no local, às 8H00 e só termina a pesca às 17H00. Os clientes já são conhecidos seus e não tem dificuldade para vender o produto. Por cada monte de cinco peixes, o comprador paga 250 kwanzas.

Fernando Óscar tem 32 anos e também pesca no local. Revelou que descobriu a fonte por força do desemprego, no qual caiu desde que foi decretado o Estado de Emergência. Trabalhava na construção civil.

O jovem ficava em casa, sem fazer o que fosse, e a minha família não tinha o que comer. "Com os 50 ou 100 peixes que vendo por dia, chego a facturar até 2.500 kwanzas, que já dão para ajudar na alimentação", disse.

Fernando contou ainda que foi despedido da empresa chinesa, assim como oito outros colegas com quem

trabalhava, sem contrato. Ganhava mensalmente 40 mil kwanzas.

3.31 Praças reforçam medidas de prevenção com requalificações

Jornal de Angola

27 De Maio de 2020

Texto: Ana Paulo

As administrações dos mercados informais e formais em Luanda reforçam as medidas preventivas e de segurança em defesa dos comerciantes e compradores que aí circulam no dia-a-dia. A decisão resulta não só do aumento de casos positivos da Covid-19 - actualmente são 70 -, como também da declaração pelo Titular do Poder Executivo da Situação de Calamidade Pública.

O Jornal de Angola visitou o mercado dos Kwanzas e pode constatar no terreno o andamento das obras em curso, a cargo da direcção do mercado em conjunto com a administração municipal do Cazenga.

O mercado dos Kwanzas é composto por 3.500 vendedores e seis naves. Numa primeira fase, a direcção do mercado, após orientação da Comissão Multisectorial sobre o uso obrigatório de máscaras, forneceu aos vendedores as descartáveis. Quando foi autorizado o uso das confeccionadas pelos alfaiates, distribuiu cerca de três mil máscaras de pano.

Além da distribuição de máscaras laváveis, para evitar aglomerações e facilitar o fluxo de pessoas e de bens nas entradas e saídas do mercado, a direcção aumentou o número de portões de três para mais cinco, totalizando cerca de oito, pavimentou um terço do mercado, sendo que o local é composto por chão bruto. Implementou bancadas, entre outros elementos necessários para facilitar a venda dos comerciantes e circulação dos compradores.

Água e sabão azul

Além da administração reforçar o número de portões para evitar a contaminação da Covid-19 aos vendedores, compradores e funcionários administrativos, a direcção instalou à entrada dos portões recipientes de água com mais de 20 litros e com mangueiras, acompanhados por sabão azul, para que os utentes da praça cumpram com a higienização das mãos.

Para melhor controlo dos métodos de prevenção foi posto, em cada portão, um guia para certificar que os mesmos cumpram com as medidas recomendadas pela situação de Calamidade Pública estabelecidas no

Decreto Presidencial, como a lavagem das mãos, o uso de máscaras e o distanciamento físico obrigatório.

Em declarações ao Jornal de Angola o administrador do mercado dos Kwanzas, Ezequiel João, disse que quem faz o controlo e o acompanhamento do cumprimento das medidas é uma equipa multisectorial composta por fiscais, polícia nacional e segurança interna da praça.

Dos 3.500 vendedores que trabalham no mercado, Ezequiel João explicou que estão em actividade comercial apenas 2.500, devido às medidas de distanciamento social. Aos vendedores que não cumprem com o que está estabelecido e são reincidentes, a administração aplica a medida de suspensão temporária do exercício de venda, disse Ezequiel João.

Ainda sobre os comerciantes o administrador do mercado dos Kwanzas esclareceu que os mil vendedores que não estão a exercer actividade comercial são, na sua maioria, cidadãos que comercializam produtos ainda não autorizados pelo Decreto Presidencial e outros fazem parte do grupo de risco.

"Quando regressarem têm o espaço preparado com as devidas regras de prevenção", garantiu para acrescentar que a requalificação em curso vai permitir ao mercado enquadrar cinco mil vendedores e que as obras, além de terem em vista o enquadramento de mais comerciantes, vão também permitir o aumento na arrecadação de impostos para os cofres do Estado, sendo que cada vendedor contribui diariamente com um montante de 150 kwanzas. As receitas permitem manter a higienização do mercado e realizar outras actividades afins - explicou.

Além da reabilitação do mercado dos Kwanzas, estão também em curso obras de requalificação nos mercados do Quicolo I e Quicolo II, iniciadas antes do surgimento da Covid-19.

Serviços de vaporização

A administração do mercado do Asa Branca, também pertencente ao município do Cazenga, além de ter distribuído máscaras de uso obrigatório, cumprindo com a lavagem das mãos e obrigando os vendedores e clientes a observarem o distanciamento físico, tem realizado a desinfecção em toda a extensão do recinto, incluindo dos veículos.

Sendo o vírus transmitido também por via aérea, a administração municipal do Cazenga tem apoiado a direcção do mercado com fumigação nos dias em que não há vendas no interior da praça, enviando técnicos

da Direcção Municipal da Saúde para efectuarem a desinfecção no interior e exterior.

A direcção do mercado do Asa Branca também instalou nos portões de entrada lavatórios com torneiras e sabão azul para a lavagem das mãos e marcou espaços, com dois metros de distanciamento, para clientes e vendedores.

Em declarações à nossa reportagem o administrador do mercado do Asa Branca, Cláudio Manuel, esclareceu que nos dias em que o mercado não abre a direcção tem feito manutenção com mais intensidade, além da limpeza e recolha dos resíduos sólidos são também distribuídos aos cidadãos folhetos do Ministério da Saúde, a informar sobre os principais riscos e cuidados a ter com o vírus da Covid-19.

"No início foi difícil acatarem as medidas, mas com o sistema de sensibilização sobre as reais situações da pandemia e seus resultados, vimos que estão preparados até para implementar as novas medidas no âmbito da situação de calamidade pública", garantiu Cláudio Manuel, satisfeito com os resultados obtidos.

"Se o Estado criou estas medidas de protecção nós, como cidadãos nacionais, temos que ajudá-lo a impedir que a doença se alastre, sobretudo, nas comunidades", defendeu Cláudio Manuel, que acrescentou: "no mercado são todos guias e, trabalhando em conjunto, protege-se não só o povo como a nação".

Cláudio Manuel informou não poder avançar o número total de vendedores que o mercado acolhe porque o trabalho de cadastramento ainda não está concluído. Adiantou que a praça é composta por quatro naves e que os comerciantes contribuem com uma taxa diária de 200 kwanzas.

Por um lado, para melhor controlo dos que aí vendem e circulam, a administração constituiu uma brigada de trabalho composta por 80 membros, com a missão de sensibilizar e garantir a segurança a todos os níveis.

3.32 Rendimento familiar depende do fabrico de fogareiros a carvão

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

Texto: António Eugénio

Está imparável. Debaixo do sol ardente, António Simão empunha o martelo. Transpira para vergar os ferros que utilizam no fabrico de um fogareiro

artesanal à carvão. É desta actividade que amealha algum dinheiro para sustentar a família. Um pequeno espaço do quintal da sua casa, no bairro Golf II, distrito do Kilamba-Kiaxi, serve de oficina. No local, há chapas, ferros e outros materiais. Há anos que o homem vive deste ofício. A perícia, que aplica no manuseamento dos instrumentos de trabalho, transmite maior segurança aos clientes.

Na pequena oficina faz-se de tudo um pouco, mas é na feitura do fogareiro que António Simão ressalta os seus dotes de bom serralheiro. No princípio, investiu cerca de 100 mil Kwanzas na compra de materiais nos mercados e estabelecimentos comerciais, para a sustentabilidade do seu pequeno negócio.

Em média, produz diariamente cinco fogareiros. Os preços variam de acordo o tamanho. O mais pequeno custa mil e quinhentos Kwanzas, enquanto outros são comercializados no valor de três, cinco e 8 mil Kwanzas. Simão conta que, a procura aumenta todos os dias, sobretudo por parte das mulheres que comercializam banana, jinguba, bombó, frango, pincho e milho assado.

A lista de clientes é reforçada pelos proprietários de pequenas unidades de negócios, que se dedicam à venda de carne assada de cabrito (cabrités) e frangos (franguités), e pelas donas de casa, na preparação de grelhados diversos. Para a feitura dos utensílios, o serralheiro conta com a colaboração de três jovens, que além de ganharem algum dinheiro, também aprendem o ofício.

Geralmente, chega a facturar em média 60 mil kwanzas por semana. Simão explica que a bonança chega no tempo de calor, altura em que as senhoras que praticam o negócio à beira da praia compram mais fogareiros.

"Quando chega o tempo do calor, o número de vendedoras de grelhados, que faz o negócio nas praias aumenta. São elas que alimentam os banhistas. É uma boa época para o negócio e aumentar um pouco os lucros", diz.

Clientes valorizam obra do "mestre"

Frequentemente, muita gente entra na pequena oficina a pedir os meios encomendados e, com muita calma, o serralheiro explica aos detalhes os motivos do atraso na entrega de uma das "peças".

Naira Marta, que comercializa banana assada num dos bairros de Luanda, encomendou dois fogareiros. Satisfeita com a qualidade do equipamento, garantiu a reportagem do Jornal de Angola que vai continuar a desenvolver o negócio, que durante vários anos assegura o sustento da sua família.

"É da banana assada no fogareiro que sobrevivo. A formação dos meus filhos dependem, também, desta actividade", revela Naira, para de seguida enaltecer o trabalho realizado pelo "mestre" Simão.

"Os fogareiros fabricados pelo mestre Simão são duradouros. É aqui onde, há mais de três anos, mando fazer os meus. Eu sempre vendi banana na rua. Sem o fogareiro, os meus filhos passam fome", sublinha.

Dada a durabilidade e qualidade dos forninhos, é na oficina do serralheiro António Simão que boa parte dos cidadãos estrangeiros (guineenses e malianos) vendedores "cabritês" no bairro do Hoji-ya-Henda, encomendam os equipamentos. "Eu, para fazer dinheiro dependo muito deste meio, que tem muita qualidade. Este serralheiro faz boas coisas", refere um deles.

Rosa Calenga é grande apreciadora dos trabalhos realizados pelo mestre. Quando necessita de um bom fogareiro, a vendedora de pinchos e churrascos na zona do Zango II, em Viana, sabe onde encontrar o melhor. "O meu frango grelhado é muito procurado. Mas, acho que além do tempero, a qualidade do fogareiro que uso tem contribuído muito para o meu sucesso", explica sorrindo.

Próximo da serralharia, há uma residência onde o almoço está prestes a sair. O fumo e o cheiro do peixe grelhado purifica o ambiente, e o mestre Simão gaba-se que o fogareiro em uso também é da sua "lavra".

Muitas famílias utilizam o fogareiro à carvão para poupar o gás butano, enquanto outras acham que as carnes e peixes grelhados, neste tipo de equipamento, ficam mais saborosos. Nas zonas rurais, é mais utilizado que o fogão a gás.

História do fogão primitivo

O fogão primitivo era formado por um pequeno buraco no solo onde se acendia o fogo e se colocavam as panelas. A descoberta de que o fogo num espaço aberto tinha mais força, levou a utilização de pedras como suporte para as panelas, ou os próprios troncos a arder.

Mais tarde, o homem aprendeu a construir fogões de barro e, posteriormente, de metal, que eram mais eficientes que os anteriores. No entanto, este tipo simples de fogão ainda é utilizado, principalmente pelos pobres em todo o mundo, mas mesmo os menos pobres ainda preferem este tipo de fogão, muitas vezes chamado fogareiro – para certo tipo de cozimento, principalmente os grelhados, quando não possuem uma churrasqueira.

Com a Revolução Industrial, os fogões passaram a ter um aspecto mais parecido com os de hoje, ou seja, uma espécie de móvel grande com um compartimento semi-fechado para o fogo e várias aberturas no topo para utilizar ao mesmo tempo várias panelas; por vezes, esses fogões tinham até um pequeno forno e uma caldeira para ter sempre água quente.

No século XX ainda havia destes fogões, embora a lenha tivesse já sido substituída por carvão. Com a descoberta da refinação do petróleo, foram inventados fogões a nafta (geralmente os industriais, de que ainda devem existir alguns exemplares em antigos hospitais ou prisões) e, mais tarde, a petróleo e depois a gás de cozinha, estes ainda muito utilizados hoje. Entretanto, foram também inventados os pequenos fogareiros e candeeiros a petróleo e a gás, que ainda hoje se usam, principalmente pelos campistas.

3.33 MASFAMU vai oferecer kits de higiene às «zungueiras»

Novo Jornal

29 De Maio de 2020

O Ministério da Acção Social, Família e promoção da Mulher (MASFAMU) vai oferecer 25 mil kits de higiene pessoal às «zungueiras» a nível das 18 províncias. De acordo com uma nota do MASFAMU, as donativos, que se enquadram nas acções de reforço da prevenção contra a Covid-19, começaram a ser entregues na quinta-feira, 28.

A iniciativa tem apoio do Fundo das Nações Unidas para a População.

A entrega oficial aconteceu na província de Luanda, onde foram distribuídos 2 mil kits. No acto, foram apresentadas as linhas de força do serviço Call Center, que funciona através dos números 145 e 146, para atender às vítimas de violência doméstica, assim como prestar apoio psicológico, com vista a contribuir para o equilíbrio psico-emocional das famílias.

As autoridades sanitárias continuam a reforçar as medidas de bios- segurança em todo o país.

Até ao fecho desta edição, o país registava 73 casos positivos, 4 óbitos, 18 recuperados e 51 activos, com um caso que requer atenção especial.

Em termos laboratoriais, já foram realizados 10 mil testes, sendo 73 positivos e sete mil 626 negativos.

Em- quarentena institucional, encontram-se 1.102 pessoas. Receberam altas médicas 50 pacientes, sendo 41 em Luanda, dois no Bié, um na Lunda-Norte, dois na Huíla e quatro em Cabinda. Até ao momento, o país ainda não registou casos de transmissão comunitária. Entretanto, a província de Luanda, a única com casos positivos de Covid-19, continua em cerca sanitária.

NOVO JORNAL

3.34 Moto-taxistas no Zaire condenados por desobediência

Jornal de Angola

30 De Maio, 2020

Texto: Victor Mayala

Nove cidadãos, na sua maioria jovens, foram recentemente julgados e condenados sumariamente no município do Soyo, província do Zaire, por crime de desobediência ao Decreto Presidencial sobre a Situação de Calamidade Pública, em vigor desde 26 de Maio até 9 de Junho, soube o Jornal de Angola de fonte da Polícia Nacional.

De acordo com a fonte afecta ao Comando Provincial da Polícia Nacional no Zaire, a detenção dos jovens ocorreu quando mais de 90 moto-taxistas pretendiam obter esclarecimentos sobre a suspensão da sua actividade. As penas dos jovens não foram reveladas, mas a fonte indicou que decorrem diligências para a detenção das demais pessoas envolvidas nos actos de desordem pública.

“Os jovens moto-taxistas tentaram tirar satisfações junto da Polícia Nacional sobre as razões de não terem sido, até ao momento, autorizados a retomar a actividade. Insatisfeitos com os esclarecimentos, contrários às suas expectativas, os jovens decidiram perpetrar uma desordem pública na vila do Soyo e em alguns bairros adjacentes”, referiu a fonte.

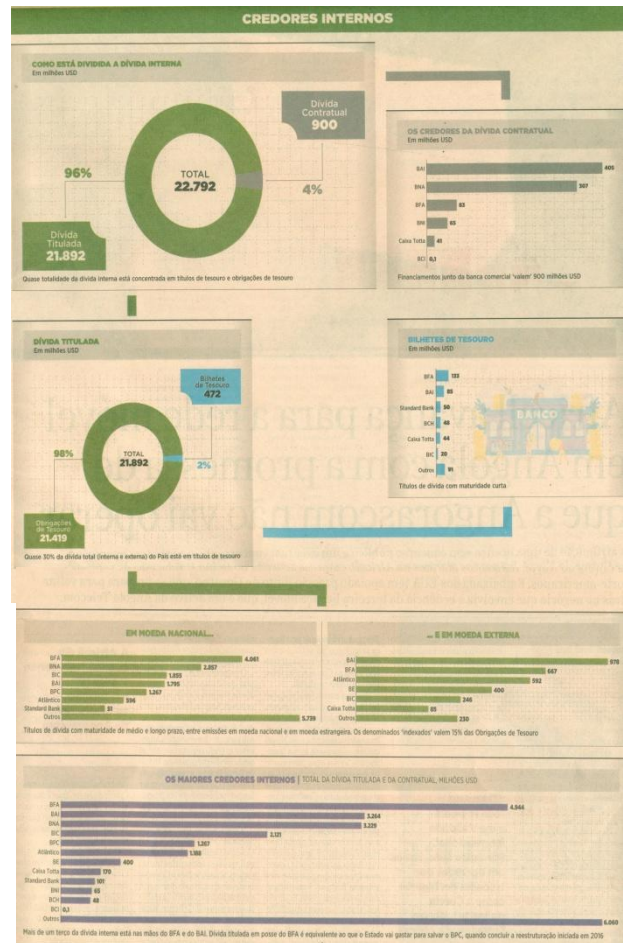
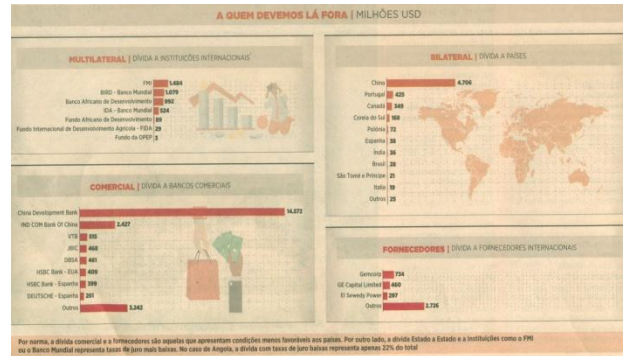
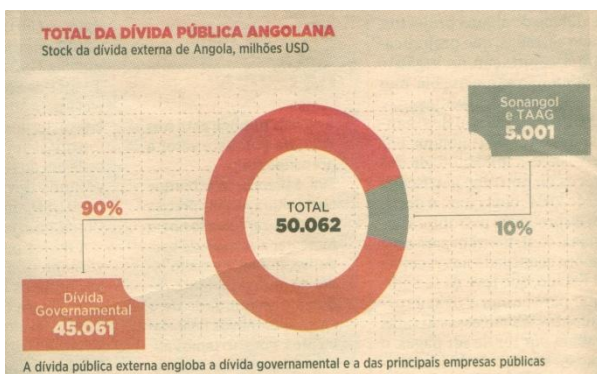
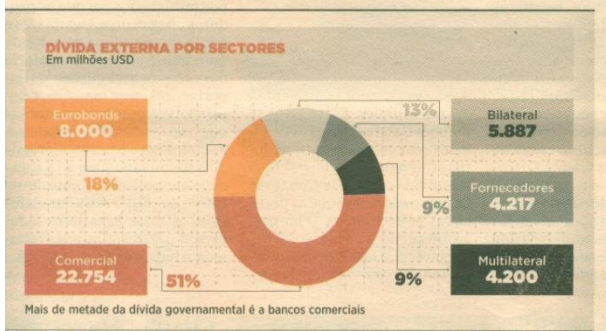
A fonte policial acrescentou que a reacção das forças conjuntas (Polícia Nacional e Serviço de Investigação Criminal) resultou, igualmente, na apreensão de 92 motorizadas, abandonadas na via pública pelos jovens, muitos dos quais se encontram foragidos.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 A dívida interna e externa angolana ao raio-x

Jornal Expansão
8 De Maio de 2020

A 31 de Dezembro de 2019, a dívida interna e externa rondava os 72,9 mil milhões USD. O recurso à emissão de dívida titulada para compensar as quebras das receitas petrolíferas mudou o panorama dos credores do Estado. A banca comercial nacional superou a China na lista dos maiores credores. Confira quanto devemos e a quem devemos.



4.2 OGE-2020 revisto deve priorizar criação de fundos para o combate à pobreza extrema

Jornal de Angola
8 De Maio, 2020
Texto: Mateus Cavumbo

A revisão do Orçamento Geral do Estado do ano em curso, cuja aprovação está prevista para Junho próximo, deve priorizar os cortes nas regalias dos detentores de cargos públicos e criar fundos para o combate à pobreza extrema, com ajuda de financiadores externos, segundo analistas e consultores económicos contactados pelo Jornal de Angola.

Fonte do Ministério das Finanças informou que os técnicos trabalham na conformação do presente OGE, a fim de o Governo submeter a proposta de revisão orçamental à Assembleia Nacional até 15 de Maio do corrente mês.

O processo de revisão do OGE 2020 terá como estimativa o preço do barril de petróleo abaixo dos 35 dólares, contra os 55 dólares/barril. Inicialmente, previa-se uma taxa de inflação de 24 por cento e um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8 por cento. O OGE 2020 prevê despesas e receitas no valor de 15, 8 biliões de kwanzas.

Enquanto decorre o processo de revisão do OGE deste ano, foram adoptadas medidas para diminuir as despesas do Estado, entre as quais a cativação de 30 por cento das despesas da categoria Bens e Serviços e suspensão de parte das despesas de capital. Além disso, restringir as novas aquisições de imóveis no país e no exterior e a redução das viagens dos membros do Executivo e a redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas.

Mexida nas despesas

Uma das medidas a adoptar na revisão do OGE 2020 é a redução dos custos estabelecidos para o pagamento do serviço da dívida por via de renegociação com os detentores dos títulos, segundo opinião do empresário Galvão Branco. O antigo vice-ministro da Indústria e Director-Geral da Cimangola considera como segunda decisão a introdução na proposta da revisão orçamental a redução dos subsídios operacionais atribuídos a empresas públicas e a eliminação de todas as formas de subvenção a preços, assim como a manutenção das despesas de capital, sobretudo direccionadas para os sectores da Saúde, Educação, Agricultura, e Infra-estruturas ligadas à mobilidade do Programa de Investimento Público (PIP).

Galvão Branco, formado em Engenharia, actualmente sócio gerente da GB Consultores Reunidos, aconselha ainda corte nas despesas administrativas das unidades orçamentais, sobretudo em viagens e outros subsídios dos órgãos da Administração Central do Estado. Por último, Galvão Branco sugeriu a inscrição de fundos para o combate à pobreza extrema, associados aos financiamentos das instituições internacionais.

Apoio à produção

Já Estefânia Gourgel, licenciada em Contabilidade e Administração, o Governo deve trabalhar com sectores privados ligados à produção nacional, reduzir os impostos a empresas de suporte ao

desenvolvimento básico e empreendedorismo massivo, assim como alocar verbas para a melhoria das infra-estruturas (estradas), com vista a facilitar o escoamento da produção local. Actualmente, contabilista sénior numa Fábrica Multinacional, vocacionada à produção de Argamassas com filial em Angola, Estefânia Gourgel, apela à inserção no OGE o apoio a empresas do ramo do Comércio e olhar-se também para as questões de desenvolvimento humano, apostando na capacitação nacional a nível dos diversos sectores.

“Ao fazer-se a redução dos impostos aos empreendedores nacionais, temos de ter em atenção a baixa do preço do petróleo, para não mitigar os salários da função pública e diminuir os custos desnecessários”, opinou a Contabilista.

Urgência nacional

O economista e docente universitário Rui Malaquias entende que se deve rever a taxa de crescimento da economia que seguirá tendência depressiva internacional. Assim sendo, com o crescimento negativo o OGE, deverá prever mais endividamento ou uma redução drástica na despesa de capital, o que fará com se reduza a qualidade de absorção de investimento directo estrangeiro.

O também mestre em Finanças diz que os pressupostos do relatório de fundamentação que, apesar muita gente não dar importância ou não saber, é sobre este relatório que se fundamenta a previsão de arrecadação de receitas e a previsão de execução da despesa.

Rui Malaquias fez alusão igualmente a revisão imediata para baixo do preço do valor do barril médio de Brent. “Acreditamos ser complicado avançar com um número para o preço da barril, pois as economias estão a “desconfinar”, as fábricas vão começar a funcionar novamente, as refinarias vão poder escoar a produção e com o corte de 10 milhões de barril já em marcha, o preço do barril pode subir para patamares superiores a 50 Usd”.

O Estado deve igualmente conseguir neste OGE revisto, de acordo com a anuência dos seus credores, uma espécie de reestruturação da dívida pública externa, para reduzir a percentagem e o valor absoluto da receita destinado ao pagamento do empréstimo, para conceder folga ao Estado e apoiar ou manter vivo o tecido empresarial privado e preparar a recuperação para 2021.

Exigência e qualidade

Para a Sandra Isabel da Costa, docente universitária, a pandemia da Covid-19 e a queda acentuada do preço do crude constituem-se nos principais desafios a serem enfrentados por Angola, “nossa medicina e economia estão num autêntico Estado de Emergência”.

Para a mestre em Contabilidade e Finanças pelo IPS-Portugal, enfatiza a suspensão das despesas de capital com imóveis no país e no exterior, pois, no contexto actual essas despesas são tidas como supérfluas, não fazem sentido, caso em situações humanitárias, além da cativação de 30% das despesas em bens e serviços com excepção a despesas com alimentação, principalmente, nos hospitais, medicamentos, forças de segurança e saneamento.

Sandra da Costa, que também é analista financeira, defende no âmbito da proposta de revisão orçamental pelo Ministério das Finanças, a continuidade dos concursos públicos a nível da Saúde e Educação, mas de forma objectiva.

Deve-se criar rubricas para manter o sector privado e a iniciativa empreendedora como uma óptima alternativa à queda do desemprego que tem sido o principal “calcanhar de Aquiles” nos tempos actuais.

Fiscalização orçamental

Estanislau Domingos, advogado e consultor de empresas, diz que o problema não está na elaboração do OGE, mas sim na sua execução e fiscalização, pois exigirá um maior rigor e comprometimento por parte dos seus executores, uma vez assistirem-se algumas medidas de natureza política, como a melhoria da qualidade da despesa pública e a reforma estrutural do sistema tributário.

Para a concretização das medidas e a sua eficácia, Estanisla Domingos, que é também mestrando em Ciências Jurídico-Económicas e Desenvolvimento, será necessário ter como premissa o fundamento económico sobre as receitas e despesas. Neste contexto, o Estado deverá rever e cortar custos, quer sejam de bens ou de serviços, aquilo a que chama de “boa despesa”, assim como aumentar os créditos adicionais, dando sequência à directiva do BNA na qual orienta os bancos comerciais a concederem créditos.

“Esta acção deve ser fiscalizada para que a economia volte a funcionar, pois as medidas devem sempre causar um maior impacto possível na melhoria das condições de vida da população”, apela.

Reforço das medidas

Sendo o orçamento uma estimativa ou provisões financeiras deve ser elaborado, em função das necessidades do Estado para satisfação das necessidades actuais, defende Manuel João Quindai, docente universitário e consultor em Contabilidade e Gestão de Empresas.

Para o recém-admitido Membro de Pleno Direito no Executivo da World Economic Fórum- WEF (Fórum Económico Mundial), com sede em Coligny (Suíça), o Governo deve fazer a manutenção da despesa pública no geral, inserir estratégias de produção nacional de bens alimentares e de medicamentos, de contingência logística, apoiando assim os micro-empresários e cooperativas agrícola, pecuárias e pescas. Além disso, aponta a inserção de estratégias na formação profissional e actualização dos profissionais de Saúde em todo o país e velar-se para as microempresas locais para o saneamento básico e meio ambiente, a fim de ajudar a combater a Covid-19. A ideia, segundo o académico, é que as medidas sirvam de modelo na saúde pública em Angola.

4.3 ADRA defende discussão sobre revisão do OGE

Jornal de Angola

11 De Maio de 2020

Texto: Fonseca Bengui

O director-geral da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), Carlos Cambuta, defendeu uma discussão pública sobre a proposta de revisão do OGE 2020, devido à baixa do preço de petróleo no mercado internacional.

“Até onde sabemos, ainda não há uma discussão pública sobre o assunto. É verdade que a questão da Covid-19 não dá possibilidade de os cidadãos participarem directamente no processo, mas isso podia ser feito por video-conferências para que os cidadãos possam apresentar as suas opiniões sobre os aspectos mais importantes neste quadro de revisão do OGE 2020”, disse o activista de direitos humanos, em declarações ao *Jornal de Angola*. Segundo Carlos Cambuta, há uma escassa participação pública no assunto. Referiu que isso está a acontecer porque esquece-se o direito que o cidadão tem de participar na vida pública. “Não está a acontecer porque, na nossa maneira de fazer a gestão pública, não colocamos esta dimensão de direitos humanos”, sublinhou.

Há uma série de elementos que têm estado a afectar o nosso país, porque não temos muito em conta a dimensão dos direitos humanos. À medida que

vamos tendo um respeito pela cultura dos direitos humanos, de forma consciente ou inconsciente, estaremos a vencer as várias barreiras”, referiu Carlos Cambuta, ao comentar a institucionalização do Prémio Nacional dos Direitos Humanos, que começa a ser atribuído no próximo ano.

O activista considerou que a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos e o Prémio Nacional dos Direitos Humanos vão ajudar “todos nós a aprendermos a fazer uma gestão, tendo em conta os direitos humanos enquanto conjunto de princípios que concorrem para a boa governação e, por conseguinte, para a satisfação das necessidades dos cidadãos”.

4.4 Salários até 70 mil kwanzas isentos do pagamento do IRT

Jornal de Angola

13 De Maio, 2020

Texto: Adelina Inácio

Os cidadãos que auferem salários até 70 mil kwanzas vão estar isentos do desconto do Imposto de Rendimento de Trabalho, informou hoje, no Parlamento o secretário de Estado para as Finanças e Tesouro, Osvaldo João.

“Os rendimentos em termos reais diminuíram e o valor máximo de isenção do passado já não representa os rendimentos mais baixos. Por isso é que alargamos de 34 mil para 70 mil kwanzas”, esclareceu Osvaldo João.

O secretário de Estado falava à imprensa, depois do debate, na especialidade, na reunião das Comissões de Trabalho especializadas da Assembleia Nacional, sobre as alterações aos Códigos Tributários. Osvaldo João indicou que o Executivo pretende isentar os rendimentos mais baixos para gerar maior disponibilidade financeira e poder de compra para as famílias.

Pretende-se, também, segundo Osvaldo João, incluir maior progressividade sobre os rendimentos mais elevados. “Estamos a alterar a curva, fazendo com que a tributação efectiva de rendimento seja progressiva e quem mais ganha contribua, também, mais”.

O secretário de Estado das Finanças e Tesouro exemplificou que se um cidadão que ganha 100 mil kwanzas e paga cinco por cento não se pode fazer com que, quem ganha 200 mil kwanzas também pague cinco por cento. “Porque 5 por cento de 100 deve pesar muito mais para aquele cidadão que ganha 100 do que 5 por cento de 200 para aquele que ganha

esse valor. Pensamos que a progressividade de imposto vai, na realidade, fazer com que quem ganha mais contribua ligeiramente mais e quem ganha menos esteja um pouco desafogado”, esclareceu.

Essa alteração, acrescentou, está a ser feita para adequar a tabela do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho à nova realidade.

Militares pagam IRT

O secretário de Estado das Finanças e Tesouro informou que os militares passam, também, a pagar o Imposto sobre o Rendimento do Trabalho.

A intenção, disse, é trazer justiça tributária e fazer com que todos contribuam da mesma forma. Um dos principais objectivos da alteração do 00, acrescentou, é adequar a realidade actual ao nível de rendimentos isentos, que passa de 34 mil para 70 mil kwanzas e também promover a justiça fiscal.

Segundo Osvaldo João, verificou-se que a tabela que está em vigor não promove justiça fiscal, porque quando se calcula as taxas efectivas de tributação, ela é regressiva.

Os deputados discutiram também a proposta de alteração ao Código Geral Tributário. O secretário de Estado para as Finanças e Tesouro falou também das principais alterações a serem feitas no diploma, com destaque para a dilatação dos prazos dos procedimentos tributários. Estes passam de 15 para 30 dias e de 4S para 60 dias, tanto para os contribuintes como para a Administração Tributária.

Osvaldo João explicou que as alterações ao Código Geral Tributário visam adequá-lo à nova realidade.

4.5 Sociedade civil defende mais fiscalização do OGE

Jornal de Angola

15 De Maio de 2020

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Observatório Político e Social Angolano (OPSA) apelaram ontem, em comunicado, às instituições públicas para disponibilizarem os documentos orçamentais em quantidade, tempo útil e de forma acessível aos cidadãos.

“O exercício de fiscalização orçamental em Angola é ainda fraco”, consideram as organizações, tanto na fase da “elaboração dos orçamentos públicos como na fase de execução”, lê-se no referido comunicado. “Por isso, apelamos a todos os órgãos responsáveis pela fiscalização orçamental, enquanto a

sociedade civil deve priorizar as acções de fiscalização da execução orçamental”, defendem a ADRA e o OPSA.

O posicionamento resulta da publicação, no dia 30 de Abril, do relatório internacional de análise aos orçamentos de 117 países, promovido pelo International Budget Partnership (IBP). Em Angola, o estudo é realizado em colaboração com a ADRA e com o OPSA. A publicação é efectuada de dois em dois anos.

Segundo o inquérito em referência, relativo a 2019, Angola apresenta uma pontuação de 36 (de 0 a 100) em relação à transparência orçamental, 9 em 100 quanto à participação pública no ciclo orçamental e 33 em 100 no que se refere à fiscalização orçamental. Apesar dos ligeiros progressos que se verificaram em relação ao ano de 2017, no qual Angola registou uma pontuação de 25 em 100 em relação à transparência, 7 em 100 quanto à participação pública e 33 em 100 no que diz respeito à fiscalização orçamental, o país ainda não disponibiliza informação suficiente aos cidadãos e este facto "reflecte-se tanto na baixa participação pública como na baixa fiscalização orçamental", acreditam as organizações da sociedade civil.

“Note-se que o Poder Executivo, salvo prova em contrário, não tem promovido debates públicos inclusivos durante a preparação do OGE”, salientam a ADRA e o OPSA. Também o Poder Legislativo não tem promovido debates sobre a política orçamental antes de receber a proposta orçamental preparada pelo Executivo. O orçamento de uma nação determina os serviços que vão estar disponíveis, incluindo escolas para crianças, remédios para doentes e apoio aos desempregados.

Em Angola, o IBP colabora com ADRA e com o OPSA na recolha, tratamento e análise de informação orçamental obtida através da informação pública disponibilizada pelo Ministério das Finanças, Assembleia Nacional, Tribunal de Contas e outras fontes oficiais. O International Budget Partnership (IBP), uma instituição internacional independente e sem fins lucrativos com sede nos Estados Unidos da América e escritórios em vários países, realiza o estudo para melhor compreender os processos de transparência, de participação pública e de fiscalização orçamental no mundo.

4.6 Cobrança do imposto predial vai passar para os municípios

Jornal de Angola

23 De Maio de 2020

Texto: César Esteves

A competência para a cobrança do imposto predial passará a ser da responsabilidade das administrações municipais e será feita através de um canal que vai integrar os sistemas de gestão da Administração Geral Tributária (AGT) e do Registo de Imóveis do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pela ministra da Finanças, Vera Daves, quando apresentava, na Assembleia Nacional, a Proposta de Lei que Aprova o Código de Imposto Predial, instrumento legal sobre o qual depende a materialização desta pretensão. A ministra esclareceu que, com isso, não será mais necessário as pessoas recorrerem à AGT para efectuar o pagamento destes impostos. “Nas administrações municipais, pela via da ligação com o portal que lá tenha, vai ser possível cumprir essa prestação”, esclareceu.

Com isso, disse Vera Daves, pretende-se desmaterializar os serviços, torná-lo mais electrónico e permitir a partilha de dados, de informações e otimizar a cobrança de impostos. Do valor a ser arrecadado pelas administrações municipais, esclareceu, vai ser subtraído a parte que lhes cabe por direito, nos termos da lei.

Ao propor-se à aprovação da referida lei, que vem alterar a anterior, com 50 anos de existência, pretende-se, segundo a ministra, alinhá-la ao momento económico e social que o país vive. Outras novidades que este instrumento legal traz é o pagamento de imposto pelos terrenos, quer seja para fim agrícola quer para construção de moradias ou os que se encontram inutilizados.

Os terrenos nestas condições estavam isentos de pagamento de imposto. A ministra salientou que a ideia é sinalizar, a quem detém património, de que se precisa de todos neste momento em que os esforços devem estar unidos, para permitir o crescimento da economia. “Precisamos do esforço de todos”, realçou. Quem não tiver capacidade para pagar os impostos, prosseguiu a governante, deve arrendar ou

vender a quem o tenha, para permitir que haja transacções neste domínio. Isso, disse, vai incentivar a produção nacional, o surgimento de instalações comerciais e a criação de empregos.

“É a nossa contribuição para fazer a economia mexer”, destacou. Em declarações ao Jornal de Angola, Paulo de Carvalho, deputado do Grupo Parlamentar do MPLA, considerou a medida pertinente, na medida em que surge para obrigar os proprietários das parcelas de terra a darem às mesmas a devida utilidade. “Pode não ser favorável ao proprietário, mas à sociedade o será”, considerou.

Em relação aos prédios urbanos, destacam-se duas alterações. Aquelas vivendas e apartamentos que não eram taxados, por estarem orçados em menos de cinco milhões de kwanzas, vão passar a pagar. Sobre isso, Paulo de Carvalho, que esteve presente na plenária que aprovou a proposta de lei, garantiu que o valor não será alto, devendo tratar-se de um valor irrisório, a ser pago anualmente.

Os prédios, vivendas e apartamentos cujo valor estejam acima dos cinco milhões de kwanzas vão ver os valores, até aqui pagos, reduzidos. A título de exemplo, o também académico esclareceu que um imóvel que custe mais de cinco milhões vai pagar cinco mil kwanzas por ano, e os orçados em dez milhões e que actualmente pagam 50 mil kwanzas, vão passar a pagar a metade deste valor.

Se o imóvel estiver avaliado em 20 milhões de kwanzas, cujos proprietários pagam actualmente 100 mil, com a nova lei, passarão a pagar 75 mil kwanzas, adiantou Paulo de Carvalho. Vera Daves esclareceu que, com essa proposta de diploma e outras já apresentadas, pretende-se alargar a base tributária e potenciar a receita não petrolífera. A Proposta de Lei que aprova o Código de Imposto Predial foi aprovada, ontem, na generalidade, com 175 votos a favor, nenhum contra e sete abstenções. A mesma vai à discussão na especialidade.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Autarquias podem criar associações representativas

Jornal de Angola

4 De Maio de 2020

Texto: Adelina Inácio

As autarquias locais, depois de institucionalizadas, vão poder criar associações representativas que poderão negociar com o Estado a passagem de mais atribuições e competências, de acordo com a proposta de Lei sobre o regime geral de cooperação interautárquica.

A proposta foi aprovada ontem pelas comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional, e vai à votação final global na próxima reunião plenária. O secretário de Estado para as Autarquias, Márcio Daniel, que participou no debate do diploma na especialidade, adiantou que as associações vão estar incumbidas do exercício de tarefas públicas e serão coparticipes do Estado na prossecução do interesse público.

“É a associação que vai discutir quais são as autarquias que estão em melhores condições, já, de receber mais atribuições por parte do Executivo central”, salientou. Márcio Daniel adiantou que o Executivo definiu, na proposta de lei, três níveis de associações entre as autarquias locais. O primeiro nível está relacionado com as pessoas colectivas de direito público que se regem por regras e princípios de direito público pela natureza das entidades que intervêm. No segundo nível estão as ligadas às regras do associativismo privado, permitindo que as autarquias criem associações representativas dos seus interesses.

O terceiro nível associativo prevê mecanismos que dão lugar a acordos de geminação, mediante os quais as autarquias celebram acordos de cooperação com municípios localizados fora do território nacional.

Márcio Daniel adiantou que o critério fundador do associativismo autárquico é a comunhão de interesses que justifiquem a criação da associação. “Esta comunhão de interesses ocorre geralmente entre os municípios que estão geograficamente contíguos”, esclareceu o secretário de Estado, exemplificando ser possível a criação de uma associação dos municípios

que se encontram no litoral do país. Márcio Daniel adiantou que a proposta de Lei defende que o direito de associativismo autárquico abrange o direito de a autarquia local aderir a associações internacionais ligadas ao poder local.

Preocupações dos deputados

Os deputados estiveram preocupados com a percentagem das autarquias locais que devem integrar as associações. Márcio Daniel explicou que a proposta estabelece que para a associação ter carácter nacional deve ter três quartos dos municípios do país. “Podem existir várias associações quanto as iniciativas o indicarem. A percentagem de três quartos está intimamente ligada às consequências que dali derivam. Quem tem este carácter nacional ganha o estatuto de parceiro do Estado. Para ser parceiro do Estado tem que ter um nível de representatividade entre as autarquias locais que lhe garanta uma maior expressão”, indicou.

Márcio Daniel esclareceu que as associações vão apenas beneficiar de dotações públicas caso lhes seja reconhecido o Estatuto de utilidade pública. O orçamento e receitas são próprios das autarquias locais. Segundo o secretário de Estado, as associações não são unidades orçamentais, apesar das dotações orçamentais que podem receber em virtude do Estatuto de utilidade pública que lhes for atribuído.

A proposta recebeu várias contribuições dos parlamentares, que divergiam quanto à questão do número de associações, representatividade e estatuto das mesmas. Julião Mateus Paulo “Dino Matrosse”, do MPLA, defendeu a diminuição do número de associações a nível nacional. O deputado Paulo de Carvalho, também do MPLA, defendeu que caso as associações tenham orçamentos devam, também, incluir um Conselho Fiscal nos seus órgãos. Para Paulo de Carvalho, nas associações devem estar representadas pelo menos três quartos das províncias do país.

A proposta de Lei vai garantir que as autarquias possam, entre si, celebrar acordos de cooperação para satisfazer interesses comuns relacionados às respectivas circunscrições e, deste modo, garantir a eficácia e eficiência da sua actuação.

O diploma clarifica que as autarquias locais, apesar de serem autónomas, não podem ser encaradas como células isoladas. Muitas das suas actividades, sobretudo as mais importantes, têm de ser desenvolvidas em conjugação de esforços com outras autarquias. As comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional continuam as discussões,

hoje, com a análise da proposta de Lei sobre o Estatuto dos órgãos autárquicos. A agenda inclui ainda a discussão das propostas de Lei do Estatuto da Provedoria de Justiça e Orgânica do provedor de Justiça.

5.2 Parlamentares analisam remuneração dos autarcas

Jornal de Angola

6 De Maio, 2020

Texto: Adelina Inácio

Os deputados discutiram ontem, na especialidade, a Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, diploma que define as regalias a serem atribuídas aos autarcas que exercem as funções em regime de dedicação exclusiva.

O diploma, que continua a ser discutido hoje na Assembleia Nacional, para posterior aprovação final global, tem como finalidade definir um conjunto de direitos, regalias e obrigações que os titulares dos órgãos das autarquias locais beneficiam.

O secretário de Estado para as Autarquias, Márcio Daniel, adiantou que a proposta de Lei do Estatuto dos Eleitos Locais tem uma linha de continuidade com outros diplomas já aprovados pela Assembleia Nacional. O secretário de Estado referia-se à Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e à Lei Orgânica das Eleições Autárquicas.

Márcio Daniel defende ser necessário definir quais são os titulares de cargos das autarquias locais que vão ser destinatários das obrigações que a proposta estabelece e que vão ser beneficiários dos direitos e regalias que a proposta determina.

O secretário de Estado explicou que compete ao presidente da Assembleia Municipal a realização das despesas orçamentais relativas à senha de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia e de despesas relativas à aquisição de bens e serviços correntes necessários ao regular funcionamento.

Segundo Márcio Daniel, os membros da Assembleia Municipal, menos o presidente ou vice-presidente, podem exercer outras actividades remuneradas. “Não estão impedidos de ter o seu trabalho quotidiano. Podem ser professores, directores de escolas ou outra função qualquer. Apenas quando são convocados é que vêm participar da reunião”, explicou o governante. O secretário de Estado declarou que o conjunto de direito e regalias que a lei prevê são para

as entidades como os presidentes e vice-presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal. Os membros da Assembleia Municipal em regime de tempo parcial, acrescentou, têm direito a uma compensação por senha de presença fixada por deliberação da própria Assembleia.

“Essa decisão é da própria Assembleia Municipal, que vai definir a remuneração de acordo com a capacidade de cada autarquia. Certamente que, em algumas autarquias, o valor da senha de presença é maior e noutras autarquias menor”, disse.

Risco de subserviência

Para o deputado João Pinto, do MPLA, não se deve pensar que quem estiver a exercer em regime de voluntariado não tenha remuneração parcial, total ou subsídio ou direito a regalias. “Como é que os eleitos locais vão fiscalizar se eles nem sequer têm senha de presença e nenhum apoio? Esta situação pode levar ao servilismo dos eleitos locais aos secretários que não são eleitos”, alertou o parlamentar.

O deputado Reis Júnior, também do MPLA, esclareceu ao deputado João Pinto que os eleitos e os secretários são remunerados, mas de forma diferente. Reis Júnior lembrou que a proposta clarifica que o vencimento do presidente e dos demais membros da Câmara Municipal é fixado por diploma próprio. A remuneração dos membros da Assembleia Municipal em regime integral é fixada por deliberação própria da Assembleia Municipal, ouvida a Câmara Municipal

5.3 “Eleições autárquicas sem um prazo definido”

Jornal de Angola

7 De Maio de 2020

Texto: Adelina Inácio

O Executivo está a trabalhar para a conclusão da discussão e aprovação do Pacote Legislativo Autárquico e criar as condições legislativas para a realização das eleições autárquicas, garantiu, ontem, no Parlamento, o ministro da Administração do Território.

Marcy Lopes, que fez estas declarações no final da aprovação, na especialidade, da Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, adiantou que a realização das eleições autárquicas não tem ainda um prazo definido, uma vez que a mesma depende do Parlamento, que tem de aprovar o Pacote Legislativo. “O processo legal das autarquias locais é complexo e depende de vários diplomas legais.

À medida que vamos avançando na aprovação de diplomas na Assembleia (Nacional), vai se notando a necessidade de outros diplomas e são os próprios deputados que têm estado a fazer o levantamento desta questão”, sublinhou o ministro. Para o responsável do Ministério da Administração do Território, o processo de institucionalização das autarquias não se resume na aprovação de diplomas legais.

Marcy Lopes reforçou que as autarquias carecem de processos materiais, de concretização, infra-estruturas e de recursos humanos, para que elas possam funcionar em pleno. “Não depende apenas de diplomas legais. São várias fases de implementação das autarquias locais e elas não se esgotam, única e exclusivamente, com a aprovação do processo legal”, disse o ministro, sublinhando não ser possível a institucionalização das autarquias sem que exista um Pacote Legislativo Autárquico aprovado e que habilite os órgãos do Estado a procederem os passos para a sua materialização.

As primeiras eleições autárquicas no país estavam indicadas para serem realizadas no ano em curso, mas o desiderato depende do Parlamento que aprovou cinco dos diplomas que conformam o Pacote Legislativo Autárquico. Marcy Lopes disse que falta, ainda, a discussão e aprovação de quatro a cinco diplomas.

O ministro ressaltou o facto de todos os diplomas aprovados até agora terem sido por unanimidade, na Assembleia Nacional. “Até ao momento, todas as propostas têm sido aprovadas por unanimidade e isso significa que estamos todos alinhados naquilo que são os interesses maiores do país”, considerou.

A Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais faz referência, entre outros aspectos, à remuneração a ser atribuída aos autarcas em regime de dedicação exclusiva.

Durante a discussão do diploma, os deputados centram o debate na questão das regalias a serem atribuídas aos restantes membros das autarquias. O ministro da Administração do Território disse que o país está a viver um momento que recomenda a contenção de gastos. “É uma atitude de prudência. Noutro momento, legislávamos para a realidade do país. Neste momento, não pode ser diferente. É um momento de contenção e temos que legislar com contenção”, afirmou Marcy Lopes, para quem, num futuro próximo, se a situação melhorar, poder-se-á fazer alteração no que se está agora a legislar.

5.4 Proposta de Lei do Estatuto do Provedor de Justiça foi discutida

Jornal de Angola
7 De Maio de 2020

Ainda ontem, os deputados discutiram, também na especialidade, a Proposta de Lei do Estatuto do Provedor de Justiça e o procedimento a observar no tratamento das queixas dos cidadãos. A deputada Mihaela Weba, da UNITA, defende a introdução, na Proposta de Lei, do estatuto de “instituição nacional de direitos humanos” para o provedor de Justiça. “Uma coisa é a política que o Executivo tem para o sector dos Direitos Humanos, e aí nós concordámos que é da competência do Executivo e o provedor de Justiça, de maneira nenhuma, podia interferir na política nacional a nível dos direitos humanos. Outra coisa é a actuação do provedor de Justiça, nos termos da Constituição, que é clara”, considerou a também jurista.

Para Mihaela Weba, o provedor de Justiça é um mediador, advogado dos cidadãos e é nesta condição que actuará enquanto instituição nacional dos direitos humanos. O deputado João Pinto, do MPLA, respondeu a colega, esclarecendo que a questão relativa à instituição nacional dos direitos humanos é uma polémica internacional desnecessária. “Não precisa estar na lei porque o provedor de Justiça é que garante a defesa dos direitos e garantia (dos cidadãos)”, disse o também jurista.

João Pinto afirmou que a própria Constituição define o papel do provedor de Justiça como uma entidade independente que não interfere nas decisões, mas recomenda. Todas as questões de natureza política são da responsabilidade do Executivo, indicou o deputado, acrescentando que a entidade representativa em matéria de direitos humanos tem de ser a Provedoria de Justiça. “Mas esta instituição não governa, apenas aconselha, orienta e faz recomendações”, sublinhou.

Reis Júnior, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, explicou que o Estado, como instituição que se relaciona com o exterior, deve definir a entidade que lhe vai representar nos fóruns apresentando os relatórios. “É preciso que o Estado se organize neste sentido”, defendeu. O secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, disse não ser o momento de inserir na proposta a instituição nacional dos direitos humanos. “Vamos com alguma prudência para que as coisas não resvalam para o torto”, exortou.

5.5 Execução do PIIM aguarda disponibilidade financeira

Jornal de Angola

10 De Maio de 2020

Texto: Carlos Paulino

Os 109 projectos sócio-económicos inscritos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), na província do Cuando Cubango, começam a ser executados nos próximos dias, anunciou, ontem, em Menongue, o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Afonso de Antas Miguel.

Em declarações à imprensa, Antas Miguel disse que os 109 projectos aprovados pelo Ministério das Finanças estão avaliados em mais de quatro mil milhões de kwanzas e que, neste momento, aguarda-se apenas pela disponibilidade financeira.

Os projectos, esclareceu, serão implementados em duas vertentes. Dos 109 projectos, 76 serão no âmbito de investimentos públicos e 33 de despesas de apoio de desenvolvimento. Antas Miguel realçou que os 76 projectos de investimentos públicos incluem obras de terraplanagem das principais vias de acesso às sedes municipais e comunais, construção de escolas, postos de saúde, habitação, fornecimento de energia eléctrica e a conclusão de algumas empreitadas de âmbito social que se encontram paralisadas por insuficiência de verbas.

O governante salientou que a maior parte das administrações municipais já realizou todos os procedimentos técnicos, designadamente a elaboração de cadernos de encargo, criação das comissões de avaliação da contratação pública e os concursos públicos de adjudicação das empreitadas com assinatura dos contratos, aguardando apenas a disponibilidade financeira por parte do Ministério das Finanças.

Os valores do PIIM, disse, só são disponibilizados por facturação, depois das administrações municipais cumprirem todos os procedimentos. O vice-governador indicou o Cuchi como o município que mais está avançado em termos de entrega de facturas de contratos de obras.

O município de Menongue foi contemplado com 16 projectos, Rivungo 11, Nancova nove e igual número no Dirico. Calai tem oito, Cuangar e Cuchi seis e Mavinga e Cuito Cuanavale com cinco.

“Estamos a envidar todo o esforço junto do Ministério das Finanças para que as obras do PIIM possam arrancar o mais breve possível a nível dos

nove municípios que compõem a província do Cuando Cubango”, disse.

Plano Estratégico até 2040

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas anunciou, também para os próximos dias, a apresentação do Plano Estratégico do Cuando Cubango para o período 2020/2040, que prevê a execução de um conjunto de acções que visam transformar a província em verdadeiras “terras de progresso e de prosperidade”.

Antas Miguel referiu que o plano prevê, sobretudo, dar uma maior atenção à construção de infra-estruturas para o fomento do sector do turismo e da agricultura, devido ao grande potencial que a província tem. Neste momento, disse, precisa-se apenas de investimentos para tornar o Sudeste num dos melhores pontos turísticos e de produção agrícola em grande escala do país.

Para o efeito, informou, o Governo da província prevê construir e reabilitar algumas infra-estruturas complementares, com realce para a rede de estradas, fornecimento de energia eléctrica e água potável, telecomunicações, entre outras infra-estruturas sociais. “Este é um Plano Estratégico cuja execução vai trazer enormes benefícios para o desenvolvimento socioeconómico da província do Cuando Cubango que actualmente ainda enfrenta muitas dificuldades”, afirmou.

Para Antas Miguel, o segredo está em identificar um Plano Estratégico com realismo, em função dos recursos financeiros que são disponibilizados para a província e traçar prioridades a médio e longo prazos.

Em termos de rede viária, referiu, a situação está praticamente resolvida, a partir do Ministério da Construção. Anunciou, para os próximos dias, o reinício da reabilitação dos troços Caiundo-Catuitui e Cuangar-Mucusso.

A principal preocupação, neste momento, disse, prende-se com a reabilitação das estradas na zona leste da província, designadamente no troço Cuito Cuanavale-Mavinga e Rivungo, Licua-Mavinga, Rivungo-Bico de Angola e Licua-Mucusso, sendo estas localidades que constituem o principal pulmão do projecto turístico Okavango/Zambeze (KAZA).

Antas Miguel afirmou que só com a reabilitação das principais vias de acesso é que a província do Cuando Cubango vai conhecer o desenvolvimento socioeconómico tão almejado e apostar seriamente no fomento dos sectores do turismo e da agricultura.

“É necessário que a província possa estar em pé de igualdade com outros países vizinhos, como a Namíbia e Zâmbia, que, também, fazem parte do projecto KAZA e que actualmente já beneficiam de muitas receitas financeiras provenientes destes dois grandes sectores”, concluiu.

5.6 João Lourenço e líderes da oposição abordam questões sobre autarquias

Jornal de Angola

16 De Maio de 2020

Texto: João Dias

Temas como a implementação das autarquias, produção nacional, auto-suficiência alimentar e aquilo que pode vir a ser o cenário sobre como será o país depois da pandemia da Covid-19 dominaram os encontros, em separado, que o Presidente da República teve, ontem, com os líderes da coligação CASA-CE e do PRS, André Mendes de Carvalho e Benedito Daniel, respectivamente.

Durante o encontro, realizado no âmbito da “governança aberta” do Presidente João Lourenço, foram, igualmente, trocadas impressões sobre a situação económica e social do país em tempos da pandemia provocada pelo novo coronavírus. “Tive um encontro cordial com o Chefe de Estado. Fui convocado sem conhecer a agenda, mas foi possível passar em revista a situação do país, principalmente aspectos relativos ao estado do país depois da Covid-19, sem esquecer o tema económico e as eleições autárquicas”, disse, à imprensa, André Mendes de Carvalho, no termo do encontro, realizado na manhã.

Em torno das autarquias, o presidente da CASA-CE disse existirem, ainda, aspectos que carecem do que chamou “arranjo”, lembrando haver necessidade de permitir que cada município tenha uma assembleia eleita capaz de deliberar sobre assuntos da sua própria comunidade. Tal como vem exigindo toda a oposição, o líder da terceira maior força política do país defendeu que as autarquias devem ser implementadas em simultâneo e em todo o território nacional, ao contrário do Executivo, que é pelo gradualismo.

André Mendes de Carvalho considerou que o princípio do gradualismo deve ser apenas aplicado em matéria referente à transferência das responsabilidades para os municípios. “Não vamos entregar, por exemplo, o sistema de saúde a um município se não existirem condições de absorver esta responsabilidade”, reconheceu o político,

revelando que, no encontro com o Presidente João Lourenço, falou-se mais do gradualismo funcional, em detrimento do geográfico.

CASA-CE: “Não é possível eleições”

O também deputado disse que prefere ser realista diante do cenário que o país e o mundo atravessam. Por isso, reconheceu que, no actual cenário, “não é possível realizar eleições”, embora deixe claro que elas devam ser feitas tão breve quanto possível.

André Mendes de Carvalho apontou as vantagens da implementação do poder local. “As autarquias são um elemento que faz falta à organização do Estado em qualquer país; o nosso não é excepção. Com autarquias, o próprio controlo da população em ambiente de pandemia, poderia ser feito de maneira mais adequada, porque haveria uma intervenção mais consentânea do poder local”, exemplificou.

No domínio económico e da produção nacional, o líder da CASA-CE defendeu que se potencialize os pequenos produtores nacionais mas com longa experiência. O político defendeu, também, “uma séria aposta na produção nacional, para alcançar a auto-suficiência alimentar”, pois “o investimento nas grandes fazendas fracassou, depois de muito dinheiro gasto”.

“Falei com o Presidente sobre esta questão, principalmente a importância de ganhar-se tempo, enquanto é reformulado o sistema de ensino, da investigação e da ciência. Sem estas componentes, não podemos ter desenvolvimento”, enfatizou André Mendes de Carvalho.

A coligação CASA-CE conserva o estatuto de terceira maior força política no Parlamento, mesmo depois de o grupo parlamentar, então composto por 16 deputados, ter ficado reduzido à metade, na sequência da dissidência de oito deputados fiéis ao ex-líder, Abel Chivukuvuku, afastado da liderança, em Fevereiro do ano passado, por alegada quebra de confiança política.

Já o presidente do PRS defendeu que a “prioridade imediata” do Executivo deve estar voltada para a produção alimentar, alicerçada numa diversificação económica que tenha como pedra angular a agricultura. Benedito Daniel entende que, alcançadas estas premissas, o país poderá atingir a auto-sustentabilidade e auto-suficiência alimentar.

“Não havendo divisas, nem países que possam exportar para Angola, temos de confiar nas nossas próprias forças”, defendeu o político, sublinhando que “isto passa por uma produção a larga escala, capaz de proporcionar auto-sustento nacional”. Para

o líder da quarta maior força política na Assembleia Nacional, alcançar esta etapa exige a instalação de infra-estruturas de suporte à produção, principalmente as que possam garantir irrigação, produção agro-pecuária e transformação.

“O pós-Covid-19 será um momento em que cada país deverá confiar em si próprio. Esta pandemia tem sido uma lição. Cada país, mais do que olhar para os outros, deve ser capaz de sustentar-se a si próprio”, considerou o político. O presidente dos “renovadores sociais” entende que é preciso que o país comece por resolver o que chama “escala básica”, com realce para a alimentação, água e energia.

Na sua opinião, a ausência destas condições deteriora a qualidade de vida dos cidadãos e leva a que o “angolano não reconheça que, realmente, está a viver num país”. Contudo, o também deputado não tem dúvida de que as soluções para os problemas apontados não são encontradas no curto prazo.

Alimentação, água, energia e saúde são, para o político, essenciais e, por isso, todo o esforço do Governo deve ser direccionado nestes bens. “Leve o tempo que levar, mas são problemas que devem ser resolvidos, pois (alimentação, água, energia e saúde) são aquilo que define uma vida de qualidade média”, considerou Benedito Daniel, para quem “o resto é complementar”.

O presidente do PRS deixou, igualmente, expresso que a implementação das autarquias não é prioridade imediata, pois o país enfrenta uma pandemia sem fim à vista. “O Covid-19 não veio alterar o destino dos povos. Virou toda a ordem e afectou todos os projectos. Mas, poderemos recuperar os planos e metas, mas não o tempo”, salientou Benedito Daniel.

5.7 MPLA quer consensos na legislação autárquica

Jornal de Angola

18 De Maio de 2020

Texto: Adelina Inácio

O Grupo Parlamentar do MPLA quer obter consensos para a aprovação do pacote de leis sobre as autarquias locais, garantiu o presidente da bancada, Américo Cuononoca.

Os deputados da oposição têm questionado o facto de a Assembleia Nacional não ter aprovado, até ao momento, a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, diploma que já foi

aprovado na generalidade e aguarda pela discussão, na especialidade, e votação final global.

A este propósito, Américo Cuononoca adiantou que, pela sua complexidade e com pontos fracturantes e estruturantes, a sua discussão privilegiará aproximações, diálogos, cedências, consensos e provável unanimidade, como aconteceu com outros diplomas.

A proposta de Lei sobre a institucionalização das Autarquias prevê o gradualismo na criação das autarquias.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA disse que a Assembleia Nacional receberá ainda outros diplomas não menos importantes que serão discutidos nos próximos tempos, tendo em conta a complexidade de criação de um novo modelo de governação local, inédito no país.

Américo Cuononoca, que falou ao Jornal de Angola sobre a agenda do Parlamento, salientou que o Grupo Parlamentar do MPLA considera que a realização das eleições autárquicas será o culminar de todo um processo complexo que está a ser formatado para um novo ente da administração local. “É um processo novo e inédito no nosso país, pelo que estamos a preparar minuciosamente todos os instrumentos legais para que, na altura própria, esse desiderato manifestado na nossa campanha eleitoral de 2017 e sendo um imperativo constitucional, se concretize na altura certa”, sustentou.

O deputado do MPLA lembrou que o país vive numa situação de excepcionalidade em todas as suas esferas, política, económica, social e cultural. Reconhece que, não obstante, os deputados têm feito o máximo para que os trabalhos nas Comissões de Trabalho Especializadas mantivessem o seu ritmo e as plenárias, órgão competente para aprovação dos diplomas, cumprissem o seu papel.

“A Assembleia Nacional recebe uma grande quantidade de propostas de Lei e outros documentos, pelo que nesta fase de excepção há que estabelecer a hierarquia das prioridades”, sublinhou o parlamentar.

Explicou que os deputados estão a trabalhar com recurso à tecnologia, concretamente a videoconferência, que facilita a participação física e virtual de todos os deputados, presentes ou não nas salas do Parlamento.

Pandemia da Covid-19

O deputado falou também da pandemia da Covid-19 que, para além de causar a morte de milhares de vidas humanas no mundo inteiro, desmoronou o sistema económico até das maiores economias do mundo. “O petróleo e seus derivados fazem mover as indústrias, os navios, os aviões, maquinaria, a energia, agricultura e pesca, entre outros. Angola tem o petróleo como principal produto de exportação e com maior peso no OGE”, disse o parlamentar.

Para Américo Cuononoca, Angola tem actualmente dois inimigos a enfrentar: a Covid-19, que está a paralisar parte da economia nacional e o baixo preço do petróleo. “Nestas condições da conjuntura internacional é compreensível que alguns programas não sejam materializados a curto prazo”, disse.

Américo Cuononoca elogiou as medidas económicas de alívio do impacto da Covid-19, considerou-as extremamente importantes para os sectores produtivo, empresarial, económico, familiar e para a transição da economia informal para a formal.

“Essas medidas, adicionadas à aposta na produção nacional através do PRODESI, certamente alavancarão a economia nacional no pós-Covid-19. É mais um desafio a todos os angolanos patriotas que devem dar o seu máximo para alterar o quadro actual da nossa economia, em prol de Angola, que todos amamos e almejamos ser forte em todas as suas esferas”, realçou.

5.8 "As verbas não serão iguais para todos os municípios

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

A nova legislação vai dar sustentabilidade financeira às autarquias Locais?

As autarquias precisam de recursos para gerir a vida nos municípios no quadro do poder local. A tesouraria vai ser assegurada com a cobrança de taxas diversas e emolumentos, porque não pode cobrar impostos, visto que é tarefa do Governo Central. Para além das taxas acresce-se também as transferências do OGE para mitigar as dificuldades financeiras que eventualmente as autarquias possam ter. Estamos a falar do equilíbrio da renda pelos municípios todos.

Será que é desta que será concretizada a tributação da venda ambulante?

Nos últimos tempos o Governo Central desenvolveu acções para tributar a venda ambulante, mercados e feiras. Com a descentralização administrativa e financeira, os municípios terão que velar pela sua sustentabilidade financeira e uma das fontes pode ser a tributação da venda ambulante, mercados e feirantes. Taxar as vendas ambulantes, mercados e feiras deve ser entendida como uma actividade de normalização da actividade comercial.

O Regime Financeiro faz referência à repartição das receitas entre as autarquias e o Estado

Estamos a falar de transferências de recursos financeiros para equilibrar a tesouraria das autarquias. Neste momento o que está em causa é saber o que cada município produz. As verbas não serão iguais para todos os municípios. A maior ou menor debilidade, desta ou daquela autarquia, vai fazer com que se faça a diferenciação positiva na distribuição dos recursos provenientes do OGE para esbater a questão das assimetrias regionais. A maior atenção deverá ser dada para aqueles municípios mais carenciados.

5.9 Dois regimes para dar suporte financeiro à tesouraria das autarquias

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

As duas leis mostram onde vai sair o dinheiro para as finanças municipais. No Regime das Taxas as Autarquias estão autorizadas a cobrar taxas, multas e outros emolumentos. A distribuição das quotas financeiras, ou seja, no Regime Financeiro, os municípios deverão ter em conta a densidade populacional e o nível de desenvolvimento das infraestruturas económico-sociais

Regime das taxas da Autarquias

TAXAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Tratam-se de impostos que a autarquia cobra na prestação de um serviço público local, utilização privada de bens do domínio público e privado das Autarquias Locais.

BASE DE CÁLCULO

O valor das taxas será fixado de acordo com o benefício auferido pelo particular, ou seja aplica-se o princípio da equivalência, proporcionalidade.

OBJECTIVO

O objectivo último das taxas é a recolha de receitas para aplicação na melhoria das condições dos municípios e a satisfação das necessidades financeiras das Autarquias Locais. Os financiamentos das autarquias só podem ser realizados para coisas de utilidade social.

ISENÇÃO

Não pagam os impostos autárquicos o Estado e as Autarquias Locais.

CRIAÇÃO DAS TAXAS

Existe um regulamento para a sua criação e devem ser criadas pelo órgão deliberativo próprio e o valor das taxas deve incidir de forma objectiva e subjectiva sobre a necessidade económica da sua criação. As taxas podem ser pagas em prestações.

COMO É CALCULADA

Ter em conta o custo inerente à contrapartida prestada, do benefício recebido pela pessoa que paga o tributo. As taxas não podem apresentar a base de cálculo proporcional ao valor nem estar directa ou indirectamente ligadas ao valor do rendimento, património ou consumo das pessoas.

ACTUALIZAÇÃO

As taxas são actualizadas anualmente de acordo com a taxa de inflação, salário mínimo nacional e a taxa de pobreza ou seja, sempre que houver alteração nessas variáveis a taxa deverá ser revista. A actualização das taxas deve obedecer também à fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor, ou melhor, se do ponto de vista económico se justifica a alteração. Independentemente da actualização ordinária, pode a câmara municipal, sempre que considere oportuno, propor à assembleia municipal a alteração do regulamento e da tabela de taxas.

INCIDÊNCIA DIRECTA

As taxas aplicam sobre os serviços prestados aos particulares ou geradas pela actividade das autarquias e colocadas à disposição das pessoas tributadas, nomeadamente, pela manutenção de infraestruturas urbanísticas, concessão de licenças, utilização e aproveitamento de bens públicos e privados dentro da autarquia. Aqui podemos citar a exploração ou uso de mercados, feiras e venda ambulante e actividades de particulares com impacto ambiental negativo.

INCIDÊNCIA INDIRECTA

A Autarquia Local é o único ente, ou seja, o sujeito activo que tem o direito de exigir o pagamento das taxas, enquanto o sujeito passivo (aquele que paga a taxa) é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.

LIQUIDAÇÃO

- As liquidações e cobranças dos tributos estão regulamentadas. As autarquias estão proibidas de negar a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou continuação da utilização de bens públicos e privados por falta de pagamento de taxas.
- Mentir sobre as taxas a deduzir das suas actividades é susceptível de responsabilização com base na Lei das Transgressões Administrativas e responsabilizados pelos danos causados à Autarquia.
- Os sujeitos deverão estar bem identificados no respectivo documento de cobrança.

PAGAMENTO

Os pagamentos podem ser feitos em cheques, débito da conta, transferência, vale postal, ou outros meios previstos por lei e moeda nacional. O autarca pode determinar o pagamento em prestações, nos casos de emissão de licenças, autorização de loteamentos, obras de loteamento, edificação de obras, no máximo de três prestações.

INCUMPRIMENTO

Em caso de não pagamento dos tributos a autarquia pode-se recusar a prestar qualquer serviço, rejeição da emissão de licenças, determinação da cessação de utilização de bens do domínio público ou privado. O fim das obrigações tributárias acontece com o seu cumprimento, revogação, anulação, declaração de nulidade ou caducidade do correspondente facto gerador da obrigação tributária.

PRESCRIÇÃO

As dívidas tributárias com mais de dez anos prescrevem. A reclamação, impugnação interrompem a prescrição.



Regime financeiro das Autarquias

LEGALIDADE

A actividade financeira das autarquias locais é exercida nos termos da Constituição e da Lei. As autarquias não estão autorizadas a deliberar sobre a criação de impostos e a definição dos seus elementos essenciais e são igualmente nulas as deliberações de qualquer órgão autárquico que determine ou autorize a realização de despesas não permitidas por Lei.

AUTONOMIA FINANCEIRA AUTÁRQUICA

As autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. A autonomia financeira consiste em elaborar, aprovar, executar e modificar as opções de plano, os orçamentos e outros documentos provisórios. Compete à autarquia elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, arrecadar e dispor das receitas das taxas, tarifas e preços por elas cobrados. Dispor das receitas próprias e das que lhes sejam transferidas, ordenar e realizar as despesas autorizadas por lei. Adquirir, administrar e alienar o seu património, bem como aquele que lhe for afecto e recorrer ao endividamento nos termos da lei.

NÃO CONSIGNAÇÃO

As receitas não são destinadas a cobrir despesas, ou seja, é proibida a afectação das receitas à cobertura de determinada despesa. A não consignação não se aplica às receitas provenientes do Fundo das Autarquias, empréstimos a médio e longo prazos. As receitas resultantes da cobrança do abastecimento de água nos municípios não podem ser gastos nas despesas da autarquia.

SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL DAS AUTARQUIAS

A sustentabilidade financeira das autarquias depende da aprovação dos seus orçamentos, gestão orçamental equilibrada. As autarquias não podem assumir compromissos que coloquem em causa a estabilidade orçamental.

TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA

As autarquias estão sujeitas aos princípios de informação mútua entre estas e o Estado. Ou seja, as receitas locais deverão ser reportadas ao Governo Central e têm a obrigação de comunicar aos cidadãos sobre a situação financeira. As empresas participadas, concessões e parcerias público-privadas são obrigadas a prestar informação aos municípios sobre a sua situação financeira.

FINANÇAS LOCAIS E DO ESTADO

A coordenação ente as finanças locais e do Estado dependem do desenvolvimento do País.

EQUIDADE INTERGERACIONAL

A actividade financeira das autarquias deverá basear-se na distribuição de benefícios e custos para não onerar as gerações futuras. Deve haver uma distribuição equilibrada dos custos.

RECEITAS DAS AUTARQUIAS

São receitas próprias das autarquias a cobrança de impostos sobre o património do município, nomeadamente os impostos Predial Urbano, Sisa e Taxa de Circulação

ALIENAÇÃO DE BENS

A venda do património das autarquias faz com base na Lei dos Contratos Públicos e outra legislação sobre a alienação do património do Estado e a lei das privatizações.

TRANSFERÊNCIAS

O Governo vai inscrever anualmente as transferências por município para o Orçamento Geral do Estado e as receitas devem ser reportadas 15 dias depois do fecho de cada mês.

FINALIDADE DAS TRANSFERÊNCIAS

As transferências de recursos financeiros para as autarquias visam o equilíbrio financeiro das Autarquias para ampliar a capaci-

dade de intervenção da Administração Pública na sociedade. Visam também dar fôlego financeiro para a melhoria das condições sociais mínimas das populações.

FUNDO DE EQUILÍBRIO

É uma conta domiciliada numa instituição financeira para garantir a justa repartição dos recursos e correcção das assimetrias locais.

SUBCONTA DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

A Subconta de Equilíbrio Financeiro é um fundo para garantir o equilíbrio na alocação das receitas às Autarquias Locais. As receitas deste fundo, ou seja, 50% visa o equilíbrio das finanças das Autarquias.

SUBCONTA SOCIAL

É um fundo destinado a acelerar a melhoria das condições dos habitantes das Autarquias Locais. As receitas deste fundo 20% do valor visam promover a melhoria das condições sociais mínimas das populações, nomeadamente na saúde, habitação, saneamento básico e educação.

PODERES TRIBUTÁRIOS, LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE IMPOSTOS

As Autarquias estão autorizadas, por Lei, a cobrar impostos e a criar taxas e outras contribuições. Dentro do Código das Ecuções Fiscais, as autarquias podem proceder à cobrança coersiva das taxas e outras contribuições.

LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE IMPOSTOS

Os impostos cuja receita se destina ao fundo financeiro das Autarquias são liquidados e cobrados com base na lei em vigor. A Administração Geral Tributária (AGT) deve fornecer às autarquias informação desagregada por cada Autarquia relativa à liquidação e cobrança de impostos que constituem sua receita própria.

ENDIVIDAMENTO DAS AUTARQUIAS

Desde que sejam autorizadas, as Autarquias podem contrair empréstimos junto de quaisquer instituições financeiras nacionais autorizadas a conceder crédito. O endividamento é uma medida extraordinária desde que as transferências do Estado não sejam suficientes ou não estejam disponíveis.

DURAÇÃO DA DÍVIDA

Os empréstimos são de curto, médio e longo prazos. Grande parte da dívida é para fazer face a dificuldades correntes de tesouraria e deve ser pago dentro do mesmo exercício económico.

LIMITES DO ENDIVIDAMENTO

Os empréstimos a contrair anualmente pelas autarquias não podem exceder 30% da média da receita própria arrecada nos três exercícios anteriores, relativamente ao ano em que ocorre o endividamento. O stock da dívida não pode ultrapassar os 40% do total das receitas próprias

QUEM APROVA O ENDIVIDAMENTO

Compete à Assembléa Autárquica, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o recurso ao endividamento depois da ratificação pelo Presidente da República e no prazo de 30 dias se o PR não se pronunciar, se presume concedida a autorização para realizar o empréstimo.

FISCALIZAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Compete ao Tribunal de Contas a fiscalização dos empréstimos contratados pelas autarquias

INVALIDADE E PENALIZAÇÕES

Os empréstimos são invalidados que ultrapassam o limite do endividamento da Autarquia e fica vedada a contratação de novos empréstimos. E pode resultar na responsabilização administrativa, civil e criminal.

GARANTIAS DO ENDIVIDAMENTO

As Autarquias podem constituir garantias dos empréstimos ou podem ser garantidos por aval do Estado.

5.10 Fundo de Equilíbrio vai reduzir dificuldades financeiras das autarquias mais carenciadas

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

Texto: Martins Chambassuco

No âmbito da publicação, em Diário da República, da Lei sobre o Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Lei do Regime das Taxas das Autarquias Locais, fica criado o Fundo de Equilíbrio das Autarquias Locais (FEAL) para dar suporte à estabilidade financeira da tesouraria dos municípios.

O Fundo vai ter dotações anuais inscritas no Orçamento Geral do Estado (OGE) através da transferência de um montante para assegurar justa repartição dos recursos financeiros para a correcção das desigualdades financeiras entre as Autarquias.

A Lei, aprovada pela Assembleia Nacional a 19 de Fevereiro do ano em curso, determina que o FEAL vai ser superintendido pelo Ministério das Finanças (MINFIN) e vai ser composto por três subcontas, nomeadamente: a Subconta de Equilíbrio Financeiro (SEF), Subconta de Equalização das Autarquias (SEA) e a Subconta Social das Autarquias (SSA).

De acordo com o diploma, a SEF destina-se a garantir o equilíbrio da afectação da receita às autarquias locais e terá suporte de 50% do valor das transferências do OGE em cada ano (ver infografia).

O legislador indica, no Regime Financeiro das Autarquias, que 90% das receitas afectadas à SEF são distribuídas de modo igualitário por todas as autarquias com objectivo de equilibrar os orçamentos dos municípios e dotá-los de condições financeiras adequadas como entidades públicas descentralizadas, no âmbito das suas responsabilidades de funcionamento e de investimento, enquanto os restantes 10% do valor transferido do OGE é uma reserva financeira do FEAL (ver infografia).

Para Sérgio Calundungo, com a aprovação das duas leis, o problema da transparência com a gestão da coisa pública não está garantido, e é preciso que as autarquias passem a disponibilizar informações financeiras aos municípios. "Não consigo imaginar grandes progressos ao nível da transparência na gestão da coisa pública ao nível local, caso a lei sobre finanças locais não estabeleça qualquer obrigatoriedade das autarquias locais em disponibilizarem para os cidadãos documentos contendo informações relativas ao endividamento,

receitas e despesas municipais", refere o coordenador do Observatório Político e Social de Angola.

Repartição de recursos

Quanto à alocação de recursos financeiros às autarquias, uma fonte do MINFIN, ligada à AG T, diz que todas as autarquias não podem receber o mesmo orçamento, nem podem ter os mesmos critérios, porque há autarquias que têm mais problemas sociais, investimento e de população.

"As autarquias devem gerar e arrecadar taxas, emolumentos, multas e outras receitas que julgarem pertinentes e aqui estamos a falar dos serviços de loteamentos de terrenos, venda de bens imóveis, saneamento básico e abastecimento de água", explicou a fonte. O MINFIN garante que a arrecadação de impostos continuará a ser da responsabilidade do Governo Central e este transferirá parte para as autarquias. "O objectivo é garantir transparência na receita arrecada, porque as administrações antes de deduzirem a receita da arrecadação total deverão disponibilizar a informação desagregada para que os municípios tenham conhecimento do valor arrecado pela autarquia", explica a fonte, recorrendo ao Regime Financeiro das Autarquias.

A lei confere às autarquias autonomia e, por isso, têm a missão de arrecadar emolumentos, taxas e multas para garantir a estabilidade da sua tesouraria para o seu funcionamento e a realização de investimentos. Quanto à autonomia, o Governo tem critérios específicos para cada autarquia.

O deputado à Assembleia Nacional, Lindo Bernardo Tito afirma que com a lei as autarquias passam a ter uma receita própria para assegurar a sua funcionalidade e poderão recorrer ao financiamento da banca que opera na circunscrição para equilibrar as contas e fazer investimentos no sector social nomeadamente, saúde e educação.

"Haverá autarquias com menos rendimentos e outras com mais. Não há o perigo de todas receberem a mesma coisa e depois umas estarem em pior situação que outras, daí a criação do fundo de Estabilidade da Autarquia Local", explica o deputado.

Por sua vez, o deputado da UNITA, Raul Danda diz que a definição do Regime Financeiro visa assegurar que as mesmas estejam dotadas de patrimónios autónomos e receitas próprias. A grande preocupação, prosseguiu, consiste na transferência directa dos fundos do Estado (OGE) num montante fixo e igual para todas as autarquias.

O deputado entende que FEAL pode ser um mecanismo de estabilidade das contas mas as desigualdades podem continuar em muitos municípios porque as assimetrias regionais são reais.

O MPLA continua a defender o gradualismo nas eleições autárquicas, mas ainda questiona as transferências igualitárias para atender às necessidades de cada município. A justificação dessa postura é de existirem localidades com maiores responsabilidades e com mais população e estes terão mais recursos do que aqueles que menos intervenção têm a nível da gestão da autarquia.

Opinião comum é a de que o Regime de Taxas das Autarquias Locais e o Regime Financeiro das Autarquias Locais, duas leis publicadas em Diário da República, no dia 14 de Maio do ano em curso, devem obedecer às políticas públicas do Estado e da descentralização da gestão administrativa do País.

5.11 Observador eleitoral descarta eleições autárquicas em 2020

Novo Jornal

22 De Maio de 2020

Texto: Borrallho Ndomba

O Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED), organização não-governamental que monitoriza eleições, alega que o país está sem condições técnicas para concretizar a implementação das eleições autarquias, num momento em que faltam pouco menos de seis meses para o fim de 2020, período previsto para a sua institucionalização.

O director-executivo do IASSED, Luís Jimbo, argumenta que as discussões políticas à volta do modelo de implementação das autarquias estarão na base de todo o atraso que se regista no processo.

Aquela organização não-governamental salienta que as tarefas para a realização das autarquias estão num nível bastante atrasado, tendo, por isso, apontado críticas aos deputados à Assembleia Nacional.

"Os deputados foram eleitos para representar o povo e decidir em nome do povo. No parlamento, a sua função é unicamente legislar, mas eles levam muito tempo em querelas político-partidárias, ao invés de decidirem aquilo que, de facto, precisa de ser decidido em tempo útil. Não levam em consideração esses "timings". "Levaram muito tempo em discutir o gradualismo funcional e o gradualismo territorial. Envolveram toda a sociedade a falar sobre isso, e o tempo passou", disse Luís Jimbo, acrescentando que,

agora com a Covid-19, as coisas se tornaram mais complicadas.

Lamentou o facto de não existir nenhuma calendarização do registo eleitoral por parte do Governo.

Luís Jimbo, que também coordena o Observatório Eleitoral de Angola (ObEA), manifesta preocupação do silêncio do Tribunal Constitucional, no processo de aprovação das candidaturas.

O dirigente salienta, igualmente, que nem os próprios partidos políticos elegeram os seus candidatos, que serão os possíveis autarcas.

"Desde 2008, sabemos que os municípios não têm experiência de conduzir escrutínios. Então, este é um investimento a criar nos municípios. Acha que tudo isto será feito em seis meses? Se não conseguimos aprovar uma lei em dois anos, não acredito que vamos conseguir realizar as eleições este ano. Perdemos tempo em debater o gradualismo", rematou.

O coordenador do ObEA defende a realização simultânea das eleições autárquicas e das gerais. O responsável afirma que, se o país realizar as eleições autárquicas em todos os municípios, o orçamento das actividades será igual como os custos das gerais.

Eleições dependem de «vontade política»

Dirigentes da UNITA e da CASA-CE "descartam" as ideias do IASSED e alegam que, em seis meses, o país pode vir a realizar as primeiras eleições autárquicas.

Segundo o secretário-geral da UNITA, Álvaro Chikwamanga, o problema do coronavírus tem alguns efeitos na agenda política do país, mas salienta existir manobras políticas que estão a "frustrar" as expectativas dos cidadãos que esperam pela implementação das autarquias.

O político, que fala em falta de transparência do Governo, por não estar a esclarecer o modelo para a actualização do registo eleitoral, diz ser reflexo da falta de vontade política, para a realização das autarquias ainda este ano.

Já o vice-presidente da CASA-CE, Manuel Fernandes, entende que, apesar dos resultados nefastos da Covid-19 na economia do país, o que deve norte ar a consciência política de todos os actores, fundamentalmente daqueles que têm responsabilidades na concretização das autarquias, é a "vontade política" de se realizar o processo.

5.12 Pandemia da Covid-19 atira eleições autárquicas para as "calendas gregas"

Jornal Expansão

22 De Maio de 2020

Se nos vários ciclos da política doméstica já se cogitava a não realização das eleições autárquicas em Angola, este ano, a pandemia da Covid-19 é vista como o derradeiro contributo para que o sufrágio não ocorra até ao final de 2020.

Vários analistas acreditam que o Governo, ou seja, o partido que sustenta o Governo, neste caso o MPLA, tem tudo para alegar a pandemia como um factor para a não realização das eleições autárquicas no País.

O agrónomo Fernando Pacheco disse, numa entrevista recente ao Expansão, que "havia já fortes indícios de que o partido no poder não estava interessado nisso e agora tem argumentos decisivos para que não haja eleições."

Para o deputado Raúl Danda, a falta de instrumentos legais é um grande obstáculo à realização de eleições autárquicas em Angola este ano. Apesar dos avanços dados com a Lei sobre o Regime de Taxas e com a Lei sobre o Regime Financeiro das Autarquias, ainda paira uma nuvem negra para a institucionalização das autarquias. "Há um recuar por parte do Presidente da República e do partido no poder relativamente à institucionalização das autarquias em Angola. Repare que a Lei Fundamental para Institucionalização das Autarquias está na Assembleia Nacional há muito tempo e está sempre a ser passada para trás, beneficiando leis que vão chegando do Titular do Poder Executivo", lembrou Raúl Danda, tendo assegurado que todos os angolanos sabem os motivos que levam o Presidente João Lourenço a definir o gradualismo para a implementação das autarquias em Angola.

Essa postura de redesenhar o mapa autárquico, prosseguiu, "fere os interesses dos angolanos plasmados na Constituição da República". O deputado diz que a UNITA quer eleições autárquicas em todo o País, mas não esse ano, para evitar que haja angolanos de primeira e de segunda.

"Não podemos concordar com o gradualismo porque seria admitir a existência de angolanos de primeira e de segunda. Não é esse o conceito de que uns têm capacidade e outros não. Todos têm o direito de votar", refere o ex-presidente da bancada parlamentar da UNITA, tendo assegurado que as autarquias são o exemplo da partilha de poder, realidade que o MPLA não quer. O deputado revela que o MPLA está

fragilizado e o Presidente da República não tem recurso temporal, nem financeiro para cumprir com uma das suas grandes promessas eleitorais. "Não interessa ao PR a realização das eleições, apesar da pandemia que se vive no País.

O deputado Lindo Bernardo Tito diz que o momento é favorável para o MPLA concretizar a não realização das eleições autárquicas em Angola. Lindo Bernardo Tito reconhece haver aproveitamento político com a pandemia da Covid-19. Numa coisa ele corrobora com Raúl Danda: "o Estado está em bancarrota e para pagar os salários tem de recorrer ao Instituto Nacional de Segurança Social. Nessas condições é difícil falar em eleições autárquicas em 2020."

H.C.

5.13 Cobrança do imposto predial vai passar para os municípios

Jornal de Angola

23 De Maio de 2020

Texto: César Esteves

A competência para a cobrança do imposto predial passará a ser da responsabilidade das administrações municipais e será feita através de um canal que vai integrar os sistemas de gestão da Administração Geral Tributária (AGT) e do Registo de Imóveis do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pela ministra da Finanças, Vera Daves, quando apresentava, na Assembleia Nacional, a Proposta de Lei que Aprova o Código de Imposto Predial, instrumento legal sobre o qual depende a materialização desta pretensão. A ministra esclareceu que, com isso, não será mais necessário as pessoas recorrerem à AGT para efectuar o pagamento destes impostos. "Nas administrações municipais, pela via da ligação com o portal que lá tenha, vai ser possível cumprir essa prestação", esclareceu.

Com isso, disse Vera Daves, pretende-se desmaterializar os serviços, torná-lo mais electrónico e permitir a partilha de dados, de informações e otimizar a cobrança de impostos. Do valor a ser arrecadado pelas administrações municipais, esclareceu, vai ser subtraído a parte que lhes cabe por direito, nos termos da lei.

Ao propor-se à aprovação da referida lei, que vem alterar a anterior, com 50 anos de existência, pretende-se, segundo a ministra, alinhá-la ao momento económico e social que o país vive. Outras novidades que este instrumento legal traz é o

pagamento de imposto pelos terrenos, quer seja para fim agrícola quer para construção de moradias ou os que se encontram inutilizados.

Os terrenos nestas condições estavam isentos de pagamento de imposto. A ministra salientou que a ideia é sinalizar, a quem detém património, de que se precisa de todos neste momento em que os esforços devem estar unidos, para permitir o crescimento da economia. “Precisamos do esforço de todos”, realçou. Quem não tiver capacidade para pagar os impostos, prosseguiu a governante, deve arrendar ou vender a quem o tenha, para permitir que haja transacções neste domínio. Isso, disse, vai incentivar a produção nacional, o surgimento de instalações comerciais e a criação de empregos.

“É a nossa contribuição para fazer a economia mexer”, destacou. Em declarações ao Jornal de Angola, Paulo de Carvalho, deputado do Grupo Parlamentar do MPLA, considerou a medida pertinente, na medida em que surge para obrigar os proprietários das parcelas de terra a darem às mesmas a devida utilidade. “Pode não ser favorável ao proprietário, mas à sociedade o será”, considerou.

Em relação aos prédios urbanos, destacam-se duas alterações. Aquelas vivendas e apartamentos que não eram taxados, por estarem orçados em menos de cinco milhões de kwanzas, vão passar a pagar. Sobre isso, Paulo de Carvalho, que esteve presente na plenária que aprovou a proposta de lei, garantiu que o valor não será alto, devendo tratar-se de um valor irrisório, a ser pago anualmente.

Os prédios, vivendas e apartamentos cujo valor estejam acima dos cinco milhões de kwanzas vão ver os valores, até aqui pagos, reduzidos. A título de exemplo, o também académico esclareceu que um imóvel que custe mais de cinco milhões vai pagar cinco mil kwanzas por ano, e os orçados em dez milhões e que actualmente pagam 50 mil kwanzas, vão passar a pagar a metade deste valor.

Se o imóvel estiver avaliado em 20 milhões de kwanzas, cujos proprietários pagam actualmente 100 mil, com a nova lei, passarão a pagar 75 mil kwanzas, adiantou Paulo de Carvalho. Vera Daves esclareceu que, com essa proposta de diploma e outras já apresentadas, pretende-se alargar a base tributária e potenciar a receita não petrolífera. A Proposta de Lei que aprova o Código de Imposto Predial foi aprovada, ontem, na generalidade, com 175 votos a favor, nenhum contra e sete abstenções. A mesma vai à discussão na especialidade.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Aumenta a prática de exercícios físicos

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

Texto: Manuela Gomes

Os longos dias de confinamento social têm sido, para alguns, momentos de agústia, mas para outros de diversão. Há quem aproveita para passar mais tempo com a família, descobrir e aprender coisas novas e até mesmo dedicar-se às actividades que estimulam a mente e o corpo.

Na centralidade do Kilamba, muitos moradores aproveitam o dia com a prática de exercícios físicos, com maior frequência em quase todas as ruas, pátios e campos desportivos. No período das 6 às 8h00, assiste-se a um movimento sem igual de pessoas, entre adolescentes, jovens, adultos e até mesmo idosos, a realizarem exercícios físicos para manterem a boa forma. Muitos também o fazem por recomendação médica. O cenário repete-se das 16 às 19h00.

Eric Semedo vive no Kilamba há cinco anos. À reportagem do Jornal de Angola conta que, mesmo antes de viver naquela centralidade, sempre fez exercícios físicos.

“No bairro onde vivi já frequentava um ginásio para manter a forma física e, acima de tudo, a preservar a saúde”, disse.

A exemplo de Eric, Ernesto Simbovale, desde as primeiras horas da manhã, percorre cerca de três quilómetros. “Todos os dias, saio de casa às 6 horas para caminhar e regresso às 7h30 para fazer os exercícios físicos, antes de ir trabalhar. Confesso que, durante o dia, me sinto muito bem por conta disso”, reconheceu.

Um facto curioso e não muito comum no Kilamba é a prática de exercícios em grupos. Muitas famílias, entre adultos e crianças, preenchem os passeios, a beira das estradas, fazendo longos percursos a pé.

Eufrásio Delgado conta que a ideia surgiu desde os primeiros dias em que foi decretado o Estado de Emergência. “Inicialmente, eu e minha esposa fazíamos caminhadas, mas depois decidimos incluir,

também, as crianças que, devido a pandemia da Covid-19, estão mais tempo em casa”, explicou.

A família Timóteo também é um exemplo. Todos os dias saem, em companhia de mais pessoas, para percorrerem dois quilómetros. Fazem da prática de exercícios físicos um hábito que tem ajudado na união da família.

Inácio José tem 58 anos e, desde ano passado, descobriu que é hipertenso. Explica que não tinha o hábito de praticar exercícios físicos, mas, por recomendação médica, passou a dedicar-se a essa rotina.

Tal como Inácio José, Hélder Bernardo também padece de hipotensão. “Vivo há dois anos com problema de pressão arterial acima do normal e, em determinados momentos, sinto fortes tonturas. Após alguns exames médicos, aconselharam-me, além da medicação, a caminhar bastante”.

Muitos temem andar até tarde, pois algumas avenidas ainda continuam sem iluminação pública.

6.2 Ocupantes ilegais de casas no Capari vão ser punidos

Jornal de Angola

1 De Maio de 2020

Texto: Alfredo Ferreira

A subprocuradora-geral da República titular da província do Bengo garantiu, ontem, em Caxito, que quem ocupar imóveis ilegalmente e se arroga ser sua pertença será punido com prisão correcional.

Carla Patrícia Correia falava à imprensa a propósito da ocupação ilegal de 150 apartamentos, ocorrida na semana passada no projecto habitacional do Capari, município do Dande.

A magistrada revelou, ainda, que os supostos invasores podem responder pelo crime de usurpação de imóvel, caso se venha a confirmar o acto reprovável, tendo já sido notificados para o efeito.

Caso seja comprovado e haja matéria suficiente, segundo a magistrada, os invasores podem estar implicados no crime de extorsão de imóvel punível no artigo 445º do Código Penal, cuja pena a aplicar vai até dois anos de prisão correcional.

Na ocasião, a subprocuradora apelou aos supostos ocupantes que “cada um fizesse a sua parte porque existe a consciência de que a ocupação é ilegal”, seja um ano ou meses.

Quanto às obras feitas por estes ilegais, indicou que de forma consciente, eles sabem que o Estado não pode ressarcir os valores por se tratar de uma ilegalidade.

Os apartamentos arrombados, desocupados e vandalizados na Centralidade do Capari, município do Dande, foram ocupados de forma ilegal, na sua maioria por pessoas que sonham ter casa própria.

Grande parte dos funcionários públicos, privados e estudantes de Caxito tem residência na capital do país, o que preocupa as autoridades sanitárias durante a pandemia.

A Centralidade do Capari foi concluída, a primeira fase, em 2016 e tem 4.600 apartamentos do tipo T3, dos quais cerca 1.600 encontram-se habitados.

6.3 Governador promete medidas contra empresas incumpridoras

Jornal de Angola
4 De Maio de 2020
Texto: João Upale

O governador provincial do Namibe, Archer Mangureira, promete tomar medidas rígidas contra os empreiteiros que não cumpriram as cláusulas contratuais vigentes nos cadernos de encargo e também os que não obedeceram aos prazos de execução dos projectos.

O governante, que falava no final de uma visita efectuada à sede municipal da Bibala, fez alusão mordente aos projectos sociais, como o Programa de 200 Fogos Habitacionais, as obras de construção de infra-estruturas residenciais e hospitalares pelas empresas Cardis, Promatec e a Lei Juca, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

As obras, cuja execução física está aquém das percentagens pagas pelo Governo, foram adjudicadas em 2016, 2017 e 2018, e já deveriam estar concluídas conforme as cláusulas contratuais. “Os empreiteiros têm de ser responsabilizados pelos incumprimentos dos prazos contratuais”, disse o governador. Archer Mangureira lamentou por alguns empreendimentos na província, da responsabilidade do Executivo, terem sido concluídos e estarem abandonados, e vários em estado avançado de degradação.

“Não há nenhuma consolidação orçamental que regista esse tipo de gestão. Não podemos testemunhar a degradação de infra-estruturas e a má gestão dos nossos investimentos”, disse. Quanto à melhoria da rede viária, Archer Mangureira entende

que, primeiro tem de se informar os ministérios das Obras Públicas e o das Finanças sobre o enquadramento que deve ser feito em função do Orçamento que deverá ser revisto, em face da situação que o país atravessa.

“Tão logo tenhamos resposta sobre os projectos que vão manter no Orçamento revisto, vamos partilhar a informação com a imprensa e com o público do Namibe”, asseverou.

6.4 Executivo prevê manter programa de habitação

Jornal de Angola
5 De Maio de 2020
Texto: Ana Paulo

O Executivo vai dar continuidade ao Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, com a disponibilização de terrenos infra-estruturados e legalizados para as famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto-construção dirigida, garantiu hoje o ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

Manuel Nunes Júnior falava na cerimónia de passagem de pastas da antiga ministra do Ordenamento do Território, Ana Paulo de Carvalho, para o ministro da Construção e Ordenamento do Território e Habitação, Manuel Tavares de Almeida, no quadro da remodelação efectuada recentemente pelo Presidente da República.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica defendeu que cada município deve ter o seu plano director, para que todos estejam em perfeita harmonia com o Plano de Desenvolvimento Nacional.

Manuel Nunes Júnior reconheceu ser necessário concluir os trabalhos já iniciados de elaboração dos principais instrumentos de planeamento territorial, urbanístico e rural ao nível provincial e municipal, em particular os planos directores dos municípios. Para o ministro de Estado para a Coordenação Económica, essa é uma forma mais rápida e menos custosa de resolver os grandes problemas de habitação do país, associando as finanças do Estado ao espírito empreendedor e à capacidade de iniciativa e de realização dos cidadãos e das famílias

"Com o Plano Director, o nosso desenvolvimento será mais rápido, eficaz e com ganhos de economias de escala", reconheceu Manuel Nunes Júnior.

O ministro de Estado assegurou que o Executivo tudo fará para que esta estratégia continue, tendo em conta a importância das estradas, sobretudo, das secundárias e terciárias no processo de aumento da produção nacional.

"Estas medidas são apenas das muitas tarefas que o Executivo terá pela frente, embora haja muitos trabalhos feitos nestes domínios", reforçou Manuel Nunes Júnior.

Segundo o ministro de Estado, apesar das fortes restrições financeiras que o país vive, os principais projectos de construção e reabilitação de estradas e edifícios públicos têm seguido o seu curso.

Contudo, acrescentou, o aumento da produção nacional deve ser o foco da governação, porque só assim Angola poderá mudar, em termos definitivos, a estrutura da economia, que continua ainda muito dependente do sector petrolífero.

Projectos estratégicos

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, disse que a actual direcção dará continuidade aos projectos estratégicos e daqueles programas que já têm financiamento assegurado e em bom grau de execução.

Integram a direcção do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território o secretário de Estado para as Obras Públicas, Carlos Santos, e a ministra cessante Ana Paula de Carvalho, que agora ocupa o cargo de secretária de Estado para o Ordenamento do Território

Com a nova missão atribuída, Ana Paula de Carvalho garantiu dar maior apoio, cumprindo com as metas estabelecidas no PND 2018-2022. Disse que pretende levar às províncias a habitação e instrumentos do Ordenamento do Território, o Programa "Minha Terra", projecto destinado à legalização de terrenos em áreas rurais para cidadãos com menos posses, bem como infra-estruturas urbanas e outras tarefas mais.

O Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território resulta da fusão dos ministérios da Construção e Obras Públicas e do Ordenamento do Território e Habitação, no quadro da remodelação governamental.

6.5 Moradores terão mais tempo para pagar as novas casas

Jornal Expansão

8 De Maio de 2020

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) vai uniformizar o período de pagamento das habitações do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, passando todas para uma maturidade de 30 anos, acabando assim com os diferentes tempos de amortização existentes entre centralidades e regiões do País.

Esta medida vai permitir que todas as habitações das centralidades adquiridas em regime de propriedade resolúvel sejam pagas em mais tempo, contrariamente ao que acontece actualmente, com alguns contratos a preverem o pagamento em 15 anos e outros em 20.

"O objectivo é desafogar o cidadão olhando para a actual situação económica do País, explicou fonte do Expansão. Entre os objectivos do alargamento do período de pagamento das habitações estão também a redução do incumprimento do pagamento das prestação mensais e a necessidade de tornar estes projectos auto-sustentáveis.

"É preciso fazer com que os cidadãos cumpram com os pagamentos. Muitos quando adquiriram as casas estavam em situação económica diferente de hoje. Com a redução do valor da prestação mensal o cidadão terá melhores condições de pagar. E mais do que isso, é preciso quer estes projectos sejam auto-sustentáveis. Não podemos estar sempre a por a responsabilidade ao Estado", disse a mesma fonte.

No entanto, ainda se desconhece como será o processo. Ou seja, se os moradores serão contactados ou se vai ser um processo automático dando apenas a conhecer ao cidadão o valor da prestação a ser paga futuramente

"O Fundo está a trabalhar no processo, rever contratos, actualizar softwares, e assim que tudo estiver concretizado será divulgado publicamente", concluiu a fonte do Expansão.

Esta situação que agrada aos moradores das centralidades como Emanuela Pedro, que vive no Kilamba desde 2013. "Seria bom isto acontecer. Porque quando compramos às casas impuseram-nos muitas condições que foram aceites só porque precisávamos mesmo de ter casa. Já negociamos com a Imogestin alguma coisa, e se agora alargar o tempo de pagamento vai facilitar muito a nossa vida", disse esta moradora

De fora deste processo ficam os moradores da primeira fase da centralidade Vida Pacífica, também conhecida por Zango 0, porque esta zona continua nas mãos da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), que faz parte das empresas do grupo Sonangol a serem privatizadas.

Faustino Diogo

6.6 Realojadas mais de 15 famílias vítimas de enxurradas

13 De Maio, 2020

Texto: André Brandão

A Administração Municipal de Cazengo, província do Cuanza-Norte, começa a realojar, a partir de sexta-feira, no sector da Quirima do Meio, em N'Dalatando, mais 15 famílias afectadas pelas chuvas, que se vão juntar a outras oito já reassentadas no local, informou à imprensa o administrador municipal, Malundo Catessano, à margem de uma visita de deputados da Assembleia Nacional.

As famílias que estão a ser realojadas viviam no bairro Sambizanga, em N'Dalatan-do, uma zona considerada de alto risco pelos Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O sector da Quirima do Meio, situado à beira da Estrada Nacional 230, possui 40 casas que estão a ser reabilitadas pelo governo da província. No local, a energia eléctrica é produzida por gerador, e a água é fornecida através de um reservatório. Os habitantes da localidade queixam-se da falta de posto médico, escola do segundo ciclo, mercado e meios de transporte.

Uma delegação de deputados do MPLA, do círculo provincial do Cuanza-Norte, visitou o local de reassentamento para constar as condições criadas pelas autoridades locais para as populações desabrigadas pelas enxurradas.

6.7 Cobrança do imposto predial vai passar para os municípios

Jornal de Angola

23 De Maio de 2020

Texto: César Esteves

A competência para a cobrança do imposto predial passará a ser da responsabilidade das administrações municipais e será feita através de um canal que vai integrar os sistemas de gestão da Administração Geral Tributária (AGT) e do Registo de Imóveis do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pela ministra da Finanças, Vera Daves, quando apresentava, na Assembleia Nacional, a Proposta de Lei que Aprova o Código de Imposto Predial, instrumento legal sobre o qual depende a materialização desta pretensão. A ministra esclareceu que, com isso, não será mais necessário as pessoas recorrerem à AGT para efectuar o pagamento destes impostos. "Nas administrações municipais, pela via da ligação com o portal que lá tenha, vai ser possível cumprir essa prestação", esclareceu.

Com isso, disse Vera Daves, pretende-se desmaterializar os serviços, torná-lo mais electrónico e permitir a partilha de dados, de informações e otimizar a cobrança de impostos. Do valor a ser arrecadado pelas administrações municipais, esclareceu, vai ser subtraído a parte que lhes cabe por direito, nos termos da lei.

Ao propor-se à aprovação da referida lei, que vem alterar a anterior, com 50 anos de existência, pretende-se, segundo a ministra, alinhá-la ao momento económico e social que o país vive. Outras novidades que este instrumento legal traz é o pagamento de imposto pelos terrenos, quer seja para fim agrícola quer para construção de moradias ou os que se encontram inutilizados.

Os terrenos nestas condições estavam isentos de pagamento de imposto. A ministra salientou que a ideia é sinalizar, a quem detém património, de que se precisa de todos neste momento em que os esforços devem estar unidos, para permitir o crescimento da economia. "Precisamos do esforço de todos", realçou. Quem não tiver capacidade para pagar os impostos, prosseguiu a governante, deve arrendar ou vender a quem o tenha, para permitir que haja transacções neste domínio. Isso, disse, vai incentivar a produção nacional, o surgimento de instalações comerciais e a criação de empregos.

“É a nossa contribuição para fazer a economia mexer”, destacou. Em declarações ao Jornal de Angola, Paulo de Carvalho, deputado do Grupo Parlamentar do MPLA, considerou a medida pertinente, na medida em que surge para obrigar os proprietários das parcelas de terra a darem às mesmas a devida utilidade. “Pode não ser favorável ao proprietário, mas à sociedade o será”, considerou.

Em relação aos prédios urbanos, destacam-se duas alterações. Aquelas vivendas e apartamentos que não eram taxados, por estarem orçados em menos de cinco milhões de kwanzas, vão passar a pagar. Sobre isso, Paulo de Carvalho, que esteve presente na plenária que aprovou a proposta de lei, garantiu que o valor não será alto, devendo tratar-se de um valor irrisório, a ser pago anualmente.

Os prédios, vivendas e apartamentos cujo valor estejam acima dos cinco milhões de kwanzas vão ver os valores, até aqui pagos, reduzidos. A título de exemplo, o também académico esclareceu que um imóvel que custe mais de cinco milhões vai pagar cinco mil kwanzas por ano, e os orçados em dez milhões e que actualmente pagam 50 mil kwanzas, vão passar a pagar a metade deste valor.

Se o imóvel estiver avaliado em 20 milhões de kwanzas, cujos proprietários pagam actualmente 100 mil, com a nova lei, passarão a pagar 75 mil kwanzas, adiantou Paulo de Carvalho. Vera Daves esclareceu que, com essa proposta de diploma e outras já apresentadas, pretende-se alargar a base tributária e potenciar a receita não petrolífera. A Proposta de Lei que aprova o Código de Imposto Predial foi aprovada, ontem, na generalidade, com 175 votos a favor, nenhum contra e sete abstenções. A mesma vai à discussão na especialidade.

6.8 30 Anos para o pagamento de casas nas centralidades

Jornal de Angola
27 De Maio de 2020

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) uniformizou o período de pagamento das prestações dos beneficiários das centralidades habitacionais no país, que permite o alargamento do prazo para 30 anos ou equivalente a 360 prestações.

Antes dessa medida, os prazos variavam entre 15 e 20 anos e as prestações mensais também eram variáveis.

De acordo com um comunicado de imprensa do Ministério das Finanças, esta uniformização decorre ao abrigo dos respectivos contratos de compra e

venda com propriedade resolúvel, devendo os beneficiários, que rubricaram inicialmente contratos com o extinto Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH) e com as imobiliárias Sonip e Kora solicitar, por escrito, a alteração das cláusulas contratuais.

A nota salienta que esta medida tem como objectivo facilitar a vida a todos os beneficiários com contrato de promessa de compra e venda, na modalidade de propriedade resolúvel, que têm assim a vantagem de sofrer uma redução das suas prestações e, com isso, ajustar a taxa de esforço às actuais condições sociais e económicas do país.

A instituição manifesta-se disponível ao diálogo com os beneficiários, que registem atrasos no pagamento das suas prestações, por se encontrarem em dificuldades.

“A estes, recomenda-se o contacto directo com o Fundo de Fomento Habitacional para regularização da sua situação, sob pena de esta instituição accionar os mecanismos sancionatórios previstos nos contratos e legislação aplicável”, avisam as autoridades, encorajando o cumprimento das obrigações contratuais e fiscais que incidem sobre o património.

O Fundo de Fomento Habitacional é uma instituição pública, sob tutela do Ministério das Finanças e o das Obras Públicas e Ordenamento do Território, cuja actuação tem como foco o fomento habitacional “de forma ágil, eficiente e transparente, com o objectivo de assegurar rigidez e confiabilidade ao sistema de propriedade resolúvel e o fomento do parque habitacional do Estado”.

Reacções

Carolina Alexandre, moradora do KK 5000, considera o alargamento dos prazos de pagamento das prestações “uma boa medida”, que vai permitir às famílias gerir melhor as contas mensais e aplicar o dinheiro resultante da redução das prestações em outros projectos económicos e sociais.

Sílvia Massoxi, que mora na centralidade do Kilamba, diz-se satisfeita com a redução, mas ao mesmo tempo preocupada com o facto de o Estado não criar serviços de proximidade que facilitem o cumprimento das obrigações mensais dos beneficiários de casas na modalidade de renda resolúvel.

6.9 Administração vai tomar medidas

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

“ Se, a dada altura, o Governo tinha capacidade financeira para resolver estes assuntos, agora as condições deixaram de existir”, releva o administrador municipal de Talatona que entende que estão diante de uma situação que os obriga a recorrer às leis e rever os procedimentos que tinham no passado.

Por isso, os munícipes estão a ser sensibilizados a abandonar tais áreas, “ os que mostrarem alguma resistência vão ser penalizados”, avisa o administrador municipal de Talatona que acredita que alguns munícipes já compreenderam o trabalho da instituição e de forma voluntária estão a abandonar as casas.

Ermelindo Pereira informou que tiveram o cuidado de notificar os proprietários das residências para que apresentassem os documentos que sustentam a legalidade das mesmas,” infelizmente até agora ninguém conseguiu apresentar. Foi dado um período de tempo às pessoas para arranjar outros sítios para morar”, disse o responsável que adiantou que os moradores a desalojar podem contar com o apoio da administração para fazer a transportação dos seus bens.

Ermelindo Pereira avançou que vão procurar defender o maior número possível de famílias e, caso se verifique um erro da administração, vão assumir as responsabilidades, começando por analisar em que circunstância, algum administrador emitiu um documento que autorizou a construção, sabendo que existem regras a cumprir quando se faz esse tipo de loteamento.

O administrador municipal de Talatona disse ainda que foram feitas muitas construções, por cima de montes, valas de drenagem e bacias de retenção de águas pluviométricas. “ Este ano, houve uma das piores cargas pluviométricas na província de Luanda, várias famílias foram afectadas e assistidas. Se fizemos isto hoje, não pretendemos fazer nos próximos anos e tudo deve ser programado”, salientou para justificar que não podem manter as pessoas em zonas de risco.

Questionado se a demolição ou retirada dos munícipes nesses locais vai facilitar o curso normal da água, Ermelindo Pereira respondeu que a água tem de passar de qualquer lado. “ Daí que os implicados tenham de sair para avançar com o processo. Já que a

vala faz o escoamento das águas que vêm das áreas do Kilamba Kiaxi, Sapú, Urbanização Nova Vida, Lar do Patriota, Benfica, entre outros pontos e vai desembocar na Ilha do Mussulo”, detalha.

Ermelindo Pereira disse que se interroga sobre onde esteve a administração quando as casas foram construídas. “Antes da administração, está a consciência de cada um. Uma vala de drenagem é um bem comum, todos sabem disso e é indiscutível. Independentemente da fiscalização estar atenta ou não, as pessoas devem ter a consciência que ali não é lugar para se construir”, afirma.

6.10 Moradores intimados a abandonar casas construídas em zonas de risco

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

Texto: Arcângela Rodrigues

Os moradores dos bairros Nandó e Farmácia, no Distrito Urbano da Cidade Universitária, no município de Talatona, que construíram casas ao longo da vala de drenagem do rio Cambamba, foram intimados a abandonar a zona pela administração municipal.

Os visados alegam que não vão sair dali, enquanto a administração local ou os órgãos competentes não os indemnizar. De acordo com depoimentos recolhidos, a administração municipal estabeleceu um período para os habitantes deixarem o local, uma decisão que não agrada a todos, razão pela qual pedem mais flexibilidade, porque não têm condições financeiras para procurar outro sítio para morar.

Gombo Teresa Manuel, 56 anos, viu duas filhas morrer, depois que a sua casa desabou, no bairro da Farmácia, na última chuva que a capital registou, no mês de Abril. Agora a viver ao relento, a mulher recordou os momentos de desespero que viveu, quando as duas filhas ficaram embaixo dos escombros, apesar do trabalho árduo dos vizinhos, ambas foram encontradas já sem vida.

Gombo Manuel garante que está de mãos atadas, não tem onde ir e a administração local pede-lhe para sair. “ Eu e a minha família, vamos permanecer nestas condições até que administração nos dê um sítio para morar”, argumentou. Questionada se tem algum documento que prove a legalidade da construção de sua casa, a mais velha não respondeu. Também moradora, no bairro da Farmácia, Rebeca Manuel é da mesma opinião que os seus vizinhos. Sem ser

indemnizada pela administração do município ou órgãos competentes não vai arredar o pé daquela zona. A jovem de 36 anos diz não acreditar que foram notificados para sair sem receberem o devido apoio do Estado. “Sei que o Estado é pessoa de bem, ainda me resta alguma esperança, podemos chegar a um entendimento, independentemente do estatuto legal das casas, na rua não vão nos deixar”, finaliza confiante.

No “Nandó” moradores igualmente na corda bamba

João Segunda Florentino, morador há 17 anos, no bairro Nandó, disse à reportagem do Jornal de Angola que, se não for indemnizado, também não vai abandonar a sua casa. Apesar de reconhecer que construiu próximo da vala de drenagem e saber dos riscos que enfrenta em tempo de chuva, o senhor de 48 anos explicou que, quando foi para ali viver não ocorriam inundações, nem as casas desabavam. Acrescentou que os problemas surgiram à medida que o bairro foi crescendo e se tiveram de tirar alguém, que sejam as pessoas que causaram esses estragos.

Para João Florentino a decisão da administração “é justa”, pois durante anos nunca foi interpelado pela referida instituição a dar-lhe conta de que estava numa zona de risco.

6.11 Práticas a serem desencorajadas

Jornal de Angola
28 De Maio de 2020

A nível do município de Talatona são encontrados muitos espaços que não estão sobre os cuidados dos proprietários. Cidadãos que, na altura compraram ou venderam os terrenos, colocaram outras pessoas a guardá-los.

“Queremos desencorajar tais práticas e pedimos aos proprietários que ocupem estes espaços, face às denúncias que diariamente chegam à administração e dão conta que as pessoas que lá estão têm praticado actos de vandalismo e desordem pública”, informou.

Acrescentando que os proprietários vão ser penalizados, pois, deixam as famílias em condições precárias e ficam sem saber quem de facto lá mora. Citou o exemplo da senhora que morreu recentemente no parto de gémeos. “A administração, tão logo se apercebeu da situação colocou a família sob os seus cuidados, realizou o funeral, também receberam apoios da sociedade civil, diferentes instituições e associações.

Ermelindo Pereira salientou que a família morava no quintal de alguém que os deixou a controlar e, até o dia do funeral, não apareceu para prestar a sua solidariedade.

Outros pontos críticos

O administrador municipal de Talatona destacou que, além da Cidade Universitária existem outros pontos críticos, como o condomínio Vereda das Flores que foi construído numa zona de passagem de água e em época de chuva tem problemas de inundação.

Ermelindo Pereira explicou que não foram respeitadas as regras de construção. Assim, para se evitar mais problemas vão ser suspensas a emissão de licenças de obra, cujas casas estejam próximo de uma vala de drenagem ou se estiverem a ser construídas sem licença.

Sobre o que deve ser feito no condomínio Vereda das Flores, o administrador de Talatona, explicou que é necessário uma intervenção profunda de engenharia e isso ultrapassa a capacidade financeira da instituição que dirige.

No âmbito do programa de macrodrenagem a nível da província de Luanda, consta a intervenção no condomínio Vereda das Flores. Como poderá ser executado o trabalho, ainda não sabe. “A não ser que, os responsáveis do condomínio façam um outro investimento, uma vez que construíram por conta e risco próprio.

Penso que quando apresentaram o projecto a administração com certeza tiveram a participação de um engenheiro, topógrafo e geólogo, estes com certeza tiveram em conta estes aspectos e construíram à risca. Seguramente fizeram numa altura em que defronte ao condomínio não havia construções. Mas, a posterior os que tinham terrenos começaram a construir, bloquearam as valas de drenagem, esqueceram dos prejuízos que podiam resultar e todos acabam por sofrer”, descreve. O mesmo acontece com o Estádio 11 de Novembro. Neste momento está a ser feita uma intervenção, cujos trabalhos são da responsabilidade de uma empresa parceira do município e que poderá ajudar o referido empreendimento.

A frente do hotel Victoria Garden, a história repete-se, a Via Expressa Fidel de Castro também foi construída por cima desta bacia de retenção de água. “Isto significa que, tanto do lado da Centralidade do Kilamba como do hotel vão sempre ocorrer inundações.

Denúncias e acusações

Vários moradores acusam os fiscais de lhes ter facultado documentos para construir, por isso o administrador municipal pede que os denunciem para que sejam responsabilizados pelos seus actos. “Sabemos que isso transformou-se num negócio, inclusive há relatos que há moradores que têm os seus terrenos nas áreas do Zango, Kikuxi, Belas e do Bitá. Mas, preferem alugar os espaços na margem do rio, deixando as pessoas em risco”, revelou, realçando que alguns optam por passar o dia todo ali e no período da noite regressam às localidades onde saíram.

O administrador municipal de Talatona disse que as pessoas aproveitam-se da fragilidade do Estado, porquanto sabem que são indemnizados quando são retirados dessas áreas. Recebem os terrenos ou casas, as vendem e voltam para os espaços construídos na margem do rio ou onde residiam anteriormente, até conseguir uma outra casa.

Ermelindo Pereira apontou como exemplo o bairro da Farmácia, localizado na Cidade Universitária, em que cidadãos provenientes da República Democrática do Congo instalaram-se naquela região, ocuparam vários terrenos ao longo da vala de drenagem, arrendaram estes espaços e compram outros fora da localidade.

Também na zona do Benfica alguns cidadãos continuam a desrespeitar as regras da natureza. Em consequência da chuva, muitos viram os seus eletrodomésticos serem arrastados pela água. “Os jovens na ânsia de reavê-los, mergulharam entre a ponte da Urbanização Nova Vida e do Talatona, na zona do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), três acabaram por perder a vida”, recorda Ermelindo Pereira.

Mais de mil famílias afectadas

A nível do município de Talatona são encontrados muitos espaços que não estão sobre os cuidados dos proprietários. Cidadãos que, na altura compraram ou venderam os terrenos, colocaram outras pessoas a guardá-los.

“Queremos desencorajar tais práticas e pedimos aos proprietários que ocupem estes espaços, face às denúncias que diariamente chegam à administração e dão conta que as pessoas que lá estão têm praticado actos de vandalismo e desordem pública”, informou.

Acrescentando que os proprietários vão ser penalizados, pois, deixam as famílias em condições precárias e ficam sem saber quem de facto lá mora. Citou o exemplo da senhora que morreu

recentemente no parto de gémeos. “A administração, tão logo se apercebeu da situação colocou a família sob os seus cuidados, realizou os funerais, também receberam apoios da sociedade civil, diferentes instituições e associações.

Ermelindo Pereira salientou que a família morava no quintal de alguém que os deixou a controlar e, até o dia do funeral, não apareceu para prestar a sua solidariedade.

Mais de mil famílias afectadas

O administrador municipal de Talatona, Ermelindo Pereira informou que por causa de duas famílias que construíram por cima do curso do rio Cambamba, localizado na Cidade Universitária, as casas de cerca de mil famílias ficaram inundadas e desabaram. Três pessoas morreram.

Ermelindo Pereira avançou que pelos constrangimentos graves que a situação criou à toda população, nem os infractores conseguiram ficar dentro de suas casas, pois estas também desabaram. O administrador municipal de Talatona revelou que, quando ocorreram os infortúnios, a primeira medida tomada foi verificar os danos causados pela chuva, acolher as famílias, em segurança, numa determinada escola e realizar os funerais das três vítimas mortais. “À medida que a administração realizava a intervenção no local, o nível de água foi baixando e os moradores regressavam às suas casas”, explica Ermelindo Pereira que adiantou que foram encontrados muitos escombros, casebres de chapa, construções inacabadas e abandonadas. “O que levou a administração municipal a fazer demolições de casebres de chapas, das obras inacabadas e abandonadas, para facilitar o escoamento das águas. Neste momento, os trabalhos estão a ser feitos na área da Cidade Universitária e planeamos concluir todo o traçado da vala de drenagem”, esclarece.

Portanto, prosseguiu a fonte, a situação é drástica e constitui um perigo eminente às pessoas que lá vivem. Hermelindo Pereira apela que todos devem procurar condições para se instalarem noutras zonas.

“Se não for a administração a tratar desta situação, será a natureza que, por se só, tratará de fazer a correcção do que devia ser feito. Grande parte dos moradores estão na condição de inquilinos, é necessário que deixem de alimentar os cidadãos que se aproveitam da fraca capacidade da fiscalização e constroem em zonas de risco”, desencorajou.

Desafios

Ermelindo Pereira reconheceu que tem um grande desafio pela frente e se o lema é “a vida faz-se nos

municípios”, significa melhoria das condições de vida dos cidadãos. E para melhor servi-los, consta da sua agenda de trabalho o melhoramento de vias de acesso, água potável, a energia eléctrica, transportes públicos, escolas, comércio, diversão, emprego e organização dos serviços de moto-táxis.

O administrador municipal de Talatona opinou que o Plano de Desenvolvimento Municipal é um instrumento fundamental para a execução destes projectos. Realçou que os sectores da agricultura e das pescas também são suas apostas. “Não sei se a nível do município já se faz sentir agricultura, existem muitas técnicas modernas e podemos recorrer a elas”, explica, avançando que quanto a pesca, têm um litoral muito extenso.

No que diz respeito ao turismo existem infra-estruturas de apoio aos sectores hoteleiros e de restauração que estão a funcionar. “Têm surgido diferentes unidades hoteleiras de boa qualidade e que, certamente, vão servir de alternativa para os turistas”, prevê. Ermelindo Pereira avançou que têm trabalhado com a polícia a nível do município, no sentido de garantir todo o conforto aos cidadãos e que o índice de criminalidade e de infracções no trânsito sejam relativamente baixos.

6.12 Fundo Habitacional vai responsabilizar faltosos, mas "esconde" valor da dívida

Jornal Expansão

29 De Maio de 2020

Texto: Faustino Diogo

Os moradores das centralidades que não têm os pagamentos em dia das habitações adquiridas à luz dos contratos de compra e venda, em regime de propriedade resolúvel, vão ser responsabilizados pelo Fundo de Fomento Habitacional, que decidiu alargar para 30 anos o período de pagamento.

De acordo com a instituição afecta ao Ministério das Finanças, os beneficiários que registem atrasos no pagamento das suas prestações, por se encontrem em dificuldades, podem optar pelo diálogo para uma resolução amigável da situação. Caso contrário, serão "accionados os mecanismos sancionatórios previstos nos contratos e legislação aplicável".

No entanto, o valor resultante da dívida dos moradores das centralidades construídas no País continua no segredo dos Deuses. Apesar das várias tentativas feitas pelo Expansão junto do Fundo de Fomento Habitacional, não foi possível apurar o montante em falta. Se antes a justificação era de que

estavam a trabalhar na base de dados, o silêncio passou a ser o caminho escolhido por esta instituição pública para não divulgar o valor da dívida em atraso.

O Expansão apurou que os funcionários públicos representam parte considerável do incumprimento no pagamento das casas das centralidades.

"A maioria das habitações pertence aos funcionários públicos, que têm sido contemplados pelas suas instituições. Sem medo de errar, posso afirmar que mais de metade da dívida é destes trabalhadores", disse a nossa fonte

"O problema está na forma de pagamento. A estes funcionários não é debitado directamente nos salários o valor da prestação mensal. E com base numa instrução que dão ao banco e a relação entre o fundo e o banco não tem funcionado como deveria", concluiu.

Para reduzir o nível de incumprimento, o Fundo de Fomento Habitacional aumentou o tempo de pagamento das casas para 30 anos. Ou seja, 360 mensalidades, uniformizando assim esta prática que não contemplava todos os cidadãos que adquiriram casas nas centralidades, no regime de propriedade resolúvel.

Todos os beneficiários das centralidades podem agora alterar os seus contratos e optar por estender o tempo de pagamento, o que irá permitir baixar o valor da prestação mensal. A alteração deve ser solicitada por escrito ao FFH.

"Esta medida do FFH visa facilitar todos os beneficiários com contrato promessa de compra e venda na modalidade de propriedade resolúvel que têm assim a vantagem de sofrer uma redução das suas prestações e com isso ajustar a sua taxa de esforço às actuais condições sociais e económicas do País", lê-se no comunicado publicado no site do Ministério das Finanças.

A alteração agrada aos moradores das centralidades, como Emanuela Pedro, que vive no Kilamba desde 2013.

"Seria bom isto acontecer. Porque, quando comprámos às casas, impuseram-nos muitas condições que foram aceites só porque precisávamos mesmo de ter casa. Já negociámos com a Imogestim alguma coisa, e se agora alargar o tempo de pagamento vai facilitar muito a nossa vida", disse a moradora.

7. TERRA

7.1 Lotes de terras para acudir populares em zonas de risco no Bengo

Jornal de Angola
7 De Maio de 2020
Texto: Alfredo Ferreira

Um programa de loteamento de terras, para acudir as populações que habitam em zonas de risco, na província do Bengo, vai ser executado nos próximos dias pelo Governo Provincial do Bengo, deu a conhecer, ontem, em Caxito, o vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas.

Agostinho da Silva disse que os terrenos estão localizados nos bairros da Boa Esperança II e devem comportar 300 lotes para acolher pessoas singulares que pretendem construir de forma organizada e as famílias que vivem em zonas de risco.

Agostinho da Silva informou que os loteamentos visam ajudar a ordenar o território, não só do município do Dande, onde ocorreram as últimas inundações, mas a província do Bengo no seu todo, para desencorajar as construções desordenadas e em zonas de risco, muito comum na região. O vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas anunciou que todos os sinistrados vão receber materiais de construção para erguerem as suas próprias casas e que as condições técnicas já estão criadas na localidade da Boa Esperança II, onde o fornecimento de energia eléctrica e água potável "já é uma realidade".

Das 542 famílias registadas da zona inundada da Quixala, 200 vão receber os lotes de terra, na zona da Boa Esperança II, nos próximos dias.

Apoios aos sinistrados

As populações da localidade de Quixala, vítimas das enchentes do rio Dande, receberam, ontem, bens alimentares, roupa usada, cobertores, coletes, recipientes plásticos, tendas e chapas de zinco, doados pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB).

O comandante nacional adjunto do Serviço de Protecção Civil, José Horácio, disse no acto de entrega do donativo, que os bens doados vão ajudar a população da localidade de Quixala a erguer residências quando receberem os lotes de terra para a construção definitiva.

7.2 Terrenos abandonados podem ser expropriados

Jornal de Angola
19 De Maio de 2020
Texto: Taquelino Figueiredo

Os proprietários de lotes de terrenos abandonados, na cidade de Mbanza Kongo, província do Zaire, têm 15 dias para darem o devido tratamento aos espaços, sob pena de reverterem a favor do Estado, alertou ontem o director municipal do Ambiente e Saneamento Básico, Pedro Divaika Tomás.

De acordo com o responsável, a Administração Municipal de Mbanza Kongo dá uma moratória de 15 dias para que os titulares desses terrenos realizem trabalhos de limpeza e possam dar bom proveito dos espaços.

Anunciou que a nível do casco urbano estão identificados 33 terrenos baldios, cujo levantamento, iniciado há uma semana, vai estender-se à zona periférica da cidade.

Segundo Pedro Divaika Tomás, a maioria dos proprietários desses terrenos baldios não os limpam, encontrando-se cobertos de capim e lixo. "Muitos adquiriram os lotes há cerca de 10 anos, pelo que deverão explicar as razões do abandono desses espaços e provar a sua titularidade", sublinhou.

Pedra Divaika Tomás disse que o abandono desses terrenos retira estética à cidade, provoca a proliferação de mosquitos, ratos e outros agentes causadores de diversas doenças, tais como malária e febre tifóide.

Um levantamento paralelo, segundo avançou o responsável, está a ser feito no sentido de identificar todas as residências sem casas de banho ou latrinas, tanto a nível do casco urbano, como nos bairros periféricos.

"Depois desse levantamento, vamos estabelecer um prazo para todas as residências construírem WC ou latrinas, sob pena dos seus proprietários serem multados de acordo com a Lei das Transgressões Administrativas", avisou Pedro Divaika Tomás.

Recolha de lixo

Quanto à recolha e gestão de resíduos sólidos em Mbanza Kongo, Divaika Tomás disse que o problema continua a preocupar os municípios, devido à inexistência de empresas vocacionadas ao tratamento do lixo, uma situação que se arrasta desde

Fevereiro de 2019, altura em que a operadora 1\0 Limpo deixou de prestar este serviço.

Para resolver o problema, Pedro Divaika Tomás anunciou que foi lançado um concurso público para a selecção de uma empresa de recolha e gestão de resíduos sólidos urbanos para a cidade de Mbanza Kongo.

7.3 Administração vai tomar medidas

Jornal de Angola
28 De Maio de 2020

“ Se, a dada altura, o Governo tinha capacidade financeira para resolver estes assuntos, agora as condições deixaram de existir”, releva o administrador municipal de Talatona que entende que estão diante de uma situação que os obriga a recorrer às leis e rever os procedimentos que tinham no passado.

Por isso, os municípios estão a ser sensibilizados a abandonar tais áreas, “ os que mostrarem alguma resistência vão ser penalizados”, avisa o administrador municipal de Talatona que acredita que alguns municípios já compreenderam o trabalho da instituição e de forma voluntária estão a abandonar as casas.

Ermelindo Pereira informou que tiveram o cuidado de notificar os proprietários das residências para que apresentassem os documentos que sustentam a legalidade das mesmas,” infelizmente até agora ninguém conseguiu apresentar. Foi dado um período de tempo às pessoas para arranjam outros sítios para morar”, disse o responsável que adiantou que os moradores a desalojar podem contar com o apoio da administração para fazer a transportação dos seus bens.

Ermelindo Pereira avançou que vão procurar defender o maior número possível de famílias e, caso se verifique um erro da administração, vão assumir as responsabilidades, começando por analisar em que circunstância, algum administrador emitiu um documento que autorizou a construção, sabendo que existem regras a cumprir quando se faz esse tipo de loteamento.

O administrador municipal de Talatona disse ainda que foram feitas muitas construções, por cima de montes, valas de drenagem e bacias de retenção de águas pluviométricas. “ Este ano, houve uma das piores cargas pluviométricas na província de Luanda, várias famílias foram afectadas e assistidas. Se

fizemos isto hoje, não pretendemos fazer nos próximos anos e tudo deve ser programado”, salientou para justificar que não podem manter as pessoas em zonas de risco.

Questionado se a demolição ou retirada dos municípios nesses locais vai facilitar o curso normal da água, Ermelindo Pereira respondeu que a água tem de passar de qualquer lado. “ Daí que os implicados tenham de sair para avançar com o processo. Já que a vala faz o escoamento das águas que vêm das áreas do Kilamba Kiaxi, Sapú, Urbanização Nova Vida, Lar do Patriota, Benfica, entre outros pontos e vai desembocar na Ilha do Mussulo”, detalha.

Ermelindo Pereira disse que se interroga sobre onde esteve a administração quando as casas foram construídas. “Antes da administração, está a consciência de cada um. Uma vala de drenagem é um bem comum, todos sabem disso e é indiscutível. Independentemente da fiscalização estar atenta ou não, as pessoas devem ter a consciência que ali não é lugar para se construir”, afirma.

7.4 Moradores intimados a abandonar casas construídas em zonas de risco

Jornal de Angola
28 De Maio de 2020
Texto: Arcângela Rodrigues

Os moradores dos bairros Nandó e Farmácia, no Distrito Urbano da Cidade Universitária, no município de Talatona, que construíram casas ao longo da vala de drenagem do rio Cambamba, foram intimados a abandonar a zona pela administração municipal.

Os visados alegam que não vão sair dali, enquanto a administração local ou os órgãos competentes não os indemnizar. De acordo com depoimentos recolhidos, a administração municipal estabeleceu um período para os habitantes deixarem o local, uma decisão que não agrada a todos, razão pela qual pedem mais flexibilidade, porque não têm condições financeiras para procurar outro sítio para morar.

Gombo Teresa Manuel, 56 anos, viu duas filhas morrer, depois que a sua casa desabou, no bairro da Farmácia, na última chuva que a capital registou, no mês de Abril. Agora a viver ao relento, a mulher recordou os momentos de desespero que viveu, quando as duas filhas ficaram embaixo dos escombros, apesar do trabalho árduo dos vizinhos, ambas foram encontradas já sem vida.

Gombo Manuel garante que está de mãos atadas, não tem onde ir e a administração local pede-lhe para sair. “Eu e a minha família, vamos permanecer nestas condições até que administração nos dê um sítio para morar”, argumentou. Questionada se tem algum documento que prove a legalidade da construção de sua casa, a mais velha não respondeu. Também moradora, no bairro da Farmácia, Rebeca Manuel é da mesma opinião que os seus vizinhos. Sem ser indemnizada pela administração do município ou órgãos competentes não vai arredar o pé daquela zona. A jovem de 36 anos diz não acreditar que foram notificados para sair sem receberem o devido apoio do Estado. “Sei que o Estado é pessoa de bem, ainda me resta alguma esperança, podemos chegar a um entendimento, independentemente do estatuto legal das casas, na rua não vão nos deixar”, finaliza confiante.

No “Nandó” moradores igualmente na corda bamba

João Segunda Florentino, morador há 17 anos, no bairro Nandó, disse à reportagem do Jornal de Angola que, se não for indemnizado, também não vai abandonar a sua casa. Apesar de reconhecer que construiu próximo da vala de drenagem e saber dos riscos que enfrenta em tempo de chuva, o senhor de 48 anos explicou que, quando foi para ali viver não ocorriam inundações, nem as casas desabavam. Acrescentou que os problemas surgiram à medida que o bairro foi crescendo e se tiverem de tirar alguém, que sejam as pessoas que causaram esses estragos.

Para João Florentino a decisão da administração “é justa”, pois durante anos nunca foi interpelado pela referida instituição a dar-lhe conta de que estava numa zona de risco.

7.5 Práticas a serem desencorajadas

Jornal de Angola
28 De Maio de 2020

A nível do município de Talatona são encontrados muitos espaços que não estão sobre os cuidados dos proprietários. Cidadãos que, na altura compraram ou venderam os terrenos, colocaram outras pessoas a guardá-los.

“Queremos desencorajar tais práticas e pedimos aos proprietários que ocupem estes espaços, face às denúncias que diariamente chegam à administração e dão conta que as pessoas que lá estão têm praticado actos de vandalismo e desordem pública”, informou.

Acrescentando que os proprietários vão ser penalizados, pois, deixam as famílias em condições

precárias e ficam sem saber quem de facto lá mora. Citou o exemplo da senhora que morreu recentemente no parto de gémeos. “A administração, tão logo se apercebeu da situação colocou a família sob os seus cuidados, realizou o funeral, também receberam apoios da sociedade civil, diferentes instituições e associações.

Ermelindo Pereira salientou que a família morava no quintal de alguém que os deixou a controlar e, até o dia do funeral, não apareceu para prestar a sua solidariedade.

Outros pontos críticos

O administrador municipal de Talatona destacou que, além da Cidade Universitária existem outros pontos críticos, como o condomínio Vereda das Flores que foi construído numa zona de passagem de água e em época de chuva tem problemas de inundação.

Ermelindo Pereira explicou que não foram respeitadas as regras de construção. Assim, para se evitar mais problemas vão ser suspensas a emissão de licenças de obra, cujas casas estejam próximo de uma vala de drenagem ou se estiverem a ser construídas sem licença.

Sobre o que deve ser feito no condomínio Vereda das Flores, o administrador de Talatona, explicou que é necessário uma intervenção profunda de engenharia e isso ultrapassa a capacidade financeira da instituição que dirige.

No âmbito do programa de macrodrenagem a nível da província de Luanda, consta a intervenção no condomínio Vereda das Flores. Como poderá ser executado o trabalho, ainda não sabe. “A não ser que, os responsáveis do condomínio façam um outro investimento, uma vez que construíram por conta e risco próprio.

Penso que quando apresentaram o projecto a administração com certeza tiveram a participação de um engenheiro, topógrafo e geólogo, estes com certeza tiveram em conta estes aspectos e construíram à risca. Seguramente fizeram numa altura em que defronte ao condomínio não havia construções. Mas, a posterior os que tinham terrenos começaram a construir, bloquearam as valas de drenagem, esqueceram dos prejuízos que podiam resultar e todos acabam por sofrer”, descreve. O mesmo acontece com o Estádio 11 de Novembro. Neste momento está a ser feita uma intervenção, cujos trabalhos são da responsabilidade de uma empresa parceira do município e que poderá ajudar o referido empreendimento.

A frente do hotel Victoria Garden, a história repete-se, a Via Expressa Fidel de Castro também foi construída por cima desta bacia de retenção de água. “Isto significa que, tanto do lado da Centralidade do Kilamba como do hotel vão sempre ocorrer inundações.

Denúncias e acusações

Vários moradores acusam os fiscais de lhes ter facultado documentos para construir, por isso o administrador municipal pede que os denunciem para que sejam responsabilizados pelos seus actos. “Sabemos que isso transformou-se num negócio, inclusive há relatos que há moradores que têm os seus terrenos nas áreas do Zango, Kikuxi, Belas e do Bitá. Mas, preferem alugar os espaços na margem do rio, deixando as pessoas em risco”, revelou, realçando que alguns optam por passar o dia todo ali e no período da noite regressam às localidades onde saíram.

O administrador municipal de Talatona disse que as pessoas aproveitam-se da fragilidade do Estado, porquanto sabem que são indemnizados quando são retirados dessas áreas. Recebem os terrenos ou casas, as vendem e voltam para os espaços construídos na margem do rio ou onde residiam anteriormente, até conseguir uma outra casa.

Ermelindo Pereira apontou como exemplo o bairro da Farmácia, localizado na Cidade Universitária, em que cidadãos provenientes da República Democrática do Congo instalaram-se naquela região, ocuparam vários terrenos ao longo da vala de drenagem, arrendaram estes espaços e compram outros fora da localidade.

Também na zona do Benfica alguns cidadãos continuam a desrespeitar as regras da natureza. Em consequência da chuva, muitos viram os seus eletrodomésticos serem arrastados pela água. “Os jovens na ânsia de reavê-los, mergulharam entre a ponte da Urbanização Nova Vida e do Talatona, na zona do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), três acabaram por perder a vida”, recorda Ermelindo Pereira.

Mais de mil famílias afectadas

A nível do município de Talatona são encontrados muitos espaços que não estão sobre os cuidados dos proprietários. Cidadãos que, na altura compraram ou venderam os terrenos, colocaram outras pessoas a guardá-los.

“Queremos desencorajar tais práticas e pedimos aos proprietários que ocupem estes espaços, face às denúncias que diariamente chegam à administração e

dão conta que as pessoas que lá estão têm praticado actos de vandalismo e desordem pública”, informou.

Acrescentando que os proprietários vão ser penalizados, pois, deixam as famílias em condições precárias e ficam sem saber quem de facto lá mora. Citou o exemplo da senhora que morreu recentemente no parto de gémeos. “A administração, tão logo se apercebeu da situação colocou a família sob os seus cuidados, realizou os funerais, também receberam apoios da sociedade civil, diferentes instituições e associações.

Ermelindo Pereira salientou que a família morava no quintal de alguém que os deixou a controlar e, até o dia do funeral, não apareceu para prestar a sua solidariedade.

Mais de mil famílias afectadas

O administrador municipal de Talatona, Ermelindo Pereira informou que por causa de duas famílias que construíram por cima do curso do rio Cambamba, localizado na Cidade Universitária, as casas de cerca de mil famílias ficaram inundadas e desabaram. Três pessoas morreram. Ermelindo Pereira avançou que pelos constrangimentos graves que a situação criou à toda população, nem os infractores conseguiram ficar dentro de suas casas, pois estas também desabaram. O administrador municipal de Talatona revelou que, quando ocorreram os infortúnios, a primeira medida tomada foi verificar os danos causados pela chuva, acolher as famílias, em segurança, numa determinada escola e realizar os funerais das três vítimas mortais.

“À medida que a administração realizava a intervenção no local, o nível de água foi baixando e os moradores regressavam às suas casas”, explica Ermelindo Pereira que adiantou que foram encontrados muitos escombros, casebres de chapa, construções inacabadas e abandonadas. “O que levou a administração municipal a fazer demolições de casebres de chapas, das obras inacabadas e abandonadas, para facilitar o escoamento das águas. Neste momento, os trabalhos estão a ser feitos na área da Cidade Universitária e planeamos concluir todo o traçado da vala de drenagem”, esclarece.

Portanto, prosseguiu a fonte, a situação é drástica e constitui um perigo eminente às pessoas que lá vivem. Hermelindo Pereira apela que todos devem procurar condições para se instalarem noutras zonas.

“Se não for a administração a tratar desta situação, será a natureza que, por se só, tratará de fazer a correcção do que devia ser feito. Grande parte dos moradores estão na condição de inquilinos, é necessário que deixem de alimentar os cidadãos que

se aproveitam da fraca capacidade da fiscalização e constroem em zonas de risco”, desencorajou.

Desafios

Ermelindo Pereira reconheceu que tem um grande desafio pela frente e se o lema é “a vida faz-se nos municípios”, significa melhoria das condições de vida dos cidadãos. E para melhor servi-los, consta da sua agenda de trabalho o melhoramento de vias de acesso, água potável, a energia eléctrica, transportes públicos, escolas, comércio, diversão, emprego e organização dos serviços de moto-táxis.

O administrador municipal de Talatona opinou que o Plano de Desenvolvimento Municipal é um instrumento fundamental para a execução destes projectos. Realçou que os sectores da agricultura e das pescas também são suas apostas. “Não sei se a nível do município já se faz sentir agricultura, existem muitas técnicas modernas e podemos recorrer a elas”, explica , avançando que quanto a pesca, têm um litoral muito extenso.

No que diz respeito ao turismo existem infra-estruturas de apoio aos sectores hoteleiros e de restauração que estão a funcionar. “ Têm surgido diferentes unidades hoteleiras de boa qualidade e que, certamente, vão servir de alternativa para os turistas”, prevê. Ermelindo Pereira avançou que têm trabalhado com a polícia a nível do município, no sentido de garantir todo o conforto aos cidadãos e que o índice de criminalidade e de infracções no trânsito sejam relativamente baixos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 População beneficia de motorizadas-cisterna

Jornal de Angola

4 De Maio de 2020

Texto: Válder Gomes

Os habitantes de algumas aldeias dos municípios de Mucaba, Damba, Bungo, Kimbele e Sanza Pombo, na província do Uíge, beneficiaram, ontem, de motorizadas-cisterna que vão abastecer de água potável à população.

As cisternas, com capacidade para mais de mil metros cúbicos, foram entregues pelo governo da província no quadro das medidas de prevenção contra a Covid-19 estabelecidas pelas autoridades sanitárias do país.

A par das cisternas entregues pelo governador do Uíge, Pinda Simão, durante uma visita de constatação das condições dos centros de quarentena, isolamento e tratamento que efectuou naqueles municípios, foram distribuídos alguns bens da cesta básica para as famílias vulneráveis, nomeadamente arroz, sal, sabão, detergentes, óleo alimentar e outros bens que visam minimizar a carência que a população enfrenta, sobretudo nesta fase do Estado de Emergência.

Os beneficiários manifestaram-se satisfeitos, tendo considerado o gesto como sendo louvável, visto que em várias aldeias onde os rios são distanciados, os habitantes enfrentam dificuldades para conseguir água e as motorizadas vão encurtar a distância, principalmente nesta fase em que as medidas de prevenção exigem a lavagem das mãos por várias vezes. O soba da localidade do Quicaticati II, no município de Mucaba, Sebastião Moniz, disse que a população está alertada e cumpre com as medidas de prevenção contra o novo coronavírus. “O Governo ajudou-nos bastante porque aqui os rios ficam muito longe e devemos lavar as mãos quantas vezes forem necessárias. A distribuição de água gratuita através das cisternas vai facilitar a vida dos habitantes”, disse.

Água, a dor de cabeça

Lufuankenda Odília, de 54 anos de idade, outra moradora no bairro 16, arredores do município da Damba, disse que a população naquele bairro sofre devido à falta de água potável, porque o furo artesiano que havia sido aberto na localidade nunca funcionou e os habitantes consomem água imprópria das cacimbas. “Estamos a cumprir o Estado de Emergência e as medidas de prevenção, mas a nossa

dor-de-cabeça é a falta de água, por isso, achamos que uma cisterna que nos foi dada é pouca, queremos que façam funcionar o sistema do furo artesiano para nos abastecer de água todos os dias”, explicou.

O presidente da Associação das Autoridades Tradicionais do município do Bungo, Gomes Caxito, afirmou que as autoridades tradicionais estão a desenvolver o apelo no seio da população sobre as medidas de prevenção, como está a ser recomendado. “Aqui nas localidades a população está a cumprir com as recomendações. Recebemos o sabão azul para lavar as mãos e todas as manhãs e todas as tardes apelamos à população para que lave as mãos com água e sabão, não abrace, não beije ou mantenha contacto com pessoas estranhas até quando a doença passar”, disse o soba grande. No fim da sua visita, o governador Pinda Simão assegurou que a província está preparada para prevenir ou combater eventuais casos de Covid-19 que possam surgir. As condições de quarentena institucional, domiciliar, tratamento e isolamento para eventuais doentes estão asseguradas em todos os municípios da província, disse.

“Os municípios estão preparados para prestar as primeiras assistências em caso de eventuais doentes, enquanto o Hospital Provincial está equipado para responder com maior eficácia no tratamento de qualquer caso”, assegurou. Pinda Simão exortou à população a cumprir na íntegra as medidas de prevenção estabelecidas pelas autoridades sanitárias para se evitar o surgimento de casos comunitários, visto que, nota-se ainda um significativo índice de desobediência, sobretudo nas ruas da periferia da cidade do Uíge, onde cidadãos levam as suas vidas como se nada estivesse a acontecer no país. Isto é muito negativo e deve ser contrariado porque o que está a ser exigido não é uma mera aventura, mas sim uma medida de intervenção para que entre a população não surjam casos de Covid-19.

O vírus não anda, as pessoas é que o levam

“As medidas adoptadas pelo Executivo estão a surtir bons resultados, por isso, devemos cumpri-las, evitando que haja contaminação comunitária. Não queremos continuar a ver cidadãos a não cumprirem com as medidas estabelecidas pelo Governo, por isso, apelo à toda a população a ficar em casa. O vírus não anda, quem anda são as pessoas e essas pessoas constituem o vector de transmissão do vírus uns aos outros. Para tal, a melhor forma de se prevenir é ficar em casa e evitar contacto com qualquer pessoa”, recomendou.

De realçar que na província do Uíge estão em quarentena institucional, no município da Damba, três cidadãos, dos quais dois provenientes da RDC e

um guineense, que já cumpriram o período de quarentena e aguardam nesta altura o resultado das amostras enviadas ao laboratório. A directora do Gabinete Provincial de Saúde no Uíge, Madalena Angelina Diogo, assegurou que “os cidadãos em causa não apresentam qualquer sintoma de doença, estão estáveis, apenas aguardam a confirmação do resultado das amostras”. “Estes indivíduos entraram em território nacional de forma ilegal, por isso, o processo segue os seus trâmites e, depois do resultado das amostras, serão repatriados compulsivamente para os seus países de origem”, esclareceu.

8.2 EPAL Agua imprópria para consumo

Jornal de Angola
5 De Maio de 2020

É grave, em tempo de confinamento, deixar centenas de consumidores sem água durante mais de um mês, como aconteceu em várias zonas do Distrito Urbano do bairro Nova Vida. Num primeiro momento, a Empresa Pública de Águas (EPAL) apontou como razões a rotura de um cabo de média dimensão. A reparação só aconteceu depois de várias reclamações, quase diárias, de consumidores agastados com a falta de água durante parte de Fevereiro e todo o mês de Março. Reposto o abastecimento, em Abril, a água que desde então jorra nas torneiras não é potável, cheira a barro e tem causado irritação na pele de quem a utiliza. A agência da EPAL já foi alertada, mas as soluções, estas, tardam a ser encontradas. Diante do risco das pessoas contraírem infecções mais graves, aqui fica o alerta.

8.3 Motorizadas cisternas reforçam distribuição

Jornal de Angola
8 De Maio de 2020

A distribuição de água potável ao nível do município do Cuvango, província da Huíla, está desde, ontem, reforçada após a recepção na circunscrição, de mais sete motorizadas cisternas que vão operar em bairros das comunas sede, Galangue e Vikungo.

A recepção das motorizadas, que se juntam a um universo de outras dez, foi presenciada pelo administrador municipal-adjunto, Virgílio Baptista Pereira, que reforçou a necessidade de se utilizar os bens em benefício da população nesse período de confinamento.

O abastecimento de água potável gratuita por moto-cisternas beneficia mais de 30 mil pessoas por dia naquela vila ribeirinha.

Virgílio Pereira recomendou que os quadros trabalhem em conjunto, no sentido de se dar outra dinâmica ao Cuvango, rumo ao seu desenvolvimento.

O município do Cuvango dista a 356 quilómetros a leste do Lubango, bem como na fronteira com a província do Cuando Cubango, através do município do Cushi.

8.4 Novo reservatório de água vai melhorar abastecimento a cerca de 10 mil pessoas

Jornal de Angola
11 De Maio de 2020
Texto: André Brandão

As obras de construção de um tanque, com capacidade para absorver 500 metros cúbicos de água, para o reaproveitamento do remanescente da fonte de Santa Isabel, em Ndalatando, vão reforçar o abastecimento de água a cerca de 10 mil habitantes nos bairros Miradouro, Catome de Cima e Baixo, São Filipe, Sassa e Quem me Ama.

Segundo o vice-governador provincial do Cuanza - Norte, para o sector Técnico e Infra-estrutura, Mendonça Luís, os trabalhos estão a ser executados pela empreiteira Odebrecht, cujas obras encontram-se em fase final.

Sem avançar o orçamento dos trabalhos, Mendonça Luís disse que o Governo local está a elaborar um projecto para a manutenção das fontes da Santa Isabel e Monte Redondo, para que possam fornecer água em grandes quantidades às populações locais. “Temos um défice muito grande de abastecimento de água potável na cidade de Ndalatando, pelo que os projectos de reaproveitamento da fonte da Santa Isabel está a ser executado também para o incremento dos níveis de fornecimento na época do Cacimbo, altura em que o caudal do rio Mucari baixar”, explicou.

Água milagrosa da Santa Isabel

A exploração da fonte de Santa Isabel começou em 1940. A água, neste local, era considerada milagrosa e com efeitos curativos. Gente de todo o Norte de Angola deslocava-se à antiga Vila Salazar para encher garrações ou beber tal a água, daí que foi feita uma captação para abastecer apenas os habitantes do casco urbano da cidade.

Alguns anos depois, nasceu o pequeno santuário de Santa Isabel. Foram erguidas pérgolas com buganvílias de flores roxas, brancas e cor de fogo.

Havia mesas e bancos de madeira para os peregrinos fazerem os seus piqueniques. Só mais tarde a água começou a ser engarrafada e vendida em todo o país.

A água de mesa Santa Isabel era considerada a melhor de Angola e a mais vendida, e sequer foi destronada por outra santa: Nossa Senhora do Monte, a puríssima água do Lubango que nos anos 60 até era exportada.

A fonte foi abandonada logo após a Independência Nacional, mas os moradores da Carreira de Tiro e de outros bairros de Ndalatando nunca abandonaram o minúsculo santuário de Santa Isabel. A imagem é pequena, simples, mas são visíveis as rosas vermelhas caídas do seu regaço. É uma alusão ao mais conhecido milagre da santa: o milagre das rosas.

Nascente da água

A Fonte Santa Isabel já teve os seus dias de glória. Está localizada na maior elevação da cidade de Ndalatando. Durante décadas deu de beber a todo o país. Há mais dois anos a fábrica encerrou e a água mineral Cristalis, vinda directamente da nascente, desapareceu do mercado. Dada a qualidade da água da nascente Santa Isabel, a produção da Cristalis está isenta de qualquer processo de tratamento laboratorial ou de químicos para a sua purificação. Localizada a quatro quilómetros da cidade de Ndalatando, num morro que tem 1400 metros de altitude, a Fonte Santa Isabel existe desde 1940. Segundo informações, debitava cinco litros de água por segundo. Nos dias sem nuvens nem Cacimbo, daquele miradouro natural vê-se toda a cidade e até os municípios vizinhos.

8.5 Distribuição de água aumenta rentabilidade

Jornal de Angola

13 De Maio de 2020

Texto: Venâncio Victor

Cerca de 54 milhões de kwanzas foram arrecadados, no I Trimestre, pela Empresa de Águas e Saneamento de Malanje (EASM), um aumento de dois por cento em relação a 2019.

A informação foi prestada à imprensa, pelo presidente do Conselho de Administração da instituição. Carlos João confirmou ser a facturação resultado da cobrança dos serviços prestados, que

variam numa média mensal entre 16 e 19 milhões de kwanzas.

O responsável explicou, por outro lado, que com estes valores tem sido possível realizar todas as operações da rede e garantir a sua manutenção para levar a água aos habitantes locais.

Anunciou que a Empresa de Águas de Malanje tem em carteira a realização de 12 mil novas ligações domiciliárias a partir de 2021, no âmbito de um projecto de alargamento da rede de distribuição, onde contam com financiamento disponibilizado pelo Banco Mundial.

Segundo Carlos João, o referido programa vai contemplar os bairros da Cangambo, Cafucofuco, Maxinde, Canâmbua, Carreira e Catepa.

Sobre a materialização das ligações, o gestor precisou estar dependente do curso das obras do sistema de captação, tratamento e distribuição de águas do rio Cuije.

Neste momento, já estão feitas as marcações das residências dos clientes e a empresa executora tem disponível todo o material necessário para a materialização do projecto com vista o reforço no fornecimento do produto. Tão logo tenhamos 70 por cento das obras do sistema de captação de água, as ligações vão ser iniciadas, disse.

8.6 Malanje controla mais de 11.158 ligações domiciliárias, com uma área de 30 quilómetros quadrados

Água tarda a chegar às torneiras

Jornal de Angola

14 De Maio de 2020

Texto: António Pimenta

Falando numa das últimas edições do programa “Fala Angola”, uma cidadã afirmou, em forma de desabafo, que no seu bairro “havia torneiras para todos, mas não há água para ninguém”.

Na sua aparente “desimportância”, e apesar de todas as outras leituras que o pronunciamento pode ter suscitado, este foi o testemunho real sobre os gravíssimos problemas a que “religiosamente” todos os dias, estão sujeitas milhares de pessoas, para conseguirem água potável, em quase todos os bairros de Luanda.

Um exemplo vivo de que, apesar dos milhões de dólares que o Estado investiu, fazer chegar água às

residências, em algumas zonas de Luanda, continua a ser uma grande utopia.

De acordo com relatos da imprensa, na capital do país, a maioria da população urbana é abastecida mediante conexões públicas, partilhadas entre vizinhos, por chafarizes e camiões cisternas (esta última classificada como fonte não apropriada).

Verdade ou mentira, o que acontece é que, em algumas zonas de Luanda, com realce para a localidade do Rocha Pinto, no Distrito Urbano da Samba, município de Luanda, o abastecimento de água potável continua a ser um problema e, segundo sustentam fontes do Jornal de Angola, são poucos os que conseguem dizer, com toda a certeza, até onde vai o alcance do famoso Programa “Água para Todos”, apesar de toda propaganda positivista que se faz a volta do mesmo.

Uma fonte do Jornal de Angola disse que, nas províncias do Bengo e Cuanza-Sul mais de 90 por cento do Programa “Água para Todos” não funciona. “O mesmo foi realizado sem ter em conta a realidade objectiva do país. Não temos, em Angola, recursos humanos e materiais para pôr a funcionar os equipamentos sofisticados que o Estado comprou, no âmbito do projecto em causa”, frisou.

Para a nossa fonte, a província de Benguela é a única onde as coisas funcionaram porque, segundo revelou, as autoridades locais se recusaram veementemente em implementar o projecto com base no modelo concebido a partir de Luanda. “Fizeram-no de acordo com a realidade da província”, explicou.

Francisco Lopes dos Santos, um conhecido engenheiro hidráulico da nossa praça, que trabalhou no projecto “Água para Todos” considera um fracasso o projecto, e por essa razão se viu forçado a abandonar, por não ter encontrado nele projecções consistentes para o convencer.

“O projecto ‘água para todos’ não tinha estrutura orgânica fixa e consistente. Não tinha, principalmente, técnicos nacionais para acompanhar a sua execução. Aquilo mais parecia um manto de retalhos constituído por indivíduos que eram apanhados em várias instituições, para prestar serviços a um grupo de pequenos pensadores do sistema, razão pela qual resultou no fracasso que é hoje”, afirmou a fonte do Jornal de Angola.

Revelou que, no primeiro contacto que teve com o projecto, a impressão com que ficou é que o mesmo não era para levar água para as localidades, mas sim, para as girafas. O engenheiro hidráulico Francisco dos Santos considera uma aposta errada, as

motobombas que o Estado comprou para a projecção da água a partir das estações de tratamento, porque “apesar de serem baratas”, a sua manutenção custa os “olhos da cara”.

A julgar pelos erros que se foram cometendo, talvez se justifique a grande proliferação de girafas que se assistiu a determinada altura em Luanda, que transformou o negócio da água, numa verdadeira máquina de fazer dinheiro. Um negócio que, de acordo com fontes da EPAL, não se entendia muito bem as razões que levaram o governo a fazer vista grossa a um acto de “lesa pátria”, que causava graves prejuízos aos bolsos dos contribuintes.

Segundo revelam as mesmas fontes, que pediram anonimato, são as girafas, os tanques que construímos em nossas residências e a vandalização das condutas que “reduzem a pressão nas redes de distribuição. O novo coronavírus fez cair o véu sobre todas essas irregularidades”.

A par do programa Água para Todos, existem outros grandes empreendimentos no sector das águas, como o projecto das 700 mil torneiras domiciliárias, que representa o que uma fonte autorizada da EPAL considera ser “um dos maiores embustes registado no país, e sobretudo em Luanda. “Tudo não passou de um grande cosmético para o estrangeiro ver”.

Se olharmos atentamente para os municípios da província de Luanda, onde o Ministério da Energia e Águas e a EPAL estão a distribuir água gratuita, para apoiar as famílias mais desfavorecidas, podemos facilmente perceber as quantas vão as coisas. São 200, os bairros que, em Luanda, beneficiam deste projecto, aos quais algumas destas localidades terão supostamente beneficiado das 700 mil torneiras domiciliárias.

“Luanda não tem capacidade para abastecer 700 mil torneiras, e a antiga direcção da EPAL tinha conhecimento disso antes de arrancar com o projecto”, disse a nossa fonte, para acrescentar que “estava praticamente fora de hipótese, pôr as torneiras a funcionar antes da conclusão das centrais de captação do Bitá”.

Inauguradas, em muitos casos com pompas e circunstâncias, não faltou a volta deste processo o registo de torneiras que funcionaram apenas no primeiro dia, deixando muitas famílias perplexas e sem saber o que fazer para conseguir água.

Com uma capacidade de cerca de 500 mil metros cúbicos de água por dia, segundo o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, a província de Luanda precisa de um aumento a volta dos 100 por

cento, para resolver o dilema do fornecimento de água potável na capital, o que poderá acontecer apenas depois da conclusão da estação de tratamento do Bita e Kilonga Grande.

O Jornal de Angola sabe que o Projecto do Bita tem já assegurado um financiamento do Banco Mundial (BM), enquanto o Kilonga continua sem financiamento à vista. “As negociações com o Banco Mundial encontram-se já em fase avançada, e só não arrancou até ao presente momento devido ao novo coronavírus”, disse a fonte da EPAL, para acrescentar que está tudo a postos para que o projecto do Bita arranque.

“A assinatura do acordo demorou um pouco devido a necessidade de ajustá-lo as exigências do BM, que solicitou a unificação da construção da estação de tratamento à área de distribuição”, garantiu.

8.7 Défice de água em Luanda

Jornal de Angola
14 De Maio de 2020

O Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, afirmou na terça-feira passada que os investimentos aplicados no sector das águas não foram suficientes para cobrir aquilo que são hoje as necessidades da população existente.

Baptista Borges que falava numa grande entrevista que concedeu a Televisão Pública de Angola (TPA), explicou que o crescimento populacional a que se assistiu, principalmente em Luanda, ultrapassou as capacidades de tratamento e distribuição de água que “tínhamos a altura”.

“Não obstante aos grandes projectos importantes que realizamos a nível das capitais de províncias do país, a nossa taxa de cobertura de distribuição, avaliadas em 40 por cento das necessidades, continua insuficiente”, assegurou.

O Ministro admitiu a existência de erros na gestão dos projectos, por falta de recursos ou estratégias adequada, mas defendeu entretanto que o que há a fazer neste momento é pensar no que “estamos a fazer e aguardar que, de facto, essas acções venham a dar os resultados que todos aguardamos”. Com capacidade para abastecer metade da população, Baptista Borges reconheceu que Luanda enfrenta um défice de distribuição de água e que metade da população é abastecida por cisternas, “um espaço comercial totalmente controlado pelo mercado informal”.

Questionado a se pronunciar sobre o programa das torneiras domiciliares, Baptista Borges admitiu o fracasso deste projecto por incapacidade de se fazer chegar a água as residências das pessoas que beneficiaram do projecto.

8.8 Moradores do Vila Kiaxi clamam por socorro

Jornal de Angola
14 De Maio de 2020
Texto: Adalberto Ceita

O grito de socorro passou a ser constante, atendendo a precariedade a que estão votados homens, mulheres e crianças, pelas mais diversas razões. Os moradores do Vila Kiaxi enfrentam sérios problemas, desde doenças diarreicas, malária, infecção urinária, desemprego, entre outros males.

Trata-se de um apelo desesperado de uma comunidade que viu agravar as condições de vida devido ao surgimento do novo coronavírus e, por via disto, as medidas impostas pelo Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência, que já vai na sua terceira prorrogação.

Localizado nas imediações do Campus Universitário, o bairro é composto por quatro quarteirões, com acessos constituídos por ruas maioritariamente com lombas e buracos. Os espaços de passagem de água formada pela força da natureza foram transformados em depósitos de lixo. A recolha é quase uma miragem e o cheiro nauseabundo incomoda os transeuntes.

Vila Kiaxi dispõe de energia eléctrica, mas nunca beneficiou de abastecimento de água da rede pública. A água consumida, proveniente de camiões cisternas e reservatórios instalados em motorizadas de três rodas, contam os moradores, tem causado doenças diarreicas agudas e infecções urinárias, principalmente em mulheres e crianças menores de cinco anos. Se antes já era difícil fazer a higiene pessoal, com o surgimento do novo coronavírus a situação agravou-se. E, como um mal nunca vem só, a fome assentou raízes em muitas moradias.

“Estamos a passar mal com a fome. No início do mês passado prometeram que passaríamos a receber cesta básica. Já estive aqui uma carrinha da administração, mas a comida que trouxeram foi insuficiente e muitas famílias ficaram sem receber”, afirmou Isabel Basílio.

Residente no bairro Vila Kiaxi desde 2015, Isabel Basílio e o esposo dependem de pequenas vendas para dar sustento aos quatro filhos menores. Para o casal, a Covid-19 e o Estado de Emergência vieram complicar a precária condição da família, que muitas vezes depende da caridade dos vizinhos mais abastados, para alimentar-se. Descrente em relação as medidas de apoio destinadas aos mais carenciados, Isabel teme pelo futuro.

Num outro extremo do bairro, Sebastião Zenganco levanta-se da cadeira plástica branca de um total de quatro colocadas num dos cantos do quintal da sua moradia. O olhar não disfarça a tristeza com o rumo que a sua vida tomou, embora reconheça que é apenas mais um chefe de família no conjunto de outros tantos, que passam por inúmeras dificuldades decorrentes da crise financeira e do novo coronavírus.

Serralheiro de profissão, até finais de Março deste ano exerceu a actividade sem qualquer constrangimento. Impotente diante da repentina mudança, Sebastião explicou que as obras abrandaram, as dificuldades aumentaram e ficou, praticamente, sem poupanças para fazer face as despesas. “Apesar de todo esforço que faço, há várias semanas que enfrento as consequências da falta de água potável, comida e outras”, resumiu.

Outra moradora, Eva Satula, 63 anos, comunga da opinião de Sebastião Zenganco. Franzina e de estatura baixa, a anciã contempla as crianças que pululam de um lado para o outro, à procura de algo para comerem. “Infelizmente tem sido assim quase todos os dias”, lamentou.

8.9 “Nem todas as semanas recebemos água”

Jornal de Angola
14 De Maio de 2020

A falta de água é outro grande problema para os moradores do bairro Santa Paciência. O programa de distribuição de água gratuita do governo de Luanda, em vigor desde que foi decretado o Estado de Emergência, já chegou àquela zona, mas as quantidades não satisfazem.

Segundo o coordenado do bairro, Pascoal Tiago, os 20 mil litros de água, distribuído semanalmente por um camião cisterna da Administração Municipal de Viana, não cobre as necessidades dos moradores e há semanas que o bairro não é abastecido. “Há muita escassez de água no nosso bairro. Os 20 mil litros não satis faz as necessidades da população. Aliás,

nem todas as semanas temos o produto, o que complica ainda mais a vida dos moradores”, disse.

Para colmatar a crise de água na zona, que não possui um sistema de abastecimento da rede da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), os moradores, àqueles com condições financeiras, recorrem a camiões cisternas, onde adquirem um tambor de 200 litros a 1.500 kwanzas.

“Como o abastecimento de água na zona não é regular, temos recorrido a camiões cisternas, os mais desfavorecidos caminham até a centralidade do Zango 5 para obter o preciso líquido”, contou o coordenador da área.

8.10 Projectos mal concebidos

Jornal de Angola
14 De Maio de 2020

Mais do que uma questão de falta de infra-estruturas, e a semelhança do que acontece com o saneamento básico na cidade capital, o problema da água reside precisamente na forma de como os projectos são concebidos e executados. O engenheiro Francisco dos Santos disse que, além das graves debilidades registadas na elaboração e execução desses projectos, houve também ausência de algum sentido de Estado e de patriotismo, a volta das pessoas que estiveram a frente destas operações.

Os interesses pessoais, a inexistência de projectos bem pensados e estruturados, e a falta de acompanhamento estão, na opinião do nosso entrevistado, na base dos fracassos registados até agora.

No caso concreto do projecto “Água para Todos”, explicou que havia, em algumas províncias do país, infra-estruturas construídas no tempo colonial que poderiam ser melhor aproveitadas, com trabalhos de melhoramento ou optimização, poupando gastos desnecessários ao erário público. “As pessoas que estavam a frente destes projectos não queriam saber de nada disso. Eles queriam construir uma rede e centros novos de distribuição de água, mas falharam na estruturação do projecto”, denúncia.

8.11 Lavatórios inoperantes por falta de água no Distrito Urbano do Neves Bendinha

Jornal de Angola

16 De Maio de 2020

Texto: António Pimenta

Um total de 32 lavatórios, instalados no Distrito Urbano do Neves Bendinha, para a higienização das mãos devido à Covid-19, estão paralisados por falta de água, disse ontem, em Luanda, o administrador distrital para Área Técnica. .

À reportagem do Jornal de Angola, José João explicou que o camião-cisterna que abastece os lavatórios está avariado, mas assegurou que a situação será resolvida com aquisição, pela Administração Municipal do Kilamba Kiaxe, de duas moto-cisternas. A reportagem do Jornal de Angola apurou que apenas dois lavatórios estão em funcionamento. Os mesmos estão instalados na Administração do Distrito Urbano do Neves Bendinha e no posto móvel da Polícia Nacional, colocado nas imediações das bombas de combustível da Sonagalp, na Avenida Deolinda Rodrigues.

José João referiu que a Avenida Deolinda Rodrigues possui o maior número de lavatórios. Esses equipamentos podem ser encontrados no mercado do Neves Bendinha, centros médicos e outros locais públicos. “O objectivo da Administração Distrital é colocar os lavatórios em todas zonas com grande aglomerado de pessoas. Temos actualmente 32 unidades, mas pensamos evoluir nos próximos dias para 52”, assegurou.

Troca de acusações

Cidadãos acusam a Administração distrital de se ter preocupado apenas com os lavatórios de 200 litros de água, esquecendo-se do sabão para a lavagem das mãos. “Tivemos que comprar o sabão e outro detergentes para manter higiene, mas miúdos e mesmos adultos roubam”, denunciou Joana Soares, vendedora ambulante. Maura dos Santos, outra vendedora ambulante, disse que há mais de uma semana que os lavatórios não têm água.

José João desmentiu essas informações, alegando que a água foi colocada em todos os locais e acusou os moradores e transeuntes de furtarem alguns dos bens postos à sua disposição. “Alguns cidadãos não têm noção da importância que os lavatórios representam neste momento de pandemia e furtam as torneiras, as bacias e os detergentes”, disse.

Na Rua Machado Saldanha, sobretudo em alguns estabelecimentos comerciais, dedicados essencialmente à venda de peças sobressalentes, constatamos o cumprimento das medidas de prevenção.

8.12 Ondjiva volta a receber água canalizada já hoje

Jornal de Angola

24 De Maio de 2020

Texto: Domingos Caluçipa

Duas semanas depois, o fornecimento de água canalizada à cidade de Ondjiva e vilas de Namacunde e Santa Clara é reposta hoje, concluída que está a reparação da avaria num dos pontos da conduta, em Xangongo.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Cunene, Domingos Agostinho, a avaria registou-se na caixa de descarga da conduta, à saída da vila de Xangongo.

Como a soldadura que unia os tubos de 630 milímetros se desfez, foi necessária a intervenção do Ministério da Energia e Águas, que fez deslocar da capital do país uma empresa privada especializada. “Localmente tentamos resolver a rotura, mas não conseguimos porque tivemos problema com as uniões. E tivemos de recorrer a uma empresa que possui material apropriado”, adiantou o responsável.

Avarias do género têm sido recorrentes nos últimos dois anos, justificadas pelos responsáveis da empresa local de águas, como resultado de erros na concepção do projecto, ao se estender a tubagem numa zona inteiramente arenosa sem uma base. Sem se identificar, um especialista explicou que, quando a areia fica compacta, pressiona a tubagem e as uniões tendem a ceder.

Domingos Agostinho disse que a empresa deixou de ter material de reposição, após o encerramento das fronteiras devido à pandemia da Covid19. “Tudo ficou impossível para nós, por isso recorremos a esta empresa que tem os materiais”, assinalou.

8.13 Metade dos angolanos privados de comida e água potável em 2019

Novo Jornal

29 De Maio de 2020

Texto: Ricardo Bordalo

O documento deixa em evidência que as dificuldades acumuladas pela população angolana no ano passado tornou "extremamente penoso" o cumprimento das medidas criadas pelo Executivo angolano, no âmbito do Estado de Emergência, para conter a Covid-19.

Este estudo de opinião pública foi elaborado entre Novembro e Dezembro de 2019, e ficou claro, para os investigadores, que "mais de um terço dos angolanos sofreu situações de pobreza extrema" ao longo do ano, cujas razões estão quase sempre na privação dos salários e de outras formas de rendimento que afastaram as pessoas dos bens essenciais.

Sobre este estudo, o Afrobarómetro, que esteve vários anos a procurar espaço para trabalhar em Angola, mas nem sempre isso foi caminho fácil, como dizia, em entrevista ao Novo Jornal, em Agosto de 2018, o seu director-executivo, o ganês Emmanuel Gyimah-Boadi, procura analisar o impacto da situação encontrada em 2019 no actual estado em que Angola se encontra, com medidas, como noutros países em todo o mundo, draconianas para debelar a pandemia do novo coronavírus que surgiu em Dezembro último na China.

Sobre este contexto, os autores do estudo lembram que, "embora pareça haver um amplo acordo entre actores políticos e cidadãos de que as medidas são necessárias, aquelas descobertas desafiam o governo e os parceiros do desenvolvimento a implementarem estratégias que possibilitem mitigar o impacto do cumprimento das medidas sanitárias pelas famílias mais carenciadas".

As principais conclusões deste estudo, destacadas pelos autores, são que "mais de um terço (35%) dos angolanos viveu em situação de "extrema pobreza" durante o ano anterior à pesquisa, o que significa que eles sofreram frequentemente com a escassez de alimentos, água potável, assistência médica e medicamentosa, combustível para cozinhar e de salário ou outros rendimentos".

"Aproximadamente a mesma proporção (34%) experimentou a pobreza moderada. Apenas 7% relataram não ter vivido situações de escassez de bens essenciais", sendo que as situações de "pobreza

extrema" foram mais frequentes nas zonas rurais (46%, contra 30% nas áreas urbanas) e nas regiões Leste (51%) e Sul (41%).

Mais de um terço (36%) dos angolanos ficou sem salários ou outros rendimentos "muitas vezes" ou "sempre" durante o ano anterior à pesquisa, além dos 32% que viveram esta situação" apenas uma ou duas vezes" ou "várias vezes." Apenas um em cada quatro (26%) teve regularmente salários ou outros rendimentos.

Ou ainda, o facto de "dois terços (67%) dos angolanos terem ficado sem comida suficiente pelo menos uma vez durante o ano de 2018, incluindo um em cada cinco (21%), que ficaram "muitas vezes" ou "sempre". A falta de comida suficiente foi mais frequente nas regiões Leste (77%) e Centro Norte (70%).

8.14 Água de qualidade para refugiados

Jornal de Angola

30 De Maio de 2020

Mais de 6 mil refugiados da República Democrática do Congo (RDC), concentrados no Lóvua, Lunda-Norte, beneficiam agora de água de boa qualidade, através de um sistema de captação e abastecimento completamente auto-suficiente e de fácil manutenção. A obra foi executada durante dois anos pela GEOÁGUAS, no âmbito dos programas de acesso à água potável, promovidos pelas autoridades locais, com o apoio de organizações humanitárias e parceiros nacionais e internacionais.

"Dada a elevada produtividade das captações e a qualidade e capacidade do sistema de bombagem, o campo estará sempre bem preparado para abastecer um número de pessoas bastante superior ao que alberga actualmente, caso haja necessidade", indicou Pedro Oliveira, geólogo e director de obras da GEOÁGUAS.

A partir de Março de 2017, a instabilidade política e militar na região do Kasai, na RDC forçou mais de 35 mil pessoas a refugiar-se na província da Lunda-Norte. Inicialmente, foram acolhidos nos centros de recepção de Kacanda e Mussungue. Em Agosto de 2017, foi aberto o assentamento do Lóvua.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Três grupos de marginais desmantelados

Jornal de Angola

7 De Maio de 2020

Texto: Justino Victorino

Três grupos de supostos marginais, considerados altamente perigosos, implicados em diversos crimes foram desmantelados, na província do Huambo, pela Polícia Nacional em coordenação com o Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Os mesmos efectuavam assalto à mão armada, roubo qualificado, homicídios e vandalizavam bens públicos. Tratam-se do grupo “Os Severas”, Kuanhãmas e Manequim, num total de 19 indivíduos. Na apresentação, ontem, à imprensa, o intendente Martinho Kavita salientou que, desde o início do Estado de Emergência, os grupos dos supostos marginais “tiravam o sono dos moradores” dos municípios do Huambo, Caála, Cachiungo e Longonjo.

O também director do Gabinete de Comunicação Institucional Imprensa da Polícia Nacional, no Huambo, informou que os meliantes, cujas idades variam entre os 17 e 30 anos, foram detidos durante as operações policiais, no quadro do reforço da estratégia de melhoria da segurança das comunidades, manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

Martinho Kavita esclareceu que, por altura da operação, foram recuperadas 13 armas de fogo, sendo nove do tipo pistola, três do tipo AKM, uma caçadeira, munições de diversos calibres. Foram também resgatada duas viaturas, uma de marca Hyundai, modelo I-10, Toyota Land Cruiser, 17 motorizadas, três botijas de gás butano, de 12 kg e igual número de computadores portáteis. Foi ainda encontrado na posse dos supostos marginais um HPS, cinco tabletes, duas UPS, uma impressora, uma arca, geleira, quatro telemóveis, entre outros bens.

O intendente disse que a polícia continua no encalço de outros supostos meliantes para manutenção da segurança pública. Apelou, por isso, à população para denunciar todos os cidadãos susceptíveis de envolvimento em actos criminosos.

9.2 “Altamente perigosos” apresentados à imprensa

Jornal de Angola

11 De Maio de 2020

Texto: Justino Victoriano

Três grupos de marginais, considerados altamente perigosos, acusados de assaltos à mão armada, posse ilegal de armas de fogo, roubo qualificado, homicídios, associação de malfeitores e vandalização de bens públicos foram desmantelados, na província do Huambo, pela Polícia Nacional, em coordenação com o Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Na apresentação à imprensa, ontem, dos grupos de marginais, com as denominações de “Os Severas”, Kuanhãmas” e “Manequim”, num total de dezanove elementos, o intendente Martinho Kavita salientou que, nos últimos tempos, em que vigora o Estado de Emergência, “tiravam o sono dos moradores” dos municípios do Huambo, Caála, Cachiungo e Longonjo. O também director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Polícia Nacional, no Huambo, apontou que os meliantes, cujas idades variam entre os 17 e os 30 anos, foram detidos durante as operações policiais, no quadro do reforço da estratégia de melhoria da segurança das comunidades, manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

No decurso das detenções foram recuperadas 13 armas de fogo, sendo nove do tipo pistola, três do tipo AKM, uma caçadeira, munições de diversos calibres, duas viaturas, sendo uma de marca Hyundai, modelo I-10 e outra Toyota Land Cruiser, 17 motorizadas, três botijas de gás butano, de 12 kg, três computadores portáteis, 1 HPS, cinco tabletes, duas UPS, uma impressora, uma arca, uma geleira, quatro telemóveis, um televisor plasma, um par de andaime, quatro pneus e duas colunas de som.

As operações, para a detenção de outros supostos meliantes, salientou Martinho Kavita, vão continuar, em coordenação com o Serviço de Investigação Criminal (SIC), para a manutenção da segurança pública, apelando, por isso, à população para denunciar todos os cidadãos susceptíveis de envolvimento em actos criminosos.

9.3 Mais um grupo de meliantes desmantelado no Talatona

Jornal de Angola

Texto: André da Costa

11 De Maio de 2020

A detenção teve lugar durante um trabalho de sequência investigativa, levado a cabo por operativos do SIC, visando o esclarecimento de casos de roubo de motorizadas, participados por alguns cidadãos.

Durante a detenção, o SIC recuperou também três armas de fogo e cinco motorizadas em posse dos marginais. Dados do SIC dão conta que os meliantes actuavam nos bairros 4 de Abril, Camama, e no bairro Simione Mucune, entre Benfica e Talatona. As motorizadas roubadas eram levadas para as províncias mais a Sul de Angola, com realce para Benguela. Na região Sul do país, os meliantes trocavam as motorizadas com cabeças de gado, que eram transportados para Luanda, para comercialização.

Algumas motorizadas eram recebidas a força, com ameaças com arma de fogos, aos jovens que faziam serviço de moto-táxi.

Alberto Paulino, mototaxista na zona do Calemba 2, em Viana, explicou ao Jornal de Angola que perdeu duas motorizadas, quando supostos passageiros, no meio do trajecto, à noite, ameaçaram-no com arma de fogo, em Janeiro deste ano. Bonifácio Paulino, 27 anos e pai de cinco filhos, criticou a atitude de muitos jovens que, ameaçando com armas de fogo, levam as motorizadas, criando transtornos aos proprietários.

Segundo o mototaxista Bonifácio Paulino, devido aos constantes roubos de motorizadas, organizaram-se em grupo de motoqueiros, para desencorajar a atitude dos ladrões. “Quando apanhamos um bandido, apitamos aos outros e depois de lhe darmos surra, levamo-lo à esquadra de Polícia, para ser responsabilizado criminalmente”.

Fonte do Serviço de Investigação Criminal explicou ao Jornal de Angola que existem várias motorizadas apreendidas nas esquadras de Polícia e os proprietários, para levantá-las, devem apresentar a documentação.

Em Luanda, muitos jovens encontram no serviço de moto-táxi uma fonte de sustento de famílias, segundo Bento Rafael, Presidente da Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (Amotrang).

9.4 Luta entre grupos rivais aterroriza moradores

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

Texto: Fula Martins

Os moradores da rua Beto Carneiro, no bairro KM-12-A, Distrito Urbano da Estalagem, no município de Viana, em Luanda, sentem-se aterrorizados devido as constantes lutas entre grupos delinquentes rivais, que acontecem no local e resultam quase sempre em ferimentos graves

Embora tenham falado à reportagem do Jornal de Angola na condição de anonimato, temendo represálias, alguns cidadãos residentes na localidade foram unânimes em afirmar que, além de serem frequentes, as brigas datam desde o final do ano passado.

“Vivemos dias e noites de muito terror, por causa destes grupos. Quando lutam fazem uso de garrafas, catanas, ferros, facas e outros objectos contundentes, que culminam muitas vezes em ferimentos graves e mortes”, disse um morador.

Segundo o que se tem propalado no bairro, a situação é do conhecimento do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e do Comando da 48ª Esquadra da Polícia Nacional, localizado no distrito, que pouco ou nada fazem para estancar o fenómeno.

Paula Feliciano (nome fictício) denunciou que os principais contendores provêm das várias ruas do bairro e com propósitos bem definidos. Salientou que alguns acabam detidos e colocados em liberdade poucos dias depois, alegadamente por inexistência de provas para a sua detenção.

“Após a soltura, recomeçam as lutas. Os jovens da rua dos Pára-choques lutam com os da rua da Farmácia da Tia Bela, o grupo da Fábrica de Blocos confronta-se com o do Seminário, e assim por diante”, informou a moradora que inclui a falta de policiamento entre as causas do aumento da delinquência no bairro

Paula Feliciano manifestou preocupação com as inúmeras detenções de meliantes, pelos efectivos da Polícia Nacional e do SIC, que no final não dão em nada e acabam soltos por falta de provas. “São sempre as mesmas pessoas que fazem confusão e são levadas a esquadra. Mas não são responsabilizadas por alegada falta de provas. Isso é muito complicado”, disse Paula Feliciano, que pede a

intervenção das autoridades competentes.

Polícia domina situação

A Polícia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal (SIC) dominam a problemática das rixas entre grupos rivais no Distrito da Estalagem, afirmou o subinspector Frederico Caconda, chefe de Operações e Informação da 48ª Esquadra da Polícia Nacional, que funciona na localidade.

“São grupos constituídos por vários indivíduos. Alguns deles já estiveram presos”, disse, para sublinhar que a corporação tem feito algumas detenções de cidadãos implicados nestes confrontos, que, posteriormente, são encaminhados ao Ministério Público para o devido tratamento.

O subinspetor Frederico Caconda explicou que é função da polícia prender os infractores e conduzi-los ao Procurador mais próximo da esquadra onde foram detidos. Em relação à soltura ou não, assegurou que está a ser desenvolvido um trabalho árduo em conjunto com os operativos do SIC, que visa o cadastramento dos grupos de marginais e de todos os seus integrantes. “Estamos a trabalhar na recolha desses indivíduos que deambulam pela via pública e criam desordem”, disse. Frederico Caconda apontou os grupos Deprivas, Gretches e os meliantes Pretinho, Filodi e Henrique, como sendo os que mais criam perturbação no Distrito da Estalagem, tendo lamentado a invulgar cultura de denúncia dos cidadãos.

“Como vê, o gatuno é nosso filho, irmão, sobrinho e, às vezes, os familiares não conseguem denunciar, apesar dos crimes que um ou outro jovem venha a cometer”, disse.

10. AMBIENTE

10.1 Inundações em Quixala desalojam 161 famílias

Jornal de Angola

4 De Maio de 2020

Texto: Pedro Bica

Pelo menos 161 famílias estão desalojadas desde ontem devido ao transbordo da água do rio Dande, na localidade de Quixala, vila de Caxito, província do Bengo.

Em decorrência do transbordo da água do rio Dande, os acessos, ruas, casas e lavras da zona ficaram submersas, situação que tem afectado, fundamentalmente, famílias de zonas ribeirinhas do Bengo, que se dedicam à agricultura de subsistência.

Domingos Ferraz, coordenador e morador da zona ribeirinha, em entrevista ao *Jornal de Angola*, afirmou ser uma grande tragédia, pois perdeu a casa e a lavra, ficando sem meios para sustentar a família.

Aos 66 anos, o ancião considera ser um retrocesso para a vida das famílias do bairro Quixala, porque doravante vão ter de adoptar outro estilo de vida, mas diz estar calmo e tranquilo, pois não houve vítimas mortais. “Vivia no bairro Quixala desde 1961, sempre tivemos inundações, mas nunca fomos desalojados. Desta vez choveu bastante e o caudal do rio transbordou”.

Com semblante de tristeza, o coordenador do bairro Quixala recorda os bons momentos que viveu na zona sinistrada e afirma estar certo de que só não houve danos maiores porque Deus não permitiu.

Domingos Ferraz diz estar preparado para enfrentar a nova realidade, lutar e conseguir mobilizar os aldeões para erguerem um outro bairro, mais seguro, com o apoio do Governo da província. “Perdemos muitos bens, mas o Governo sempre nos alertou que era uma zona de risco e só ficamos aí porque é um sítio bom para a agricultura”.

Imaculada Andrade, outra moradora, viu a sua casa a ser totalmente destruída pela inundação e não conseguiu retirar nada, porque preferiu salvar a família.

“Até agora não acredito, era muita água, deixei tudo e sai a correr, com os filhos, até sermos socorridos”, conta Imaculada Andrade, acrescentando que o drama vivido, em mais de três horas, obriga doravante a seguir as medidas e conselhos do

Governo, através do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que sempre promoveu palestras de sensibilização sobre os riscos das zonas ribeirinhas.

Imaculada Andrade espera conseguir outras formas de sustento para os filhos, mas aguarda ansiosa por apoios da sociedade, apesar do Governo ter criado as condições para que não lhes falte o básico. A governadora provincial do Bengo, Mara Quiosa, visitou já a população desalojada da comunidade de Quixala, instalada provisoriamente em tendas na Kijanda, município do Dande.

Segundo a governante, no âmbito da prevenção e combate à pandemia da Covid-19, foram criadas as condições de assistência médico e medicamentosa, água potável, energia eléctrica, cozinha comunitária e meios de higienização.

10.2 Realojadas mais de 15 famílias vítimas de enxurradas

Jornal de Angola

13 De Maio de 2020

Texto: André Brandão

A Administração Municipal de Cazengo, província do Cuanza-Norte, começa a realojar, a partir de sexta-feira, no sector da Quirima do Meio, em N'Dalatando, mais 15 famílias afectadas pelas chuvas, que se vão juntar a outras oito já reassentadas no local, informou à imprensa o administrador municipal, Malundo Catessano, à margem de uma visita de deputados da Assembleia Nacional.

As famílias que estão a ser realojadas viviam no bairro Sambizanga, em N'Dalatan-do, uma zona considerada de alto risco pelos Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O sector da Quirima do Meio, situado à beira da Estrada Nacional 230, possui 40 casas que estão a ser reabilitadas pelo governo da província. No local, a energia eléctrica é produzida por gerador, e a água é fornecida através de um reservatório. Os habitantes da localidade queixam-se da falta de posto médico, escola do segundo ciclo, mercado e meios de transporte.

Uma delegação de deputados do MPLA, do círculo provincial do Cuanza-Norte, visitou o local de reassentamento para constatar as condições criadas pelas autoridades locais para as populações desabrigadas pelas enxurradas.

10.3 6.887 Toneladas de produtos para as vítimas da seca no Sul

Jornal de Angola

18 De Maio de 2020

Texto: Miguel Gomes

Até ao final da segunda fase do Programa de Emergência de Apoio à Seca no Sul de Angola, que terminou em Fevereiro, foram distribuídas 6.887 toneladas de produtos diversos em cinco províncias. O Cunene recebeu quase metade do total de mantimentos (3.666 toneladas). Apenas dois municípios foram contemplados na província do Moxico.

As restantes províncias incluídas nas medidas de emergência são o Namibe, Huíla e Cuando Cubango.

Consultados pelo Jornal de Angola, os dados da empresa de logística LTI, responsável pela distribuição, mostra que, entre 22 de Novembro de 2019 e 21 de Fevereiro 2020 (referente à segunda fase do programa), foram transportadas 2.112 toneladas para a província mais afectada pela seca, o Cunene, nomeadamente para os municípios de Namacunde, Cahama, Curoca, Cuvelai, Cuanhama e Ombadja.

Durante a primeira fase, que decorreu entre 11 de Agosto e 22 de Novembro, o Cunene recebeu cerca de 1.554 toneladas, o que perfaz o total de 3.666 toneladas. A província do Cunene, nos municípios de Ombadja, Namacunde, Cahama e Curoca, foi a única a receber reservatórios de água de 20 litros, 5 mil e 10 mil litros.

O Namibe aparece em segundo lugar, com a distribuição de 1.275 toneladas de produtos. A primeira fase entregou 517 toneladas, enquanto a segunda ronda transportou 758 toneladas.

A província da Huíla recebeu 906 toneladas na primeira fase e 228 até 21 de Fevereiro, num total de 1.134 toneladas de produtos entregues em todos os municípios.

No Cuando Cubango foram distribuídas 488 toneladas no total. Os municípios mais beneficiados foram o Calai, Mavinga e Dirico. Já na província do Moxico apenas os municípios dos Bundas e Luchazes receberam os produtos de emergência, num total de 322 toneladas.

Segundo os relatórios da logística, restam 405 toneladas de diversos produtos já preparados para entrega. Os mantimentos incluem água, sumos, bolachas, sal, massango, fuba de milho, feijão, arroz,

massa alimentar, peixe, num total de mais de 40 referências.

A seca nas províncias do Cunene, Moxico, Namibe, Huíla e Cuando Cubango afecta cerca de 280 mil famílias, correspondente a 1 milhão e 340 mil cidadãos, num cenário que provocou, igualmente, a morte de quase 11 mil cabeças de gado.

No total, o programa representa um investimento de 19,8 mil milhões de kwanzas (cerca de 35 milhões de dólares) para a aquisição de meios para assistência de emergência e acções específicas de combate à seca.

10.4 Cruz Vermelha leva ajuda a 263 famílias vulneráveis

Jornal de Angola

20 De Maio de 2020

Texto: André da Costa

Ao todo, 400 cestas básicas são distribuídas, hoje, a 263 famílias vulneráveis do município do Kilamba Kiaxi, numa iniciativa da Cruz Vermelha de Angola (CVA).

A informação foi avançada, ontem, pelo presidente daquela organização humanitária, Alfredo Elavoco Pinto, durante uma conferência de imprensa realizada em Luanda.

Alfredo Elavoco Pinto disse que, além das cestas básicas, existem também 270 barras de sabão, 500 luvas descartáveis e 12 litros de lixívia, que vão beneficiar, também, outras 25 famílias em Talatona vítimas das últimas chuvas.

O presidente da organização humanitária esclareceu que os produtos foram doados, no dia 6 deste mês, à Cruz Vermelha de Angola, pela empresa “British American Tobacco Angola”, no quadro das medidas de prevenção à propagação da pandemia da Covid-19.

Enquanto isso, os 85 trabalhadores da Cruz Vermelha de Angola estão há oito meses sem salários.

Sobre o assunto, o presidente da organização esclareceu que o Ministério das Finanças atribui mensalmente 24 milhões de kwanzas à instituição através do Ministério da Saúde, que há oito meses não faz chegar este dinheiro à Cruz Vermelha de Angola, que se vê, assim, a braços para pagar salários e efectuar outras despesas correntes.

Destituição é nula

No dia 8 de Maio, a vice-presidente da Cruz Vermelha de Angola, Bibiana de Almeida, pôs termo às funções de João Mubaca como secretário-geral da organização humanitária, por alegado desvio de cestas básicas.

Em reacção, o presidente da Cruz Vermelha de Angola, Alfredo Elavoco Pinto, considerou nula a decisão, alegando que o encontro que destituiu João Mubaca ocorreu num ambiente de usurpação de poderes estatutários do presidente da organização. Disse, por outro lado, que o secretário-geral não desviou cestas básicas.

Acrescentou que o secretário-geral João Mubaca mantém -se em funções, por ter sido nomeado pelo presidente da CVA, em Fevereiro deste ano.

Alfredo Elavoco esclareceu que a vice-presidente da CVA solicitou, sem o seu conhecimento, cestas básicas à empresa “British American Tobacco Angola”, que prontamente fez a entrega das 400 cestas básicas, que começam a ser hoje distribuídas às famílias vulneráveis do Kilamba Kiaxi.

Quanto às razões que levaram Bibiana de Almeida a destituir João Mubaca, Alfredo Elavoco disse que a vice-presidente se terá sentido mal pelo facto do secretário-geral ter defendido que os bens arrecadados tinham que ser movimentados com a autorização prévia do presidente da Cruz Vermelha de Angola.

Acrescentou que, inconformada, a vice-presidente recorreu aos órgãos de comunicação social, onde fez “falsas acusações” contra o presidente da organização.

Alfredo Elavoco acusou a vice-presidente de tráfico de influências junto de alguns membros do Conselho Executivo Nacional, já identificados, visando “destróçar” a organização humanitária.

Alfredo Elavoco disse que foi ele quem escolheu Bibiana de Almeida para ocupar a vice-presidência da CVA, por uma questão de humanismo, depois dela ter perdido as eleições para aquele cargo. Lembrou que haverá, em breve, uma reunião do Conselho Executivo Nacional da Cruz Vermelha para um pronunciamento sobre o sucedido e tomar as medidas que se acharem convenientes.

10.5 Administração vai tomar medidas

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

“ Se, a dada altura, o Governo tinha capacidade financeira para resolver estes assuntos, agora as condições deixaram de existir”, releva o administrador municipal de Talatona que entende que estão diante de uma situação que os obriga a recorrer às leis e rever os procedimentos que tinham no passado.

Por isso, os munícipes estão a ser sensibilizados a abandonar tais áreas, “ os que mostrarem alguma resistência vão ser penalizados”, avisa o administrador municipal de Talatona que acredita que alguns munícipes já compreenderam o trabalho da instituição e de forma voluntária estão a abandonar as casas.

Ermelindo Pereira informou que tiveram o cuidado de notificar os proprietários das residências para que apresentassem os documentos que sustentam a legalidade das mesmas,” infelizmente até agora ninguém conseguiu apresentar. Foi dado um período de tempo às pessoas para arranjar outros sítios para morar”, disse o responsável que adiantou que os moradores a desalojar podem contar com o apoio da administração para fazer a transportação dos seus bens.

Ermelindo Pereira avançou que vão procurar defender o maior número possível de famílias e, caso se verifique um erro da administração, vão assumir as responsabilidades, começando por analisar em que circunstância, algum administrador emitiu um documento que autorizou a construção, sabendo que existem regras a cumprir quando se faz esse tipo de loteamento.

O administrador municipal de Talatona disse ainda que foram feitas muitas construções, por cima de montes, valas de drenagem e bacias de retenção de águas pluviométricas. “ Este ano, houve uma das piores cargas pluviométricas na província de Luanda, várias famílias foram afectadas e assistidas. Se fizemos isto hoje, não pretendemos fazer nos próximos anos e tudo deve ser programado”, salientou para justificar que não podem manter as pessoas em zonas de risco.

Questionado se a demolição ou retirada dos municípios nesses locais vai facilitar o curso normal da água, Ermelindo Pereira respondeu que a água tem de passar de qualquer lado. “ Daí que os implicados tenham de sair para avançar com o processo. Já que a vala faz o escoamento das águas que vêm das áreas do Kilamba Kiaxi, Sapú, Urbanização Nova Vida, Lar do Patriota, Benfica, entre outros pontos e vai desembocar na Ilha do Mussulo”, detalha.

Ermelindo Pereira disse que se interroga sobre onde esteve a administração quando as casas foram construídas. “Antes da administração, está a consciência de cada um. Uma vala de drenagem é um bem comum, todos sabem disso e é indiscutível. Independentemente da fiscalização estar atenta ou não, as pessoas devem ter a consciência que ali não é lugar para se construir”, afirma.

10.6 Fracas chuvas prejudicam produção no Virei

Jornal de Angola

27 De Maio de 2020

Texto: João Upale

As safras previstas para a presente campanha agrícola, no município do Virei, província do Namibe, estão aquém do esperado, devido a poucas chuvas na região e à praga do Matrindindi, informou o director da Repartição Municipal da Agricultura e Pecuária, Fernando Tetêmbwa Gonçalves.

O responsável assegurou ao *Jornal de Angola* que os camponeses da comuna de Caine, que se dedicam essencialmente ao cultivo de massango e a massambala, “sofreram um desastre”, pela interrupção das chuvas, numa altura em que a produção estava em maturação e “quase tudo se perdeu, embora se esteja a colher alguma coisa, diferente daquilo que esperávamos”.

Segundo Fernando Tetêmbwa Gonçalves, na localidade a produção agrícola é feita por mais de 620 famílias camponesas, num espaço com cerca de dois mil hectares de lavras familiares separadas e essas lavras familiares vão baixando de regadio, porque a maior parte faz o sequeiro nas montanhas e colinas.

Sede municipal

Já a nível da sede municipal, Virei, onde a agricultura é baseada no cultivo de milho e hortícolas, também não há bons resultados, por escassez de chuvas e pela presença de pragas, que beneficiaram do facto de a comunidade camponesa ter um fraco poder de compra de pesticidas.

Para o agrónomo, a fraca capacidade de compra de fertilizantes por parte dos camponeses não facilitou, apesar de que, agora, em função da situação ambiental o Matrindindi, que tem provocado o maior prejuízo económico na produção local, está a desaparecer e os camponeses estão de volta aos campos, lançando novas sementes de hortícolas, como a couve, cebola e tomate.

Grande poder financeiro

Os camponeses com algum poder financeiro foram os que melhor sorte tiveram na campanha agrícola, por terem protegido os respectivos cultivos com as insecticidas compradas, que permitiram colher mais de 900 caixas de tomate, isto na localidade de Mununga (Virei sede).

O responsável da agricultura no Virei assegurou à administração que tem feito um grande trabalho na aquisição de material de produção para os camponeses, mormente enxadas, catanas, charruas, moto-bombas, mangueiras, bem como sementes e insecticidas, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), com o suporte do Gabinete Provincial da Agricultura, que fornece outros insumos e imputes agrícolas, além de formação, com vista a melhorar as técnicas de cultivo e de criação de animais.

Produção de carne

O Virei detém 60 por cento da população caprina, que muito tem influenciado na produção de carne. Com a chuva que caiu ultimamente, os criadores estão a obter um retorno positivo daquilo que perderam com a morte de animais na época passada, resultante da seca severa.

O director fez saber que neste momento a maior parte do gado bovino ainda continua fora das localidades de origem, já que a maioria dos criadores de animais se deslocou da região em busca do pasto. “Mas, já conseguimos ver alguma manada a regressar e isto indica que já existe um efectivo bovino que satisfaz.”

A Repartição da Agricultura e Pecuária anunciou, para o final deste mês ou princípio do próximo, o arranque da campanha de vacinação do gado bovino. Quarenta mil doses de vacina, garantidas pelo Departamento de Serviços Veterinários, estão disponíveis. Também, um matadouro local foi criado e deve ser operacionalizado brevemente.

10.7 Moradores intimados a abandonar casas construídas em zonas de risco

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

Texto: *Arcângela Rodrigues*

Os moradores dos bairros Nandó e Farmácia, no Distrito Urbano da Cidade Universitária, no município de Talatona, que construíram casas ao longo da vala de drenagem do rio Cambamba, foram intimados a abandonar a zona pela administração municipal.

Os visados alegam que não vão sair dali, enquanto a administração local ou os órgãos competentes não os indemnizar. De acordo com depoimentos recolhidos, a administração municipal estabeleceu um período para os habitantes deixarem o local, uma decisão que não agrada a todos, razão pela qual pedem mais flexibilidade, porque não têm condições financeiras para procurar outro sítio para morar.

Gombo Teresa Manuel, 56 anos, viu duas filhas morrer, depois que a sua casa desabou, no bairro da Farmácia, na última chuva que a capital registou, no mês de Abril. Agora a viver ao relento, a mulher recordou os momentos de desespero que viveu, quando as duas filhas ficaram embaixo dos escombros, apesar do trabalho árduo dos vizinhos, ambas foram encontradas já sem vida.

Gombo Manuel garante que está de mãos atadas, não tem onde ir e a administração local pede-lhe para sair. “Eu e a minha família, vamos permanecer nestas condições até que administração nos dê um sítio para morar”, argumentou. Questionada se tem algum documento que prove a legalidade da construção de sua casa, a mais velha não respondeu. Também moradora, no bairro da Farmácia, Rebeca Manuel é da mesma opinião que os seus vizinhos. Sem ser indemnizada pela administração do município ou órgãos competentes não vai arredar o pé daquela zona. A jovem de 36 anos diz não acreditar que foram notificados para sair sem receberem o devido apoio do Estado. “Sei que o Estado é pessoa de bem, ainda me resta alguma esperança, podemos chegar a um entendimento, independentemente do estatuto legal das casas, na rua não vão nos deixar”, finaliza confiante.

No “Nandó” moradores igualmente na corda bamba

João Segunda Florentino, morador há 17 anos, no bairro Nandó, disse à reportagem do Jornal de Angola que, se não for indemnizado, também não vai

abandonar a sua casa. Apesar de reconhecer que construiu próximo da vala de drenagem e saber dos riscos que enfrenta em tempo de chuva, o senhor de 48 anos explicou que, quando foi para ali viver não ocorriam inundações, nem as casas desabavam. Acrescentou que os problemas surgiram à medida que o bairro foi crescendo e se tiverem de tirar alguém, que seja as pessoas que causaram esses estragos.

Para João Florentino a decisão da administração “é justa”, pois durante anos nunca foi interpelado pela referida instituição a dar-lhe conta de que estava numa zona de risco.

10.8 Práticas a serem desencorajadas

Jornal de Angola

28 De Maio de 2020

A nível do município de Talatona são encontrados muitos espaços que não estão sobre os cuidados dos proprietários. Cidadãos que, na altura compraram ou venderam os terrenos, colocaram outras pessoas a guardá-los.

“Queremos desencorajar tais práticas e pedimos aos proprietários que ocupem estes espaços, face às denúncias que diariamente chegam à administração e dão conta que as pessoas que lá estão têm praticado actos de vandalismo e desordem pública”, informou.

Acrescentando que os proprietários vão ser penalizados, pois, deixam as famílias em condições precárias e ficam sem saber quem de facto lá mora. Citou o exemplo da senhora que morreu recentemente no parto de gémeos. “A administração, tão logo se apercebeu da situação colocou a família sob os seus cuidados, realizou o funeral, também receberam apoios da sociedade civil, diferentes instituições e associações.

Ermelindo Pereira salientou que a família morava no quintal de alguém que os deixou a controlar e, até o dia do funeral, não apareceu para prestar a sua solidariedade.

Outros pontos críticos

O administrador municipal de Talatona destacou que, além da Cidade Universitária existem outros pontos críticos, como o condomínio Vereda das Flores que foi construído numa zona de passagem de água e em época de chuva tem problemas de inundação.

Ermelindo Pereira explicou que não foram respeitadas as regras de construção. Assim, para se evitar mais problemas vão ser suspensas a emissão de

licenças de obra, cujas casas estejam próximo de uma vala de drenagem ou se estiverem a ser construídas sem licença.

Sobre o que deve ser feito no condomínio Vereda das Flores, o administrador de Talatona, explicou que é necessário uma intervenção profunda de engenharia e isso ultrapassa a capacidade financeira da instituição que dirige.

No âmbito do programa de macrodrenagem a nível da província de Luanda, consta a intervenção no condomínio Vereda das Flores. Como poderá ser executado o trabalho, ainda não sabe. “A não ser que, os responsáveis do condomínio façam um outro investimento, uma vez que construíram por conta e risco próprio.

Penso que quando apresentaram o projecto a administração com certeza tiveram a participação de um engenheiro, topógrafo e geólogo, estes com certeza tiveram em conta estes aspectos e construíram à risca. Seguramente fizeram numa altura em que defronte ao condomínio não havia construções. Mas, a posterior os que tinham terrenos começaram a construir, bloquearam as valas de drenagem, esqueceram dos prejuízos que podiam resultar e todos acabam por sofrer”, descreve. O mesmo acontece com o Estádio 11 de Novembro. Neste momento está a ser feita uma intervenção, cujos trabalhos são da responsabilidade de uma empresa parceira do município e que poderá ajudar o referido empreendimento.

A frente do hotel Victoria Garden, a história repete-se, a Via Expressa Fidel de Castro também foi construída por cima desta bacia de retenção de água. “Isto significa que, tanto do lado da Centralidade do Kilamba como do hotel vão sempre ocorrer inundações.

Denúncias e acusações

Vários moradores acusam os fiscais de lhes ter facultado documentos para construir, por isso o administrador municipal pede que os denunciem para que sejam responsabilizados pelos seus actos. “Sabemos que isso transformou-se num negócio, inclusive há relatos que há moradores que têm os seus terrenos nas áreas do Zango, Kikuxi, Belas e do Bitá. Mas, preferem alugar os espaços na margem do rio, deixando as pessoas em risco”, revelou, realçando que alguns optam por passar o dia todo ali e no período da noite regressam às localidades onde saíram.

O administrador municipal de Talatona disse que as pessoas aproveitam-se da fragilidade do Estado,

porquanto sabem que são indemnizados quando são retirados dessas áreas. Recebem os terrenos ou casas, as vendem e voltam para os espaços construídos na margem do rio ou onde residiam anteriormente, até conseguir uma outra casa.

Ermelindo Pereira apontou como exemplo o bairro da Farmácia, localizado na Cidade Universitária, em que cidadãos provenientes da República Democrática do Congo instalaram-se naquela região, ocuparam vários terrenos ao longo da vala de drenagem, arrendaram estes espaços e compram outros fora da localidade.

Também na zona do Benfica alguns cidadãos continuam a desrespeitar as regras da natureza. Em consequência da chuva, muitos viram os seus eletrodomésticos serem arrastados pela água. “Os jovens na ânsia de reavê-los, mergulharam entre a ponte da Urbanização Nova Vida e do Talatona, na zona do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), três acabaram por perder a vida”, recorda Ermelindo Pereira.

Mais de mil famílias afectadas

A nível do município de Talatona são encontrados muitos espaços que não estão sobre os cuidados dos proprietários. Cidadãos que, na altura compraram ou venderam os terrenos, colocaram outras pessoas a guardá-los.

“Queremos desencorajar tais práticas e pedimos aos proprietários que ocupem estes espaços, face às denúncias que diariamente chegam à administração e dão conta que as pessoas que lá estão têm praticado actos de vandalismo e desordem pública”, informou.

Acrescentando que os proprietários vão ser penalizados, pois, deixam as famílias em condições precárias e ficam sem saber quem de facto lá mora. Citou o exemplo da senhora que morreu recentemente no parto de gémeos. “A administração, tão logo se apercebeu da situação colocou a família sob os seus cuidados, realizou os funerais, também receberam apoios da sociedade civil, diferentes instituições e associações.

Ermelindo Pereira salientou que a família morava no quintal de alguém que os deixou a controlar e, até o dia do funeral, não apareceu para prestar a sua solidariedade.

Mais de mil famílias afectadas

O administrador municipal de Talatona, Ermelindo Pereira informou que por causa de duas famílias que construíram por cima do curso do rio Cambamba, localizado na Cidade Universitária, as casas de cerca

de mil famílias ficaram inundadas e desabaram. Três pessoas morreram.

Ermelindo Pereira avançou que pelos constrangimentos graves que a situação criou à toda população, nem os infractores conseguiram ficar dentro de suas casas, pois estas também desabaram. O administrador municipal de Talatona revelou que, quando ocorreram os infortúnios, a primeira medida tomada foi verificar os danos causados pela chuva, acolher as famílias, em segurança, numa determinada escola e realizar os funerais das três vítimas mortais. “À medida que a administração realizava a intervenção no local, o nível de água foi baixando e os moradores regressavam às suas casas”, explica Ermelindo Pereira que adiantou que foram encontrados muitos escombros, casebres de chapa, construções inacabadas e abandonadas. “O que levou a administração municipal a fazer demolições de casebres de chapas, das obras inacabadas e abandonadas, para facilitar o escoamento das águas. Neste momento, os trabalhos estão a ser feitos na área da Cidade Universitária e planeamos concluir todo o traçado da vala de drenagem”, esclarece.

Portanto, prosseguiu a fonte, a situação é drástica e constitui um perigo eminente às pessoas que lá vivem. Hermelindo Pereira apela que todos devem procurar condições para se instalarem noutras zonas.

“Se não for a administração a tratar desta situação, será a natureza que, por se só, tratará de fazer a correcção do que devia ser feito. Grande parte dos moradores estão na condição de inquilinos, é necessário que deixem de alimentar os cidadãos que se aproveitam da fraca capacidade da fiscalização e constroem em zonas de risco”, desencorajou.

Desafios

Ermelindo Pereira reconheceu que tem um grande desafio pela frente e se o lema é “a vida faz-se nos municípios”, significa melhoria das condições de vida dos cidadãos. E para melhor servi-los, consta da sua agenda de trabalho o melhoramento de vias de acesso, água potável, a energia eléctrica, transportes públicos, escolas, comércio, diversão, emprego e organização dos serviços de moto-táxis.

O administrador municipal de Talatona opinou que o Plano de Desenvolvimento Municipal é um instrumento fundamental para a execução destes projectos. Realçou que os sectores da agricultura e das pescas também são suas apostas. “Não sei se a nível do município já se faz sentir agricultura, existem muitas técnicas modernas e podemos recorrer a elas”, explica, avançando que quanto a pesca, têm um litoral muito extenso.

No que diz respeito ao turismo existem infra-estruturas de apoio aos sectores hoteleiros e de restauração que estão a funcionar. “Têm surgido diferentes unidades hoteleiras de boa qualidade e que, certamente, vão servir de alternativa para os turistas”, prevê. Ermelindo Pereira avançou que têm trabalhado com a polícia a nível do município, no sentido de garantir todo o conforto aos cidadãos e que o índice de criminalidade e de infracções no trânsito sejam relativamente baixos.

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Angola e China abordam cooperação

Jornal de Angola
5 De Maio de 2020

O Presidente da República, João Lourenço, abordou, hoje, em Luanda, a cooperação com a China, durante uma audiência que concedeu ao embaixador daquele país em Angola, Gong Tao.

Acreditado em Abril de 2019, o diplomata chinês não prestou declarações à imprensa no final do encontro de aproximadamente 30 minutos com o Chefe de Estado angolano.

Angola é um dos principais parceiros comerciais da China em África.

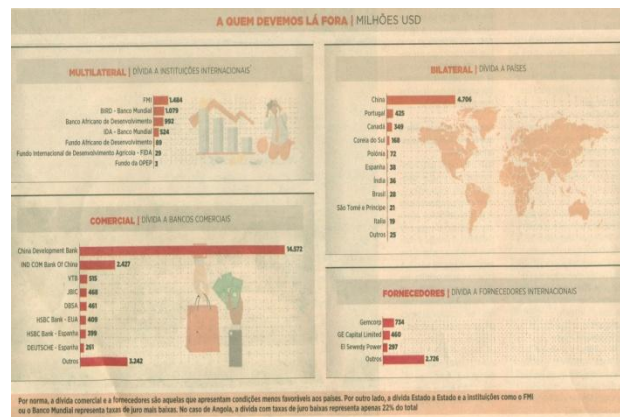
Os dois países cooperam nos domínios comercial, económico, político e diplomático, tendo como sectores preferenciais a agricultura, pescas, transportes, telecomunicações, saúde e ensino. Recentemente, o embaixador da China, Gong Tao, declarou-se optimista quanto às relações económicas com Angola, realçando que os dois países são "parceiros estratégicos". Apesar de ter admitido que a Covid-19 pode ter "efeitos negativos para os intercâmbios normais", disse que não "terá influência na amizade profunda existente entre os dois povos". Nos últimos anos, empresas chinesas reabilitaram e construíram 2800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estradas, mais de 100 mil residências, 100 escolas, 50 hospitais em Angola.

13.2 A dívida interna e externa angolana ao raio-x

Jornal Expansão
8 De Maio de 2020

A 31 de Dezembro de 2019, a dívida interna e externa rondava os 72,9 mil milhões USD. O recurso à emissão de dívida titulada para compensar as

quebras das receitas petrolíferas mudou o panorama dos credores do Estado. A banca comercial nacional superou a China na lista dos maiores credores. Confira quanto devemos e a quem devemos.



13.3 Os bancos comerciais nacionais superaram a China e já são o maior credor do País

Jornal de Angola
8 De Maio de 2020

Texto: Joaquim José Reis

A dívida pública angolana atingiu 110% do Produto Interno Bruto (PIB) no final de 2019, ascendendo ao equivalente a 72,9 mil milhões USD, entre 'kilapis' internos e externos, com os bancos nacionais a superarem a China e a tornarem-se os maiores credores do País, de acordo com cálculos do Expansão.

Segundo o Relatório de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado do IV Trimestre de 2019, publicado no site do Ministério das Finanças, Angola deve actualmente 50,1 mil milhões USD a credores externos (dívida governamental mais a da TAAG e da Sonangol), e 22,9 mil milhões USD a credores internos.

Quanto ao stock de dívida interna, o relatório revela apenas a dívida que está concentrada no sistema financeiro nacional, em que os credores são a banca comercial e o Banco Nacional de Angola (BNA). Esta dívida interna está dividida entre dívida contratual e titulada (desde a de mais curto prazo, os bilhetes de tesouro; até à de maturidades de médio e longo prazo, as obrigações de tesouro em moeda nacional e em moeda estrangeira). Ao todo, banca e BNA são credores de 10,9 biliões Kz, equivalente a 22,9 mil milhões USD à taxa de câmbio utilizada no relatório para fazer as conversões, 477,356

Kz por cada dólar. O BFA lidera a lista dos credores internos, tendo em sua posse o equivalente a 4,9 mil milhões USD em dívida pública. Para se ter uma ideia da dimensão deste valor, de acordo com cálculos do Expansão, quando terminar a operação de resgate ao BPC iniciada em 2016, o Estado terá gasto quase 5 mil milhões USD. O top 3 dos maiores credores nacionais fica composto com o BAI, que tem 3,3 mil milhões USD em dívida pública, e o BNA que tem 3,2 mil milhões (ver página 4).

Já a dívida pública externa ascendia no final de 2019 a 50,1 mil milhões USD, divididos entre 45,1 mil milhões de dívida governamental e de 5,0 mil milhões de dívida da Sonangol e da TAAG. A dívida governamental está dividida em cinco áreas de credores: dívida comercial (bancos estrangeiros), multilateral (instituições internacionais como o FMI ou o Banco Mundial), bilateral (Estado a Estado), fornecedores e os subscritores dos 8 mil milhões USD de Eurobonds.

A dívida à banca comercial estrangeira era, no final de 2019, equivalente a 22,8 mil milhões USD, cerca de 50% do total da dívida externa. Apesar de o conjunto de bancos angolanos ser o maior credor do País, em termos individuais, o China Development Bank é o maior credor, já que Angola lhe deve 14,6 mil milhões USD. Esta dívida resultou de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, celebrado em Dezembro de 2015 e que contemplava "múltiplos propósitos, incluindo o financiamento de projetos já aprovados em Angola", como para operações relacionadas com a Sonangol. Foi deste empréstimo "levantado na sua totalidade" que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou em 2016 na Sonangol para pagamento antecipado de seis financiamentos da petrolífera.

Ao todo, Angola deve à China o equivalente a 21,7 mil milhões USD, divididos entre 4,9 mil milhões USD de dívida Estado a Estado (bilateral), 14,6 mil milhões USD ao China Development Bank e 2,4 mil milhões ao Bank of China. Assim, contas feitas, Angola deve 22,9 mil milhões USD ao sistema financeiro nacional, mais 1,2 mil milhões USD do que deve à China.

Actualmente, a China apenas financia projectos concretos, que contemplem retorno financeiro aos países, depois de durante anos terem contribuído para a realização de projectos a preços exorbitantes que depois acabaram por não se traduzir em importantes para os países. Ajuntar a isso, acresce a fraca qualidade de alguns projectos, como estradas, que prejudicaram a reputação do gigante asiático, não só em Angola, mas em vários países africanos.

Se a China deixou de financiar a economia angolana, por outro lado, a instabilidade nos preços do petróleo verificada desde 2014, bem como o declínio da produção petrolífera angolana, contribuíram para uma quebra acentuada nas receitas do Estado, que teve de se endividar para cumprir os seus orçamentos. Como essas dívidas acabam por ter de ser pagas, o peso do serviço da dívida também tem crescido ano após anos, provocando um efeito bola de neve que obriga a mais endividamento. Para isso, teve de se socorrer dos bancos, sobretudo os nacionais, para colocar a sua dívida titulada.

Se os bancos acabam por canalizar os seus recursos para o Estado, as empresas acabam por ser as mais prejudicadas, já que deixa de haver capital para conceder crédito à economia. Até porque os bancos angolanos são avessos ao risco e preferem financiar o Estado, que lhes dá maiores rendimentos que o crédito à economia. Segundo a ministra das Finanças, Vera Daves, revelou em Grande Entrevista ao Expansão, no início de Março, o objectivo do Governo passa por resistir à tentação de endividar o País, que deve optar mais por fontes de financiamento "o menos comercial possível", optando pelos mercados dos investidores. Para isto, o Governo já assumiu que está a preparar uma nova emissão de Eurobonds para uma fase em que as yields (taxas de juro a que os mercados dizem aceitar negociar dívida) estiverem mais baixas. Tudo dependerá da reabertura dos mercados internacionais, que têm estado fechados devido à pandemia.

13.4 Cidade da China paga 300 milhões de kwanzas

Jornal de Angola

11 De Maio de 2020

Texto: Adérito Veloso

O projecto empresarial "Cidade da China" pagou mais de 300 milhões de kwanzas em impostos para o Estado no exercício económico de 2019, cifra que os proprietários do espaço querem manter, apesar dos actuais constrangimentos que passa a economia.

Aberto em 2016, o grande desafio do projecto, localizado no município de Viana, em Luanda, é o de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Angola, criando riqueza local. Em declarações ao *Jornal de Angola*, a gerente administrativa da Cidade da China, Helena Xiang, revelou que o projecto empresarial conta com 300 lojas, arrendadas a empresários chineses, angolanos, americanos, libaneses, indianos e portugueses.

A empresa gestora do projecto gera 60 empregos de forma directa, sendo que os restantes lojistas empregam de forma directa e indirecta mais de 3 mil trabalhadores.

Criar estratégias

O aligeirar de algumas medidas decretadas no Estado Emergência, poderão contribuir para o aumento do movimento diário de clientes que procuram serviços nas lojas, ligadas a vários serviços, desde o mobiliário, venda de roupa usada (fardo) até aos materiais de construção civil.

Apesar de estarem abertas 90 por cento das lojas, o movimento de clientes ronda os 30 por cento diários, cifra que deixa apreensivo alguns proprietários que ponderam abandonar o espaço, dada a fraca procura dos produtos, mas que têm de pagar o arrendamento dos espaços (lojas).

Helena Xiang garantiu que a gestão do espaço está a fazer tudo para que os lojistas possam manter os negócios, através da criação de uma estratégia para o pagamento do arrendamento.

“Temos tido poucos clientes por causa da situação da pandemia, mas as lojas dos grossistas têm vendido. De modo geral, não passamos dos 30 por cento de clientes diários, se comparado com o período antes desta pandemia”, avançou.

A gestora revelou que grande parte dos clientes acorrem à Cidade da China para comprar produtos e são pessoas individuais. Nesta fase, têm algumas dificuldades na circulação, o que está a provocar alguma retracção na facturação das lojas, instaladas no recinto.

“Haverá alguma baixa na facturação de alguns lojistas este ano, por falta de clientes. Muitos proprietários querem abandonar o negócio, mas acreditamos que brevemente a pandemia passará e tudo voltará à normalidade. Temos dialogado com os lojistas para encontrarem-se os melhores mecanismos, de modo a continuarem com as actividades, mesmo nesta fase”, garantiu.

Por sua vez, Angelina Zua, agente de vendas da empresa JD, que no perímetro tem uma loja que vende materiais de construção, disse que apesar da pouca procura, ainda assim a loja está a funcionar a meio gás. “Felizmente nos pagaram os salários dos meses de Março e Abril, apesar de estarmos a trabalhar a 50 por cento.

Esperamos que nos próximos dias o movimento se altere, para aumentarmos a nossa facturação”, destacou, depois de informar que a loja emprega sete

angolanos. Por estes dias, na Cidade da China, na Via Expressa, quase todos os serviços estão abertos, com excepção daqueles que o Decreto Presidencial proíbe, com realce para a restauração.

13.5 Huawei Angola anuncia aposta em talentos nacionais

Jornal de Angola

13 De Maio de 2020

Texto: Nilza Massango

A Huawei Angola pretende, numa parceria com o Governo, formar, este ano, 2.500 profissionais angolanos nas áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A empresa, que opera há 20 anos em Angola, garante, também, certificar 300 engenheiros profissionais.

Numa curta entrevista ao Jornal de Angola, o vice-presidente, Hongzhen Liu, apontou que a formação passa por um treinamento e destinada, particularmente, a estudantes universitários que frequentam os cursos das TIC e funcionários do Governo que trabalham na mesma área. Sobre a estratégia da empresa, para o treinamento dos talentos em TIC em Angola, Hongzhen Liu referiu que a empresa pretende investir numa cooperação com 15 faculdades e universidades do país.

Actualmente, a empresa realiza treinamento e ensino online com o Instituto de Telecomunicações (ITEL), Universidade Católica de Angola (UCAN), CINFOTEC, ISCP e com 100 participantes, que a partir deste mês, o número agregado pode chegar a 240. Quanto à cooperação que a Huawei pretende desenvolver com o Angola Daily no futuro, Hongzhen Liu reforçou que a empresa quer apostar nas áreas de inovação em TIC dos Media e treinamento de talentos.

Apontando haver uma grande demanda por TIC na indústria da Media, tal co-operação passaria em integrar tecnologias de ponta na computação em nuvem, big data e inteligência artificial. Essa tecnologia poderá fornecer uma colecta de notícias ao vivo, produção de vídeos, distribuição de conteúdos em vídeo e serviços de gerenciamento de operação do sistema para melhorar os recursos de negócios e a eficiência operacional.

A Huawei vem-se desenvolvendo em Angola há 20 anos. No ano passado investiu na construção de um centro de inovação em tecnologia de informação e formação de talentos, o que reflecte a estratégia de desenvolvimento a longo prazo da empresa em Angola

13.6 Angola Cables é parceira da China Telecom Global

Jornal de Angola

16 De Maio de 2020

A China Telecom Global (CTG), dos principais provedores mundiais de serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação, anunciou a selecção da multinacional angolana, Angola Cables, como operadora preferencial para reforçar a conectividade para longas distâncias entre a Ásia, África e a América Latina.

Com a parceria, as duas empresas preparam-se para lançar uma rota de transmissão expressa, para conectar três países do BRICS (China, África do Sul e Brasil) através do Sistema de Cabos do Atlântico Sul (SACS), potenciando o consumo de dados entre as regiões.

A China Telecom vai passar a estar em posição de aumentar o alcance global, usando a rede robusta e de alta capacidade que compreende os sistemas de cabos submarinos WACS, SACS e Monet da Angola Cables, incluindo os Pontos de Presença (PoP's) e “data centers” em África e na América Latina.

Do ponto de vista da estratégia nacional Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), espelhada no plano PND 2018-2022, o negócio, entre outros, que a Angola Cables tem concluído nos últimos 12 meses, representa a materialização das metas estabelecidas relativamente à criação de uma rede de cabos submarinos e ao aumento da capacidade de tráfego internacional.

A China Telecom e a Angola Cables acordaram, também, estabelecer uma interconexão de rede na África do Sul, tirando proveito das capacidades avançadas das redes das duas empresas, sendo que a capacidade de transmissão e latência entre a China, África do Sul, Angola e Brasil venha a ser melhoradas.

“África é um mercado em rápido crescimento e nós, na China Telecom Global, temos vindo a desenvolver as nossas capacidades de serviço neste mercado, desde 2010”, disse o director administrativo da China Telecom em África e Oriente Médio, Changhai Liu.

O relacionamento com a Angola Cables, acrescentou, destaca o compromisso, no sentido de melhorar a conectividade regional e apoiar os parceiros locais a aumentar a presença internacional.

“Estamos muito animados com a colaboração com a Angola Cables. Com essa rota expressa entre

continentes, podemos atender melhor à crescente procura por conectividade digital e interações comerciais entre Ásia, África e América do Sul, incluindo os países do BRICS”, manifestou Changhai Liu.

A CTG vai aproveitar as capacidades e o potencial do SACS para que os clientes beneficiem de velocidades de baixa latência, segura e económica, abaixo dos 156 milissegundos, entre Joanesburgo e São Paulo.

O futuro, com acordos, passa pela capacitação das redes africanas e, conseqüentemente, pela capacitação e desenvolvimento dos pontos de presença digitais de África, onde os conteúdos da Ásia vêm agora, de forma expressa, na rede Angola Cables, uma oportunidade de chegar às Américas, especialmente à América do Sul.

13.7 Angola agradece ajuda da China

Jornal de Angola

23 De Maio de 2020

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, felicitou a China pela forma como tem gerido a pandemia da Covid-19, e agradeceu a sua solidariedade para com os países africanos, incluindo Angola, pela ajuda de natureza vária, com destaque para o fornecimento de assistência em matéria de biossegurança.

A felicitação e agradecimento foram manifestados durante uma conversa telefónica que o ministro Tété António teve com o homólogo chinês, Wang Yi, com quem passou em revista vários aspectos ligados à cooperação entre os dois países, referiu uma nota de imprensa do Ministério das Relações Exteriores (Mirex) divulgada ontem.

O chefe da diplomacia angolana agradeceu, igualmente, as autoridades chinesas pelo apoio prestado aos estudantes angolanos na cidade de Wuhan, tendo informado o homólogo sobre os esforços do Governo angolano para fazer face à pandemia da Covid-19, bem como as consequências que requerem meios adicionais.

Durante o diálogo, foi, ainda, abordada a questão da dívida, tendo em conta a actual conjuntura económica mundial. A nota de imprensa não avança mais pormenores sobre este assunto. Refere apenas que o diplomata angolano encorajou o interesse do investimento directo de empresas chinesas, particularmente no sector produtivo, aproveitando o processo de privatizações de 195 empresas públicas desencadeado pelo Governo angolano.

O processo de geminação de cidades angolanas e chinesas foi igualmente discutido na conversa. O ministro chinês dos Negócios Estrangeiros deu a conhecer os esforços do seu país no combate à Covid-19, e disse estar a acompanhar, com bastante interesse, a forma como as autoridades angolanas têm vindo a gerir a situação da pandemia do coronavírus, sob a liderança do Presidente da República, João Lourenço.

Wang Yi falou, igualmente, da ajuda do seu país à Angola, realçando que o facto de existirem boas relações entre ambos os países coloca a China em melhores condições para compreender as dificuldades de Angola. “Esta e demais razões levaram a China a envidar esforços para ajudar os países africanos, incluindo Angola, apesar da já difícil situação que o país atravessa”, afirmou, acrescentando que “a natureza da nossa parceria criou, igualmente, uma confiança mútua”.

O chefe da diplomacia chinesa prometeu encorajar as empresas chinesas a fazerem o investimento directo em Angola, sobretudo depois da Covid-19, como forma de aprofundar, cada vez mais, a amizade entre os dois povos.

Cooperação com a Índia

Ainda no quadro da sua agenda diplomática, o ministro das Relações Exteriores teve, igualmente, nos últimos dias, uma conversa telefónica com o homólogo da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, com quem abordou o actual estado da cooperação bilateral, assim como a perspectiva do seu reforço, no âmbito das "boas relações" entre os dois países.

Na conversa, os chefes da diplomacia dos dois países, analisaram e acordaram a necessidade da realização da Comissão Bilateral este ano, prevista para Nova Deli, caso a situação da pandemia da Covid-19 o permita, ou por videoconferência. A dinamização das consultas políticas entre os Ministérios das Relações Exteriores de Angola e dos Negócios Estrangeiros da Índia, que permitirão uma abordagem ampla e precisa das vias e meios à disposição de Angola, visando a identificação e implementação de projectos concretos de cooperação, adaptados à nova realidade do país, foi, igualmente, abordada.

Alinhados às metas traçadas no âmbito do plano de diversificação da economia nacional, prevê-se que a cooperação com a Índia seja alargada a sectores-chave como a Agricultura, Ciência e Tecnologia, Saúde e Ciências Médicas, Educação e Indústria Transformadora, tendo em atenção o potencial do país asiático nestas áreas.

Na ocasião, o ministro indiano encorajou Angola a aderir ao Tratado da Aliança Internacional Solar, uma plataforma comum que permitirá uma combinação de esforços e a mobilização de recursos financeiros a favor do aumento das capacidades da energia solar – energia limpa e renovável.

Na vertente multilateral, Subrahmanyam Jaishankar informou que o seu país está disposto a albergar, ainda este ano, o Fórum Índia-África, inicialmente agendado para Nouakchott, na Mauritânia, mas que fora adiado. Sugeriu uma atenção especial às questões ligadas às áreas médica e digital, a fim de se encontrar respostas céleres para mitigar os efeitos da pandemia do Coronavírus, particularmente em África, onde as condições hospitalares e sanitárias constituem um grande desafio.

13.8 A existência do petróleo cegou-nos um pouco e tirou-nos do que era essencial

Jornal de Expansão

29 De Maio de 2020

Texto: Faustino Diogo e D.R.

O Governo está a implementar um conjunto de medidas para ajudar as empresas a minimizarem os efeitos negativos da Covid-19. Satisfazem?

São as medidas que se impõem neste momento. Enquanto pessoa ligada aos negócios gostaria que fossem muito mais que essas. Mas também tenho que compreender como cidadão e patriota que a situação do nosso País hoje não permite muito mais. E evidentemente que dependerá também do tempo que a pandemia durar, mas consideramos as medidas adequadas à situação que estamos a viver.

Que medidas faltarão?

Costumo dizer cada altura da pessoa com o seu chuvaire. Ainda não sabemos quando tempo vai durar esta catástrofe. O mundo nunca mais será o mesmo, por isso é preciso alguma cautela na aplicação de medidas. E nesta altura exigir mais a um Governo que também tem outros problemas para resolver, como por exemplo, a baixa do preços do petróleo no mercado internacional e outras situações, seria irracional de minha parte exigir mais. Sinceramente acho que estas medidas são adequadas para o momento.

Olhando para o ambiente negócio e outras situações do país como é que a economia se aguenta?

A economia africana e a angolana em particular estão a atravessar um momento muito difícil. Governar nesta altura é um de safio muito grande. A nossa economia está a exigir uma capacidade extra-humana e uma sabedoria salomónica. Para além da pandemia, as commodities estão com os preços em baixos, temos o problema da circulação, as nossas estradas estão péssimas e não permitem ir a busca dos produtos no campo, sem esquecer que até temos problemas com as chuvas. O desemprego que está a atingir picos enormes e isso não é um bom indicador para qualquer economia.

Mas alguns aspectos de que fala não são de hoje ...

As decisões económicas a serem tomadas exigem muita calma, sobretudo para se evitarem os chamados erros de decisão. A meu ver a saída ainda continua a ser o recurso aos nossos amigos e parceiros. E aqui a China se apresenta como uma das saídas mais importantes independentemente de existirem outros países que nos possam ajudar. Vamos continuar a nos apoiar nos parceiros e nos amigos. Ao mesmo tempo temos que incentivar a produção agrícola nacional para que ocupe de facto um lugar preponderante neste País. Vamos esquecer tudo resto e nos dedicar a produção agrícola seriamente, mas não é só produzir, esta produção precisará de chegar ao consumidor. Este é um grande desafio.

O sector privado foi afectado com o confinamento e apesar da reabertura das actividades queixa-se das perdas. Como é que se recupera?

Ao sector privado resta-lhe apenas a imaginação e ao Governo resta-lhe facilitar. Este binómio imaginação e facilitação é a única saída e solução para a nossa economia. Ao mesmo tempo, os empresários têm que colocar todo o seu saber para repor a produção e o Governo terá que encontrar caminhos para facilitar. Mas facilitar ao máximo, flexibilizar até ao limite. Temos que acabar com muitos papéis que são exigidos, com a burocracia, responder às solicitações atempadamente. Devemos também olhar para a Covid-19 como uma oportunidade para impulsionar a economia angolana.

Antevê o encerramento de empresas e despedimentos neste cenário?

Não tenho nenhuma dúvida. Gostaria que não acontecesse obviamente, mas o exército de desempregados vai subir. Temos que correr com a facilidade, importar cada vez menos e incentivar a produção nacional. Para esta produção é preciso também existirem infraestruturas como as de energia, água, saneamento, e outras, para que em simultâneo também se impulsione a produção industrial.

Como é que contorna o impacto negativo da baixa do preço do petróleo na nossa economia?

Não há milagres. Infelizmente petróleo é a nossa principal fonte de alimentação do PIB e situação ainda vai continuar assim durante algum tempo. A única alternativa é a produção local. Temos que produzir outras coisas. A existência do petróleo cegou-nos um pouco e tirou-nos do que era essencial. Agostinho Neto dizia que a agricultura é a base e a indústria é o factor decisivo. Mas quando o petróleo começou assumiu tudo isso e passou a dominar e esqueceu-se do factor decisivo e a base. Agora há que retomar à base e o factor decisivo. Esta é a única alternativa, não temos outra. E de forma abrangente.

Esta produção, produção, não é apenas um discurso em constante adiamento?

Agora com esta crise, mesmo sem querer, vai ser o discurso da Nação. Não tenho dúvida disso. Não há outro caminho

Que outros desafios aponta ao Executivo?

É evidente que governar neste momento é difícil e será mais difícil daqui para frente, o desafio principal do nosso Executivo é combater a burocracia e abrir a porta da facilidade aos empresários e a aqueles que querem fazer alguma coisa. Mas sobretudo, um dos grandes desafios é infraestruturas, precisamos de ter estradas capazes de facilitarem a circulação de bens. O nosso Orçamento Geral do Estado (OGE) tem como principal fonte a receita do petróleo. A minha sugestão realista é que deveríamos ir ensaiando outras formas de vida.

Quais?

Sugiro que fosse apresentado duas propostas de OGE. Uma proposta com previsibilidade das receitas do petróleo e um outro sem receitas vindas do petróleo. Portanto, um orçamento com petróleo e outro sem petróleo.

Esta opção do OGE sem petróleo seria sustentada com receitas vindas de onde?

Temos que pensar que somos um País e se não tivéssemos petróleo viveríamos na mesma. Existe uma equipa económica competente e de certeza que sabe do que se vive num país normal sem receitas de petróleo. Temos que ser imaginativos. O petróleo seria reservas para situações imprevistas.

Durante alguns anos dirigiu o sector diamantífero, como olha hoje a participação deste sector no PIB?

Espero que me compreendam, sou quadro do sector e tenho palco próprio onde dou as minhas opiniões sobre todo o sector diamantífero. Sou conselheiro dos Presidentes dos Conselhos de Administração da Endiama e SODIAM e não ficaria bem dizer qualquer coisa sobre este sector.

A China é o maior credor de Angola, as empresas associadas da Câmara têm contado com o dinheiro vindo deste país?

Até agora funcionamos com parcerias. Ainda não chegamos no ponto do financiamento directo.

Uma boa parte das empresas que funcionam com material ou equipamento chinês são sócias de empresas chinesas. Mas podemos evoluir. Vamos trabalhar com embaixada e com o governo chinês para que os empresários angolanos possam ter acesso ao financiamento vindo da China. Estamos a trabalhar agora para conseguir o respaldo do Governo angolano.

Nesta altura de crise, devido à pandemia, a China deve perdoar parte da dívida?

Penso que é incontornável. Temos que trabalhar todos juntos, Executivo e parceiros, sobre a possibilidade da China perdoar pelo menos parte da nossa dívida, ou os juros. Penso que é possível e estou convencido que isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde. E isto seria o confirmar da política chinesa para com a África.

13.9 Mais 30 toneladas de biossegurança vindas da China

Jornal de Angola

30 De Maio de 2020

Texto: Alberto Quiluta

O país conta, desde ontem, com mais 30 toneladas de materiais de biossegurança e camas, provenientes da China, para a prevenção e combate da pandemia da Covid-19.

O secretário de Estado para a Área Hospitalar, Leonardo Inocêncio, disse que os materiais serão distribuídos em todas as províncias do país, sendo que Cabinda será a primeira beneficiária, devido ao cordão sanitário criado na comuna de Massabi, município de Cacongo. Seguir-se-ão depois as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Cuanza-Norte.

Leonardo Inocêncio referiu que ainda falta material para completar as 380 toneladas de material médico, adquiridas naquele país asiático.

14. COVID-19

14.1 A liberdade de imprensa em tempos de pandemia

Jornal de Angola

5 De Maio de 2020

Texto: Eduardo Magalhães

Foi celebrado ontem, 3 de Maio, o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Sob forte pressão, muitas vezes comparada àquela sofrida num ambiente de guerra, os jornalistas trabalham nos limites impostos pelas regras de prevenção à pandemia da Covid-19, sempre com o objectivo de fornecer informações rigorosas e credíveis.

Este ano, “jornalismo sem medo ou favor” foi o tema anunciado pela UNESCO para a efeméride. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, lembrou, no seu discurso a propósito da data, que os “jornalistas e profissionais da média são cruciais para nos ajudar a tomar decisões informadas. À medida que o mundo luta contra a pandemia da Covid-19, essas decisões podem fazer a diferença entre a vida e a morte.”

O apelo de Guterres aos governos e à toda a sociedade se deu no sentido de que todos garantam que os jornalistas possam fazer o seu trabalho durante a pandemia da Covid-19. Para além disso, os responsáveis da ONU e da UNESCO alertaram sobre a onda de boatos, rumores e notícias falsas que tomou conta do planeta durante a crise (da Covid-19) – classificada como “infodemia”.

Devemos atentar para o facto de que desde 2017 até este ano, Angola ascendeu quinze posições no índice de liberdade de imprensa, de acordo com a avaliação da organização Repórteres Sem Fronteiras, sendo o único país africano de língua portuguesa com um registo tão significativo de crescimento neste ranking. Para além disso, medidas devem continuar a ser estudadas para que seja uma realidade entre nós a chamada literacia de média, para que, com senso crítico, saibamos avaliar, verificar e evitar partilhar as notícias falsas, conhecidas como fake news.

Sobre a desinformação e boatos, recorde-se que o Presidente João Lourenço tem feito seguidos apelos aos cidadãos para uso responsável da internet e redes sociais. Lamentavelmente, nos dias de hoje, em todo o mundo há muitas mentiras que estão a ser difundidas e partilhadas, o que dificulta ainda mais a luta contra o novo Coronavírus. Como destacou o SG da ONU, António Guterres,

no seu vídeo sobre o 3 de Maio, “à medida que a pandemia se espalha, dá origem também a uma segunda pandemia de desinformação, desde conselhos prejudiciais à saúde até teorias conspiratórias ferozes. A imprensa fornece o antídoto: notícias e análises verificadas, científicas e baseadas em factos”, concluiu.

E é exactamente neste antídoto, forjado na responsabilidade da imprensa e dos cidadãos, que a actual governação está a fundamentar os avanços registados na percepção e atitude da sociedade e do mundo em relação aos conteúdos dos media. A liberdade de imprensa no nosso país é uma conquista dos profissionais que trabalham num ambiente favorável à investigação jornalística. Também decorre de uma sociedade melhor informada e consequente do seu papel na construção de um país melhor.

O acesso aos trabalhos dos parlamentares, a pluralidade de conteúdos, os ajustamentos ao pacote legislativo da comunicação social e respectiva regulamentação, a expansão pelo país da emissão da Rádio Eclésia, a abertura informativa, a melhoria da qualidade de informação, a eleição da Comissão da Carteira e Ética, o crescimento do diálogo inclusivo com os parceiros e fazedores de opinião e outros são alguns dos exemplos da construção de um caminho para assegurar o pluralismo da informação e o livre exercício da liberdade de imprensa. A propósito das dificuldades financeiras de alguns órgãos privados, sem prejuízo para a liberdade dos mesmos, está a ser estudada a política de incentivos para que a pluralidade de ideias e pensamentos esteja salvaguardada.

Angola está a dar o bom exemplo de como as restrições temporárias à liberdade de circulação - essenciais para vencermos a Covid-19 - jamais sejam usadas como ferramenta de repressão e cerceamento da capacidade dos jornalistas de fazer o seu trabalho e do povo a estar bem informado.

Assim como no combate ao novo Coronavírus, se fizermos a nossa parte na propagação da informação verdadeira, estaremos a fazer o melhor para todos.

14.2 Angola mantém os 35 casos positivos de infecção

Jornal de Angola

4 De Maio de 2020

Texto: Mazarino da Cunha e Xavier António

Angola mantém 35 casos positivos por Covid-19 em 3.958 amostras recolhidas e testadas pelo Laboratório

do Instituto Nacional de Saúde, revelou nesta segunda-feira, em Luanda, o secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda.

Na habitual conferência de imprensa para actualização dos dados sobre a pandemia no país, que acontece diariamente no Centro Aníbal de Melo, o secretário de Estado disse que das 3.958 amostras examinadas, 3.070 são negativas, 35 positivas e 853 estão em processamento. Ainda sobre testagem, o governante disse que foi intensificada a recolha de amostras e continua o seguimento às famílias e pessoas expostas ao risco à volta dos casos positivos 26 e 31, considerados "preocupantes".

O governante informou, também, que membros da Comissão Interministerial de Combate à Pandemia da Covid-19, num total de 140, foram testados ontem, tendo todos obtido resultados negativos. Franco Mufinda informou que 944 pessoas encontram-se em quarentena institucional e existem 413 casos suspeitos, mais um em relação ao dia anterior.

O Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), frisou o governante, registou nas últimas 24 horas, 72 chamadas para esclarecimento sobre medidas de prevenção e a manifestação da Covid-19. O secretário de Estado informou que começa hoje, no hospital do Prenda, em Luanda, a formação em cuidados intensivos ao pessoal de enfermagem.

As restantes províncias, frisou, continuam com o trabalho de recolha de amostras, desinfestação de hospitais e sensibilização sobre as medidas de prevenção sobre o novo coronavírus. Para o sucesso da luta contra à pandemia, Franco Mufinda voltou a apelar à população para o cumprimento rigoroso das medidas impostas no âmbito do Estado de Emergência. Angola continua sem casos positivos nas últimas 48 horas, mantendo-se em 35 positivos, com dois óbitos, 11 recuperados e 22 activos e estáveis.

14.3 Executivo procura desanuviar o choque com 21 medidas concretas e imediatas

Jornal de Angola

4 De Maio de 2020

Texto: João Dias

A Comissão Económica aprovou, terça-feira, 28 de Abril, um cronograma de implementação das medidas de alívio do impacto provocado pela pandemia da Covid-19 sobre as empresas e famílias e o sector informal da economia.

O assunto começou a ser discutido na anterior reunião deste órgão, realizada a 9 de Abril. O objectivo é assegurar o acompanhamento de todas as etapas da sua execução e otimizar as actividades para que os prazos estabelecidos sejam cumpridos. As medidas são sustentadas por dois eixos da economia real, com realce para os relativos ao Sector Produtivo (empresas) e às famílias e ao sector informal da economia.

No âmbito das medidas para o Sector Produtivo (empresas), o Executivo pretende desanuviar a pressão sobre a tesouraria com obrigações tributárias (alívio fiscal), com a adopção de medidas que visam alargar, para o dia 29 de Maio de 2020, o prazo limite da liquidação final das obrigações declarativas do Imposto Industrial para as empresas do Grupo B; alargar, para o dia 30 de Junho de 2020, o prazo limite da liquidação final das obrigações declarativas do Imposto Industrial para as empresas do Grupo A e atribuir crédito fiscal de 12 meses para as empresas sobre o valor do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) a pagar na importação de bens de capital e de matéria-prima que sejam utilizados para a produção de 54 bens referidos no Decreto Presidencial n.º 23/19, de 14 de Janeiro.

A fim de desanuviar igualmente a pressão sobre a tesouraria, com o pagamento de contribuições para a Segurança Social (alívio no pagamento de salários), foram adoptadas medidas para autorizar o diferimento (adiamento) do pagamento da Contribuição para a Segurança Social (contribuição de 8 por cento do total da folha salarial), referente ao 2º Trimestre de 2020, para pagamento em seis parcelas mensais, durante os meses de Julho a Dezembro de 2020, sem formação de juros.

Para assegurar o apoio financeiro para a manutenção mínima dos níveis de actividades das micros, pequenas e médias empresas do sector produtivo, são alocados recursos totais de cerca de 488 mil milhões de Kwanzas, distribuídos pelas iniciativas de apoio financeiro. Por exemplo, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) disponibiliza uma linha de crédito de 15 mil milhões de Kwanzas, para o financiamento às explorações agropecuária familiares, com taxa de juros não superior a 3 por cento, sendo o principal instrumento de financiamento a este tipo de produtores, com tramitação célere e para pacotes na dimensão dos mesmos;

Por seu lado, o Banco de Desenvolvimento de Angola, BDA, disponibiliza uma linha de crédito de 26,4 mil milhões de Kwanzas, com uma taxa de 9 por cento e maturidade de dois anos, carência de capital de 180 dias, para financiar a compra dos operadores

do comércio e distribuição aos produtores nacionais. O mesmo BDA concede linha de crédito de 13,5 mil milhões de Kwanzas, com uma taxa de 9 por cento, maturidade de dois anos, carência de capital de 180 dias, para financiar as compras das cooperativas de produtores familiares e dos empresários agropecuários de pequena e média dimensão, fornecedores nacionais de sementes melhoradas de cereais, hortícolas e tubérculos, de fertilizantes, de pesticidas, de vacinas e de prestação de serviços de preparação e correcção de solos agrícolas, priorizando os produtos feitos em Angola.

O BDA disponibiliza ainda uma linha de crédito de 750 milhões de Kwanzas, para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de um número máximo de 15 cooperativas por cada província, nos sectores da agricultura e das pescas, com um valor máximo de 50 milhões de Kwanzas. A taxa de juro é de 7,5 por cento e maturidade equivalente ao ciclo operacional.

No quadro do apoio financeiro, o Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA) disponibiliza três mil milhões de Kwanzas para realizar investimentos no capital de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas, participando no pagamento da parcela de capital próprio exigida na concessão dos empréstimos que serão disponibilizados pelo BDA.

O FACRA concede, igualmente, uma linha de crédito no valor de quatro mil milhões de Kwanzas, para financiar sociedades de micro finanças, escolas de campo, caixas de crédito comunitárias, seleccionadas por meio de concurso público, que pretendam operacionalizar ao menor custo possível um processo de atribuição de micro crédito para mulheres e jovens empreendedores nos domínios da agricultura. Aqui, destaque para produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, raízes e tubérculos e hortícolas, avicultura de corte, avicultura de postura, aquisição de bovinos para engorda e abate, processamento de alimentos e produção de bebidas, logística e distribuição de produtos agro-alimentares e das pescas, aquicultura, reciclagem de resíduos sólidos urbanos, prestação de serviços de transportes, prestação de serviços de formação profissional, desenvolvimento de software e no domínio turismo, produção cultural e artística.

Ainda no âmbito do apoio financeiro, as operações de crédito realizadas com as linhas de crédito obtidas com financiamento externo garantido pelo Estado, nomeadamente, mil milhões de dólares do Deustch Bank cedido ao BDA e 120 milhões de dólares do BAD cedidas ao BPC, passam a ser acompanhadas por um Comité de Supervisão.

O Comité é coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento e integra os Departamentos Ministeriais responsáveis do sector da produção não petrolífera, para assegurar a implementação de um expediente simplificado e célere de acesso a estes recursos para os empresários dos sectores da agricultura, das pescas e da indústria que pretendam realizar investimentos que tenham mais de 50 por cento de incorporação de factores de produção nacionais e que promovam exportações.

A favor das famílias e do sector informal

O Executivo adoptou, igualmente, medidas que visam proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar o processo de manutenção e criação de postos de trabalho. Assim, para melhorar o rendimento familiar proveniente dos salários, o Instituto Nacional de Segurança Social autorizou as entidades empregadoras do sector privado a transferir, para os salários dos trabalhadores, o valor do desconto para a Segurança Social (desconto de 3 por cento do salário do trabalhador), nos meses de Abril, Maio e Junho. Para assegurar o fornecimento de energia e de água aos domicílios, o Governo recomendou às empresas do sector não efectuar cortes ao fornecimento aos clientes com dificuldades de pagamento das contas durante o mês de Abril. Por outro lado, para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica a famílias mais vulneráveis, foram disponibilizados recursos no total de 315 milhões de Kwanzas, para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que, com os Governos Provinciais, desenvolve campanhas de distribuição de bens da cesta básica para segmentos da população mais vulnerável.

Para melhorar o rendimento das famílias mais pobres afectadas pela profundidade da crise económica que o país vive, inicia, em Maio, a primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias, que vai beneficiar um milhão e seiscentas mil famílias. Já para acelerar a transição da actividade informal para o sector formal, foi, no âmbito da implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), criado um grupo de trabalho multisectorial (Ministérios da Economia e Planeamento, Finanças, Transportes, Comércio e Indústria, Administração do Território e do Ordenamento do Território e Obras Públicas), que vai elaborar e executar um plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros; Ainda como medida, no âmbito da implementação do Programa de Melhoria da Competitividade e da Produtividade, foi criado outro grupo de trabalho interministerial (Ministérios da Economia e Planeamento, Telecomunicações, tecnologias de

Informação e Comunicação), que, com o Banco Nacional de Angola, vai elaborar e executar um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais, educação e inclusão financeira dos agentes económicos, bem como de promoção e apoio ao surgimento de fintechs.

BNA e linha de crédito

No quadro das medidas de alívio do impacto da Covid-19 sobre as empresas e famílias, o Banco Nacional de Angola (BNA) adoptou algumas medidas para este ano. Segundo o governador, José Lima Massano, estão disponíveis 300 mil milhões de kwanzas, para a produção dos 54 “itens” da lista de prioridades do PRODESI. No seguimento, está operacional, desde 6 de Abril, a linha de 100 mil milhões de kwanzas para o desconto de títulos públicos às empresas de pequena e grande dimensão, as que mais dificuldades enfrentam neste contexto. Por esse serviço, os bancos comerciais serão pagos em 0,5 por cento do valor do título descontado pelo BNA, não se admitindo quaisquer outras cobranças. Para a primeira fase, o BNA vai disponibilizar o equivalente a 180 milhões de dólares.

O objectivo é que a linha de liquidez desanvie a tesouraria das empresas, que, tendo títulos do tesouro e pretendam descontá-los, para deles retirar liquidez, possam fazê-lo em condições diferentes das normais, nos bancos comerciais, onde têm domiciliada a sua conta.

É nos seus bancos onde poderão descontar os títulos ao valor nominal sem o desconto que é comum fazer-se, na base do que está definido no instrutivo do BNA, segundo o qual a taxa de comissão e custos atinentes ao processo deverão ficar reduzidos.

Massano lembrou que já está publicado o Aviso 10/20 do BNA, que tem a ver com o crédito ao sector real da economia. Neste sentido, a instituição fez o alargamento de 17 para 54 os produtos que compõem a ordem de prioridades do PRODESI. Para este ano, o país tem perto de mil novos projectos a serem financiados pela banca. O BNA criou uma Unidade específica de acompanhamento, que vai estar em coordenação com associações empresariais e os próprios bancos comerciais.

O Governador José Lima Massano, em declarações à imprensa, no termo da 3ª reunião Ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, do dia 9 de Abril, afirmou que a primeira destas medidas passa pela moratória concedida para o pagamento e reembolso do crédito, quer de particulares, quer de empresas, num período de 60 dias. A formalização da solicitação dos devedores deve ser expressa aos bancos comerciais. Mas a decisão final cabe ao BNA.

14.4 Os governos, a Covid-19 e o desconfinamento gradual

Jornal de Angola
5 De Maio de 2020

Governos de vários países do mundo estão a permitir uma maior mobilidade dos cidadãos, com restrições indispensáveis à não propagação da Covid-19, e a reabertura gradual de empresas, num exercício de regresso progressivo à normalidade, que ninguém sabe quando chegará.

Tanto é assim que o primeiro-ministro de um país europeu que reduziu as restrições ao nível da mobilidade dos cidadãos e da actividade económica admitiu que podia voltar a tomar medidas de confinamento total, se durante o período de desconfinamento gradual se verificarem casos passíveis de agravar a actual situação pandémica.

Não é pois por acaso que os governos que estão a reduzir restrições, ao nível da mobilidade das pessoas e da actividade produtiva, estejam a fazê-lo com o máximo de cuidado, tendo em conta o alto grau de incerteza quanto à evolução de uma doença em relação à qual há mais perguntas por fazer do que respostas para dar. Os cientistas têm-se desdobrado em esforços para munir os governos de informações que possam ajudar os poderes públicos a tomar decisões que acarretem o mínimo de erros possível, no interesse das comunidades.

O importante é que os governos não percam de vista que, ao combaterem a pandemia da Covid-19, podem cometer erros nas decisões que venham a tomar, relativamente ao desconfinamento gradual.

O que está em causa são vidas humanas e é preciso que se preste muita atenção aos resultados que o desconfinamento gradual pode gerar, a fim de se tomarem as medidas mais acertadas em determinado momento.

Ninguém sabe quando é que a pandemia vai desaparecer, deixando os governos com a responsabilidade de, em estreita colaboração com a comunidade científica, decidir sobre o que é melhor para os respectivos povos, num cenário em que ainda há muitos problemas por resolver, em termos de contenção da propagação da Covid-19.

Todo o mundo já se apercebeu que não é fácil lutar simultaneamente contra duas crises, sanitária e económica, sendo entretanto necessário que se tomem medidas para que os problemas não se agravem, quer ao nível da economia, quer no domínio da saúde pública.

Em face da pandemia da Covid-19, são hoje grandes os desafios que se colocam aos governos de todos os continentes, não havendo soluções que se possam dar, uniformemente, aos problemas de todos os países afectados pela pandemia.

14.5 Visitas de Inspeção às empresas começam hoje

Jornal de Angola

5 De Maio de 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) e o Centro de Segurança e Saúde no Trabalho (CSST) começam a realizar, a partir de hoje, em todo o país, visitas inspectivas e permanentes, para avaliar o cumprimento da Lei Geral do Trabalho e das medidas sobre o uso obrigatório de equipamentos de biossegurança nas empresas, para prevenção contra a pandemia da Covid-19.

A directora do CSST, Isabel Cardoso, revelou, ontem, ao Jornal de Angola, que a inspeção vai servir para eventuais incumprimentos decorrentes da Lei Geral do Trabalho, atendendo que nos últimos tempos têm surgido situações de empregadores que não pagam salários e outros que suspendem os vínculos jurídico-laborais.

Isabel Cardoso condena ainda a atitude de profissionais ou auxiliares dos serviços de Saúde que se recusam a tratar da roupa dos pacientes que estão nos centros de quarentena, alertando que tais infracções devem ser punidas de acordo com a lei, por cometerem um acto de desobediência.

Isabel Cardoso disse que as empresas devem garantir os materiais de biossegurança para os seus funcionários, principalmente, para os que trabalham directamente no sector da saúde. Lembrou que os equipamentos recomendáveis são batas, luvas, viseiras, máscaras e tocas, que depois de usadas devem ser descartadas. A directora apontou que relativamente a pandemia da Covid-19, foi desenvolvido um plano de contingência, com o objectivo de reduzir o risco de introdução e disseminação do vírus.

O plano de contingência prevê quatro fases, nomeadamente, a pré-epidémica, epidémica, intra-epidémica e pós-epidémica, com medidas devidamente reescaladas com base nas orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com a Lei Geral do Trabalho é obrigação do empregador assegurar aos seus trabalhadores

condições de segurança e de saúde no trabalho, tendo em conta os princípios gerais de prevenção, assim como colaborar com as autoridades sanitárias para a erradicação de epidemias e situações endémicas locais.

As prescrições mínimas de protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos no contexto de trabalho, estão estabelecidas no Decreto Executivo n.º 62/11. O Centro de Segurança e Saúde no Trabalho (CSST) deve promover e participar na elaboração de políticas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, assim como cooperar com o Sistema Nacional de Saúde nos termos da legislação em vigor.

Plano de contingência

Dada a especificidade das medidas de prevenção e protecção a serem adoptadas pelos serviços de saúde, recomenda-se que todas as empresas privadas do ramo da saúde tenham em consideração as orientações adicionais sobre a prevenção e controlo de infecção nos serviços de saúde.

O plano de contingência aplica-se a todos os colaboradores e visitantes, bem como aos funcionários de outras empresas que prestem serviço na instituição. Deve definir-se quem serão os responsáveis pela coordenação e gestão do plano e quais as responsabilidades de cada um.

O plano define a existência de uma comissão, coordenada pela administração da empresa, representantes dos trabalhadores e integrantes dos serviços de saúde ocupacional (caso existam). A comissão deve definir o processo de comunicação interna em caso de suspeita de um colaborador ou cliente infectado, que deve ser o mais célere e expedito possível.

A comissão de coordenação mantém o controlo da logística necessária e para a correcta utilização dos equipamentos e das medidas de protecção individual, descontaminação e gestão de resíduos, sempre aliada a uma componente de capacitação geral.

Cabe ainda à comissão actualizar com regularidade os trabalhadores sob a evolução da situação, o conhecimento científico e as medidas concernentes ao momento.

A avaliação do risco deve ser baseada num processo sistemático de obtenção de informação científica actualizada, nos dados da vigilância epidemiológica a todos os níveis e nos eventos de fontes credíveis, tais como o Ministério da Saúde, organizações internacionais e meios de comunicação oficiais.

O plano prevê ainda o asseguramento das condições básicas para lavagem das mãos, com água e sabão azul ou líquido, ou solução antisséptica de base alcoólica, colocando a mesma em sítios estratégicos, como zonas de refeições, registo biométrico, área de isolamento da empresa, disponibilizar toalhetes de papel, abolindo as toalhas turcas para secagem das mãos.

Os toalhetes de papel devem ser colocados nas instalações sanitárias, assim como em todos os locais onde seja possível a lavagem/higienização das mãos, devem ser reforçados os planos de limpeza, nos revestimentos, equipamentos e utensílios, assim como objectos e superfícies mais manuseadas, como corrimãos, maçanetas de portas, botões de elevador, biométrico, balcões das recepções.

O plano orienta ambientes bem ventilados, à renovação de ar das salas e de espaços fechados, idealmente 6 a 12 renovações por hora, bem como reforçar a limpeza dos aparelhos de ar condicionado. As medidas devem garantir procedimentos adequados para a manutenção dos dispensadores de álcool gel, de sabão e de papel, nas casas de banho.